



Suzano S.A.

Demonstrações Financeiras de
31 de dezembro de 2021 e
Relatório do Auditor Independente sobre as
demonstrações financeiras individuais e
consolidadas



Índice

BALANÇO PATRIMONIAL.....	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE.....	6
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	8
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	9
1. CONTEXTO OPERACIONAL	10
2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	18
3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	19
4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS	39
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	61
6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS.....	62
7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES.....	62
8. ESTOQUES.....	64
9. TRIBUTOS A RECUPERAR.....	65
10. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	66
11. PARTES RELACIONADAS	66
12. IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA (“IRPJ”) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO (“CSLL”).....	71
13. ATIVOS BIOLÓGICOS	75
14. INVESTIMENTOS.....	77
15. IMOBILIZADO.....	80
16. INTANGÍVEL.....	82
17. FORNECEDORES.....	83
18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES.....	84
19. ARRENDAMENTO	91
20. PROVISÃO PARA PASSIVOS JUDICIAIS.....	94
21. PLANOS DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS.....	102
22. PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES.....	105
23. CONTAS A PAGAR DE AQUISIÇÃO DE ATIVOS E CONTROLADAS.....	109
24. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO - CONSOLIDADO	110
25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	110
26. RESULTADO POR AÇÃO	114
27. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO	115
28. RECEITA LÍQUIDA.....	116
29. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO	116
30. RESULTADO POR NATUREZA.....	119
31. COBERTURA DE SEGUROS - CONSOLIDADO.....	120
32. EVENTOS SUBSEQUENTES	120
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	122
PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	129
RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO (“CAE”).....	130
PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO	133
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES.....	134
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO.....	135
COMENTÁRIO DE DESEMPENHO	149

Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

BALANÇO PATRIMONIAL

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	180.729	417.001	13.590.776	6.835.057
Aplicações financeiras	6	5.039.018	2.066.831	7.508.275	2.212.079
Contas a receber de clientes	7	7.884.683	7.319.975	6.531.465	2.915.206
Estoques	8	3.331.770	2.674.031	4.637.485	4.009.335
Tributos a recuperar	9	279.713	375.535	360.725	406.850
Instrumentos financeiros derivativos	4.5	470.261	484.043	470.261	484.043
Adiantamentos a fornecedores	10	38.164	33.740	59.564	43.162
Dividendos a receber	11	21.089	11.184	6.604	7.633
Outros ativos		872.151	675.090	937.786	731.291
		18.117.578	14.057.430	34.102.941	17.644.656
Ativo mantido para venda	1.2.2		313.338		313.338
Total do ativo circulante		18.117.578	14.370.768	34.102.941	17.957.994
NÃO CIRCULANTE					
Aplicações financeiras	6	250.054	184.778	250.054	184.778
Tributos a recuperar	9	1.247.665	812.421	1.269.164	834.575
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	9.079.005	9.052.983	8.729.929	8.677.002
Instrumentos financeiros derivativos	4.5	971.879	857.377	971.879	857.377
Adiantamentos a fornecedores	10	1.184.075	922.681	1.282.763	1.015.115
Depósitos judiciais		276.643	227.714	300.715	257.789
Outros ativos		202.149	175.497	296.844	235.341
Ativos biológicos	13	11.736.626	10.740.414	12.248.732	11.161.210
Investimentos	14	23.986.013	12.440.408	524.066	359.071
Imobilizado	15	35.586.107	36.459.354	38.169.703	39.156.890
Direito de uso	19.1	4.712.585	4.268.435	4.794.023	4.344.078
Intangível	16	15.575.183	16.484.674	16.034.339	16.759.528
Total do ativo não circulante		104.807.984	92.626.736	84.872.211	83.842.754
TOTAL DO ATIVO		122.925.562	106.997.504	118.975.152	101.800.748

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

BALANÇO PATRIMONIAL

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	17	2.628.050	1.839.187	3.288.897	2.361.098
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18.1	1.874.195	735.537	3.655.537	2.043.386
Contas a pagar de arrendamentos	19.2	607.982	607.513	623.282	620.177
Instrumentos financeiros derivativos	4.5	1.563.110	1.991.118	1.563.459	1.991.118
Tributos a recolher		99.966	101.208	339.553	170.482
Salários e encargos sociais		538.299	456.149	590.529	492.728
Partes relacionadas	11	3.246.312	7.389.576		
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	23	99.040	101.515	99.040	101.515
Dividendos a pagar	11	916.751	3.910	919.073	6.232
Adiantamentos de clientes		92.898	14.779	103.656	25.171
Outros passivos		1.160.400	820.955	368.198	360.916
Total do passivo circulante		12.827.003	14.061.447	11.551.224	8.172.823
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18.1	11.716.596	14.149.761	75.973.092	70.856.496
Contas a pagar de arrendamentos	19.2	5.198.401	4.505.234	5.269.912	4.571.583
Instrumentos financeiros derivativos	4.5	6.331.069	6.126.282	6.331.069	6.126.282
Partes relacionadas	11	67.196.599	56.268.877		
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	23	306.912	400.713	306.912	400.713
Provisão para passivos judiciais	20.1	3.195.135	3.210.085	3.232.612	3.255.955
Passivos atuariais	21.2	665.552	774.711	675.158	785.045
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12				570
Pagamento baseado em ações	22	135.395	171.050	166.998	195.135
Provisão para perda de investimentos em controladas	14		9.970		
Adiantamentos de clientes		149.540		149.540	
Outros passivos		127.893	87.552	143.505	98.768
Total do passivo não circulante		95.023.092	85.704.235	92.248.798	86.290.547
TOTAL DO PASSIVO		107.850.095	99.765.682	103.800.022	94.463.370
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	25	9.235.546	9.235.546	9.235.546	9.235.546
Reservas de capital		15.455	10.612	15.455	10.612
Ações em tesouraria		(218.265)	(218.265)	(218.265)	(218.265)
Reservas de lucros		3.927.824		3.927.824	
Ajustes de avaliação patrimonial		2.114.907	2.129.944	2.114.907	2.129.944
Resultados acumulados			(3.926.015)		(3.926.015)
Patrimônio líquido de acionistas controladores		15.075.467	7.231.822	15.075.467	7.231.822
Participação de acionistas não controladores				99.663	105.556
Total do patrimônio líquido		15.075.467	7.231.822	15.175.130	7.337.378
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		122.925.562	106.997.504	118.975.152	101.800.748

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
RECEITA LÍQUIDA	28	27.636.875	23.978.454	40.965.431	30.460.277
Custo dos produtos vendidos	30	(18.624.168)	(15.707.085)	(20.615.588)	(18.966.331)
LUCRO BRUTO		9.012.707	8.271.369	20.349.843	11.493.946
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Vendas	30	(1.530.642)	(1.401.758)	(2.291.722)	(2.174.652)
Gerais e administrativas	30	(1.313.560)	(1.199.030)	(1.577.909)	(1.443.192)
Resultado de equivalência patrimonial	14	11.268.988	3.321.920	51.912	36.142
Outras, líquidas	30	1.519.531	329.533	1.648.067	531.150
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		18.957.024	9.322.034	18.180.191	8.443.394
RESULTADO FINANCEIRO	27				
Despesas		(4.268.491)	(4.186.925)	(4.221.301)	(4.459.425)
Receitas		225.704	272.817	272.556	327.475
Instrumentos financeiros derivativos		(1.596.415)	(9.421.300)	(1.597.662)	(9.422.682)
Variações monetárias e cambiais, líquidas		(4.742.425)	(13.871.247)	(3.800.827)	(12.530.891)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		8.575.397	(17.884.621)	8.832.957	(17.642.129)
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	12	(57.726)	63.373	(292.115)	(181.926)
Diferidos	12	108.715	7.096.420	94.690	7.109.120
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		8.626.386	(10.724.828)	8.635.532	(10.714.935)
Atribuível à acionistas					
Controladores		8.626.386	(10.724.828)	8.626.386	(10.724.828)
Não controladores				9.146	9.893
Resultado do exercício					
Básico	26.1	6,39360	(7,94890)	6,39360	(7,94890)
Diluído	26.2	6,39205	(7,94890)	6,39205	(7,94890)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Resultado líquido do exercício	8.626.386	(10.724.828)	8.635.532	(10.714.935)
Outros resultados abrangentes				
Efeito da variação cambial e do valor justo de investimentos em instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente	2.020	6.290	2.020	6.290
IR/CSLL sobre os itens acima	(687)	(2.139)	(687)	(2.139)
Ganho atuarial de benefícios pós emprego das Controladas	2.289	3.522	2.289	3.522
IR/CSLL sobre o item acima	(778)	(1.015)	(778)	(1.015)
Ganho atuarial de benefícios pós emprego da Controladora	117.353	(37.188)	117.353	(37.188)
IR/CSLL sobre o item acima	(39.900)	12.644	(39.900)	12.644
Itens sem efeitos subsequentes no resultado	80.297	(17.886)	80.297	(17.886)
Efeito cambial na conversão das demonstrações financeiras de controladas no exterior ⁽¹⁾	45.181	(2.857)	45.181	(2.857)
Itens com efeitos subsequentes no resultado	45.181	(2.857)	45.181	(2.857)
	8.751.864	(10.745.571)	8.761.010	(10.735.678)
Atribuível à acionistas				
Controladores	8.751.864	(10.745.571)	8.751.864	(10.745.571)
Não controladores			9.146	9.893

1) Inclui a realização do efeito decorrente da remensuração de investimento da Spinnova (nota 1.2.5).

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social		Reservas de capital			Reservas de lucros					Atribuível aos acionistas controladores				
	Capital social	Custos com emissão de ações	Opções de ações outorgadas	Outras reservas de capital	Ações em tesouraria	Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva para aumento de capital	Reserva estatutária especial	Reserva destinada à distribuição de dividendos	Ajuste de avaliação patrimonial	Resultado do exercício	Patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação de não controladores	Patrimônio líquido total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	9.269.281	(33.735)	5.979	6.410.885	(218.265)		317.144				2.221.341		17.972.630	115.339	18.087.969
Resultado abrangente total															
Resultado do exercício												(10.724.828)	(10.724.828)	9.893	(10.714.935)
Resultado abrangente do exercício											(20.743)		(20.743)		(20.743)
Transações de capital com os sócios															
Absorção de prejuízos				(6.410.885)			(317.144)					6.728.029			
Opções de ações outorgadas			4.633										4.633		4.633
Reversão de dividendos prescritos												130	130		130
Participação dos não controladores proveniente de combinação de negócio														(19.676)	(19.676)
Mutações internas do patrimônio líquido															
Realização parcial do custo atribuído, líquido do IRPJ e CSLL											(70.654)	70.654			
Saldos em 31 de dezembro de 2020	9.269.281	(33.735)	10.612		(218.265)						2.129.944	(3.926.015)	7.231.822	105.556	7.337.378
Resultado abrangente total															
Resultado do exercício												8.626.386	8.626.386	9.146	8.635.532
Resultado abrangente do exercício											125.478		125.478		125.478
Transações de capital com os sócios															
Opções de ações outorgadas			4.843										4.843		4.843
Reversão de dividendos prescritos									49				49		49
Participação dos não controladores proveniente de combinação de negócio														(15.039)	(15.039)
Mutações internas do patrimônio líquido															
Constituição de reservas						812.909	235.019	2.513.663	279.295			(3.840.886)			
Dividendos mínimos obrigatórios propostos												(913.111)	(913.111)		(913.111)
Dividendo adicional proposto										86.889		(86.889)			
Realização de custo atribuído, líquido do IRPJ e CSLL											(140.515)	140.515			
Saldos em 31 de dezembro de 2021	9.269.281	(33.735)	15.455		(218.265)	812.909	235.019	2.513.663	279.344	86.889	2.114.907		15.075.467	99.663	15.175.130

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado líquido do exercício	8.626.386	(10.724.828)	8.635.532	(10.714.935)
Ajustes por				
Depreciação, exaustão e amortização (nota 27 e 30)	6.574.563	6.336.399	6.879.132	6.565.441
Depreciação do direito de uso (nota 19.1)	188.318	171.800	203.670	186.768
Subarrendamento de navios	(44.706)	(35.841)	(44.706)	(35.841)
Apropriação de encargos financeiros de arrendamento	421.703	390.829	427.934	397.746
Resultado na alienação e baixa de ativos imobilizado e biológico, líquido (nota 30)	(511.767)	(4.594)	(412.612)	(8.372)
Resultado de equivalência patrimonial	(11.268.988)	(3.321.920)	(51.912)	(36.142)
Variações cambiais e monetárias, líquidas (nota 27)	4.742.425	13.871.247	3.800.827	12.530.891
Despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidas (nota 27)	767.802	794.827	3.207.278	3.286.254
Despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos – partes relacionadas, líquidas (nota 27)	2.843.746	2.833.443		
Despesas com prêmio sobre liquidação antecipada (nota 27)	32.933		260.289	391.390
Custos de empréstimos capitalizados (nota 27)	(18.624)	(10.636)	(18.624)	(10.636)
Rendimentos sobre aplicações financeiras	(169.438)	(91.128)	(178.320)	(94.868)
Amortização do custo de transação, ágio e deságio (nota 27)	42.301	30.136	107.239	101.741
Perdas com derivativos, líquidos (nota 27)	1.596.415	9.421.300	1.597.662	9.422.662
Atualização do valor justo dos ativos biológicos (nota 13)	(689.937)	(463.546)	(763.091)	(466.484)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 12.3)	(108.715)	(7.096.420)	(94.690)	(7.109.120)
Juros sobre passivo atuarial (nota 21.2)	54.216	51.230	55.849	53.092
Provisão de passivos judiciais, líquido (nota 20.1)	61.325	2.046	65.318	1.288
Provisão (reversão) para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, líquida (nota 7.3)	(1.005)	5.490	(637)	6.022
Provisão para perda estimada nos estoques, líquida (nota 8.1)	47.139	60.875	73.574	65.675
Reversão para perda de créditos do ICMS, líquida (nota 9.1)	(119.543)	(97.719)	(99.183)	(82.293)
Créditos tributários (nota 20.3 e 30)	(441.880)		(441.880)	
Outras	36.378	32.965	26.449	35.451
Decréscimo (acrécimo) em ativos				
Partes relacionadas	(290)	106.245		
Contas a receber de clientes	28.857	111.793	(3.393.787)	884.451
Estoques	(583.808)	(430.661)	(654.757)	651.203
Tributos a recuperar	252.199	522.760	186.013	659.930
Outros ativos	(22.218)	(16.753)	(54.136)	54.651
Acrécimo (decrécimo) em passivos				
Partes relacionadas	11.244	(26.590)		
Fornecedores	1.264.890	796.917	1.363.478	140.480
Tributos a recolher	4.078	(29.173)	271.700	47.212
Salários e encargos sociais	82.147	77.754	97.792	92.278
Outros passivos	166.522	(503.215)	(191.976)	(266.546)
Caixa gerado das operações	13.864.668	12.765.032	20.859.425	16.749.409
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 18.2)	(707.715)	(857.181)	(2.953.573)	(3.244.949)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos – partes relacionadas	(2.601.799)	(2.809.355)		
Pagamento de prêmio sobre liquidação antecipada (nota 18.2)	(32.933)		(260.289)	(378.381)
Juros recebidos sobre aplicações financeiras	89.138	173.686	98.110	186.853
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(5.320)		(106.180)	(188.296)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	10.606.039	9.272.182	17.637.493	13.124.636
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Adições de imobilizado (nota 15)	(2.024.710)	(1.378.199)	(2.150.584)	(1.503.255)
Adições de intangível (nota 16)	(25.152)	(1.561)	(285.278)	(2.307)
Adições de ativos biológicos (nota 13)	(3.634.667)	(3.041.300)	(3.807.608)	(3.392.298)
Recebimentos por venda de ativo imobilizado	1,411,251	183,504	1,411,251	183,504
Aumento de capital em controladas e coligadas (nota 14.3)	(347.346)	(59.139)	(51.816)	
Aplicações financeiras, líquidas	(2.957.164)	3.786.884	(5.216.921)	3.841.493
Adiantamentos para aquisição (recebimento) de madeira de operações com fomento e parcerias	(249.974)	150.132	(257.672)	135.693
Incorporação de controlada, líquido do caixa		72.204		
Dividendos recebidos	16.511	1.615.259	6.453	753
Aquisição de participação não controladores	(6.516)		(6.516)	
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos	(7.817.767)	1.327.784	(10.358.691)	(736.417)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Empréstimos, financiamentos e debêntures captados (nota 18.2)	200.000	533.641	16.991.962	14.761.796
Empréstimos e financiamento – partes relacionadas	9.554.456	3.451.281		
Pagamento de operações com derivativos (nota 4.5.4)	(1.920.355)	(4.464.165)	(1.921.253)	(4.465.640)
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 18.2)	(1.799.926)	(5.459.272)	(15.469.423)	(19.092.810)
Pagamento de empréstimos e financiamentos – partes relacionadas	(8.173.657)	(4.149.422)		
Pagamento de contratos de arrendamentos (nota 19.2)	(990.880)	(804.985)	(1.012.137)	(824.245)
Pagamento de dividendos	(19)		(9.683)	
Pagamento de aquisição de ativos e controladas	(153.357)	(125.393)	(153.357)	(164.240)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(3.283.738)	(11.018.315)	(1.573.891)	(9.785.139)
EFEITO DA VARIAÇÃO CAMBIAL EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	259.194	10.812	1.050.808	982.850
Acrécimo (decrécimo) líquido no caixa e equivalentes de caixa	(236.272)	(407.537)	6.755.719	3.585.930
No início do exercício	417.001	824.538	6.835.057	3.249.127
No final do exercício	180.729	417.001	13.590.776	6.835.057
Acrécimo (decrécimo) líquido no caixa e equivalentes de caixa	(236.272)	(407.537)	6.755.719	3.585.930

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
1 - RECEITAS				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	29.347.775	25.273.657	42.692.651	31.765.124
Outras receitas	1.904.173	499.064	2.015.430	778.075
Receitas referentes à construção de ativos próprios	1.662.613	1.189.875	1.768.938	1.289.739
Provisão de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, líquida	1.005	(5.490)	637	(6.022)
	32.915.566	26.957.106	46.477.656	33.826.916
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(9.249.518)	(8.055.108)	(10.848.730)	(11.047.796)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(6.293.738)	(3.766.308)	(7.115.860)	(4.648.132)
	(15.543.256)	(11.821.416)	(17.964.590)	(15.695.928)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	17.372.310	15.135.690	28.513.066	18.130.988
4 - DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO	(6.718.175)	(6.472.358)	(7.038.096)	(6.716.368)
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	10.654.135	8.663.332	21.474.970	11.414.620
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado da equivalência patrimonial	11.268.988	3.321.920	51.912	36.142
Receitas financeiras e variações cambiais ativas	14.813.702	1.914.701	7.235.942	4.532.126
Outros valores - Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	108.715	7.096.420	94.690	7.109.120
	26.191.405	12.333.041	7.382.544	11.677.388
7 - VALOR ADICIONADO PARA DISTRIBUIÇÃO	36.845.540	20.996.373	28.857.514	23.092.008
Pessoal	2.484.579	2.141.434	2.786.080	2.430.303
Remuneração direta	1.903.254	1.699.629	2.156.165	1.936.150
Benefícios	473.442	350.182	516.565	395.428
F.G.T.S	107.883	91.623	113.350	98.725
Impostos, taxas e contribuições	481.280	283.220	778.151	597.191
Federais	196.229	97.396	469.793	376.925
Estaduais	250.755	154.251	271.805	183.815
Municipais	34.296	31.573	36.553	36.451
Remuneração do capital de terceiros	25.253.295	29.296.547	16.657.751	30.779.449
Juros provisionados, variações cambiais passivas, aluguéis e outros	25.253.295	29.296.547	16.657.751	30.779.449
Remuneração de capitais próprios	8.626.386	(10.724.828)	8.635.532	(10.714.935)
Dividendos mínimos obrigatórios propostos	913.111		913.111	
Resultado do exercício	7.713.275	(10.724.828)	7.713.275	(10.724.828)
Participação de não controladores			9.146	9.893
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	36.845.540	20.996.373	28.857.514	23.092.008

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Suzano S.A., em conjunto com suas controladas (“Suzano” ou coletivamente “Companhia”), é uma sociedade anônima de capital aberto e está sediada no Brasil, com matriz localizada na Avenida Professor Magalhães Neto, no. 1.752 – 10º andar, salas 1010 e 1011, Bairro Pituba, na cidade de Salvador, Estado da Bahia e o principal escritório de negócios localizado na cidade de São Paulo.

A Suzano possui ações negociadas na B3 S.A. (Brasil, Bolsa, Balcão - “B3”), listada no segmento do Novo Mercado sob o *ticker* SUZB3 e *American Depositary Receipts* (“ADRs”) na proporção de 1 (uma) ação ordinária, Nível II, negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (“*New York Stock Exchange* - “NYSE”) sob o *ticker* SUZ.

A Companhia possui 12 unidades industriais, localizadas nas cidades de Aracruz e Cachoeiro de Itapemirim (Espírito Santo), Belém (Pará), Eunápolis e Mucuri (Bahia), Maracanaú (Ceará), Imperatriz (Maranhão), Jacareí, Limeira e Suzano, sendo 2 unidades nesta localidade (São Paulo) e Três Lagoas (Mato Grosso do Sul). Adicionalmente, possui 5 centros de tecnologia, 21 centros de distribuição e 3 portos, todos localizados no Brasil.

Nestas unidades são produzidas celulose de fibra curta de eucalipto, papel (papel revestido, papel cartão, papel não revestido e *cut size*), bobinas de papéis e papéis para fins sanitários (bens de consumo - *tissue*), para atendimento ao mercado interno e externo.

A comercialização da celulose e papel no mercado internacional é realizada através de vendas diretas pela Suzano e, principalmente, por meio de suas controladas localizadas na Áustria, Estados Unidos da América, Suíça e Argentina e escritório de representação na China.

A Companhia tem ainda por objeto social a exploração de florestas de eucalipto para uso próprio, a operação de terminais portuários, a participação como sócia ou acionista, de qualquer outra sociedade ou empreendimento e a geração e a comercialização de energia elétrica.

A Companhia é controlada pela Suzano Holding S.A. por meio de acordo de voto no qual detém 45,72% de participação nas ações ordinárias do capital social.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 9 de fevereiro de 2022.

1.1. Participações societárias

A Companhia detém participações societárias nas seguintes entidades legais:

Denominação	Atividade principal	País	Tipo de participação	Método de contabilização	% de participação	
					31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
						Valor justo por meio de outros resultados abrangentes
Celluforce Inc.	Pesquisa e desenvolvimento de celulose nanocristalina	Canadá	Direta		8,28%	8,28%
Ensyn Corporation ⁽¹⁾	Pesquisa e desenvolvimento de biocombustível	Estados Unidos da América	Direta		26,24%	25,30%
F&E Technologies LLC	Produção de biocombustíveis, exceto álcool	Estados Unidos da América	Direta		50,00%	50,00%
F&E Tecnologia do Brasil S.A.	Produção de biocombustíveis, exceto álcool	Brasil	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Fibria Celulose (USA) Inc.	Escritório comercial	Estados Unidos da América	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Fibria Overseas Finance Ltd.	Captação de recursos financeiros	Ilhas Cayman	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Fibria Terminal de Celulose de Santos SPE S.A.	Operação portuária	Brasil	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Ibema Companhia Brasileira de Papel	Produção e comercialização de papel cartão	Brasil	Direta	Equivalência patrimonial	49,90%	49,90%
Maxcel Empreendimentos e Participações S.A.	Holding	Brasil	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Itacel - Terminal de Celulose de Itaquí S.A.	Operação portuária	Brasil	Indireta	Consolidado	100,00%	100,00%
Mucuri Energética S.A.	Geração e distribuição de energia elétrica	Brasil	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Paineiras Logística e Transportes Ltda.	Transporte rodoviário	Brasil	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Portocel - Terminal Espec. Barra do Riacho S.A.	Operação portuária	Brasil	Direta	Consolidado	51,00%	51,00%
Projetos Especiais e Investimentos Ltda.	Comercialização de equipamentos e peças	Brasil	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Rio Verde Participações e Propriedades Rurais S.A.	Base de ativos florestais	Brasil	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
SFBC Participações Ltda.	Produção de embalagens	Brasil	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Spinnova Plc ^{(2) / (3)}	Pesquisa e desenvolvimento de matérias-primas sustentáveis (madeira) para a indústria têxtil.	Finlândia	Direta	Equivalência patrimonial	19,14%	23,44%
Stenfar S.A. Indl. Coml. Imp. Y. Exp.	Comercialização de papel e materiais de informática	Argentina	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Suzano Austria GmbH.	Escritório comercial	Áustria	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Suzano Canada Inc.	Pesquisa e desenvolvimento de lignina	Canadá	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Suzano Finland Oy ⁽⁴⁾	Produção, comercialização de celulose e celulose microfibrilada e papel.	Finlândia	Direta	Consolidado	100,00%	
Suzano International Trade GmbH.	Escritório comercial	Áustria	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Suzano Operações Industriais e Florestais S.A.	Produção, comercialização e exportação de celulose	Brasil	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Suzano Pulp and Paper America Inc.	Escritório comercial	Estados Unidos da América	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Suzano Pulp and Paper Europe S.A.	Escritório comercial	Suíça	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Suzano Shanghai Ltd.	Escritório comercial	China	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Suzano Trading International KFT	Escritório comercial	Hungria	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Suzano Trading Ltd.	Escritório comercial	Ilhas Cayman	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
FuturaGene Ltd. ⁽⁵⁾	Pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia	Inglaterra	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
FuturaGene AgriDev Xinjiang Company Ltd. ⁽⁶⁾	Pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia	China	Indireta	Consolidado		100,00%
FuturaGene Biotechnology Shanghai Company Ltd.	Pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia	China	Indireta	Consolidado	100,00%	100,00%
FuturaGene Delaware Inc.	Pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia	Estados Unidos da América	Indireta	Consolidado	100,00%	100,00%
FuturaGene Israel Ltd.	Pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia	Israel	Indireta	Consolidado	100,00%	100,00%
FuturaGene Hong Kong Ltd.	Pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia	Hong Kong	Indireta	Consolidado	100,00%	100,00%
FuturaGene Inc.	Pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia	Estados Unidos da América	Indireta	Consolidado	100,00%	100,00%
Veracel Celulose S.A.	Produção, comercialização e exportação de celulose	Brasil	Direta	Consolidado proporcional	50,00%	50,00%

Suzano S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020



Woodspin Oy ⁽⁷⁾	Desenvolvimento, produção, distribuição e comercialização de fibras, fios e filamentos têxteis à base de madeira, produzidos a partir de celulose e celulose microfibrilada.	Finlândia	Direta/Indireta	Equivalência patrimonial	50,00%
----------------------------	--	-----------	-----------------	--------------------------	---------------

- 1) Aumento de participação em decorrência aporte realizado pela Companhia.
- 2) Em 24 de junho de 2021, diluição de participação da Companhia em decorrência de abertura de capital e emissão de novas ações pela coligada (nota 1.2.5).
- 3) Em 1 de julho de 2021, diluição de participação da Companhia em decorrência de emissão de opção suplementar de ações pela coligada (nota 1.2.5).
- 4) Em 9 de abril de 2021, aquisição da entidade legal CS Holding 99 Oy e subsequente, alteração da denominação social para Suzano Finland Oy.
- 5) Em 23 de dezembro de 2021, transferência integral da participação societária da Suzano Trading Ltd. para a Suzano S.A.
- 6) Em 18 de março de 2021, encerramento das operações da entidade legal.
- 7) Em 23 de março de 2021, constituição de empreendimento controlado em conjunto com a Spinnova Plc, empresa localizada na Finlândia.

1.2. Principais eventos ocorridos no exercício

1.2.1. Efeitos decorrentes da COVID-19

Com o advento da pandemia da COVID-19, popularmente conhecido como o Coronavírus, a Suzano adotou e vem mantendo as medidas preventivas e mitigatórias, em cumprimento com as regras e políticas estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais visando minimizar, tanto quanto possível, eventuais impactos decorrentes da pandemia, sobre a segurança das pessoas, da sociedade e os seus negócios.

Dessa maneira, as ações da Companhia estão pautadas em três pilares:

- (i) **Proteção às pessoas:** com o objetivo de proporcionar segurança aos seus colaboradores e terceiros que atuam nas suas operações, a Suzano adotou uma série de medidas que visam minimizar a exposição da sua equipe e/ou a mitigação dos riscos de exposição.
- (ii) **Proteção à sociedade:** um dos três direcionadores de cultura da Suzano é “Só é bom pra nós, se for bom para o mundo”. Nesse sentido, desde o início da pandemia até o momento, a Companhia adotou uma série de medidas de proteção à sociedade, dentre as quais se incluem:
 - Doação de papel higiênico, guardanapos e fraldas descartáveis produzidos pela Companhia para regiões necessitadas.
 - Compra de 159 respiradores e 1.000.000 de máscaras hospitalares para doação aos Governos Federal e Estaduais.
 - Participação na ação conjunta com Positivo Tecnologia, Klabin, Flextronics e Embraer, de apoio à empresa brasileira Magnamed, na produção de respiradores que foram entregues ao Governo Federal. O desembolso efetuado pela Suzano nessa ação foi de R\$9.584 em 2020.
 - Construção de um hospital de campanha em Teixeira de Freitas (BA) em conjunto com a Veracel, o qual já foi entregue ao governo estadual e inaugurado em julho/2020.
 - Estabelecimento de parceria com a Fatec de Capão Bonito para produção de álcool em gel.
 - Empréstimo de empilhadeiras para movimentação das doações recebidas pela Cruz Vermelha.
 - Manutenção de todos os empregos diretos.
 - Manutenção, por 90 dias (até o final de junho de 2020), do pagamento de 100% do custo da folha de pagamento dos trabalhadores de prestadores de serviços que tiveram suas atividades suspensas em decorrência da pandemia, visando a consequente preservação de empregos.

- Criação do programa de apoio a fornecedores de pequeno porte, programa social de apoio a pequenos agricultores para vender seus produtos por meio do sistema de entrega domiciliar em 38 comunidades apoiadas pelo Programa de Desenvolvimento Rural e Territorial da Suzano (“PDRT”) em 5 Estados e programa social com o objetivo de confeccionar 125 mil máscaras nas comunidades para doação em 5 Estados.
- Lançamento do programa de suporte a sua carteira de clientes de papel de pequeno e médio porte intitulado “Tamo Junto” com o objetivo de garantir que essas empresas tenham capacidade financeira e de gestão na retomada das atividades.
- Apoio ao Governo do Estado do Maranhão na instalação do hospital de campanha de Imperatriz, com a destinação de R\$2.798.
- Disponibilização de 280.000 m³ de oxigênio para o Estado do Amazonas.
- Construção de um novo centro de tratamento de combate à COVID-19 na cidade de São Paulo em parceria com a Gerdau, o BTG Pactual, Península Participações e uma união de esforços com o Hospital Israelita Albert Einstein e a Prefeitura da capital paulista.
- Doação de concentradores de oxigênio adquiridos em ação que envolveu a Suzano, Bradesco, BRF, B3, Embraer, Gerdau, Grupo Ultra, Itaú Unibanco, Magazine Luiza, Marfrig, Natura&Co e Unipar e que foram entregues ao Ministério da Saúde, a quem caberá a responsabilidade realizar a logística para a distribuição dos concentradores.
- Doação de 85.782 m³ de oxigênio para Imperatriz no Estado do Maranhão e 1.300 m³ para Aracruz no Estado do Espírito Santo.
- Esforços conjuntos para acelerar programa de vacinação à população brasileira por meio da participação no grupo “Unidos pela Vacina”, com a doação de câmaras frias e caixas térmicas, para municípios da Bahia e Espírito Santo.
- Doação cestas básicas e kits de equipamentos de proteção individual (máscaras, álcool, aventais, toucas e luvas) para municípios.

Os desembolsos efetuados para realização das ações sociais implementadas pela Suzano somaram R\$25.285 (nota 30) no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (R\$48.590 em 31 de dezembro de 2020).

- (iii) Proteção à continuidade dos negócios: até o presente momento a Companhia continua com as suas operações normalizadas e um comitê de gerenciamento de crise foi implementado e continua em funcionamento.

O setor de papel e celulose foi reconhecido pela Organização Mundial da Saúde (“OMS”), bem como por diversos países, como produtor de bens essenciais à sociedade. Portanto, para cumprir a responsabilidade decorrente da essencialidade do negócio, a Suzano tomou medidas para garantir, na maior extensão possível, a normalidade operacional e o pleno atendimento a seus clientes, aumentando o nível de estoques de madeira e matérias-primas nas fábricas e avançando

seus estoques de produto acabado, aproximando-os de seus clientes para mitigar eventuais riscos de ruptura na cadeia logística de suprimento das fábricas e de venda de seus produtos.

A conjuntura atual decorrente da COVID-19 também implica em um maior risco de crédito, sobretudo de seus clientes do negócio de papel. Assim, a Companhia também vem monitorando a evolução desse risco e implementando medidas para mitigá-lo, sendo que até o momento, não houve impacto financeiro significativo.

Conforme anteriormente divulgado durante o ano de 2020, a Companhia efetuou a parada de produção temporária de 30 dias, nos dias 27 de abril de 2020 e 01 de maio de 2020, respectivamente, nas linhas de produção de papel das fábricas de Mucuri e Rio Verde, no entanto, as atividades das fábricas foram retomadas ao nível normal no início do mês de julho de 2020 e vêm sendo mantidas até o momento.

Por fim, é oportuno informar que, em decorrência do atual cenário, a Companhia tem feito e mantido um vasto esforço de comunicação para aumentar ainda mais a interação com suas principais partes interessadas, com o objetivo de garantir a adequada transparência e fluxo de informações de forma tempestiva à dinâmica da conjuntura social e econômica.

1.2.2. Conclusão da transação de compra e venda de imóveis rurais e florestas (madeira em pé) com condição precedente (“Closing”)

Em 5 de janeiro de 2021, por meio de Comunicado ao Mercado, a Companhia informou a conclusão da transação com a Bracell SP Celulose Ltda. (“Bracell”) e Turvinho Participações Ltda. (“Turvinho”) e o recebimento do preço de compra e venda de R\$1.056.755 em conformidade com os termos do contrato de compra e venda de imóveis rurais e florestas com condição precedente assinado pelas partes.

Do montante total recebido:

- i) R\$375.860 foi reconhecido na rubrica de outros passivos, referente o adiantamento pela venda das florestas de eucalipto (maduras) e ativos biológicos em formação (imaturos), que será reconhecida em outras receitas operacionais mediante o cumprimento das obrigações de desempenho relativos a entrega de madeira, prevista até 2027; e
- ii) R\$680.895 foi reconhecido na rubrica de outras receitas operacionais, com o cumprimento da obrigação de desempenho da entrega e posse dos imóveis rurais. O custo dos imóveis no valor R\$289.867, previamente classificado na rubrica de ativos não circulantes mantidos para a venda, foram realizados e reconhecidos na rubrica de outras despesas operacionais, gerando ganho líquido de R\$391.028.

Adicionalmente, do valor recebido pela venda dos imóveis rurais, R\$50.415 foi classificado na rubrica de aplicações financeiras de longo prazo dada em garantia (“Escrow Account”), cujo montante será liberado após o cumprimento da regularização documental de determinados imóveis rurais pela Companhia, prevista na transação. Os custos de regularização foram estimados em R\$8.000 e reconhecidos na rubrica de outras despesas operacionais.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu a receita de venda no montante de R\$833.640 em decorrência da transferência do controle de parte dos ativos.

1.2.3. Nova unidade fabril em Cachoeiro de Itapemirim (ES)

No início de 2021, a Companhia inaugurou uma nova unidade fabril localizada na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, no estado do Espírito Santo, para conversão de papel *tissue* (papéis suaves e de alta absorção) em produtos acabados.

São produzidos papéis higiênicos das marcas Mimmo e Max Pure. A unidade tem capacidade estimada para produzir 30 mil toneladas por ano de papéis higiênicos, o que equivale a 1.000.000 de rolos/dia.

1.2.4. Aprovação do Projeto Cerrado

Em 12 de maio de 2021, a Companhia comunicou por meio de fato relevante, que o seu Conselho de Administração aprovou, sujeita às condições abaixo indicadas, a realização de investimento para a construção de uma nova planta de produção de celulose, com capacidade nominal de 2.300.000 toneladas de celulose de eucalipto por ano, a ser localizada no município de Ribas do Rio Pardo, no Estado do Mato Grosso do Sul, denominado como Projeto Cerrado (“Projeto Cerrado” ou “Projeto”).

O Projeto é financiado pela posição de caixa da Companhia e a geração de caixa proveniente dos negócios correntes, podendo ser complementado com financiamentos, desde que as condições sejam atrativas em termos de custo e prazo.

O Projeto Cerrado representa um importante avanço na estratégia de longo prazo da Companhia, contribuindo para a ampliação de sua competitividade estrutural, o atendimento à demanda crescente de celulose de fibra curta e a evolução da Suzano em sustentabilidade, em especial ao que se refere a clima e resíduos, proporcionando um importante aumento de captura de carbono advindo da nova base florestal.

Além disso, a expectativa é que a nova planta terá capacidade excedente de geração de energia renovável de aproximadamente 180 megawatts médio, sendo também considerada na indústria como livre de combustível fóssil, um novo marco da Suzano em ecoeficiência que evidencia seu compromisso com a sociedade e com o planeta.

Em 28 de outubro de 2021, em continuidade ao fato relevante divulgado pela Companhia em 12 de maio de 2021, o Conselho de Administração da Companhia autorizou e aprovou definitivamente a realização de investimentos relacionados ao Projeto Cerrado, tendo em vista o implemento das condicionantes deliberadas as quais foram (i) ao compromisso da Companhia com a disciplina financeira, mantendo conformidade com os parâmetros estabelecidos na Política de Endividamento da Suzano e (ii) à conclusão da negociação da aquisição dos equipamentos e serviços necessários para a realização do Projeto, que foram avaliadas e deliberadas pelo Conselho de Administração.

A nova planta terá capacidade nominal estimada de 2.550.000 toneladas de produção de celulose de eucalipto ao ano, superior portanto à capacidade nominal anual inicialmente prevista de 2.300.000 e é estimado que a nova planta entre em operação no segundo semestre de 2024, a previsão anterior era primeiro trimestre de 2024.

Em 5 de novembro de 2021, em continuidade ao fato relevante divulgado em 28 de outubro de 2021, a Companhia informou que em adição ao investimento de capital industrial de R\$14.700.000 dos quais, aproximadamente, 75% já estão compromissados, estima o valor adicional de R\$4.600.000 que contempla investimentos florestais, logísticos e em planta química, dentre outros,

perfazendo um dispêndio total de R\$19.300.000 relativo à plena execução do Projeto Cerrado, com desembolso distribuído entre os anos de 2021 e 2024.

1.2.5. Remensuração de investimento – Spinnova

Em 17 de maio de 2021, a Companhia aumentou capital na coligada Spinnova em EUR5.000 (equivalente a R\$32.820 na data da transação), alterando o percentual de participação de 23,44% para 27,15% e detendo assim, 9.808.530 ações, o que gerou um ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) de R\$22.553.

Em 24 de junho de 2021, a coligada Spinnova, concluiu a abertura de seu capital (“*Initial Public Offering – IPO*”) na *Nasdaq First North Growth Market* (“NFNGM”), com a emissão de 13.140.605 ações e captação de EUR100.000 (equivalente a R\$587.560 na data da transação). As ações da Spinnova são negociadas sob o *ticker* SPINN e passou a ser denominada Spinnova Plc (“*Public Limited*”) (anteriormente denominada como Spinnova Oy (Oy é o equivalente a uma sociedade limitada na Finlândia)).

A NFNGM é o mercado de crescimento nórdico da Nasdaq, projetado para empresas pequenas e em crescimento, de acordo com as diretrizes do mercado de capitais implementadas na legislação nacional da Dinamarca, Finlândia e Suécia e operado por uma bolsa dentro do Grupo Nasdaq. As empresas listadas no NFNGM estão sujeitas a regras menos rigorosas do que as empresas listadas em um mercado regulamentado, como a Bolsa de Valores de Helsinque.

Em decorrência da emissão de ações, o percentual de participação detido pela Suzano em relação ao investimento na Spinnova, passou de 27,15% para 19,91%.

Os efeitos da capitalização da Spinnova decorrentes do IPO, geraram a referida diluição de participação, e conseqüente, ganho na remensuração do investimento no montante de EUR19.495 (equivalente a R\$115.562 na data da transação) excluindo o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), decorrente da diferença entre o investimento antes do IPO no valor EUR1.541 (equivalente a R\$9.134 na data da transação) e do investimento após IPO no valor de EUR21.037 (equivalente a R\$124.696 em 30 de junho de 2021), de acordo com o novo percentual de participação. O ganho foi registrado a débito na rubrica de investimentos em contrapartida ao resultado de equivalência patrimonial, considerando que o investimento já era reconhecido pelo método de equivalência patrimonial, como uma coligada, o que se manteve após o efeito da diluição, tendo em vista a avaliação feita pela Administração, em conformidade com os requisitos do CPC 18/IAS 28 – Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto, de sua influência significativa na governança e gestão da coligada, que não sofreu alterações significativas devido ao processo de IPO.

Como parte da transação, a Companhia realizou proporcionalmente o ágio por expectativa de rentabilidade futura no montante de R\$24.569, sendo registrado crédito na rubrica de investimentos em contrapartida ao resultado de equivalência patrimonial e o efeito da variação cambial de investimento no exterior da Spinnova no montante de R\$746, sendo registrado a débito na rubrica de realização de resultados abrangentes, no grupo de outros resultados abrangentes, em contrapartida ao resultado de equivalência patrimonial.

Em 1 de julho de 2021, em conexão com o IPO, a Spinnova efetuou uma emissão de opção suplementar de ações, sendo subscritas 1.971.090 de novas ações e captação de EUR15.078 (equivalente à R\$89.375 na data da transação), o que acarretou, novamente, na diluição do percentual de participação de 19,91% para 19,14%, bem como um ganho na variação do percentual

de participação no investimento no montante de EUR2.098 (equivalente a R\$12.436 na data da transação), decorrente da diferença entre o investimento antes do IPO no valor EUR21.037 (equivalente a R\$124.696 em 30 de junho de 2021) e do investimento após IPO no valor de EUR23.133 (equivalente a R\$137.132 em 1 de julho de 2021) e realização proporcional do ágio por expectativa de rentabilidade futura no montante de R\$2.601, sendo os efeitos registrados na rubrica de investimentos em contrapartida ao resultado de equivalência patrimonial e o efeito da variação cambial de investimento no exterior da Spinnova no montante de R\$79, sendo registrado na rubrica de realização de resultados abrangentes, no grupo de outros resultados abrangentes, em contrapartida ao resultado de equivalência patrimonial.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, como resultado dos eventos acima descritos, a Companhia registrou um ganho de R\$100.827 no resultado do exercício na rubrica de equivalência patrimonial.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (“*International Financial Reporting Standards – IFRS*”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (“IASB”)*, e que evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais são consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia estão expressas em milhares de Reais (“R\$”) e as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares, exceto se expresso de outra forma.

A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas na aplicação das políticas contábeis, que afetem os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, incluindo passivos contingentes. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros. As práticas contábeis que requerem maior nível de julgamento e complexidade, bem como para as quais estimativas e premissas são significativas, estão divulgadas na nota 3.2.36.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- (i) instrumentos financeiros derivativos e não derivativos mensurados pelo valor justo;
- (ii) pagamentos baseados em ações e benefícios a empregados mensurados pelo valor justo;
- (iii) ativos biológicos mensurados pelo valor justo; e
- (iv) custo atribuído ao ativo imobilizado.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão divulgadas na nota 3.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas considerando a continuidade de suas atividades operacionais.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas utilizando informações da Suzano e de suas controladas na mesma data-base, bem como, políticas e práticas contábeis consistentes.

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas, consistentes com aquelas utilizadas na controladora.

Não houve mudança de qualquer natureza em relação a tais políticas e métodos de cálculos de estimativas, exceto pelas novas políticas contábeis apresentadas na nota 3.1, adotadas a partir de 1 de janeiro de 2021 e cujo impacto estimado foi divulgado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

3.1. Novas políticas contábeis e mudanças nas políticas contábeis adotadas

As novas normas e interpretações emitidas, até a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas novas normas, alterações e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor e não espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.1.1. Reforma da taxa de juros de referência – CPC 38/IAS 39 - CPC 40 (R1)/IFRS 7 e CPC 48/IFRS 9 – Fase 2 (Aplicável em/ou após 1 de janeiro de 2021, permitida adoção antecipada)

A adoção da fase 2, resume-se à:

- (i) mudanças nos fluxos de caixa contratuais: expediente prático que permite substituir, como consequência da reforma, a taxa de juros efetiva de um ativo financeiro ou passivo financeiro por uma nova taxa economicamente equivalente, sem desreconhecimento do contrato;
- (ii) requisitos de *hedge accounting*: fim das isenções para avaliação da efetividade dos relacionamentos de *hedge accounting* (Fase 1); e
- (iii) divulgações: requerimentos sobre a divulgação dos riscos em que a Companhia está exposta pela reforma, o gerenciamento deste risco e da evolução da transição das *Interbank Offered Rate* (“IBORs”).

A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não espera ter impactos significativos em suas dívidas e derivativos atrelados a *LIBOR* (nota 4.4.2).

3.1.2. Arrendamento – CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Atualização do original emitido em 16 de junho de 2020 (Aplicável em/ou após 1 de abril de 2021, permitida adoção antecipada)

Em 31 de março de 2021, este pronunciamento foi alterado em decorrência de benefícios concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento devido à pandemia da COVID-19. A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos, visto que às cláusulas dos contratos de arrendamento vigentes permaneceram inalteradas.

3.2. Políticas contábeis adotadas**3.2.1. Demonstrações financeiras individuais**

Os investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, cujo investimento é reconhecido inicialmente pelo custo de aquisição e, posteriormente ajustado pelas alterações dos ativos líquidos das investidas. Os investimentos em operações controladas em conjunto são reconhecidos proporcionalmente em relação à participação na operação em conjunto.

Adicionalmente, o valor contábil do investimento em controlada é ajustado pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial das controladas, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido da controladora.

3.2.2. Demonstrações financeiras consolidadas

São elaboradas utilizando informações da Suzano e de suas controladas na mesma data-base, bem como, políticas contábeis consistentes. A Companhia consolida todas as controladas sobre as quais detém o controle de forma direta ou indireta, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu investimento com a investida e tem a capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

Adicionalmente, todas as transações e saldos entre a Suzano e suas controladas, coligadas e investimentos controlados em conjunto foram eliminados na consolidação, bem como os lucros ou prejuízos não realizados decorrentes destas transações, líquidos dos efeitos tributários, os investimentos e os respectivos resultados de equivalência patrimonial.

A participação dos acionistas não controladores está destacada.

3.2.3. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”), individual e consolidada, como parte integrante das demonstrações financeiras, sendo requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As IFRSs não requerem a apresentação destas demonstrações e, portanto, são consideradas informações suplementares, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Adicionalmente, a Companhia adota como política contábil demonstrar o efeito do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos dentro do grupo de valor adicionado para distribuição.

3.2.4. Investimentos em controladas

São todas as entidades cujas atividades financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade.

As entidades controladas, são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir.

3.2.5. Investimentos em operações em conjunto

São todas entidades nas quais a Companhia mantém o compartilhamento do controle, contratualmente estabelecido, sobre sua atividade econômica e que existe somente quando as decisões estratégicas, financeiras e operacionais relativas à atividade exigirem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, os saldos dos ativos, passivos, receitas e despesas são reconhecidos proporcionalmente em relação à participação na operação em conjunto.

3.2.6. Investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

São reconhecidos inicialmente pelo seu custo e, posteriormente, ajustados pelo método da equivalência patrimonial, sendo acrescido ou reduzido da sua participação no resultado da investida após a data de aquisição.

Nos investimentos em coligadas, a Companhia exerce influência significativa, que é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas. Nos empreendimentos controlados em conjunto há o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de negócio, no qual as decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

Em relação as coligadas Ensyn e Spinnova, a equivalência é mensurada com base na última informação disponível e não apresenta efeito relevante em relação ao resultado consolidado e, caso tivesse ocorrido algum evento significativo até 31 de dezembro de 2021, o efeito seria ajustado na demonstração financeira consolidada.

3.2.7. Conversão das demonstrações para moeda funcional e de apresentação

A Companhia definiu que para a sua controladora e todas as suas controladas, a moeda funcional e de apresentação é o Real. Exceto para os investimentos em coligadas no exterior relativos à Ensyn Corporation, F&E Technologies LLC, Spinnova Oy, Woodspin Oy e Celluforce, as moedas funcionais são diferentes do Real, cujos efeitos acumulados de ganho ou perda na conversão das demonstrações financeiras, são registrados em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido.

As demonstrações financeiras individuais de cada controlada incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, são preparadas utilizando-se a moeda local em que a controlada opera e convertidas para a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

3.2.7.1. Transações e saldos em moeda estrangeira

São convertidas adotando-se os seguintes critérios:

- (i) ativos e passivos monetários convertidos pela taxa de câmbio do final do exercício;
- (ii) ativos e passivos não monetários convertidos pela taxa histórica da transação;
- (iii) receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média das taxas diárias (PTAX); e
- (iv) os efeitos acumulados de ganho ou perda na conversão dos itens acima, são registrados no resultado financeiro do exercício.

3.2.8. Economias hiperinflacionárias

Entidades sediadas na Argentina, país considerado como de economia hiperinflacionária, são sujeitas aos requerimentos do CPC 42 / IAS 29 – Economias Hiperinflacionárias. Os itens não monetários e o resultado destas entidades são corrigidos pela alteração do índice de correção entre a data inicial de reconhecimento e o fim do exercício de apresentação, a fim de que o balanço da controlada esteja registrado ao valor corrente.

Entretanto, a controlada da Companhia sediada na Argentina, tem o Real como moeda funcional e, desta forma, não é considerada uma entidade com moeda hiperinflacionária e não apresenta sua demonstração financeira individual de acordo com o CPC 42 / IAS 29 – Economias Hiperinflacionárias. As demonstrações financeiras são apresentadas ao custo histórico.

3.2.9. Combinações de negócios

São contabilizadas com a utilização do método de aquisição quando há transferência de controle para a adquirente. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócios, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou instrumentos de patrimônio os quais são apresentados como redutores da dívida ou no patrimônio líquido, respectivamente.

Na combinação de negócios, são avaliados os ativos adquiridos e passivos assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Inicialmente, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos assumidos, líquidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é mensurado pelo custo deduzido de quaisquer perdas

acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa que serão beneficiadas pela aquisição.

Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos.

Passivos contingentes relacionados a assuntos de natureza tributária, cível e trabalhista, classificados na adquirida como risco de perda possível e remoto, são reconhecidos na adquirente, pelos seus valores justos.

Nas transações de aquisição de investimentos em coligadas e com controle compartilhado aplicam-se as orientações complementar ao CPC 15/IFRS 3 - Combinação de Negócios, CPC 19/IFRS 11 - Negócios em Conjunto e CPC 18/IAS 28 - Investimentos em Coligadas, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da adquirente no patrimônio líquido da adquirida a partir da data de aquisição. O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) mensurado é segregado do valor contábil do investimento. Outros ativos intangíveis identificados na transação deverão ser alocados proporcionalmente à participação adquirida pela Companhia, pela diferença entre os valores contábeis registrados na entidade negociada e seu valor justo apurado (mais valia dos ativos), os quais são passíveis de serem amortizados.

Nas demonstrações financeiras individuais, o excesso de valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos em relação ao patrimônio líquido na data da aquisição das controladas permanece registrado na conta de investimento na rubrica de mais valia de ativos de controladas.

3.2.10. Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio para obter receitas e incorrer despesas. Os segmentos operacionais refletem a forma como a Administração da Companhia revisa as informações financeiras para tomada de decisão. A Administração da Companhia identificou os segmentos operacionais, que atendem aos parâmetros quantitativos e qualitativos de divulgação e representam principalmente canais de venda.

3.2.11. Caixa e equivalentes de caixa

Compreende os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, cujos vencimentos originais, na data da aquisição, eram iguais ou inferiores a 90 dias, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

3.2.12. Instrumentos financeiros

3.2.12.1. Classificação

Os instrumentos financeiros são classificados com base nas características individuais e no modelo de gestão do instrumento ou da carteira em que está contido, cujas categorias de mensuração e apresentação são:

- (i) custo amortizado;
- (ii) valor justo por meio do resultado abrangente; e
- (iii) valor justo por meio do resultado.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, ou seja, na data a qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os instrumentos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

3.2.12.1.1. Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado

São instrumentos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Suas variações são reconhecidas na rubrica de resultado financeiro, líquido.

Compreende o saldo das rubricas caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros ativos, classificados como ativos financeiros e o saldo das rubricas de empréstimos, financiamentos e debêntures, contas a pagar de arrendamento, contas a pagar de aquisição de ativos e controladas, fornecedores e outros passivos, classificados como passivos financeiros.

3.2.12.1.2. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente

São instrumentos financeiros mantidos pela Companhia (i) tanto para o recebimento de seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Adicionalmente, são classificados nessa categoria os investimentos em instrumentos patrimoniais, no qual no reconhecimento inicial, a Companhia optou por apresentar as alterações subsequentes do seu valor justo em outros resultados abrangentes. Suas variações são reconhecidas na rubrica do resultado financeiro, líquido, exceto pelo valor justo dos investimentos em instrumentos patrimoniais, que são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

Compreende o saldo da rubrica outros investimentos.

3.2.12.1.3. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São classificados nessa categoria, os instrumentos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Suas variações são reconhecidas na rubrica de resultado financeiro, líquido, para instrumentos financeiros não derivativos e na rubrica resultado dos instrumentos financeiros derivativos, para os instrumentos financeiros derivativos.

Compreende o saldo das rubricas de aplicações financeiras, classificado como ativos financeiros e dos instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos e opções de compra de ações, classificados como ativos e passivos financeiros.

3.2.12.2. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é registrado no balanço patrimonial quando há (i) um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e (ii) uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2.12.3. Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros**3.2.12.3.1. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado**

Anualmente, a Companhia avalia se há evidência de que o ativo financeiro possa estar sujeito a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), sendo que é registrada, somente, após a verificação do resultado de um ou mais eventos ocorridos posteriormente ao reconhecimento inicial e se impactar nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro que possa ser estimado de maneira confiável.

Os critérios utilizados para determinar se há evidência de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- (ii) evento de *default* no contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) quando a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não receberia;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; e
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira.

O montante da perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) é mensurado pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo financeiro é reduzido e o valor da perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) é reconhecida na demonstração de resultado.

Em mensuração subsequente, havendo uma melhora na classificação do ativo, como por exemplo, melhoria no nível de crédito do devedor, a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecida anteriormente, deve ser revertida na demonstração do resultado.

3.2.12.3.2. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente

Anualmente, a Companhia avalia se há evidência de que o ativo financeiro possa estar sujeito a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Para tais ativos financeiros, uma redução relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo, é uma evidência de que o ativo está deteriorado e a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda reconhecida anteriormente em outros resultados abrangentes, deverá ser reconhecida na demonstração do resultado.

3.2.13. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e, subsequentemente, são mensurados ao seu valor justo, cujas variações são registradas na rubrica resultado dos instrumentos financeiros derivativos, na demonstração de resultado.

Os instrumentos financeiros derivativos embutidos em contratos principais não derivativos, são tratados como um derivativo separado quando seus riscos e características não estiverem intrinsecamente relacionados aos dos contratos principais e estes não forem mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Para os instrumentos financeiros derivativos embutidos que não possuam característica de opções, estes são separados do seu contrato principal de acordo com os seus termos substantivos expressos ou implícitos, para que o valor justo seja zero no reconhecimento inicial.

3.2.14. Contas a receber de clientes

São registradas pelo valor nominal faturado na data da venda, no curso normal das atividades da Companhia, ajustadas pela variação cambial quando denominadas em moeda estrangeira e, quando aplicável, deduzidas das perdas de crédito esperadas.

A Companhia utiliza a matriz de provisões por vencimento com o agrupamento apropriado de sua carteira. Quando necessário, com base em análise individual, a provisão para perda esperada é complementada.

A posição de vencimentos da carteira de clientes é analisada mensalmente e, para os clientes que apresentam saldos vencidos é efetuada uma avaliação específica de cada um, considerando o risco de perda envolvido, a existência de seguros contratados, cartas de crédito, garantias reais e situação financeira. Em caso de inadimplência, esforços de cobrança são efetuados, por meio de contatos diretos com os clientes e cobrança por meio de terceiros. Caso esses esforços não sejam suficientes, medidas judiciais são consideradas e é registrada uma perda de crédito esperada em contrapartida à rubrica despesas com vendas na demonstração de resultado. Os títulos são baixados contra a provisão, à medida que a Administração considera que estes não são mais recuperáveis após ter tomado todas as medidas cabíveis para recebê-los.

3.2.15. Estoques

São avaliados ao custo médio de aquisição ou formação dos produtos acabados, líquido dos tributos recuperáveis e seu valor líquido de realização.

O custo dos produtos acabados e em elaboração inclui matérias-primas, mão-de-obra, custo de produção, transporte e armazenagem e despesas gerais de produção, que estão relacionados a todos os processos necessários para a colocação dos produtos em condições de venda.

As importações em andamento são apresentadas pelo custo incorrido até a data do balanço.

O custo da madeira transferida da rubrica de ativos biológicos para estoques, é mensurado ao valor justo mais os gastos com colheitas e frete.

Provisões para perda, ajustes a valor líquido de realização, itens deteriorados e estoques de baixa movimentação são registrados quando necessário. As perdas normais de produção integram o custo de produção do respectivo mês, enquanto as perdas anormais, se houver, são registradas diretamente na rubrica de custo dos produtos vendidos sem transitar pelos estoques.

3.2.16. Ativos não circulantes mantidos para venda

São mensurados com base no menor montante entre o valor contábil e o valor justo, deduzidos das despesas de venda e não são depreciados ou amortizados. Tais itens somente são classificados nesta rubrica quando a venda for altamente provável e os itens estiverem disponíveis para venda imediata em suas condições atuais.

3.2.17. Ativos biológicos

Os ativos biológicos para produção (florestas maduras e imaturas) são florestas de eucalipto de reflorestamento, com ciclo de formação entre o plantio até a colheita de aproximadamente 7 (sete) anos, mensurados ao valor justo menos as despesas de vendas. A exaustão é mensurada pela quantidade de ativo biológico exaurido (colhido) e avaliado ao seu valor justo.

Para a determinação do valor justo, foi aplicada a técnica da abordagem de receita (“*income approach*”) utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado, de acordo com o ciclo de produtividade projetado para estes ativos. As premissas utilizadas na mensuração do valor justo são revistas semestralmente, pois a Companhia considera que esse intervalo é suficiente para que não haja defasagem significativa do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado contabilmente. As premissas significativas estão apresentadas na nota 13.

O ganho ou perda na avaliação do valor justo é reconhecido na rubrica receitas (despesas) operacionais, líquidas.

Os ativos biológicos em formação com idade inferior a 2 (dois) anos, mantidas contabilmente pelo seu custo de formação e as áreas de preservação ambiental permanente, que não são registradas contabilmente, por não se caracterizarem como ativos biológicos, não são incluídos na mensuração ao valor justo.

3.2.18. Imobilizado

Mensurado pelo custo de aquisição, formação, construção ou restauração, líquido dos impostos recuperáveis. Este custo é deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável, que é o maior valor entre o de uso e o de venda, menos os custos de venda. Os custos de empréstimos e financiamentos são registrados como parte dos custos do imobilizado em andamento, considerando a taxa média ponderada, ajustada pela equalização dos efeitos cambiais, de empréstimos e financiamentos vigente na data da capitalização de acordo com a política da Companhia.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados

anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. Os terrenos não sofrem depreciação.

A Companhia realiza anualmente a análise de indícios de perda no valor recuperável (*impairment*) do ativo imobilizado. A provisão para perda ao valor recuperável do ativo imobilizado somente é reconhecida se a unidade geradora de caixa (“UGC”) à qual o ativo está relacionado sofrer perda por desvalorização. Essa condição também se aplica mesmo se o valor recuperável do ativo for menor do que seu valor contábil. O valor recuperável do ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo líquido de despesas de vendas.

O custo das principais reformas é capitalizado quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o desempenho inicialmente estimado para o ativo e são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Os demais custos com reparos e manutenção são apropriados ao resultado quando incorridos.

Os ganhos e as perdas em alienações de ativos imobilizados são mensurados pela comparação do valor da venda e o valor contábil residual e são reconhecidos na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas na data de alienação.

3.2.19. Arrendamento

Um contrato é, ou contém um arrendamento se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação, para o qual é necessário avaliar se:

- (i) o contrato envolve o uso de um ativo identificado, que pode estar explícito ou implícito, e pode ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade de um ativo fisicamente distinto. Se o fornecedor tiver o direito substancial de substituir o ativo, então o ativo não é identificado;
- (ii) a Companhia tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso do ativo durante o período do contrato; e
- (iii) a Companhia tem o direito de direcionar o uso do ativo. A Companhia tem o direito de tomada de decisão para alterar como e para qual finalidade o ativo é usado, se:
 - tem o direito de operar o ativo, ou
 - projetou o ativo, de forma que predetermina como e para qual finalidade será usado.

No início do contrato, a Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento que representa a obrigação de efetuar os pagamentos relacionados ao ativo subjacente do arrendamento.

O ativo de direito de uso é inicialmente mensurado pelo custo e compreende o montante inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento efetuado em/ou antes da data de início do contrato, adicionado de qualquer custo direto inicial incorrido e estimativa de custo de desmontagem, remoção, restauração do ativo no local onde está localizado, menos qualquer incentivo recebido.

O ativo de direito de uso é depreciado subsequentemente usando o método linear desde a data de início até o término do prazo do arrendamento. Com exceção aos contratos de terrenos que são prorrogados automaticamente por igual período por meio de notificação ao arrendador, para os demais não são permitidas renovações automáticas e por prazo indeterminado, assim como o exercício da extinção contratual é um direito de ambas as partes.

O passivo de arrendamento bruto de PIS/COFINS, é inicialmente mensurado pelo valor presente, descontado com base na taxa nominal de empréstimo incremental.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando existir mudança:

- (i) nos pagamentos futuros decorrentes de uma mudança em índice ou taxa;
- (ii) na estimativa do montante esperado a ser pago no valor residual garantido; ou
- (iii) na avaliação se a Companhia exercerá a opção de compra, prorrogação ou rescisão.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado, o valor do ajuste correspondente é registrado no valor contábil do ativo de direito de uso ou no resultado, se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia não possui registrados contratos de arrendamento com cláusulas de:

- (i) pagamentos variáveis que sejam baseados na performance dos ativos arrendados;
- (ii) garantia de valor residual; e
- (iii) restrições, como por exemplo, obrigação de manter coeficientes financeiros.

Os contratos de baixo valor ou de curto prazo, enquadrados na isenção da norma, referem-se, respectivamente, àqueles cujos valores individuais dos ativos são inferiores a US\$5 ou com prazo de vencimento inferior a 12 meses, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

3.2.20. Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios têm seu custo definido como o valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) sempre que houver indício de perda de seu valor econômico. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa relacionada ao seu uso e consistente com a vida útil econômica do ativo intangível.

As amortizações de contrato de fornecedores e serviços portuários, concessão de portos, contratos de arrendamento e cultivares são registradas no custo das vendas, a amortização com relacionamento com clientes nas despesas comerciais, amortizações de marcas e patentes, acordo de não competição, acordo de pesquisa e desenvolvimento e desenvolvimento e implantação de sistemas nas despesas administrativas, enquanto que as amortizações de softwares são registradas de acordo com a sua utilização, podendo ser custo das vendas, despesas administrativas ou comerciais.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação às perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), individualmente ou no nível da UGC. A alocação é feita para a UGC ou grupo de UGCs que representa o menor nível dentro da entidade, no qual o ágio é monitorado para propósitos internos da Administração, e que se beneficiou da combinação de negócios. A Companhia registra neste subgrupo principalmente ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) e servidão de passagem.

A realização do teste envolveu a adoção de premissas e julgamentos, divulgados na nota 16.

3.2.21. Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) correntes e diferidos

Os tributos sobre o lucro compreendem o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, correntes e diferidos. Esses tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial.

O encargo corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas nos países em que a Companhia e suas controladas e coligadas atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

Os impostos e contribuições diferidos passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Os impostos e contribuições diferidos são determinados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e, que devem ser aplicadas quando forem realizados ou quando forem liquidados.

Impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas e coligadas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não seja revertida em um futuro previsível.

Os impostos e contribuições diferidos ativos e passivos são compensados pelo montante líquido no balanço sempre que relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

3.2.22. Contas a pagar aos fornecedores

Corresponde às obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades da Companhia, reconhecidas pelo valor justo e, subseqüentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva e ajustadas pelas variações monetárias e cambiais incorridas, quando aplicável.

3.2.23. Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subseqüentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e liquidados, é reconhecida na demonstração do resultado, utilizando o método da taxa efetiva de juros durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto.

Os custos de empréstimos e financiamentos, que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável de acordo com a política da Companhia, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que resultará em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. A Companhia não possui empréstimos específicos para obtenção de ativos qualificáveis. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

3.2.24. Provisões, ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são registrados. O reconhecimento somente é realizado quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, quando os benefícios econômicos decorrentes de ações judiciais são praticamente certos e cujo valor seja possível ser mensurado com segurança. Os ativos contingentes avaliados como êxitos prováveis são divulgados em nota explicativa, quando material.

Uma provisão é reconhecida na medida em que a Companhia espera desembolsar fluxos de caixa, que possa ser mensurada com segurança. Os processos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas são provisionados quando as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança, sendo registrados líquidos dos depósitos judiciais. Quando a expectativa de perda nestes processos é possível, uma descrição dos processos e montantes envolvidos é divulgada nas notas explicativas. Passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Os passivos contingentes de combinações de negócios são reconhecidos se forem decorrentes de uma obrigação presente que surgiu de eventos passados e se o seu valor justo puder ser mensurado com confiabilidade. São mensurados pelo maior valor entre:

- (i) o valor que seria reconhecido de acordo com a política contábil de provisões acima descrita; ou
- (ii) o valor inicialmente reconhecido, deduzido, quando for o caso, da receita reconhecida de acordo com a política de reconhecimento de receita de contrato com cliente.

3.2.25. Provisão para desmobilização de ativos

Compreende os custos para a desmobilização de células de aterro industrial e desativação dos ativos vinculados aos aterros. O reconhecimento inicial é um passivo de longo prazo em

contrapartida ao ativo imobilizado vinculado e corresponde ao valor presente do fluxo de caixa dos pagamentos futuros descontado por uma taxa livre de risco ajustada. O passivo de longo prazo é atualizado financeiramente por uma taxa de desconto de longo prazo em contrapartida ao resultado financeiro. O ativo imobilizado vinculado é depreciado linearmente pela vida útil do bem principal em contrapartida à rubrica de custo de produto vendido na demonstração de resultado.

3.2.26. Pagamento baseado em ações

Os executivos e administradores da Companhia recebem parcela de sua remuneração por meio de planos de pagamento baseado em ações com liquidação em dinheiro e em ações, com alternativa de liquidação em dinheiro.

As despesas com os planos são reconhecidas no resultado em contrapartida a um passivo financeiro, durante o período de aquisição quando os serviços são recebidos. O passivo financeiro é mensurado pelo seu valor justo a cada data de balanço e sua variação é reconhecida na rubrica despesas administrativas, na demonstração de resultado.

Na data de exercício da opção e na situação de tais opções serem exercidas pelo executivo para recebimento de ações da Companhia, o passivo financeiro é reclassificado para a rubrica opções de ações outorgadas no patrimônio líquido. No caso de exercício da opção em dinheiro, a Companhia liquida o passivo financeiro em favor do executivo.

3.2.27. Benefícios a empregados

A Companhia oferece benefícios relativos à plano de aposentadoria suplementar de contribuição definida a todos os funcionários e assistência médica e seguro de vida para determinado grupo de ex-funcionários, sendo que para os dois últimos benefícios, anualmente, são elaborados estudos atuariais por profissional independente e são revisados pela Administração.

As mensurações, que compreendem os ganhos e perdas atuariais, são reconhecidos na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial quando incorridos. Os juros incorridos, decorrentes das alterações no valor presente do passivo atuarial são registrados na rubrica de despesas financeiras, na demonstração de resultado.

3.2.28. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido somente quando for provável que seu benefício econômico futuro será gerado em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

3.2.29. Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas a valor justo quando há razoável segurança de que as condições estabelecidas foram cumpridas e o benefício será recebido. São registradas como receita ou redução de despesa no resultado de fruição do benefício e, posteriormente, são reclassificadas de lucros acumulados para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido, quando aplicável.

3.2.30. Dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio é reconhecida como um passivo, apurado com base na legislação societária, no estatuto social e na política de dividendos da Companhia, que estabelece que o dividendo mínimo anual é o menor valor entre (i) 25% do lucro líquido ajustado ou (ii) da geração de caixa operacional consolidado no exercício e, desde que declarados antes do final do exercício. Qualquer parcela excedente dos dividendos mínimos obrigatórios, caso seja declarada após a data do balanço, deve ser registrada na rubrica dividendos adicionais propostos, no patrimônio líquido, até aprovação pelos acionistas, em assembleia geral. Após aprovação, é efetuada a reclassificação para o passivo circulante.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

3.2.31. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos de transação diretamente atribuíveis à oferta pública são registrados, de forma destacada, em conta redutora do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos fiscais.

3.2.32. Reconhecimento da receita

As receitas de contratos com clientes são reconhecidas à medida em que ocorre a transferência de controle dos produtos aos clientes, representada pela capacidade de determinar o uso dos produtos e de obter substancialmente a totalidade dos benefícios restantes provenientes dos produtos.

Para isso, a Companhia utiliza o modelo de 5 etapas: (i) identificação dos contratos com os clientes (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos (iii) determinação do preço da transação (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

Para o segmento operacional Celulose, o reconhecimento da receita baseia-se nos parâmetros previstos pelo (i) Termos Internacionais de Comércio (“*Incoterms*”) correspondente, quando destinado ao mercado externo e (ii) tempo de trânsito (“*lead time*”), quando destinado ao mercado interno.

Para os segmentos operacionais Papel e Bens de Consumo, o reconhecimento da receita, baseia-se nos parâmetros previstos pelo (i) Termos Internacionais de Comércio (“*Incoterms*”) correspondente e (ii) no tempo de trânsito (“*lead time*”) e são produtos destinados aos mercados externo e interno.

São mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos e reconhecida em conformidade com o regime contábil de competência, quando o valor é mensurado com segurança.

A experiência acumulada é usada para estimar e registrar as provisões para abatimentos e descontos por meio do método de valor estimado. A receita é reconhecida apenas na medida em que for altamente provável que não irá ocorrer uma reversão significativa. Uma provisão para reembolso (incluído em contas a receber de clientes) é reconhecida para os abatimentos e descontos estimados a pagar a clientes com relação a vendas realizadas até o fim do exercício. As vendas são realizadas no curto prazo, portanto, não têm caráter de financiamento e não são descontadas ao valor presente.

3.2.33. Receitas e despesas financeiras

Abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros, pela taxa efetiva de juros que inclui a amortização de custos de captação, ganhos e perdas nos instrumentos financeiros derivativos, juros sobre empréstimos e financiamentos, variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos e outros ativos e passivos financeiros e variações monetárias sobre outros ativos e passivos. As receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos.

3.2.34. Resultado básico por ação

O cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação é efetuado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O cálculo do lucro (prejuízo) diluído por ação é efetuado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis, durante o exercício, somados à quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

3.2.35. Participação dos funcionários e administradores no resultado

Os funcionários têm direito a uma participação no resultado com base em determinadas metas acordadas anualmente. Já para os administradores são utilizadas como base as disposições estatutárias, propostas pelo Conselho de Administração e aprovadas pelos acionistas. As provisões para participação são reconhecidas na rubrica de despesa administrativa, durante o período em que as metas são atingidas.

3.2.36. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis relevantes

Conforme divulgado na nota 2, a Administração utilizou-se de julgamentos, estimativas e premissas contábeis com relação ao futuro, cuja incerteza pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos, passivos, receitas e despesas em exercícios futuros, e são apresentados a seguir:

- controle, influência significativa e consolidação (nota 1.1);
- transações com pagamento baseado em ações (nota 22);
- transferência de controle para reconhecimento da receita (nota 28);
- valor justo de instrumentos financeiros (nota 4);
- análise anual do valor recuperável de ativos não financeiros (notas 15 e 16);
- perdas de crédito esperadas (nota 7);
- provisão para perdas nos estoques (nota 8);
- análise anual do valor recuperável de tributos (notas 9 e 12);

- valor justo dos ativos biológicos (nota 13);
- vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangíveis com vida útil definida (notas 15 e 16);
- análise anual do valor recuperável do ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) (nota 16);
- provisão para passivos judiciais (nota 20); e
- benefícios de aposentadoria (nota 21).

A Companhia revisa continuamente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis e qualquer alteração, é reconhecida nas demonstrações financeiras no período em que tais revisões são efetuadas.

3.3. Novas normas, revisões e interpretações ainda não adotadas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não adotadas até 31 de dezembro de 2021, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas novas normas, alterações e interpretações, se cabível, quando entrarem em vigor e não espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.3.1. Combinação de Negócios CPC 15/IFRS 3 – Referência à estrutura conceitual (Aplicável em/ou após 1 de janeiro de 2022. Permitida adoção antecipada, se a entidade também adotar todas as outras referências atualizadas (publicada em conjunto com a Estrutura Conceitual atualizada) na mesma data ou antes)

As alterações atualizam o CPC 15/IFRS 3 de modo que ela se refere à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da Estrutura de 1989. Elas também incluem no CPC 15/IFRS 3 a exigência de que, para obrigações dentro do escopo do CPC 25/IAS 37, o comprador aplica o CPC 25/IAS 37 para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um tributo dentro do escopo do ICPC 19/IFRIC 21 – Tributos, o comprador aplica o ICPC 19/IFRIC 21 para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição.

As alterações acrescentam uma declaração explícita de que o comprador não reconhece ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios.

3.3.2. CPC 25/IAS 37 – Contratos onerosos: Custo para cumprir um contrato oneroso (Aplicável para períodos anuais em/ou após 1 de janeiro de 2022, permitido adoção antecipada)

As alterações no CPC 25/IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes esclarecem o que representam “custos para cumprir um contrato” quando se avalia se um contrato é oneroso. Algumas entidades que aplicam a abordagem do “custo incremental” podem ter o valor de suas provisões aumentadas, ou novas provisões reconhecidas para contratos onerosos em decorrência da nova definição.

A necessidade de esclarecimento foi provocada pela introdução da IFRS 15/CPC 47, que substituiu os requerimentos existentes relacionados a receita, inclusive orientações contidas no CPC 17 (R1)/IAS 11, que tratava de contratos de construção. Enquanto o CPC 17 (R1)/IAS 11 especificava quais custos eram incluídos como custos para cumprir um contrato, o IAS 37 não o fazia, gerando diversidade de prática. A alteração visa esclarecer quais custos devem ser incluídos na avaliação.

3.3.3. Imobilizado - CPC 27/IAS 16 – Receitas antes do uso pretendido (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1 de janeiro de 2022, permitida adoção antecipada)

No processo de construir um item do ativo imobilizado para o uso pretendido, uma entidade pode paralelamente produzir e vender produtos gerados no processo de construção do item do imobilizado. Antes da alteração proposta pelo IASB, eram observadas, na prática, diversas formas de contabilização de tais receitas. O IASB alterou a norma para fornecer orientações sobre a contabilização de tais receitas e os custos de produção relacionados.

Com a nova proposta, a receita da venda não é mais deduzida do custo do imobilizado, mas sim reconhecida na demonstração do resultado juntamente com os custos de produção desses itens. A IAS 2/ CPC 17 Estoques deve ser aplicada na identificação e mensuração dos custos de produção.

3.3.4. CPC 43 (R1)/IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1 de janeiro de 2022, permitida adoção antecipada)

A alteração prevê medida adicional para uma controlada que se torna adotante inicial depois da sua controladora com relação à contabilização de diferenças acumuladas de conversão. Em virtude da alteração, a controlada que usa a isenção contida na IFRS 1:D16(a) pode agora optar por mensurar as diferenças acumuladas de conversão para todas as operações no exterior ao valor contábil que seria incluído nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para as normas do IFRS, se nenhum ajuste for feito com relação aos procedimentos de consolidação e efeitos da combinação de negócios na qual a controladora adquiriu a controlada. Uma opção similar está disponível para uma coligada ou empreendimento controlado em conjunto que utiliza a isenção contida na IFRS 1:D16(a).

3.3.5. CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1 de janeiro de 2022, permitida adoção antecipada)

A alteração esclarece que ao aplicar o teste de 10% para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado, a entidade inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a entidade (devedor) e o credor, inclusive honorários pagos ou recebidos pela entidade ou credor em nome da outra parte.

A alteração é aplicável prospectivamente a modificações e trocas ocorridas na ou após a data em que a entidade aplica a alteração pela primeira vez.

3.3.6. CPC 06(R2)/IFRS 16 – Arrendamentos (data de vigência não aplicável)

A alteração exclui o exemplo de reembolso de benfeitorias em imóveis de terceiros.

Uma vez que a alteração à IFRS 16 constitui apenas um exemplo ilustrativo, nenhuma data de vigência é definida.

3.3.7. CPC 29/IAS 41 – Ativos biológicos e produto agrícola (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1 de janeiro de 2022, permitida adoção antecipada)

A alteração exclui a exigência no CPC 29/ IAS 41 para as entidades em excluir os fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo. Isso alinha a mensuração do valor justo na CPC 29/ IAS 41 às exigências na CPC 46/ IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo para fins de uso de fluxos de caixa e taxas de desconto internamente consistentes e permite que os preparadores determinem se devem usar fluxos de caixa antes ou depois dos impostos e taxas de desconto para a mensuração do valor justo mais adequada.

A alteração é aplicável prospectivamente, isto é, mensurações de valor justo na ou após a data em que a entidade aplica inicialmente a alteração.

3.3.8. Alterações à CPC 36(R3)/ IFRS 10 e CPC 18 (R2)/IAS 28 – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Empreendimento Controlado em Conjunto (A data de vigência das alterações ainda não foi definida pelo IASB, porém, é permitida a adoção antecipada das alterações)

As alterações do CPC 36/IFRS10 e CPC 18/IAS 28 tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto. Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou empreendimento controlado em conjunto contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações de investidores não relacionados nessa coligada ou empreendimento controlado em conjunto. Da mesma forma, os ganhos e as perdas resultantes da remensuração de investimentos retidos em alguma antiga controlada (que tenha se tornado coligada ou empreendimento controlado em conjunto contabilizado pelo método de equivalência patrimonial) ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações dos investidores não relacionados na nova coligada ou empreendimento controlado em conjunto.

3.3.9. Alterações à CPC 26 (R1)/IAS 1 – Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1 de janeiro de 2023, permitida adoção antecipada)

As alterações do CPC 26/IAS 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens.

As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de “liquidação” para esclarecer que se refere à transferência, para uma contraparte; um valor em caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.

3.3.10. Alterações a CPC 26(R1)/ IAS 1 e expediente prático 2 do IFRS – Divulgação de Políticas Contábeis (Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em/ou após 1 de janeiro de 2023)

Alteram os requisitos do CPC 26/IAS 1 no que diz respeito à divulgação de políticas contábeis. As alterações substituem todas as instâncias do termo "políticas contábeis significativas" por "informações de políticas contábeis relevantes". As informações de políticas contábeis são relevantes se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, pode-se razoavelmente esperar que influenciem as decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras. Ao aplicar as alterações, a entidade divulga suas políticas contábeis relevantes, ao invés de suas políticas contábeis significativas.

Os parágrafos de suporte do CPC 26/IAS 1 também foram alterados para esclarecer que a informação da política contábil relacionados a transações, outros acontecimentos ou condições irrelevantes são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações de política contábil podem ser relevantes devido à natureza das transações relacionadas, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam imateriais. No entanto, nem todas as informações de política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições materiais são, por si só, relevantes.

3.3.11. Alterações à CPC 23/ IAS 8 – Definição de Estimativas Contábeis (Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em/ou após 1 de janeiro de 2023)

A alteração substitui a definição de "mudança de estimativa contábil" por "estimativa contábil". De acordo com a nova definição, as estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração".

A definição de mudança de estimativa contábil foi eliminada. No entanto, o IASB manteve o conceito de mudanças nas estimativas contábeis na norma, com os seguintes esclarecimentos:

- (i) Uma mudança na estimativa contábil que resulta de novas informações ou novos desenvolvimentos não é a correção de um erro; e
- (ii) Os efeitos de uma mudança em um dado ou técnica de mensuração usada para desenvolver uma estimativa contábil são mudanças nas estimativas contábeis se não resultarem da correção de erros de períodos anteriores.

3.3.12. Alterações à CPC 32/ IAS 12 – Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em/ou após 1 de janeiro de 2023

As alterações introduzem uma outra exceção à isenção do reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, uma entidade não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e não afete nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Por exemplo, isso pode surgir no reconhecimento de um passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso correspondente aplicando o CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamentos na data de início de um arrendamento.

Em consonância com as alterações do CPC 32/IAS 12, uma entidade é obrigada a reconhecer os respectivos ativos e passivos diferidos, sendo que o reconhecimento de ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade da CPC 32/IAS 12.

As alterações aplicam-se a transações que ocorram no ou após o início do período comparativo mais antigo apresentado. Além disso, no início do período comparativo mais antigo, uma entidade reconhece:

- (i) Um ativo fiscal diferido (na medida em que seja provável que o lucro tributável estará disponível contra o qual a diferença temporária dedutível pode ser utilizada) e um passivo fiscal diferido para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a:
 - Ativos de direito de uso e passivos de arrendamento; e
 - Desativação, restauração e passivos semelhantes e os valores correspondentes reconhecidos como parte do custo do ativo relacionado.
- (ii) O efeito cumulativo da aplicação inicial das alterações como um ajuste ao saldo inicial dos lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável) naquela data.

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

4.1. Gerenciamento de riscos financeiros

4.1.1. Visão geral

Em decorrência de suas atividades, a Companhia está exposta a diversos riscos financeiros, os quais são gerenciados em conformidade com as Políticas de Gestão de Riscos Financeiros, de Risco de Contrapartes e Emissores, de Endividamento Financeiros, de Gestão de Derivativos e de Gestão de Caixa (“Políticas Financeiras”), as quais foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de agosto de 2020 e está disponível no site da Companhia.

Os principais fatores considerados pela Administração são:

- (i) liquidez;
- (ii) crédito;
- (iii) taxas de câmbio;
- (iv) taxas de juros;
- (v) oscilações de preços de *commodities*; e
- (vi) capital.

A Administração foca na geração de resultados consistentes e sustentáveis ao longo do tempo, entretanto, em decorrência dos fatores de riscos externos, níveis indesejados de volatilidade podem influenciar a geração de caixa e resultados da Companhia.

A Companhia dispõe de políticas e procedimentos para a gestão dos riscos financeiros, que visam:

- (i) reduzir, mitigar ou transferir exposições visando proteger o fluxo de caixa e o patrimônio da Companhia contra oscilações de preços de mercado de insumos e produtos, taxas de câmbio e de juros, índices de preços e de correção (“riscos de mercado”) ou ainda outros ativos ou instrumentos negociados em mercados líquidos ou não (“riscos de liquidez”) aos quais o valor dos ativos, passivos ou geração de caixa estejam expostos;
- (ii) estabelecer limites e instrumentos com o objetivo de alocar o caixa da Companhia dentro de parâmetros aceitáveis de exposição de risco de crédito de instituições financeiras; e
- (iii) otimizar a contratação de instrumentos financeiros para proteção da exposição em risco, considerando e se beneficiando de *hedges* naturais e das correlações entre os preços de diferentes ativos e mercados, evitando o desperdício de recursos com a contratação de operações de modo ineficiente. As operações financeiras contratadas pela Companhia visam a proteção das exposições existentes, sendo vedada à assunção de novos riscos que não aqueles decorrentes de suas atividades operacionais.

Instrumentos de *hedge* são contratados exclusivamente visando proteção e são pautados nos seguintes termos:

- (i) proteção do fluxo de caixa contra descasamento de moedas;
- (ii) proteção do fluxo de receita para liquidação e juros de dívidas às oscilações de taxas de juros e moedas; e
- (iii) oscilações no preço da celulose ou outros insumos relacionados a produção.

A Tesouraria é a responsável pela identificação, avaliação e busca de proteção contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração aprova as políticas financeiras que estabelecem os princípios e normas para a gestão de risco global, as áreas envolvidas nestas atividades, o uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e a alocação do excedente de caixa.

A Companhia utiliza os instrumentos financeiros de maior liquidez, e:

- (i) não contrata operações alavancadas ou com outras formas de opções embutidas que alterem sua finalidade de proteção (*hedge*);
- (ii) não possui dívida com duplo indexador ou outras formas de opções implícitas; e
- (iii) não tem operações que requeiram depósito de margem ou outras formas de garantia para o risco de crédito das contrapartes.

A Companhia não adota a modalidade de contabilização *hedge accounting*. Dessa forma, os ganhos e perdas mensurados nas operações com derivativos, estão integralmente reconhecidos na demonstração do resultado e divulgados na nota 27.

A Companhia manteve sua postura conservadora e posição robusta em caixa e aplicações financeiras, bem como sua política de *hedge*, durante a crise causada pela pandemia da COVID-19 e mesmo tendo havido reflexos no valor justo de seus instrumentos financeiros em decorrência dos efeitos em todas as economias globais, os impactos foram de acordo com os cenários de estresse cambial apresentados nas análises de sensibilidade divulgadas em relatórios anteriores, e medidas foram tomadas em relação aos riscos associados aos instrumentos financeiros, em especial aos riscos de liquidez, crédito e variação cambial, conforme descritos a seguir.

4.1.2. Classificação

Todas as transações com instrumentos financeiros estão reconhecidas contabilmente e classificadas nas seguintes categorias:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Ativos					
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	5	180.729	417.001	13.590.776	6.835.057
Contas a receber de clientes	7	7.884.683	7.319.975	6.531.465	2.915.206
Dividendos a receber	11	21.089	11.184	6.604	7.633
Outros ativos ⁽¹⁾		747.261	631.471	886.112	723.622
		8.833.762	8.379.631	21.014.957	10.481.518
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes					
Outros investimentos – Celluforce	14.1	28.358	26.338	28.358	26.338
		28.358	26.338	28.358	26.338
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	4.5.1	1.442.140	1.341.420	1.442.140	1.341.420
Aplicações financeiras	6	5.289.072	2.251.609	7.758.329	2.396.857
		6.731.212	3.593.029	9.200.469	3.738.277
		15.593.332	11.998.998	30.243.784	14.246.133
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores	17	2.628.050	1.839.187	3.288.897	2.361.098
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18.1	13.590.791	14.885.298	79.628.629	72.899.882
Contas a pagar de arrendamento	19.2	5.806.383	5.112.747	5.893.194	5.191.760
Partes relacionadas	11	70.442.911	63.658.453		
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	23	405.952	502.228	405.952	502.228
Dividendos a pagar	11	916.751	3.910	919.073	6.232
Outros passivos ⁽¹⁾		121.223	138.264	164.216	152.231
		93.912.061	86.140.087	90.299.961	81.113.431
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	4.5.1	7.894.179	8.117.400	7.894.528	8.117.400
		7.894.179	8.117.400	7.894.528	8.117.400
		101.806.240	94.257.487	98.194.489	89.230.831
		86.212.908	82.258.489	67.950.705	74.984.698

1) Não inclui itens não classificados como instrumentos financeiros.

4.1.3. Valor justo dos empréstimos e financiamentos

Os instrumentos financeiros são registrados pelos seus valores contratuais. Os contratos de instrumentos financeiros derivativos, utilizados exclusivamente com a finalidade de proteção, são mensurados ao valor justo.

Para determinação dos valores de mercado dos instrumentos financeiros negociados em mercados públicos e liquidados, foram utilizadas as cotações de mercado de fechamento nas datas dos balanços. O valor justo dos *swaps* de taxas de juros e índices é calculado com base no valor presente dos seus fluxos de caixa futuros, descontados às taxas de juros correntes disponíveis para as operações com condições e prazos de vencimento remanescentes similares. Este cálculo é feito com base nas cotações da B3 e ANBIMA para transações de taxas de juros em reais e da *British Bankers Association* e *Bloomberg* para transações de taxa *London Interbank Offered Rate* (“*LIBOR*”). O valor justo dos contratos futuros ou a termo de taxas de câmbio é determinado usando-se as taxas de câmbio *forward* prevalecentes nas datas dos balanços, de acordo com as cotações da B3.

Para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados de balcão ou sem liquidez, são utilizadas diversas premissas e métodos baseados nas condições normais de mercado e não para liquidação ou venda forçada, em cada data de balanço, incluindo a utilização de modelos de precificação de opções, como *Garman-Kohlhagen*, e estimativas de valores descontados de fluxos de caixa futuros. O valor justo dos contratos para fixação de preços de *bunker* de petróleo é obtido com base nas cotações do índice *Platts*.

O resultado da negociação de instrumentos financeiros é reconhecido nas datas de fechamento ou contratação das operações, onde a Companhia se compromete a comprar ou vender estes instrumentos. As obrigações decorrentes da contratação de instrumentos financeiros são eliminadas de nossas demonstrações financeiras apenas quando estes instrumentos expiram ou quando os riscos, obrigações e direitos deles decorrentes são transferidos.

Os valores justos estimados dos empréstimos e financiamentos, são apresentados a seguir:

Curva de desconto / Metodologia	Controladora		Consolidado		
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	
Cotados no mercado secundário					
Em moeda estrangeira					
<i>Bonds</i>					
Mercado secundário			51.183.520	43.703.482	
Estimados ao valor presente					
Em moeda estrangeira					
Créditos de exportação ("Pré-pagamento de exportação")	LIBOR	18.628	198.735	19.441.297	20.546.778
Em moeda nacional					
BNDES – TJLP	DI 1	278.072	1.340.891	355.494	1.399.177
BNDES – TLP	DI 1	686.247	647.235	686.247	647.235
BNDES – Fixo	DI 1	41.602	55.806	44.544	76.732
BNDES – Selic ("Sistema Especial de Liquidação e de Custódia")	DI 1	543.269	960.215	543.269	960.215
BNDES – UMBNDES	DI 1			25.001	27.239
CRA ("Certificado de Recebíveis do Agronegócio")	DI 1/IPCA	3.281.250	3.286.792	3.281.250	3.286.792
Debêntures	DI 1	5.633.533	5.498.793	5.633.533	5.498.793
NCE ("Notas de Crédito à Exportação")	DI 1	1.352.291	1.322.813	1.352.291	1.322.813
NCR ("Nota de Crédito Rural")	DI 1	289.344	283.702	289.344	283.702
Créditos de exportação ("Pré-pagamento de exportação")	DI 1	1.321.449	1.490.242	1.321.449	1.490.242
		13.445.685	15.085.224	84.157.239	79.243.200

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos estão divulgados na nota 18.

A Administração considera que para os demais passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, os seus valores contábeis se aproximam dos seus valores justos e por isso não está sendo apresentada a informação dos seus valores justos.

4.2. Administração de risco de liquidez

A Companhia tem como objetivo manter uma posição robusta em caixa e aplicações financeiras de forma a fazer frente aos seus compromissos financeiros e operacionais. O montante mantido em caixa tem como objetivo cumprir com os desembolsos previstos no curso normal de suas operações, enquanto o excedente é investido em aplicações financeiras de alta liquidez contratadas junto às instituições financeiras com alto grau de investimento de acordo com a Política de Gestão de Caixa.

O monitoramento da posição de caixa é acompanhado pela Administração da Companhia, por meio de relatórios gerenciais e participação em reuniões de desempenho com frequência determinada. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os impactos na posição de caixa e aplicações financeiras foram dentro do esperado, sendo que o caixa gerado na operação foi utilizado em sua maior parte para amortização de dívida, inclusive com antecipação, para o fortalecimento da liquidez da Companhia.

A Companhia, por meio da sua controlada Suzano Pulp and Paper Europe S.A., visando aprimorar a gestão de liquidez financeira, possui contratada, desde fevereiro de 2019, uma linha de crédito

rotativo ("*Revolver Credit Facility*"), no valor equivalente a US\$500.000 com vencimento em fevereiro de 2024, junto a um sindicato composto por 5 bancos. A operação foi estruturada de forma que a Companhia e sua controlada possam fazer uso da linha de crédito a qualquer momento, ao longo do período contratado, cujo vencimento será em 20 de fevereiro de 2024. Em 31 de dezembro de 2021, a linha estava disponível, porém, não utilizada.

Em 1 de dezembro de 2021, a Companhia assinou junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") um Contrato de Abertura de Limite de Crédito ("CALC"), um Limite de Crédito Rotativo, no valor de até R\$3.000.000, a serem desembolsados até dezembro de 2026 em investimentos de cunho florestal, social e industrial. Em 31 de dezembro de 2021, a linha estava disponível, porém, não utilizada.

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram contratados em mercado de balcão e não necessitam de depósito de margens de garantia.

Os vencimentos contratuais remanescentes dos passivos financeiros são apresentados na data do balanço. Os valores apresentados a seguir, representam os fluxos de caixa não descontados e incluem pagamentos de juros e variação cambial, portanto, não podem ser reconciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial.

	Consolidado					
	31 de dezembro de 2021					
	Valor contábil	Valor futuro	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos						
Fornecedores	3.288.897	3.288.897	3.288.897			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	79.628.629	111.723.608	6.357.717	5.761.795	36.672.089	62.932.007
Contas a pagar de arrendamento	5.893.194	10.676.580	937.964	1.780.115	1.632.555	6.325.946
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	405.952	467.499	111.438	131.371	144.171	80.519
Instrumentos financeiros derivativos	7.894.528	11.774.569	1.688.266	1.391.727	8.694.576	
Dividendos a pagar	1.109.631	1.109.631	1.109.631			
Outros passivos	164.216	164.216	92.123	72.093		
	98.385.047	139.205.000	13.586.036	9.137.101	47.143.391	69.338.472

	Consolidado					
	31 de dezembro de 2020					
	Valor contábil	Valor futuro	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos						
Fornecedores	2.361.098	2.361.098	2.361.098			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	72.899.882	101.540.320	4.034.595	6.619.518	36.751.023	54.135.184
Contas a pagar de arrendamento	5.191.760	9.552.075	620.177	806.560	2.198.419	5.926.919
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	502.228	573.920	116.376	112.155	253.419	91.970
Instrumentos financeiros derivativos	8.117.400	10.868.858	1.999.811	1.296.199	4.133.320	3.439.528
Dividendos a pagar	6.232	6.232	6.232			
Outros passivos	152.231	152.231	94.722	57.509		
	89.230.831	125.054.734	9.233.011	8.891.941	43.336.181	63.593.601

4.3. Administração de riscos de crédito

Está relacionado à possibilidade do não cumprimento do compromisso da contraparte em uma transação. O risco de crédito é administrado corporativamente e decorre de equivalentes de caixa, aplicações financeiras, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos, Certificados de Depósitos Bancários (“CDB”), *box* de renda fixa, operações compromissadas, cartas de crédito (“*Letters of Credit – LC*”), seguradoras, prazo para recebimento de clientes, adiantamentos à fornecedores para novos projetos, entre outros.

4.3.1. Contas a receber de clientes e adiantamentos a fornecedores

A Companhia possui políticas comerciais e de crédito que visam mitigar eventuais riscos decorrentes da inadimplência de seus clientes, principalmente, por meio da contratação de apólices de seguro de crédito, garantias bancárias fornecidas por bancos de primeira linha e garantias reais avaliadas de acordo com a liquidez. Ademais, a carteira de clientes é objeto de análise de crédito interna que visa avaliar o risco em relação a performance de pagamento, tanto para exportações como para vendas no mercado interno.

Para a avaliação de crédito dos clientes, a Companhia utiliza uma matriz baseada na análise de aspectos qualitativos e quantitativos para determinar os limites individuais de crédito a cada cliente conforme o risco identificado. Cada análise é submetida à aprovação conforme hierarquia definida na política de crédito, respeitando os níveis de alçada e, se aplicável, à aprovação da diretoria em reunião e Comitê de Crédito.

A classificação de risco das contas a receber de clientes é apresentada a seguir:

	31 de dezembro de 2021	Consolidado 31 de dezembro de 2020
Baixo ⁽¹⁾	6.491.726	2.813.038
Médio ⁽²⁾	19.147	54.115
Alto ⁽³⁾	55.355	89.942
	6.566.228	2.957.095

1) Vincendo e em atraso até 30 dias.

2) Em atraso entre 30 e 90 dias.

3) Em atraso acima de 90 dias.

Parte dos montantes acima não consideram o valor de perda estimada com crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”) calculada com base na matriz de provisão nos montantes de R\$34.763 e R\$41.889 em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente.

4.3.2. Bancos e instituições financeiras

A Companhia, com o objetivo de mitigar o risco de crédito, mantém suas operações financeiras diversificadas entre bancos, com principal concentração em instituições financeiras de primeira linha classificadas como *high grade* pelas principais agências de classificação de risco.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição ao risco de crédito está apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Caixa e equivalentes de caixa	180.729	417.001	13.590.776	6.835.057
Aplicações financeiras	5.289.072	2.251.609	7.758.329	2.396.857
Instrumentos financeiros derivativos ⁽¹⁾	1.413.975	986.526	1.413.975	986.526
	6.883.776	3.655.136	22.763.080	10.218.440

1) Não inclui o derivativo embutido em contrato de parceria florestal e fornecimento de madeira em pé, que não é transacionado com instituição financeira.

As contrapartes, substancialmente instituições financeiras, com as quais são realizadas operações que se enquadram em caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos ativos são classificados por agências avaliadoras conforme o risco apresentado a seguir:

Classificação de risco ⁽¹⁾	Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras		Consolidado Instrumentos financeiros derivativos	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
	AAA			
AA-			57.193	417.510
A+			8.318	1.617
A			601.475	73.135
A-			10.677	130.546
brAAA	21.149.838	7.704.501	576.195	305.311
brAA+	2.282	163.955	41.321	32
brAA	132.698	836.546	118.796	40.963
brAA-		278.712		
brA+	313			
brA		240.382		
brBB+	2			
brBB-	22.824			
Outros	41.148	7.818		
	21.349.105	9.231.914	1.413.975	986.526

1) Utilizamos o *Brazilian Risk Rating* e a classificação é concedida pelas agências Fitch Ratings, Standard & Poor's e Moody's.

4.4. Administração de riscos de mercado

A Companhia está exposta a uma série de riscos de mercados, principalmente, relacionados às variações de taxas de câmbio, taxas de juros, índices de correção e preço de *commodities* que podem afetar seus resultados e condições financeiras.

Para mitigar os impactos, a Companhia dispõe de processos para monitoramento das exposições e políticas que suportam a implementação da gestão de riscos.

As políticas estabelecem os limites e os instrumentos a serem implementados com o objetivo de:

- (i) proteção do fluxo de caixa devido ao descasamento de moedas;
- (ii) mitigação de exposições a taxas de juros;
- (iii) redução dos impactos da flutuação de preços de *commodities*; e
- (iv) troca de indexadores da dívida.

A gestão de riscos de mercado realiza a identificação, a avaliação e a implementação da estratégia, com a efetiva contratação dos instrumentos financeiros adequados.

4.4.1. Administração de risco de taxas de câmbio

A captação de financiamentos e a política de *hedge* cambial da Companhia são direcionadas considerando que parte substancial da receita líquida é proveniente de exportações com preços negociados em Dólares dos Estados Unidos da América e por outro lado, parte substancial dos custos de produção está atrelada ao Real. Esta exposição estrutural permite que a Companhia contrate financiamentos de exportação em Dólares dos Estados Unidos da América e concilie os pagamentos dos financiamentos com os fluxos de recebimento das vendas no mercado externo, utilizando o mercado internacional de dívida como parte importante de sua estrutura de capital e proporcionando um *hedge* natural de caixa para estes compromissos.

Além disso, a Companhia contrata operações de venda de Dólares dos Estados Unidos da América nos mercados futuros, incluindo estratégias com opções, como forma de assegurar níveis atraentes de margens operacionais para uma parcela da receita. Estas operações são limitadas a um percentual do excedente líquido de divisas no horizonte de 18 meses e, portanto, estão atreladas à disponibilidade de câmbio pronto para venda no curto prazo. O Conselho de Administração da Companhia aprovou neste trimestre a contratação de *hedge* extraordinário, adicional a política mencionada acima, para os investimentos no Projeto Cerrado com prazo de até 36 meses a partir de novembro/2021, no montante de até US\$1.000.000.

Os ativos e passivos que estão expostos a moeda estrangeira, substancialmente em Dólares dos Estados Unidos da América, estão demonstrados a seguir:

	31 de dezembro de 2021	Consolidado 31 de dezembro de 2020
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	13.411.978	6.370.201
Aplicações financeiras	2.394.667	
Contas a receber de clientes	5.043.453	1.938.614
Instrumentos financeiros derivativos	1.028.450	621.385
	21.878.548	8.930.200
Passivos		
Fornecedores	(605.557)	(492.617)
Empréstimos e financiamentos	(65.972.300)	(58.145.087)
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	(273.179)	(313.022)
Instrumentos financeiros derivativos	(7.362.631)	(6.994.363)
	(74.213.667)	(65.945.089)
	(52.335.119)	(57.014.889)

4.4.1.1. Análise de sensibilidade – exposição cambial – exceto instrumentos financeiros derivativos

Para a análise de risco do mercado, a Companhia utiliza cenários para avaliar conjuntamente as posições ativas e passivas indexadas em moeda estrangeira e os possíveis efeitos em seus resultados. O cenário provável representa os valores reconhecidos contabilmente, uma vez que refletem a conversão em Reais na data base do balanço patrimonial R\$/US\$ = R\$5,5805.

Esta análise assume que todas as outras variáveis, em particular, as taxas de juros, permanecem constantes. Os demais cenários consideraram a apreciação/depreciação do Real em relação ao Dólar dos Estados Unidos da América em 25% e 50%, antes dos impostos.

A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários em valores absolutos:

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2021		
	Efeito no resultado e no patrimônio		
	Provável (valor base)	Possível (25%)	Remoto (50%)
Caixa e equivalentes de caixa	13.411.978	3.352.995	6.705.989
Aplicações financeiras	2.394.667	598.667	1.197.333
Contas a receber de clientes	5.043.453	1.260.863	2.521.727
Fornecedores	(605.557)	(151.389)	(302.779)
Empréstimos e financiamentos	(65.972.300)	(16.493.075)	(32.986.150)
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	(273.179)	(68.295)	(136.590)

4.4.1.2. Análise de sensibilidade – exposição cambial de instrumentos financeiros derivativos

A Companhia contrata operações de venda de Dólares dos Estados Unidos da América nos mercados futuros, incluindo estratégias com opções, visando assegurar níveis atraentes de margens operacionais para uma parcela da receita. Estas operações são limitadas a um percentual da exposição total em Dólares dos Estados Unidos da América no horizonte de 18 meses ou aos investimentos no Projeto Cerrado conforme aprovação de *hedge* extraordinário descrito acima e, portanto, estão atreladas à disponibilidade de câmbio pronto para venda no curto prazo.

Devido a pandemia da COVID-19 e dos efeitos em todas as economias globais ao longo dos últimos trimestres, os mercados financeiros sofreram grande volatilidade durante todo o período com o forte sentimento de aversão ao risco, o que causou uma grande desvalorização do Real frente ao Dólar dos Estados Unidos da América.

Para o cálculo da marcação a mercado (“MtM”) é utilizada a PTAX do penúltimo dia útil do período em análise. Desta forma, o aumento compreendido entre 31 de dezembro de 2020 e 2021 foi de 7,39%, já que as cotações nos exercícios mencionados foram R\$5,1967 e R\$5,5805, respectivamente. Estes movimentos de mercado causaram impacto negativo na marcação a mercado da posição de *hedge* contratada.

A análise de sensibilidade abaixo assume que todas as outras variáveis, em particular, as taxas de juros, permanecem constantes. Os demais cenários consideraram a apreciação/depreciação do Real em relação ao Dólar dos Estados Unidos da América em 25% e 50%, antes dos impostos, adicionando ao cenário provável no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

É importante ressaltar que o impacto causado pelas oscilações na taxa de câmbio, seja positivo ou negativo, incidirá também no ativo objeto do *hedge*. Portanto, mesmo tendo ocorrido impacto negativo no valor justo das operações de derivativos no exercício, esse impacto foi parcialmente compensado pelo efeito positivo causado no fluxo de caixa da Companhia e, se o câmbio permanecer estável, será compensado pela valorização do objeto de *hedge* nos próximos exercícios. Além disso, considerando que as contratações de *hedge* são limitadas pela política em no máximo 75% da exposição total em Dólares dos Estados Unidos da América, a desvalorização cambial sempre beneficiará, de forma líquida, a geração de caixa da Companhia ao longo do tempo.

A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários:

	Consolidado				
	31 de dezembro de 2021				
	Efeito no resultado e no patrimônio				
	Provável (valor base)	Possível (+25%)	Remoto (+50%)	Possível (-25%)	Remoto (-50%)
	5,5805	6,9756	8,3708	4,1854	2,7903
Instrumentos financeiros derivativos					
Derivativos <i>Non-deliverable forward</i> ("NDF")	(6.692)	(41.779)	(83.558)	41.779	83.558
Derivativos opções	(187.811)	(4.343.120)	(10.141.893)	4.611.279	10.611.424
Derivativos <i>swaps</i>	(6.357.678)	(4.361.283)	(8.722.564)	4.361.279	8.722.560

4.4.2. Administração de risco de taxas de juros

As oscilações das taxas de juros podem implicar em efeitos de aumento ou redução do custo sobre os novos financiamentos e operações já contratadas.

A Companhia busca constantemente alternativas para a utilização de instrumentos financeiros a fim de evitar impactos negativos em seu fluxo de caixa.

Considerando a extinção da *LIBOR* no decorrer dos próximos anos, a Companhia está avaliando seus contratos com cláusulas que vislumbrem a descontinuação da taxa de juros. A maior parte dos contratos de dívidas atreladas à *LIBOR*, possui alguma cláusula de substituição desta taxa por um índice de referência ou taxa de juro equivalente e, para os contratos que não possuem uma cláusula específica, será realizada uma renegociação entre as partes. Os contratos de derivativos atrelados à *LIBOR*, preveem uma negociação entre as partes para a definição de uma nova taxa ou será fornecida uma taxa equivalente pelo agente de cálculo.

É importante ressaltar que as cláusulas de mudança de indexadores dos contratos de dívida da Companhia indexados à *LIBOR*, estabelecem que, qualquer substituição de taxa de indexação nos contratos somente poderá ser avaliada em 2 (duas) circunstâncias (i) após comunicação de uma entidade oficial do governo com formalização da extinção e troca da taxa vigente do contrato, sendo que nessa comunicação deve estar definida a data exata em que *LIBOR* será extinta e/ou (ii) operações sindicalizadas comecem a ser executadas com taxa indexada à *Secured Overnight Financing Rate* ("SOFR"). Considerando que em 5 de março de 2021, o *Financial Conduct Authority*

(“FCA”) anunciou a data de extinção da *LIBOR* 3M para o dia 30 de junho de 2023, a Companhia, a partir desse anúncio, deu início às negociações dos termos de troca de indexadores dos seus contratos de dívida e derivativos atrelados.

A Companhia mapeou todos os seus contratos sujeitos à reforma da *LIBOR* que ainda não foram sujeitos à transição para uma taxa de referência alternativa em 31 de dezembro de 2021, a Companhia tinha R\$18.735.587, relacionado aos contratos de empréstimos e financiamentos e R\$1.156.180, relacionados aos contratos de derivativos e, iniciou contato com as respectivas contrapartes de cada contrato, para garantir que os termos e boas práticas de mercado sejam adotados no momento da transição do índice até junho de 2023, sendo que esses termos ainda estão em negociação entre as partes.

A Companhia entende que não será necessária alterar a estratégia de gestão de risco em função da mudança dos indexadores dos contratos financeiros atrelados à *LIBOR*.

A Companhia acredita ser razoável assumir que a negociação dos indexadores de seus contratos, irá caminhar para a substituição da *LIBOR* pela *SOFR*, pois as informações disponíveis até o momento indicam que a *SOFR* será a nova taxa de juros adotada pelo mercado de capitais. Com base nas informações disponíveis até o momento, a Companhia não espera ter impactos significativos em suas dívidas e derivativos atrelados a *LIBOR*.

4.4.2.1. Análise de sensibilidade – exposição a taxas de juros – exceto instrumentos financeiros derivativos

Para a análise de risco do mercado, a Companhia utiliza cenários para avaliar a sensibilidade das variações das operações impactadas pelas taxas Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”), a Taxa de Juros de Longo Prazo (“TJLP”), a Taxa Sistema Especial de Liquidação e Custódia (“SELIC”) e *London Interbank Offered Rate* (“*LIBOR*”) e que podem gerar impacto no resultado. O cenário provável representa os valores já contabilizados, pois refletem a melhor estimativa da Administração.

Esta análise pressupõe que todas as outras variáveis, em particular as taxas de câmbio, permanecem constantes. Os demais cenários consideraram a valorização/desvalorização de 25% e 50% nas taxas de juros de mercado.

A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários em valores absolutos:

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2021		
	Efeito no resultado e no patrimônio		
	Provável (valor base)	Possível (25%)	Remoto (50%)
CDI/SELIC			
Caixa e equivalentes de caixa	14.506	332	664
Aplicações financeiras	5.361.618	122.647	245.294
Empréstimos e financiamentos	(9.415.969)	215.390	430.781
TJLP			
Empréstimos e financiamentos	(382.157)	5.083	10.165
LIBOR			
Empréstimos e financiamentos	(18.062.236)	9.443	18.887

4.4.2.2. Análise de sensibilidade – exposição a taxas de juros de instrumentos financeiros derivativos

Esta análise pressupõe que todas as outras variáveis permanecem constantes. Os demais cenários consideraram a valorização/desvalorização de 25% e 50% nas taxas de juros de mercado.

A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários:

	Consolidado				
	31 de dezembro de 2021				
	Efeito no resultado e no patrimônio				
	Provável (valor base)	Possível (+25%)	Remoto (+50%)	Possível (-25%)	Remoto (-50%)
CDI					
Instrumentos financeiros derivativos					
Passivo					
Derivativos NDF	(6.692)	(477)	(942)	489	991
Derivativos opções	(187.811)	(285.226)	(558.292)	308.973	651.016
Derivativos swaps	(6.357.678)	(28.950)	(56.557)	30.306	61.974
LIBOR					
Instrumentos financeiros derivativos					
Passivo					
Derivativos swaps	(6.357.678)	117.420	234.792	(117.473)	(234.996)

4.4.2.3. Análise de sensibilidade para mudanças no índice de preços ao consumidor da economia norte-americana

Para a mensuração do cenário provável, foi considerado o índice de preços ao consumidor da economia norte-americana ("United States Consumer Price Index - US-CPI") no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. O cenário provável foi extrapolado considerando uma valorização/desvalorização de 25% e 50% no US-CPI para definição dos cenários possível e remoto, respectivamente.

A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários em valores absolutos:

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2021		
	Efeito no resultado e no patrimônio		
	Provável (valor base)	Possível (25%)	Remoto (50%)
	2,84%	3,55%	4,25%
Derivativo embutido em contrato de parceria florestal e fornecimento de madeira em pé	28.165	203.262	418.180

4.4.3. Administração de risco de preço de *commodities*

A Companhia está exposta a preços de *commodities*, principalmente no preço de venda da celulose no mercado internacional. A dinâmica de abertura e fechamento de capacidades de produção no mercado global e as condições macroeconômicas podem impactar os resultados operacionais da Companhia.

A Companhia possui equipe especializada que monitora o preço da celulose de fibra curta e analisa as tendências futuras, ajustando as projeções que visam auxiliar na tomada de medidas preventivas para conduzir de maneira adequada os distintos cenários. Não existe mercado financeiro com liquidez para mitigar suficientemente o risco de parte relevante das operações da Companhia. As operações de proteção de preço da celulose de fibra curta disponíveis no mercado têm baixa liquidez e volume e grande distorção na formação do preço.

A Companhia também está exposta ao preço internacional do petróleo, refletido nos custos logísticos de comercialização para o mercado externo e indiretamente nos custos de outros suprimentos e contratos de logística e serviços. Neste caso, a Companhia avalia a contratação de instrumentos financeiros derivativos para mitigar o risco de variação de preço no seu resultado.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não detinha posição contratada para proteção do custo logístico (US\$37.757 em 31 de dezembro de 2020).

4.5. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia determina o valor justo dos contratos de derivativos, o qual pode divergir dos valores realizados em caso de liquidação antecipada por conta dos *spreads* bancários e fatores de mercado no momento da cotação. Os valores apresentados pela Companhia baseiam-se em uma estimativa utilizando fatores de mercado e utilizam dados fornecidos por terceiros, mensurados internamente e confrontados com cálculos realizados por consultoria externa e pelas contrapartes.

O valor justo não representa a obrigação de desembolso imediato ou recebimento de caixa, uma vez que tal efeito somente ocorrerá nas datas de verificação contratual ou de vencimento de cada operação, quando será apurado o resultado conforme o caso e as condições de mercado nas referidas datas.

Para cada um dos instrumentos, descreve-se a seguir um resumo do procedimento utilizado para a obtenção dos valores justos:

- (i) *Swap*: o valor futuro da ponta ativa e da ponta passiva são estimados pelos fluxos de caixa projetados pela taxa de juros de mercado da moeda em que a ponta do *swap* é denominada. O valor presente na ponta denominada em US\$ é mensurado por meio do desconto utilizando a curva do cupom cambial (a remuneração, em Dólares dos Estados Unidos da América, dos Reais investidos no Brasil) e no caso da ponta denominada em BRL, o desconto é feito utilizando a curva de juros do Brasil, sendo a curva futura do DI, considerando tanto o risco de crédito da Companhia e da contraparte. A exceção são os contratos pré-fixados x US\$ onde o valor presente na ponta denominada em US\$ é mensurado por meio do desconto utilizando a curva da *LIBOR*, divulgada pela *Bloomberg*. O valor justo do contrato é a diferença entre essas duas pontas. As curvas de taxas de juros foram obtidas da B3.

- (ii) Opções (“*Zero Cost Collar*”): para o cálculo do valor justo das opções foi utilizado o modelo de *Garman Kohlhagen*, considerando o risco de crédito da Companhia e da contraparte. Os dados de volatilidades e taxas de juros são observáveis e foram obtidos da B3 para apuração dos valores justos.
- (iii) *Non-deliverable forward* (“NDF”): é efetuada uma projeção da cotação futura da moeda, utilizando-se das curvas de cupom cambial e a curva futura do DI para cada vencimento. A seguir, verifica-se qual a diferença entre esta cotação obtida e a taxa que foi contratada a operação, considerando-se o risco de crédito da Companhia e da contraparte. Esta diferença é multiplicada pelo valor nominal de cada contrato e trazida a valor presente pela curva futura do DI. As curvas de taxas de juros foram obtidas da B3.
- (iv) *Swap de US-CPI*: os fluxos de caixa da ponta passiva são projetados pela curva de inflação norte-americana *US-CPI*, obtida pelas taxas implícitas aos títulos americanos indexados à inflação (“Tesouro Protegido contra a Inflação – TIPS”), divulgada pela *Bloomberg*. Os fluxos de caixa da ponta ativa são projetados pela taxa fixa implícita no derivativo embutido. O valor justo do derivativo embutido é a diferença entre as duas pontas, trazida a valor presente pela curva do cupom cambial obtida da B3.
- (v) *Swap VLSFO* (combustível marítimo): é efetuada uma projeção futura do preço do ativo, utilizando-se a curva futura de preço divulgada pela *Bloomberg*. A seguir, verifica-se qual a diferença entre esta projeção obtida e a taxa que foi contratada a operação, considerando o risco de crédito da Companhia e da contraparte. Esta diferença é multiplicada pelo valor nominal de cada contrato e trazida a valor presente pela curva da *LIBOR* divulgada pela *Bloomberg*.

As curvas utilizadas para o cálculo do valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 estão apresentadas a seguir:

Prazo	Curva de juros		Cupom de dólar sujo
	Brasil	Estados Unidos da América	
1M	9,15% a.a.	0,22% a.a.	18,07% a.a.
6M	11,22% a.a.	0,32% a.a.	3,70% a.a.
1º ano	11,79% a.a.	0,53% a.a.	2,50% a.a.
2º ano	10,97% a.a.	0,92% a.a.	2,17% a.a.
3º ano	10,60% a.a.	1,16% a.a.	2,18% a.a.
5º ano	10,61% a.a.	1,36% a.a.	2,25% a.a.
10º ano	10,71% a.a.	1,59% a.a.	2,47% a.a.

4.5.1. Derivativos em aberto por tipo de contrato, inclusive derivativos embutidos

As posições de derivativos em aberto estão apresentadas a seguir:

Tipo do derivativo	Valor de referência (nacional) - em US\$		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
			Valor justo	
Instrumentos contratados com estratégia de proteção				
Hedge operacional				
ZCC	4.494.125	3.212.250	(187.788)	(780.457)
NDF (R\$ x US\$)	30.000	80.000	(7.043)	7.948
Hedge de dívida				
Hedge de taxa de juros				
Swap LIBOR para Fixed (US\$)	3.600.000	3.683.333	(395.675)	(1.059.192)
Swap IPCA para CDI (nacional em Reais)	843.845	843.845	249.653	285.533
Swap IPCA para Fixed (US\$)	121.003	121.003	(148.583)	(114.834)
Swap CDI x Fixed (US\$)	2.267.057	2.267.057	(5.230.612)	(4.977.309)
Swap Pré Fixada para US\$	350.000	350.000	(760.505)	(508.328)
Hedge de commodities				
Swap do US-CPI ⁽¹⁾	590.372	646.068	28.165	354.900
Swap VLSFO ⁽²⁾		37.757		15.759
			(6.452.388)	(6.775.980)
Ativo circulante			470.261	484.043
Ativo não circulante			971.879	857.377
Passivo circulante			(1.563.459)	(1.991.118)
Passivo não circulante			(6.331.069)	(6.126.282)
			(6.452.388)	(6.775.980)

1) O derivativo embutido refere-se aos contratos de swap de venda das variações do US-CPI no prazo dos contratos de parceria florestal e de fornecimento de madeira em pé.

2) Em 31 de dezembro de 2020, inclui Swap Brent, cujos contratos foram liquidados integralmente no período subsequente.

A seguir são descritos os contratos vigentes e os respectivos riscos protegidos:

- (i) Swap CDI x Fixed (US\$): posições em swaps convencionais trocando a variação da taxa de Depósitos Interbancários (“DI”) por taxa prefixada em Dólares dos Estados Unidos da América (“US\$”). O objetivo é alterar o indexador de dívidas em Reais para US\$, alinhando-se com a exposição natural dos recebíveis em US\$ da Companhia.
- (ii) Swap IPCA x CDI (nacional em Reais): posições em swaps convencionais trocando variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”) por taxa de DI. O objetivo é alterar o indexador de dívidas em Reais, alinhando-se com a posição de caixa em Reais da Companhia, que também é indexada a DI.
- (iii) Swap IPCA x Fixed (US\$): posições em swaps convencionais trocando variação do IPCA por taxa pré-fixada em US\$. O objetivo é alterar o indexador de dívidas em

Reais para US\$, alinhando-se com a exposição natural dos recebíveis em US\$ da Companhia.

- (iv) *Swap LIBOR x Fixed (US\$)*: posições em *swaps* convencionais trocando taxa pós-fixada (*LIBOR*) por taxa prefixada em US\$. O objetivo é proteger o fluxo de caixa de variações na taxa de juros norte-americana.
- (v) *Swap Pré Fixed R\$ x Fixed US\$*: posições em *swaps* convencionais trocando taxa prefixada em Reais por taxa prefixada em US\$. O objetivo é alterar a exposição de dívidas em Reais para US\$, alinhando-se com a exposição natural dos recebíveis em US\$ da Companhia.
- (vi) *Zero-Cost Collar ("ZCC")*: posições em instrumento que consiste na combinação simultânea de compra de opções de venda (*put*) e venda de opções de compra (*call*) de US\$, com mesmo valor de principal e vencimento, com o objetivo de proteger o fluxo de caixa das exportações. Nesta estratégia é estabelecido um intervalo onde não há depósito ou recebimento de margem financeira no vencimento das opções. O objetivo é proteger o fluxo de caixa das exportações contra queda do Real.
- (vii) *Non-Deliverable Forward ("NDF")*: Posições vendidas em contratos futuros de US\$ com o objetivo de proteger o fluxo de caixa das exportações contra queda do Real.
- (viii) *Swap Very Low Sulphur Fuel Oil ("VLSFO")* (petróleo): posições compradas de petróleo, com o objetivo de proteger custos logísticos relacionados aos contratos de frete marítimo, contra o aumento do preço de petróleo.
- (ix) *Swap US-CPI*: O derivativo embutido refere-se aos contratos de *swap* de venda das variações do *US-CPI* no prazo dos contratos de parceria florestal e de fornecimento de madeira em pé.

A variação do valor justo dos derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 em comparação com o valor justo mensurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 é explicada substancialmente pela desvalorização do Real frente ao Dólar dos Estados Unidos da América e pelas liquidações do exercício. Houve também impactos menos significativos causados pela variação nas curvas Pré, Cupom Cambial e *LIBOR* nas operações.

Importante destacar que, os contratos em aberto no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, são operações de mercado de balcão, sem nenhum tipo de margem de garantia ou cláusula de liquidação antecipada forçada por variações provenientes de marcação a mercado, inclusive por possíveis variações causadas pela pandemia da COVID-19.

4.5.2. Cronograma de vencimentos do valor justo

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
2021		(1.507.075)
2022	(1.093.198)	(918.030)
2023	(282.499)	(433.195)
2024	(759.082)	(705.859)
2025	(2.096.449)	(1.684.124)
2026 em diante	(2.221.160)	(1.527.697)
	(6.452.388)	(6.775.980)

4.5.3. Posição ativa e passiva dos derivativos em aberto

As posições de derivativos em aberto estão apresentadas a seguir:

	Moeda	Valor nominal		Consolidado	
		31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	Valor justo	Valor justo
		31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Hedge de dívida					
Ativos					
Swap CDI para <i>Fixed</i> (US\$)	R\$	8.594.225	8.594.225	306.663	719
Swap Pré Fixada para US\$	R\$	1.317.226	1.317.226	76.279	136.192
Swap LIBOR para <i>Fixed</i> (US\$)	US\$	3.600.000	3.683.333	130.104	61.120
Swap IPCA para CDI (nocial em Reais)	IPCA	1.078.706	974.102	255.422	285.533
Swap IPCA para <i>Fixed</i> (US\$)	IPCA	576.917	520.973		
				768.468	483.564
Passivos					
Swap CDI x <i>Fixed</i> (US\$)	US\$	2.267.057	2.267.057	(5.537.275)	(4.978.028)
Swap Pré Fixada para US\$	US\$	350.000	350.000	(836.784)	(644.520)
Swap LIBOR para <i>Fixed</i> (US\$)	US\$	3.600.000	3.683.333	(525.779)	(1.120.312)
Swap IPCA para CDI (nocial em Reais)	R\$	843.845	843.845	(5.769)	
Swap IPCA para <i>Fixed</i> (US\$)	US\$	121.003	121.003	(148.583)	(114.834)
				(7.054.190)	(6.857.694)
				(6.285.722)	(6.374.130)
Hedge operacional					
ZCC (US\$ x R\$)	US\$	4.494.125	3.212.250	(187.788)	(780.457)
NDF (R\$ x US\$)	US\$	30.000	80.000	(7.043)	7.948
				(194.831)	(772.509)
Hedge de commodities					
Swap US-CPI	US\$	590.372	646.068	28.165	354.900
Swap VLSFO	US\$		37.757		15.759
				28.165	370.659
				(6.452.388)	(6.775.980)

4.5.4. Valores justos liquidados

As posições de derivativos liquidados estão apresentadas a seguir:

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Hedge operacional		
ZCC (R\$ x US\$)	(1.269.231)	(2.268.158)
NDF (R\$ x US\$)	1.399	(60.815)
	(1.267.832)	(2.328.973)
Hedge de commodities		
Swap VLSFO/outros	(54.002)	(85.468)
	(54.002)	(85.468)
Hedge de dívida		
Swap CDI para <i>Fixed</i> (US\$)	(266.268)	(1.888.906)
Swap IPCA para CDI (Reais)	41.651	10.601
Swap IPCA para <i>Fixed</i> (US\$)	(4.819)	10.054
Swap Pré Fixada para US\$	49.562	59.351
Swap <i>LIBOR</i> para <i>Fixed</i> (US\$)	(419.545)	(242.299)
	(599.419)	(2.051.199)
	(1.921.253)	(4.465.640)

4.6. Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo, o qual considera o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

A depender das premissas utilizadas na mensuração, os instrumentos financeiros ao valor justo podem ser classificados em 3 níveis de hierarquia:

- (i) Nível 1 – Baseada em preços cotados (não ajustados) para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos. Um mercado é considerado ativo se realizar transações com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação imediata e continuamente, geralmente, obtidos a partir de uma bolsa de mercadorias e valores, serviço de precificação ou agência reguladora e os preços representam transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases comerciais;
- (ii) Nível 2 – Baseada em preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos similares, preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou similares em mercados que não sejam ativos, modelos de precificação para os quais as premissas são observáveis, tais como taxas de juros e curvas de rendimentos, volatilidades e *spreads* de crédito e informações corroboradas pelo mercado. Os ativos e passivos classificados nesta categoria são mensurados por meio do fluxo de caixa descontado e provisionamento de juros (“*accrual*”), respectivamente, para instrumentos financeiros derivativos e aplicações financeiras. Os *inputs* observáveis utilizados são taxas e curvas de juros, fatores de volatilidade e cotações de paridade cambial; e
- (iii) Nível 3 – Baseada em dados não cotados para o ativo e o passivo, onde a Companhia aplica a técnica da abordagem de receita (“*income approach*”) utilizando o modelo de

fluxo de caixa descontado. Os *inputs* observáveis utilizados são IMA, taxa de desconto e preços brutos médios de venda do eucalipto.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve alteração entre os três níveis de hierarquia e não houve transferência entre os níveis 1, 2 e 3.

				Consolidado
				31 de
				dezembro
				de 2021
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos				
Valor justo por meio do resultado				
Instrumentos financeiros derivativos		1.442.140		1.442.140
Aplicações financeiras	637.616	7.120.713		7.758.329
	<u>637.616</u>	<u>8.562.853</u>		<u>9.200.469</u>
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Outros investimentos – CelluForce			28.358	28.358
			<u>28.358</u>	<u>28.358</u>
Ativo biológico			12.248.732	12.248.732
			<u>12.248.732</u>	<u>12.248.732</u>
	<u>637.616</u>	<u>8.562.853</u>	<u>12.277.090</u>	<u>21.477.559</u>
Passivo				
Valor justo por meio do resultado				
Instrumentos financeiros derivativos		7.894.528		7.894.528
		<u>7.894.528</u>		<u>7.894.528</u>
		<u>7.894.528</u>		<u>7.894.528</u>

				Consolidado
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	31 de dezembro de 2020
				Total
Ativos				
Valor justo por meio do resultado				
Instrumentos financeiros derivativos		1.341.420		1.341.420
Aplicações financeiras	444.712	1.952.145		2.396.857
	<u>444.712</u>	<u>3.293.565</u>		<u>3.738.277</u>
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Outros investimentos – CelluForce			26.338	26.338
			<u>26.338</u>	<u>26.338</u>
Ativo biológico			11.161.210	11.161.210
			<u>11.161.210</u>	<u>11.161.210</u>
	<u>444.712</u>	<u>3.293.565</u>	<u>11.187.548</u>	<u>14.925.825</u>
Passivo				
Valor justo por meio do resultado				
Instrumentos financeiros derivativos		8.117.400		8.117.400
		<u>8.117.400</u>		<u>8.117.400</u>
		<u>8.117.400</u>		<u>8.117.400</u>

4.7. Riscos atrelados às mudanças climáticas e à estratégia de sustentabilidade

Tendo em vista a natureza das operações da Companhia, existe exposição inerente a riscos relacionados com as mudanças climáticas.

Os ativos da Companhia, notadamente, os ativos biológicos, que são mensurados ao valor justo (Nota 13), os ativos imobilizados (Nota 15) e intangíveis (Nota 16), podem ser impactados por mudanças climáticas, às quais foram avaliadas no contexto da elaboração das demonstrações financeiras. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração considerou os principais dados e premissas de riscos destacados a seguir:

- (i) eventuais impactos na determinação do valor justo nos ativos biológicos em virtude de: efeitos de mudanças climáticas, como por exemplo, elevação de temperatura, escassez de recursos hídricos, podem impactar em algumas premissas utilizadas em estimativas contábeis relacionadas com os ativos biológicos da Companhia, conforme abaixo:
- perdas de ativos biológicos devidos a incêndios e a impactos oriundos de maior presença e resistência de pragas e outras doenças florestais favorecidas pelo aumento gradual de temperatura;
 - redução de produtividade e de crescimento esperado (IMA) devido à diminuição de disponibilidade de recursos hídricos em bacias; e
 - interrupção na cadeia produtiva por eventos climáticos adversos.

(ii) escassez de recursos hídricos na indústria: embora as nossas unidades sejam eficientes no uso da água, há planos de contingência para todas as unidades afetadas por eventual escassez hídrica e planos de ação para enfrentamento da crise hídrica nas regiões críticas.

(iii) mudanças estruturais na sociedade e seus impactos nos negócios, tais como:

- regulatórios e legais: decorrentes de mudanças regulatórias brasileiras e/ou internacionais que incentivem a transição para uma economia de baixo carbono e/ou com maior biodiversidade e que aumentem o risco de litígio e/ou restrições comerciais relacionadas à suposta contribuição, mesmo que indireta, para intensificação das mudanças climáticas;
- tecnológicos: decorrentes do surgimento de melhorias e inovações na direção de uma economia com maior eficiência energética e de baixo carbono;
- de mercado: decorrentes de mudanças na oferta e demanda de certos produtos e serviços à medida em que questões relacionadas ao clima passam a ser consideradas nas tomadas de decisão; e
- reputacionais: relacionados à mudança de percepções dos clientes e da sociedade de maneira geral em relação à contribuição positiva ou negativa de uma organização para uma economia de baixo carbono.

4.7.1. Cumprimento de cláusulas contratuais relacionadas à sustentabilidade em títulos de dívida sustentáveis (*Sustainability linked bonds* – “SLB” e *Sustainability Linked Loan* – “SLL”)

Conforme divulgado na nota 18, a Companhia emitiu títulos de dívida com métricas de aspectos ambientais, sociais e de governança (“*Environmental, social and corporate governance* – ESG”) relacionadas com a intensidade de nossas emissões, intensidade da captura de recursos hídricos e aspectos de diversidade e inclusão. O não atingimento dessas metas, pode gerar incremento futuro no custo das referidas dívidas, conforme previsto nos respectivos contratos.

4.7.2. Gestão de riscos climáticos

A Companhia possui uma estrutura dedicada à gestão de riscos corporativos, incluindo os riscos relacionados às mudanças climáticas, com metodologias, ferramentas e processos próprios que visam garantir a identificação, a avaliação e o tratamento dos seus principais riscos. Tal estrutura, através da sua sistemática de gestão, permite o monitoramento contínuo dos riscos e seus eventuais impactos, o controle das variáveis envolvidas e a definição e implementação de medidas mitigatórias, que visam reduzir as exposições identificadas. A avaliação da Companhia sobre os potenciais impactos das mudanças climáticas e a transição para uma economia de baixo carbono é efetuada de forma contínua e seguirá evoluindo e, quando aplicável, seus impactos serão considerados e avaliados pela sua gestão.

4.8. Gestão do capital

O principal objetivo é fortalecer a estrutura de capital da Companhia, buscando manter um nível de alavancagem financeira adequado, além de mitigar os riscos que podem afetar a disponibilidade de capital no desenvolvimento de negócios.

A Companhia monitora constantemente indicadores significativos, tais como o índice consolidado de alavancagem financeira, que é a dívida líquida total dividida pelo Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização ajustado ("LAJIDA Ajustado"), equivalente ao termo em inglês EBITDA Ajustado ("*Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization Adjusted*").

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Taxa média % a.a.	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Caixa e bancos ⁽¹⁾	0,36	158.017	291.829	11.720.774	6.212.318
Equivalentes de caixa					
Em moeda nacional					
Depósito a prazo fixo (Compromissadas)	83,46 do CDI		104.028	14.506	115.032
Em moeda estrangeira					
Depósito a prazo fixo ⁽²⁾	0,73	22.712	21.144	1.855.496	507.707
		<u>180.729</u>	<u>417.001</u>	<u>13.590.776</u>	<u>6.835.057</u>

- 1) Refere-se substancialmente a aplicações em moeda estrangeira na modalidade *Sweep Account*, que é uma conta remunerada, cujo saldo é aplicado e disponibilizado automática e diariamente.
- 2) Refere-se a aplicações na modalidade *Time Deposit*, com vencimento até 90 dias, que é um depósito bancário remunerado com um período específico de vencimento.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Taxa média % a.a.	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Em moeda nacional					
Fundos exclusivos	99,60 do CDI	623.267	559.870	17.120	175.317
Títulos públicos mensurados ao valor justo por meio do resultado	99,60 do CDI			637.616	444.712
Títulos privados (CDBs)	102,44 do CDI	4.413.762	1.500.571	4.456.828	1.585.605
Títulos privados (CDBs) ⁽¹⁾	102,79 do CDI	250.054	184.778	250.054	184.778
Outros		1.989	6.390	2.044	6.445
		5.289.072	2.251.609	5.363.662	2.396.857
Em moeda estrangeira					
Títulos privados ⁽²⁾	0,79			2.376.369	
Outros	7,26			18.298	
				2.394.667	
		5.289.072	2.251.609	7.758.329	2.396.857
Circulante		5.039.018	2.066.831	7.508.275	2.212.079
Não circulante		250.054	184.778	250.054	184.778

1) Inclui depósitos em garantia (*escrow account*) que serão liberados somente após a obtenção das aprovações governamentais aplicáveis e ao cumprimento pela Companhia, das condições precedentes relativas às transações com (i) CMPC Celulose Riograndense S.A. ("CMPC") em decorrência do Projeto Losango, para venda de terras e florestas, cujo acordo foi assinado em dezembro de 2012 e (ii) Turvinho, para a venda de imóveis rurais (nota 1.2.2.).

2) Refere-se a aplicações na modalidade *Time Deposit*, com vencimento superior a 90 dias, que é um depósito bancário remunerado com um período específico de vencimento.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

7.1. Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Cientes no país				
Terceiros	1.463.684	988.195	1.449.177	970.796
Partes relacionadas (nota 11) ⁽¹⁾	73.684	51.692	73.598	47.685
Cientes no exterior				
Terceiros	193.423	40.360	5.043.453	1.938.614
Partes relacionadas (nota 11)	6.179.297	6.272.916		
(-) PECLD	(25.405)	(33.188)	(34.763)	(41.889)
	7.884.683	7.319.975	6.531.465	2.915.206

1) O saldo consolidado refere-se às transações com a Ibema Companhia Brasileira de Papel.

A Companhia realiza cessões de crédito de certos clientes com a transferência à contraparte de, substancialmente, todos os riscos e benefícios associados aos ativos, de forma que esses títulos são desreconhecidos do saldo de contas a receber de clientes. Esta transação se refere a uma

oportunidade de geração adicional de caixa, podendo ser descontinuada a qualquer momento, sem impactos significativos na operação da Companhia e assim, é classificada como ativo financeiro mensurado ao custo amortizado. O impacto dessas cessões de crédito sobre o saldo de contas a receber de clientes no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$6.121.316 (R\$5.388.370 em 31 de dezembro de 2020).

7.2. Análise dos vencimentos

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Valores a vencer	7.712.755	6.941.481	5.972.945	2.603.229
Valores vencidos				
até 30 dias	146.232	118.620	518.115	209.210
31 a 60 dias	12.347	33.269	15.359	51.420
61 a 90 dias	569	2.535	3.087	2.062
91 a 120 dias	635	59.649	1.453	6.665
121 a 180 dias	822	100.902	3.779	8.618
A partir de 181 dias	11.323	63.519	16.727	34.002
	7.884.683	7.319.975	6.531.465	2.915.206

7.3. Movimentação da PECLD

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Saldo no início do exercício	(33.188)	(34.674)	(41.889)	(41.996)
Incorporação		(275)		
Adição	(2.142)	(8.312)	(2.547)	(9.350)
Reversão	3.147	2.822	3.184	3.328
Baixa	6.778	7.251	7.078	7.737
Variação cambial			(589)	(1.608)
Saldo no final do exercício	(25.405)	(33.188)	(34.763)	(41.889)

A Companhia mantém garantias para títulos vencidos em suas operações comerciais, através de apólices de seguro de crédito, cartas de crédito e outras garantias. Essas garantias evitam a necessidade de parte do reconhecimento de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, de acordo com a política de crédito da Companhia.

7.4. Informações sobre os principais clientes

A Companhia possui 1 (um) cliente responsável por 10,39% da receita líquida total do segmento operacional celulose e nenhum cliente no segmento operacional papel no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Em 31 de dezembro de 2020, não havia clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do segmento operacional celulose e/ou papel.

8. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Produtos acabados				
Celulose				
No Brasil	721.986	536.955	748.588	553.229
No exterior			1.037.760	1.102.994
Papel				
No Brasil	315.068	223.638	315.068	225.058
No exterior			95.383	87.638
Produtos em elaboração	75.209	63.084	96.140	81.465
Matérias-primas				
Madeira para produção	1.045.661	969.838	1.094.058	1.012.113
Insumos e embalagens	543.973	415.602	571.505	438.394
Materiais de almoxarifado e outros	629.873	464.914	678.983	508.444
	3.331.770	2.674.031	4.637.485	4.009.335

Os estoques estão apresentados líquidos da provisão para perdas.

8.1. Movimentação da provisão para perdas

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Saldo no início do exercício	(74.768)	(70.188)	(79.885)	(106.713)
Incorporação		(272)		
Adição ⁽¹⁾	(57.519)	(72.183)	(85.110)	(77.173)
Reversão	10.380	11.308	11.536	11.498
Baixa ⁽²⁾	56.768	56.567	62.201	92.503
Saldo no final do exercício	(65.139)	(74.768)	(91.258)	(79.885)

1) Refere-se, substancialmente, a (i) matéria-prima no montante de R\$36.844 na controladora e R\$38.136 no consolidado (R\$56.130 na controladora e R\$56.305 no consolidado em 31 de dezembro de 2020) (ii) produto acabado de celulose de R\$320 na controladora e R\$21.785 no consolidado (R\$1.233 na controladora e R\$1.239 no consolidado em 31 de dezembro de 2020) e (iii) materiais de almoxarifado no montante de R\$19.306 na controladora e R\$ 21.184 no consolidado (R\$13.754 na controladora e R\$14.036 no consolidado em 31 de dezembro de 2020).

2) Refere-se, substancialmente aos montantes de (i) matéria-prima de R\$45.272 na controladora e R\$47.231 no consolidado (R\$49.550 na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2020) (ii) produto acabado de celulose de R\$3.212 no consolidado (R\$1.187 na controladora e R\$32.018 no consolidado em 31 de dezembro de 2020) e (iii) materiais de almoxarifado de R\$9.529 na controladora e no consolidado (R\$4,989 na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2020).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, não há estoques oferecidos em garantia.

9. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
IRPJ/CSLL – antecipações e impostos retidos	60.848	206.207	94.323	223.754
PIS/COFINS – sobre aquisição de imobilizado ⁽¹⁾	85.696	116.068	94.108	126.990
PIS/COFINS – operações	307.554	272.718	331.203	287.206
PIS/COFINS – exclusão ICMS ⁽²⁾	582.433	128.115	582.433	128.115
ICMS - sobre aquisição de imobilizado ⁽³⁾	117.200	101.593	129.081	112.672
ICMS - operações ⁽⁴⁾	1.208.292	1.281.029	1.363.453	1.393.260
Programa Reintegra ⁽⁵⁾	49.869	111.088	49.265	110.121
Outros impostos e contribuições	42.082	18.608	50.291	24.089
Provisão para perda de créditos de ICMS ⁽⁶⁾	(926.596)	(1.047.470)	(1.064.268)	(1.164.782)
	1.527.378	1.187.956	1.629.889	1.241.425
Circulante	279.713	375.535	360.725	406.850
Não circulante	1.247.665	812.421	1.269.164	834.575

- 1) Programa de Integração Social (“PIS”) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”): Créditos cuja realização está atrelada ao período de depreciação do ativo correspondente.
- 2) A Companhia e suas controladas ajuizaram ao longo dos anos ações para reconhecer o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições ao PIS e COFINS, abrangendo períodos desde março de 1992, conforme divulgado na nota 20.3.
- 3) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”): Os créditos de entrada de bens destinados ao imobilizado são reconhecidos na proporção de 1/48 da entrada e mensalmente, conforme escrituração do ICMS Controle do ativo Imobilizado (“CIAP”).
- 4) Créditos de ICMS acumulados em função do volume de exportações e crédito gerado em operações de entrada de produtos: Os créditos estão concentrados nos Estados do Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Bahia, onde a Companhia busca sua realização por meio da venda a terceiros, após aprovação da Secretaria da Fazenda de cada Estado. Os créditos também estão sendo realizados por meio do consumo em suas operações de bens e consumo (*tissue*) no mercado interno, no Estado do Maranhão.
- 5) Regime Especial de restituições de impostos para empresas exportadoras (“Reintegra”): Refere-se a um programa que visa restituir os custos residuais dos impostos pagos ao longo da cadeia de exportação aos contribuintes, a fim de torná-los mais competitivos nos mercados internacionais.
- 6) Inclui a provisão para desconto sobre venda à terceiros do crédito acumulado de ICMS no Estado do Maranhão e a provisão para perda integral do montante com baixa probabilidade de realização, das unidades dos Estados do Espírito Santo e Bahia devido à dificuldade de sua realização.

9.1. Movimentação da provisão para perda

	Controladora		Consolidado	
	ICMS e Total	ICMS	PIS/COFINS	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(1.202.443)	(1.304.329)	(21.132)	(1.325.461)
Adição	(48.681)	(64.107)		(64.107)
Baixa	57.254	57.254	21.132	78.386
Reversão ⁽¹⁾	146.400	146.400		146.400
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(1.047.470)	(1.164.782)		(1.164.782)
Adição	(36.857)	(62.738)		(62.738)
Baixa	1.331	1.331		1.331
Reversão ⁽¹⁾	156.400	161.921		161.921
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(926.596)	(1.064.268)		(1.064.268)

- 1) Refere-se, principalmente, a reversão da provisão para perda decorrente da recuperação dos créditos de ICMS do Estado do Espírito Santo mediante venda à terceiros.

9.2. Período estimado de realização

A realização dos créditos relativos aos impostos a recuperar ocorrerá de acordo com a projeção orçamentária anual aprovada pela Administração, conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado
2022	360.725
2023	477.033
2024	244.012
2025	301.106
2026 em diante	247.013
	1.629.889

10. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Programa de fomento florestal e parcerias	1.184.075	922.681	1.282.763	1.015.115
Adiantamentos a fornecedores	38.164	33.740	59.564	43.162
	1.222.239	956.421	1.342.327	1.058.277
Circulante	38.164	33.740	59.564	43.162
Não circulante	1.184.075	922.681	1.282.763	1.015.115

O programa de fomento florestal consiste em um sistema de parceria incentivada à produção florestal regional, onde produtores independentes plantam eucalipto em suas próprias terras para o fornecimento do produto agrícola madeira à Companhia. A Suzano fornece mudas de eucalipto, subsídio em insumos, além de adiantamento em dinheiro, não estando estes últimos sujeitos a avaliação pelo valor presente uma vez que serão liquidados, preferencialmente, em florestas. Adicionalmente, a Companhia apoia os produtores por meio de assessoria técnica em manejo florestal, porém não tem controle conjunto nas decisões efetivamente implementadas. Ao final dos ciclos de produção, a Companhia tem assegurado contratualmente o direito de realizar uma oferta de compra da floresta e/ou da madeira por valores em bases de mercado, entretanto, este direito não impede que os produtores negociem a floresta e/ou madeira com outros participantes do mercado, desde que, os valores incentivados sejam quitados integralmente.

11. PARTES RELACIONADAS

As operações comerciais e financeiras da Companhia com acionistas controladores, controladas e empresas pertencentes ao acionista controlador Suzano Holding S.A. ("Grupo Suzano") foram efetuadas a preços e condições específicas, bem como as práticas de governança corporativa adotadas e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação.

As transações referem-se basicamente a:

Valores ativos: (i) contas a receber pela venda de celulose, papel, *tissue* e outros produtos (ii) dividendos e juros sobre capital próprio a receber (iii) reembolso de despesas (iv) serviços sociais e (v) dividendos a receber.

Valores passivos: (i) contratos de mútuo (ii) compra de bens de consumo (iii) agenciamento de transporte rodoviário (iv) comissão de agente (v) serviços portuários (vi) reembolso de despesas (vii) serviços sociais (viii) consultoria imobiliária e (ix) dividendos a pagar.

Valores no resultado: (i) venda de celulose, papel, *tissue* e outros produtos (ii) encargos com empréstimos e variação cambial (iii) agenciamento de transporte rodoviário (iv) serviços portuários (v) concessão de fianças e gastos administrativos (vi) geração e distribuição de energia (vii) serviços sociais e (viii) consultoria imobiliária.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve alterações relevantes nas condições dos contratos, acordos e transações celebradas, bem como não houve novas contratações, acordos ou transações de naturezas distintas celebradas entre a Companhia e suas partes relacionadas.

11.1. Saldos patrimoniais e montantes incorridos durante o exercício

	Ativo		Passivo		Resultado financeiro		Controladora Resultado operacional	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Transações com acionista controlador								
Administradores e pessoas vinculadas			(22.875)					
Alden Fundo de Investimento em Ações			(17.701)					
Controladores			(131.841)					
Suzano Holding	2	3	(248.789)			(966)	(2.621)	(4.063)
	2	3	(421.206)			(966)	(2.621)	(4.063)
Transações com empresas controladas e operações em conjunto								
Comercial e Agrícola Paineiras Ltda.								(6.840)
Facepa - Fábrica de Papel da Amazônia S.A.								111.247
Fibriá Celulose (USA) Inc.		1			1		2	1
Fibriá Terminal de Celulose de Santos SPE S.A.	1.019	1.347	(3.220)	(1.943)			(20.300)	(72.392)
Fibriá Terminais Portuários SA								(300)
FuturaGene Brasil Tecnologia Ltda.								262
Maxcel Empreendimentos e Participações S.A.				(100)				(100)
Mucuri Energética S.A.		4					1.398	4.695
Ondurman Empreendimentos Imobiliários								(19.867)
Paineiras Logística e Transporte Ltda.	65	79	(3.834)	(10.080)			(178.638)	(215.855)
Portocel - Terminal Espec. Barra do Riacho S.A.	2.630	4.697		(2.944)			(74.089)	(73.074)
SBFC Participações Ltda	56	1.413	(5.011)	(2.177)			(15.953)	(84)
Stenfar S.A. Ind. Coml. Imp. Y. Exp	31.963	36.037	(1.183)	(748)	6.191	(12.681)	103.242	106.024
Suzano Austria GmbH			(41.382.392)	(28.862.182)	(3.619.794)	(8.820.158)	875	1.199
Suzano International Trading GmbH	5.430.311	5.505.448	(13.975.268)	(19.241.084)	(1.559.806)	(6.077.109)	18.553.748	16.945.858
Suzano Pulp and Paper America Inc	78	1		(1)	4	(2)	83	47
Suzano Pulp and Paper Europe S.A.	216.143	241	(15.117.483)	(11.691.294)	(3.529.279)	(3.775.876)	213.196	258
Suzano Shanghai Ltd.		45					(45)	45
Suzano Trading Ltd	500.800	731.142		(3.904.198)	1.246.606	(1.184.119)	1.632.935	1.914.628
Veracel Celulose S.A.	11.091	19	(28)				7.205	619
	6.194.156	6.280.474	(70.488.419)	(63.716.751)	(7.456.077)	(19.869.945)	20.223.659	18.696.371
Transações com empresas do Grupo Suzano e outras partes relacionadas								
Administradores (exceto remuneração – nota 11.2)			(9)	(5)			(422)	(392)
Bexma Participações Ltda	1	1					24	11
Bizma Investimentos Ltda	1	1					6	12
Ensyn Corporation		2.829				1	689	
Ficus Empreendimentos e Participações Ltda								(655)
Fundação Arymax							2	2
Ibema Companhia Brasileira de Papel	80.511	56.013	(6.288)	(2.834)			169.965	111.841
Instituto Ecofuturo - Futuro Para o Desenvolvimento Sustentável	1	1					(4.399)	(4.168)
IPLF Holding S.A.							10	5
Mabex Representações e Participações Ltda							(137)	(50)
Lazam MDS Corretora e Adm. Seguros S.A.								3

Suzano S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020



Nemonorte Imóveis e Participações Ltda					(15)			(170)	(191)
Outros acionistas				(495.545)	(3.910)				
	80.514	58.845	(501.842)		(6.764)	1	689	164.879	106.418
	6.274.672	6.339.322	(71.411.467)		(63.723.515)	(7.456.076)	(19.870.222)	20.385.917	18.798.726
Controladora									
		Ativo				Passivo			
		31 de	31 de	31 de	31 de				
		dezembro	dezembro	dezembro	dezembro				
		de 2021	de 2020	de 2021	de 2020				
Ativo									
Contas a receber de clientes	6.252.981	6.324.608							
Dividendos a receber	21.089	11.184							
Outros ativos	602	3.530							
Passivo									
Fornecedores				(51.796)	(61.147)				
Dividendos a pagar				(916.751)	(3.910)				
Partes relacionadas – circulante				(3.246.312)	(7.389.576)				
Partes relacionadas – não circulante				(67.196.599)	(56.268.877)				
Outros passivos				(9)	(5)				
	6.274.672	6.339.322		(71.411.467)	(63.723.515)				

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	Ativo		Passivo		Resultado financeiro		Resultado operacional	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Transações com acionista controlador								
Administradores e pessoas vinculadas			(22.875)					
Alden Fundo de Investimento em Ações			(17.701)					
Controladores			(131.841)					
Suzano Holding	2	3	(248.789)			(966)	(2.621)	(4.063)
	<u>2</u>	<u>3</u>	<u>(421.206)</u>			<u>(966)</u>	<u>(2.621)</u>	<u>(4.063)</u>
Transações com empresas controladas e operações em conjunto								
Administradores (exceto remuneração – nota 11.2)			(9)	(5)			(422)	(392)
Bexma Participações Ltda	1	1					24	11
Bizma Investimentos Ltda	1	1					6	12
Ensyn Corporation		2.829			1	689		
Ficus Empreendimentos e Participações Ltda								(655)
Fundação Arymax							2	2
Ibema Companhia Brasileira de Papel ⁽¹⁾	80.511	56.013	(6.288)	(2.834)			169.965	111.841
Instituto Ecofuturo - Futuro para o Desenvolvimento Sustentável	1	1					(4.399)	(4.168)
IPLF Holding S.A.							10	5
Mabex Representações e Participações Ltda							(137)	(50)
Lazam MDS Corretora e Adm. Seguros S.A.								3
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda				(15)			(170)	(191)
Outros acionistas			(497.867)	(6.232)				
	<u>80.514</u>	<u>58.845</u>	<u>(504.164)</u>	<u>(9.086)</u>	<u>1</u>	<u>689</u>	<u>164.879</u>	<u>106.418</u>
	<u>80.516</u>	<u>58.848</u>	<u>(925.370)</u>	<u>(9.086)</u>	<u>1</u>	<u>(277)</u>	<u>162.258</u>	<u>102.355</u>
Ativo								
Contas a receber de clientes	73.598	47.685						
Dividendos a receber	6.604	7.633						
Outros ativos	314	3.530						
Passivo								
Fornecedores			(6.288)	(2.849)				
Dividendos a pagar			(919.073)	(6.232)				
Outros passivos			(9)	(5)				
	<u>80.516</u>	<u>58.848</u>	<u>(925.370)</u>	<u>(9.086)</u>				

1) Refere-se, principalmente, a venda de celulose.

11.2. Remuneração dos administradores

As despesas relacionadas à remuneração do pessoal-chave da Administração, incluindo o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva Estatutária, reconhecidas no resultado, estão apresentadas no quadro a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Benefícios de curto prazo		
Salário ou pró-labore	48.693	47.089
Benefícios direto ou indireto	880	852
Bônus	6.474	11.326
	56.047	59.267
Benefícios de longo prazo		
Pagamento baseado em ações	46.306	75.022
	46.306	75.022
	102.353	134.289

Os benefícios de curto prazo incluem remuneração fixa (salários e honorários, férias, gratificação obrigatória e 13º salário), encargos sociais (contribuições para seguridade social - INSS parte empresa) e remuneração variável como participação nos lucros, bônus e benefícios (veículo, assistência médica, vale-refeição, vale-alimentação, seguro de vida e plano de previdência privada).

Os benefícios de longo prazo incluem o plano de opção de compra de ações e ações fantasmas para executivos e membros-chave da Administração, de acordo com as regulamentações específicas, conforme divulgado na nota 22.

12. IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA (“IRPJ”) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO (“CSLL”)

12.1. Impostos diferidos

A Companhia calcula o IRPJ e a CSLL, corrente e diferido, com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para IRPJ e 9% para CSLL, sobre o lucro líquido auferido. Os saldos são reconhecidos no resultado da Companhia pelo regime de competência.

As controladas sediadas no Brasil, tem seus tributos calculados e provisionados de acordo com a legislação vigente e seu regime tributário específico, incluindo, em alguns casos, o lucro presumido. As controladas sediadas no exterior, são sujeitas à tributação de acordo com as legislações fiscais de cada país.

Os valores de IRPJ e CSLL diferidos são reconhecidos pelos montantes líquidos no ativo ou no passivo não circulante.

No Brasil, a Lei nº. 12.973/14 revogou o artigo 74 da Medida Provisória nº. 2.158/01 e determina que a parcela do ajuste do valor do investimento em controlada, direta ou indireta, domiciliada no exterior, equivalente aos lucros por ela auferidos antes do imposto sobre a renda, excetuando a variação cambial, deverá ser computada na determinação do lucro real e na base de cálculo da

contribuição social sobre o lucro líquido da pessoa jurídica controladora domiciliada no Brasil, ao fim de cada ano.

A Administração da Companhia acredita na validade das previsões dos tratados internacionais assinados pelo Brasil para evitar a dupla tributação. De modo a garantir seu direito à não bitributação, a Companhia ingressou em abril de 2019 com ação judicial, que tem por objetivo a não tributação, no Brasil, do lucro auferido por sua controlada situada na Áustria, de acordo com a Lei nº. 12.973/14. Em razão da decisão liminar concedida em favor da Companhia nos autos da referida ação judicial, a Companhia decidiu por não adicionar o lucro da Suzano International Trading GmbH, sediada na Áustria, na determinação do lucro real e na base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido da Companhia para o exercício findo 31 de dezembro de 2021. Não há provisão quanto ao imposto relativo ao lucro da referida controlada em 2021.

12.1.1. Composição do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Prejuízo fiscal	1.155.031	1.006.193	1.156.876	1.013.008
Base negativa da contribuição social	410.362	326.956	411.074	329.412
Diferenças temporárias ativas				
Provisão para passivos judiciais	237.773	230.018	249.345	233.100
Provisões operacionais e para perdas diversas	899.475	950.578	965.130	1.051.096
Variação cambial	6.555.202	6.112.906	6.555.202	6.112.906
Perdas com derivativos ("MtM")	2.193.693	2.303.833	2.193.693	2.303.833
Amortização da mais valia oriunda da combinação de negócios	699.535	718.645	699.535	718.645
Lucro não realizado nos estoques	298.888	176.847	298.888	176.847
Arrendamentos	371.891	287.066	373.372	287.066
Provisão dos impostos diferidos sobre o resultado de controladas no exterior		33.893		33.893
Demais diferenças temporárias ⁽¹⁾		157.821		158.172
	12.821.850	12.304.756	12.903.115	12.417.978
Diferenças temporárias passivas				
Ágio – Aproveitamento fiscal sobre ágio não amortizado contabilmente	746.489	469.875	746.489	469.875
Imobilizado - Custo atribuído	1.313.126	1.381.538	1.316.859	1.385.642
Depreciação acelerada incentivada	944.949	1.025.136	944.949	1.025.136
Custo de transação	99.399	110.036	99.399	110.036
Valor justo dos ativos biológicos	428.201	221.629	430.966	237.879
Imposto de renda e contribuição social diferido sobre mais/menos valia alocado, líquido			427.313	469.419
Créditos sobre exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS	198.027	43.559	198.027	43.559
Demais diferenças temporárias	12.654		9.184	
	3.742.845	3.251.773	4.173.186	3.741.546
Ativo não circulante	9.079.005	9.052.983	8.729.929	8.677.002
Passivo não circulante				570

1) Em 29 de dezembro de 2020, com o trânsito em julgado da aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"), relacionado ao acordo de compra e venda de imóveis rurais, há o entendimento da Administração e consultores jurídicos de que todas as condições suspensivas foram implementadas, cabendo o reconhecimento tributário do ganho de capital, nos termos do art. 117 do Código de Tributação Nacional ("CTN"). Como o reconhecimento contábil se deu apenas no *Closing* da Transação, em 5 de janeiro de 2021 (nota 1.2.2.) com o cumprimento da obrigação de desempenho e entrega da posse das propriedades ao cliente, houve a necessidade da constituição do tributo diferido ativo sobre esta diferença temporária, no montante de R\$175.202.

Exceto os prejuízos fiscais, a base negativa da contribuição social e a depreciação acelerada incentivada, que são alcançadas somente pelo IRPJ, as demais bases tributáveis foram sujeitas a ambos impostos.

12.1.2. Composição do prejuízo fiscal acumulado e da base negativa da contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Prejuízo fiscal a compensar	4.620.124	4.024.768	4.627.504	4.052.013
Base negativa da contribuição social a compensar	4.559.578	3.632.844	4.567.489	3.660.133

12.1.3. Movimentação do saldo líquido das contas de impostos diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
No início do exercício	9.052.983	2.046.675	8.676.432	1.555.165
Prejuízo fiscal	148.838	411.995	143.868	412.759
Base negativa da contribuição social	83.406	182.540	81.662	183.066
Provisão (reversão) para passivos judiciais	7.755	(22.069)	16.245	(32.471)
Provisões (reversões) operacionais e para perdas diversas	(51.103)	68.984	(53.467)	136.400
Variação cambial	442.296	4.110.964	442.296	4.110.964
Perdas (ganhos) com derivativos ("MtM")	(110.140)	1.685.406	(110.140)	1.685.406
Amortização da mais e menos valia oriunda da combinação de negócios	(19.110)	4.989	22.996	37.917
Lucro não realizado nos estoques	122.041	(116.475)	122.041	(116.475)
Arrendamento	84.825	284.144	86.306	265.022
Aproveitamento fiscal sobre ágio não amortizado contabilmente	(276.614)	(253.018)	(276.614)	(253.018)
Imobilizado - custo atribuído	68.412	50.520	68.783	120.578
Depreciação acelerada incentivada	80.187	88.064	80.187	88.064
Custo de transação	10.637	(5.487)	10.637	(5.487)
Valor justo do ativo biológico	(206.572)	(154.451)	(225.586)	(184.377)
Impostos diferidos sobre o resultado de controladas no exterior ⁽¹⁾	(33.893)	497.743	(33.893)	497.743
Créditos sobre exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS (nota 20.3)	(154.468)		(154.468)	
Demais diferenças temporárias ⁽²⁾	(170.475)	172.459	(167.356)	175.176
No final do exercício	9.079.005	9.052.983	8.729.929	8.676.432

1) Em 31 de dezembro de 2020, refere-se ao montante revertido em decorrência de sentença favorável concedida à Companhia, que assegurou o direito de apurar e pagar o IRPJ e a CSLL devidos no Brasil sem adicionar a sua base de cálculo o lucro auferido a partir de janeiro de 2019 pela subsidiária integral Suzano International Trade GmbH (anteriormente denominada Fibria International Trade GmbH), em conformidade com os termos do Tratado Brasil-Áustria, seja no que se refere à incorporada Fibria Celulose S.A. (subsidiária integral incorporada em 1 de abril de 2019) relativamente ao período-base do 1º trimestre de 2019 antecipadamente encerrado em razão do ato de incorporação, seja no que tange aos períodos-base de apuração posteriores em que Suzano International Trade GmbH já figurava como controlada da Companhia.

2) Em 29 de dezembro de 2020, com o trânsito em julgado da aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"), relacionado ao acordo de compra e venda de imóveis rurais, há o entendimento da Administração e consultores jurídicos de que todas as condições suspensivas foram implementadas, cabendo o reconhecimento tributário do ganho de capital, nos termos do art. 117 do Código de Tributação Nacional ("CTN"). Como o reconhecimento contábil se deu apenas no *Closing* da transação, em 5 de janeiro de 2021 (nota 1.2.2.) com o cumprimento da obrigação de desempenho e entrega da posse das propriedades ao cliente, houve a necessidade da constituição do tributo diferido ativo sobre esta diferença temporária, no montante de R\$175.202.

12.1.4. Período estimado de realização

A projeção de realização dos impostos diferidos de natureza ativa foi preparada com base nas melhores estimativas da Administração que são baseadas em premissas significativas, como preço de venda médio líquido da celulose e do papel e preço de transferência com sua controlada na Áustria. Todavia, há outras premissas que não estão sob o controle da Companhia, como índices de inflação, câmbio, preços de celulose praticados no mercado internacional e demais incertezas econômicas do Brasil, os resultados futuros podem divergir daqueles considerados na preparação da projeção consolidada, conforme apresentado a seguir:

2022	1.143.774
2023	2.334.399
2024	487.391
2025	716.047
2026	1.818.649
2027 a 2029	3.252.671
2030 a 2031	3.150.184
	12.903.115

12.2. Conciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o resultado líquido

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o resultado	8.575.397	(17.884.621)	8.832.957	(17.642.129)
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal de 34%	(2.915.635)	6.080.771	(3.003.205)	5.998.324
Efeito tributário sobre diferenças permanentes				
Tributação (diferença) de resultado de controladas no Brasil e no exterior ⁽¹⁾	(180.695)	405.503	3.445.206	1.373.845
Resultado de equivalência patrimonial	3.831.456	1.129.453	44.309	12.288
Juros pagos e não dedutíveis em transações com controladas ("Subcapitalização") ⁽²⁾	(603.612)	(675.356)	(603.612)	(675.356)
Crédito Programa Reintegra	7.130	6.259	7.398	6.278
Incentivos fiscais ⁽³⁾	4.947	10.668	16.443	10.668
Gratificações dos diretores	(15.248)	(7.677)	(15.656)	(7.677)
Compensação de imposto de renda de controlados no exterior		72.890		72.890
Incorporação de controladas		67.311		67.311
Baixa de créditos tributários, doações, multas e outros	(77.354)	69.971	(88.308)	68.623
	50.989	7.159.793	(197.425)	6.927.194
Imposto de renda				
Corrente	(48.278)	56.443	(276.431)	(173.322)
Diferido	79.235	5.216.890	69.669	5.225.655
	30.957	5.273.333	(206.762)	5.052.333
Contribuição social				
Corrente	(9.448)	6.930	(15.684)	(8.604)
Diferido	29.480	1.879.530	25.021	1.883.465
	20.032	1.886.460	9.337	1.874.861
Resultado com imposto de renda e contribuição social no exercício	50.989	7.159.793	(197.425)	6.927.194
Alíquota efetiva da despesa com IRPJ e CSLL	(0,59)%	40,03%	2,24%	39,27%

1) O efeito da diferença de tributação de empresas controladas deve-se, substancialmente, à diferença entre as alíquotas nominais do Brasil e controladas no Brasil e no exterior.

- 2) As regras brasileiras de subcapitalização (“*thin capitalization*”) estabelecem que os juros pagos ou creditados por uma entidade brasileira a uma parte relacionada no exterior só podem ser deduzidos para fins de imposto de renda e para contribuição social, se a despesa de juros for vista como necessária para as atividades da entidade local e quando determinados limites e requisitos forem atendidos. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não atendia a todos os limites e requisitos para a dedutibilidade.
- 3) Dedução do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido são referentes a utilização dos benefícios (i) gastos com pesquisa e desenvolvimento (ii) PAT (“Programa de Alimentação ao Trabalhador”) (iii) doações realizadas em projetos de caráter cultural, audiovisual (iv) fundos do direito da criança e do adolescente e (v) prorrogação da licença maternidade e paternidade.

12.3. Incentivos Fiscais

A Companhia possui incentivo fiscal de redução parcial do imposto de renda obtido pelas operações conduzidas em áreas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (“SUDENE”) nas regiões de Mucuri (BA), Eunápolis - Veracel (BA), Imperatriz (MA) e Aracruz – Portocel (ES) e em áreas da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (“SUDAM”) na região de Belém (PA). O incentivo de redução do IRPJ é calculado com base no lucro da atividade (lucro da exploração) e considera a alocação do lucro operacional pelos níveis de produção incentivada para cada produto. O incentivo das linhas 1 e 2 da unidade de Mucuri (BA) expiram, respectivamente, em 2024 e 2027 e da unidade de Imperatriz (MA), expira em 2024 e Eunápolis – Veracel (BA) e Belém (PA), expiram em 2025 e Aracruz – Portocel (ES), expira 2030.

13. ATIVOS BIOLÓGICOS

A movimentação dos ativos biológicos está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2019	10.326.622	10.571.499
Incorporação	57.770	
Adição	3.041.977	3.392.975
Exaustão	(2.974.063)	(3.094.742)
Transferência	(23.471)	(23.471)
Ganho na atualização do valor justo	463.546	466.484
Alienação	(93.847)	(93.847)
Outras baixas	(58.120)	(57.688)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	10.740.414	11.161.210
Adição	3.634.667	3.807.608
Exaustão	(3.038.339)	(3.189.726)
Transferência	23.471	23.471
Ganho na atualização do valor justo	689.937	763.091
Alienação	(211.433)	(211.433)
Outras baixas	(102.091)	(105.489)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	11.736.626	12.248.732

O cálculo do valor justo dos ativos biológicos se enquadra no nível 3 da hierarquia estabelecida no CPC 46/IFRS 13 – Mensurações do Valor Justo, devido à complexidade e estrutura do cálculo.

As principais premissas Incremento Médio Anual (“IMA”), taxa de desconto e preço bruto médio de venda do eucalipto, destacam-se como sendo as de maior sensibilidade, onde aumentos ou reduções geram ganhos ou perdas relevantes na mensuração do valor justo.

As premissas utilizadas na mensuração do valor justo dos ativos biológicos foram:

- i) Ciclo médio de formação florestal de 6 e 7 anos;
- ii) Áreas úteis plantadas de florestas a partir do 3º ano de plantio;
- iii) O IMA que consiste no volume estimado de madeira com casca em m³ por hectare, apurado com base no material genético aplicado em cada região, práticas silviculturais e de manejo florestal, potencial produtivo, fatores climáticos e de condições do solo;
- iv) O custo-padrão médio por hectare estimado contempla gastos com silvicultura e manejo florestal, aplicados a cada ano de formação do ciclo biológico das florestas, acrescidos do custo dos contratos de arrendamento de terras e do custo de oportunidade das terras próprias;
- v) Os preços brutos médios de venda do eucalipto foram baseados em pesquisas especializadas em transações realizadas pela Companhia com terceiros independentes; e
- vi) A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa é calculada com base em estrutura de capital e demais premissas econômicas para um participante de mercado independente de comercialização de madeira em pé (florestas).

A mensuração das premissas consolidadas utilizadas é apresentada a seguir:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Área útil plantada (hectare)	1.060.806	1.020.176
Ativos maduros	138.739	111.866
Ativos imaturos	922.067	908.310
Incremento médio anual (IMA) - m ³ /hectare/ano	37,58	38,43
Preço médio de venda do eucalipto - R\$/m ³	76,38	70,22
Taxa de desconto - %	8,9%	8,9%

O modelo de precificação considera os fluxos de caixa líquidos, após a dedução dos tributos sobre o lucro com base nas alíquotas vigentes.

A variação do valor justo dos ativos biológicos justificada pela variação dos indicadores acima mencionados, que combinados, resultaram em uma variação positiva de R\$763.091 no consolidado, reconhecida na rubrica outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (nota 30).

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Mudanças físicas	148.190	156.906
Preço	614.901	309.578
	763.091	466.484

A Companhia administra os riscos financeiros e climáticos relacionados com a atividade agrícola de forma preventiva. Para redução dos riscos decorrentes de fatores edafoclimáticos, é realizado monitoramento através de estações meteorológicas e, nos casos de ocorrência de pragas e doenças, o Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento Florestal, uma área especializada em fisiologia e fitossanidade da Companhia, adota procedimentos para diagnóstico e ações rápidas contra as possíveis ocorrências e perdas.

A Companhia não possui ativos biológicos oferecidos em garantia no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (não havia ativos biológicos oferecidos em garantia em 31 de dezembro de 2020).

14. INVESTIMENTOS

14.1. Composição dos investimentos líquidos

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Investimentos em controladas, coligadas, operações em conjunto e negócios em conjunto, líquidos	22.895.269	11.255.050	263.965	96.373
Mais valia de ativos na aquisição de controladas	830.643	912.690		
Investimentos – Ágio ⁽¹⁾	231.743	236.360	231.743	236.360
Outros investimentos avaliados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – Celluforce	28.358	26.338	28.358	26.338
	23.986.013	12.430.438	524.066	359.071

1) A movimentação é decorrente, principalmente, dos eventos divulgados na nota 1.2.5.

14.2. Investimentos em controladas, coligadas, operações em conjunto e negócios em conjunto, líquidos

	Informações das entidades em 31 de dezembro de 2021			No patrimônio líquido		Participação da Companhia No resultado do exercício	
	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Participação societária (%)	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Controladas, coligadas, operações em conjunto							
No Brasil							
AGFA – Com. Adm. e Participações Ltda.							387
Asapir Produção Florestal e Comércio Ltda.							(4.565)
Comercial e Agrícola Paineiras Ltda.							17.839
Facepa - Fábrica de Papel da Amazônia S.A.							3.222
F&E Tecnologia do Brasil S.A.	199		100,00%	199	200		(1)
Fibria Terminal de Celulose de Santos SPE S.A.	180.786	(14.820)	100,00%	180.786	195.479	(14.820)	5.104
Fibria Terminais Portuários S.A.			100,00%				(23)
Futuragene Brasil							(5.691)
Maxcel Empreendimentos e Participações S.A.	285.290	(678)	100,00%	285.290	48.768	(678)	(134)
Mucuri Energética S.A.	64.282	(3.357)	100,00%	64.282	62.639	(3.357)	8.709
Ondurman Empreendimentos Imobiliários Ltda.							14.295
Paineiras Logística e Transportes Ltda.	24.405	942	100,00%	24.405	23.463	942	9.598
Portocel - Terminal Espec. Barra do Riacho S.A.	159.520	18.660	51,00%	81.355	81.896	9.517	10.175
Projetos Especiais e Investimentos Ltda.	1.014	(166)	100,00%	1.014	1.176	(166)	(16.568)
Rio Verde Participações e Propriedades Rurais S.A.	361.817	4	100,00%	361.817	359.715	4	(352)
SFBC Participações Ltda.	18.040	(3.074)	100,00%	18.040	16.114	(3.074)	275
Suzano Participações do Brasil Ltda.							(2.504)
Veracel Celulose S.A.	2.798.872	109.408	50,00%	1.399.436	1.354.282	54.704	8.290
No exterior							
Ensyn Corporation	16.089	(24.131)	26,24%	4.222	5.472	(6.332)	(7.629)
Fibria Celulose (USA) Inc.	278.191	28.325	100,00%	278.191	249.866	28.325	85.237
Fibria Overseas Finance Ltd.	62.096	51.652	100,00%	62.096	10.444	51.652	(38.740)
FuturaGene Ltd.	2.435	(7.447)	100,00%	2.435		(7.447)	
Spinova Plc ⁽¹⁾	656.496	(92.023)	19,14%	125.653	15.387	(17.613)	(5.903)
Stenfar S.A. Indl. Coml. Imp. Y. Exp.	58.090	28.292	100,00%	58.090	29.798	28.292	9.340
Suzano Austria GmbH.	131.354	141.327	100,00%	131.354	(9.970)	141.327	(30.638)
Suzano Canada Inc.	24.615	(15.106)	100,00%	24.615	23.324	(15.106)	(15.688)
Suzano Finlandia Oy	25.939	(3.517)	100,00%	25.939		(3.517)	
Suzano International Trade GmbH.	17.545.809	10.291.446	100,00%	17.545.809	7.254.363	10.291.446	2.870.581
Suzano Pulp and Paper America Inc.	103.514	15.995	100,00%	103.514	87.519	15.995	21.383
Suzano Pulp and Paper Europe S.A.	349.415	109.748	100,00%	349.415	239.667	109.748	46.932
Suzano Shanghai Ltd.	6.862	913	100,00%	6.862	5.907	913	678
Suzano Trading International KFT	313	(202)	100,00%	313	137	(202)	(118)
Suzano Trading Ltd.	1.626.047	454.174	100,00%	1.626.047	1.123.890	454.174	288.755
				22.761.179	11.179.536	11.114.727	3.272.246
Negócios em conjunto							
No Brasil							
Ibema Companhia Brasileira de Papel	235.349	88.228	49,90%	117.439	70.305	44.026	49.674
No exterior							
F&E Technologies LLC	11.188		50,00%	5.594	5.209		
Woodspin Oy	22.115	(9)	50,00%	11.057		(4)	
				134.090	75.514	44.022	49.674
Mais-valia de ativos na aquisição de controladas				830.643	912.690		
Ágio				231.743	236.360		
Outras movimentações						110.239	
				1.062.386	1.149.050	110.239	
Total do investimento da controladora				23.957.655	12.404.100	11.268.988	3.321.920

- 1) Aumento no investimento da Spinova refere-se aos efeitos do IPO desta investida (nota 1.2.5). O preço médio da ação cotado na NFNGM é de EUR13,43 (treze euros e quarenta e três centavos) no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

14.3. Movimentação dos investimentos, líquidos – Controladora

Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>11.606.627</u>
Resultado de equivalência patrimonial	3.321.920
Aumento de capital em controladas	59.139
Redução de capital em controladas	(50.627)
Amortização de mais valia de controladas	(112.250)
Dividendos a receber	(1.495.512)
Juros sobre capital próprio	(1.218)
Incorporação da Suzano Participações do Brasil Ltda.	(798.850)
Incorporação da AGFA – Com. Adm. e Participações Ltda.	(28.485)
Incorporação da Facepa – Fábrica de Papel da Amazônia S.A.	(14.107)
Incorporação da Ondurman Empreendimentos Imobiliários Ltda.	(89.160)
Incorporação da Comercial e Agrícola Paineiras Ltda.	(182.149)
Incorporação da Suzano Participações do Brasil Ltda.	(235)
Incorporação da Futuragene Brasil	3.113
Incorporação da Asapir Produção Florestal e Comércio Ltda.	(1.992)
Aquisição integral da participação societária da Rio Verde Participações e Propriedades Rurais S.A.	358.967
Aquisição integral da participação societária da F&E Tecnologia do Brasil S.A.	200
Aquisição integral da participação societária da SFBC Participações Ltda.	15.839
Investimentos avaliados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	6.290
Ganho de investimento - Futuragene Brasil	978
Passivo atuarial	2.507
Transferência mais valia - Facepa – Fábrica de Papel da Amazônia S.A.	(49.733)
Transferência ágio - Facepa – Fábrica de Papel da Amazônia S.A.	(119.332)
Outros resultados abrangentes - efeito cambial	2.049
Outras movimentações	(3.541)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>12.430.438</u>
Resultado de equivalência patrimonial ⁽¹⁾	11.268.163
Aumento de capital em controladas	347.346
Amortização de mais valia de controladas	(81.922)
Dividendos a receber	(27.595)
Investimentos avaliados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2.020
Passivo atuarial	1.511
Outros resultados abrangentes - efeito cambial	46.006
Outras movimentações	46
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>23.986.013</u>

1) Inclui a realização de outros resultados abrangentes.

15. IMOBILIZADO

						Controladora
	Terrenos	Imóveis	Máquinas, equipamentos e instalações	Imobilizado em andamento	Outros ⁽¹⁾	Total
Taxa de depreciação média a.a. %		4,08	5,84		16,26	
Custo						
Saldo em 31 de dezembro de 2019	8.387.766	7.680.401	40.483.518	935.600	866.743	58.354.028
Adições		48	176.693	1.189.875	11.583	1.378.199
Incorporação	837.122	37.725	132.322		8.760	1.015.929
Baixas	(204.317)	(26.564)	(59.582)	(18.853)	(14.850)	(324.166)
Transferências e outros ⁽³⁾	(198.144)	459.084	530.990	(1.272.918)	137.126	(343.862)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	8.822.427	8.150.694	41.263.941	833.704	1.009.362	60.080.128
Adições	35.243		308.339	1.662.613	18.515	2.024.710
Baixas ⁽²⁾	(536.881)	(1.656)	(125.671)		(3.919)	(668.127)
Transferências e outros ⁽³⁾	379.151	196.678	626.774	(949.716)	31.212	284.099
Saldo em 31 de dezembro de 2021	8.699.940	8.345.716	42.073.383	1.546.601	1.055.170	61.720.810
Depreciação						
Saldo em 31 de dezembro de 2019		(2.568.209)	(17.911.464)		(527.656)	(21.007.329)
Adições		(253.807)	(2.240.048)		(104.364)	(2.598.219)
Incorporação		(19.160)	(69.506)		(5.741)	(94.407)
Baixas		25.597	46.576		7.008	79.181
Saldo em 31 de dezembro de 2020		(2.815.579)	(20.174.442)		(630.753)	(23.620.774)
Adições		(290.010)	(2.219.643)		(115.976)	(2.625.629)
Baixas		495	107.939		2.744	111.178
Transferências		(113)	1.141		(506)	522
Saldo em 31 de dezembro de 2021		(3.105.207)	(22.285.005)		(744.491)	(26.134.703)
Valor contábil						
Saldo em 31 de dezembro de 2020	8.822.427	5.335.115	21.089.499	833.704	378.609	36.459.354
Saldo em 31 de dezembro de 2021	8.699.940	5.240.509	19.788.378	1.546.601	310.679	35.586.107

- 1) Inclui veículos, móveis e utensílios e equipamentos de informática.
- 2) Contempla, principalmente, a baixa pela venda de imóveis rurais à Turvinho (nota 1.2.2.).
- 3) Contempla a transferência realizada entre as rubricas de ativo imobilizado, intangível, direito de uso, estoques e ativos não circulantes mantidos para a venda (nota 1.2.2.).

	Consolidado					
	Terrenos	Imóveis	Máquinas, equipamentos e instalações	Imobilizado em andamento	Outros ⁽¹⁾	Total
Taxa de depreciação média a.a. %		4,08	5,84		16,26	
Custo						
Saldo em 31 de dezembro de 2019	10.321.574	8.767.789	42.520.577	969.701	933.326	63.512.967
Adições	2.274	2.825	194.086	1.289.738	14.332	1.503.255
Baixas	(213.399)	(26.564)	(92.915)	(18.853)	(25.189)	(376.920)
Transferências e outros ⁽³⁾	(198.144)	459.084	562.747	(1.357.202)	137.126	(396.389)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	9.912.305	9.203.134	43.184.495	883.384	1.059.595	64.242.913
Adições	38.786		319.887	1.768.938	22.973	2.150.584
Baixas ⁽²⁾	(539.528)	(1.656)	(253.341)	(1.323)	(13.763)	(809.611)
Transferências e outros ⁽³⁾	379.539	214.340	698.591	(1.047.084)	35.796	281.182
Saldo em 31 de dezembro de 2021	9.791.102	9.415.818	43.949.632	1.603.915	1.104.601	65.865.068
Depreciação						
Saldo em 31 de dezembro de 2019		(2.979.916)	(18.850.386)		(561.720)	(22.392.022)
Adições		(291.862)	(2.390.583)		(110.012)	(2.792.457)
Baixas		25.992	64.397		8.067	98.456
Saldo em 31 de dezembro de 2020		(3.245.786)	(21.176.572)		(663.665)	(25.086.023)
Adições		(331.691)	(2.356.184)		(120.796)	(2.808.671)
Baixas		495	186.775		11.535	198.805
Transferências		(115)	1.145		(506)	524
Saldo em 31 de dezembro de 2021		(3.577.097)	(23.344.836)		(773.432)	(27.695.365)
Valor residual						
Saldo em 31 de dezembro de 2020	9.912.305	5.957.348	22.007.923	883.384	395.930	39.156.890
Saldo em 31 de dezembro de 2021	9.791.102	5.838.721	20.604.796	1.603.915	331.169	38.169.703

1) Inclui veículos, móveis e utensílios e equipamentos de informática.

2) Contempla, principalmente, a baixa pela venda de imóveis rurais à Turvinho (nota 1.2.2.).

3) Contempla a transferência realizada entre as rubricas de ativo imobilizado, intangível, estoques e mantidos para a venda (nota 1.2.2.).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia avaliou os impactos de negócio, mercado e climático e não identificou nenhum evento que indicasse a necessidade de efetuar um teste para verificação do valor recuperável (*impairment*) do ativo imobilizado.

15.1. Bens oferecidos em garantia

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os bens do ativo imobilizado que foram oferecidos em garantia em operações de empréstimos e processos judiciais, composto substancialmente pelas unidades de Imperatriz, Limeira, Mucuri, Suzano e Três Lagoas, totalizava R\$19.488.481 na controladora e no consolidado (R\$20.903.151 na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2020).

15.2. Custos de empréstimos capitalizados

O montante dos custos de empréstimos capitalizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$18.624 na controladora e no consolidado (R\$10.636 na controladora e no

consolidado em 31 de dezembro de 2020). A taxa média ponderada, ajustada pela equalização dos efeitos cambiais, utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização foi 12,04% a.a. na controladora e no consolidado (9,06% a.a. na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2020).

16. INTANGÍVEL

16.1. Ativos intangíveis com vida útil indefinida

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Facepa	119.332	119.332
Fibria	7.897.051	7.897.051
Outros ⁽¹⁾	3.216	1.196
	8.019.599	8.017.579

1) Referem-se a outros ativos intangíveis com vida útil indefinida, tais como servidão de passagem de estrada e energia elétrica.

Os ágios apresentados acima estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, suportados por laudos de avaliações, após alocação dos ativos identificados.

O valor do ágio por expectativa de rentabilidade futura foi alocado às unidades geradoras de caixa e estão divulgados na nota 29.4.

O teste de recuperabilidade dos ativos é efetuado anualmente com base no método de fluxo de caixa descontado. Em 2021, foram utilizados como base, o planejamento orçamentário, estratégico e financeiro da Companhia com projeções de crescimento até o ano de 2026 e perpetuidade média da unidade geradora de caixa considerando uma taxa nominal de 3,14% a.a. a partir desta data, baseados no histórico dos últimos anos, bem como as projeções econômico-financeiras de cada mercado em que a Companhia atua, impactos das potenciais mudanças climáticas, além de informações oficiais de instituições independentes e governamentais.

A taxa de desconto nominal, depois dos impostos, utilizada pela Administração para a elaboração do fluxo de caixa descontado foi de 8,50% a.a., sendo calculada com base no custo médio ponderado de capital ("*Weighted Average Cost of Capital* – WACC"). Adicionalmente, foram adotadas as premissas apresentadas na tabela a seguir:

	2022	2023	2024	2025	2026
Preço líquido médio da celulose – Mercado externo (US\$/tonelada)					
Ásia	514,9	595,7	607,2	546,2	550,0
Europa	571,5	545,7	597,8	535,2	550,0
América do Norte	613,4	592,6	649,2	581,2	597,3
América Latina	609,5	582,7	638,3	571,4	587,3
Preço líquido médio da celulose – Mercado interno (US\$/tonelada)	536,7	504,3	552,4	494,6	508,3
Taxa de câmbio médio (R\$/U.S.\$)	5,24	5,10	5,08	5,13	5,19
Taxa de desconto (depois dos impostos)	8,50%a.a.	8,50%a.a.	8,50%a.a.	8,50%a.a.	8,50%a.a.

Taxa de desconto (antes dos impostos) 11,90% a.a. 11,90% a.a. 11,90% a.a. 11,90% a.a. 11,90% a.a.
Com base nas análises da Administração, efetuadas em 2021, o valor recuperável é superior ao valor contábil e conseqüentemente, não foi identificado ajuste para redução dos saldos dos ativos ao valor recuperável (*impairment*).

16.2. Ativos intangíveis com vida útil definida

		Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
No início do exercício		8.467.095	9.368.252	8.741.949	9.649.789
Incorporação			13.409		
Adições		25.152	1.561	285.278	2.307
Amortização		(953.844)	(950.330)	(973.516)	(980.385)
Transferências e outros		17.181	34.203	(38.971)	70.238
No final do exercício		<u>7.555.584</u>	<u>8.467.095</u>	<u>8.014.740</u>	<u>8.741.949</u>
	Taxa média %a.a.				
Representados por					
Acordo de não competição	5 e 46,1	736	1.366	5.394	5.706
Concessão de portos	4,3	48.031	50.177	199.658	209.506
Contratos arrendamentos	16,9	21.873	29.373	21.873	29.373
Contratos de fornecedores	12,9	70.368	85.182	70.368	85.182
Contratos serviços portuários	4,2	606.504	635.866	609.283	639.275
Cultivares	14,3	81.568	101.960	81.568	101.960
Marcas e patentes	10,0	13.924	16.480	14.071	16.627
Relacionamento com clientes	9,1	6.567.840	7.388.820	6.567.840	7.388.820
Relacionamento com fornecedor	17,6	30.937	41.250	31.993	41.250
Softwares	20,0	112.683	114.642	121.312	123.788
Outros	7,2	1.120	1.979	291.380	100.462
		<u>7.555.584</u>	<u>8.467.095</u>	<u>8.014.740</u>	<u>8.741.949</u>

17. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Em moeda nacional				
Partes relacionadas (nota 11) ⁽¹⁾	51.796	61.147	6.288	2.849
Terceiros	2.454.434	1.667.768	2.677.052	1.865.632
Em moeda estrangeira				
Terceiros	121.820	110.272	605.557	492.617
	<u>2.628.050</u>	<u>1.839.187</u>	<u>3.288.897</u>	<u>2.361.098</u>

1) O saldo consolidado refere-se, substancialmente, a transações com Ibema Companhia Brasileira de Papel.

18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

18.1. Abertura por modalidade

Modalidade	Indexador	Encargo médio % a.a.	Circulante		Não circulante		Controladora	
			31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Em moeda estrangeira								
Créditos de exportação ("Pré-pagamento de exportação")	LIBOR/Fixo	4,17	18.387	178.588		17.010	18.387	195.598
			18.387	178.588		17.010	18.387	195.598
Em moeda nacional								
BNDDES	TJLP	7,63	57.091	270.345	238.269	1.190.837	295.360	1.461.182
BNDDES	TLP	9,68	32.855	25.535	703.501	522.367	736.356	547.902
BNDDES	Fixo	4,79	22.593	27.034	21.574	44.065	44.167	71.099
BNDDES	SELIC	5,52	35.086	98.531	782.685	1.068.959	817.771	1.167.490
CRA ("Certificado de Recebíveis do Agronegócio")	CDI/IPCA	11,28	1.561.639	32.156	1.687.560	3.025.527	3.249.199	3.057.683
NCE ("Nota de crédito à exportação")	CDI	10,15	39.535	15.184	1.276.330	1.275.045	1.315.865	1.290.229
NCR ("Nota de Crédito Rural")	CDI	10,57	7.335	2.738	273.852	273.578	281.187	276.316
Créditos de exportação ("Pré-pagamento de exportação")	Fixo	8,06	77.694	77.570	1.314.737	1.313.661	1.392.431	1.391.231
Debêntures	CDI	10,71	21.980	7.590	5.418.088	5.415.061	5.440.068	5.422.651
Outros				266		3.651		3.917
			1.855.808	556.949	11.716.596	14.132.751	13.572.404	14.689.700
			1.874.195	735.537	11.716.596	14.149.761	13.590.791	14.885.298
Juros sobre financiamento			211.982	151.753			211.982	151.753
Financiamentos captados a longo prazo			1.662.213	583.784	11.716.596	14.149.761	13.378.809	14.733.545
			1.874.195	735.537	11.716.596	14.149.761	13.590.791	14.885.298

Suzano S.A.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Modalidade	Indexador	Encargo médio % a.a.	Consolidado					
			Circulante		Não circulante		Total	
			31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Em moeda estrangeira								
BNDDES	UMBNDDES	4,81	14.399	2.506	11.952	24.486	26.351	26.992
Bonds	Fixo	4,99	972.053	779.046	46.253.007	37.232.554	47.225.060	38.011.600
Créditos de exportação ("Pré-pagamento de exportação")	LIBOR/Fixo	2,36	818.896	718.623	17.916.691	19.400.208	18.735.587	20.118.831
Outros			782	2.516			782	2.516
			1.806.130	1.502.691	64.181.650	56.657.248	65.987.780	58.159.939
Em moeda nacional								
BNDDES	TJLP	7,63	67.499	276.441	312.077	1.254.222	379.576	1.530.663
BNDDES	TLP	9,68	32.854	25.535	703.502	522.367	736.356	547.902
BNDDES	Fixo	4,79	24.672	29.115	22.611	47.177	47.283	76.292
BNDDES	SELIC	5,52	35.086	98.531	782.685	1.068.959	817.771	1.167.490
CRA ("Certificado de Recebíveis do Agronegócio")	CDI/IPCA	11,28	1.561.639	32.156	1.687.560	3.025.527	3.249.199	3.057.683
NCE ("Nota de Crédito à Exportação")	CDI	10,15	39.535	15.184	1.276.330	1.275.045	1.315.865	1.290.229
NCR ("Nota de Crédito Rural")	CDI	10,57	7.335	2.738	273.852	273.578	281.187	276.316
Créditos de exportação ("Pré-pagamento de exportação")	Fixo	8,06	77.694	77.570	1.314.737	1.313.661	1.392.431	1.391.231
Debêntures	CDI	10,71	21.980	7.590	5.418.088	5.415.061	5.440.068	5.422.651
Outros (Capital de giro, Fundo de Desenvolvimento Industrial ("FDI") e menos valia de combinação de negócios)			(18.887)	(24.165)		3.651	(18.887)	(20.514)
			1.849.407	540.695	11.791.442	14.199.248	13.640.849	14.739.943
			3.655.537	2.043.386	75.973.092	70.856.496	79.628.629	72.899.882
Juros sobre financiamento			1.204.490	935.010			1.204.490	935.010
Financiamentos captados a longo prazo			2.451.047	1.108.376	75.973.092	70.856.496	78.424.139	71.964.872
			3.655.537	2.043.386	75.973.092	70.856.496	79.628.629	72.899.882

18.2. Movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
No início do exercício	14.885.298	19.319.008	72.899.882	63.684.326
Incorporação		19.713		
Captações líquidas de custo de transação, ágio e deságio	200.000	533.641	16.991.962	14.761.796
Juros apropriados	767.802	794.827	3.207.278	3.286.254
Prêmio sobre a liquidação antecipada	32.933		260.289	391.390
Variações monetárias e cambiais, líquidas	206.671	505.402	4.847.320	13.365.471
Pagamento de principal	(1.799.926)	(5.459.272)	(15.469.423)	(19.092.810)
Pagamento de juros	(707.715)	(857.181)	(2.953.573)	(3.244.948)
Pagamento de prêmio sobre a liquidação antecipada	(32.933)		(260.289)	(378.382)
Amortização de custo de transação, ágio e deságio	42.301	29.160	103.246	87.959
Outras	(3.640)		1.937	38.826
No fim do exercício	13.590.791	14.885.298	79.628.629	72.899.882

18.3. Cronograma de vencimentos – não circulante

	Controladora						
	2023	2024	2025	2026	2027	2028 em diante	Total
Em moeda nacional							
BNDDES – TJLP	54.445	22.064	77.427	80.880	3.453		238.269
BNDDES – TLP	18.866	18.866	17.618	23.245	91.995	532.911	703.501
BNDDES – Fixo	17.573	4.001					21.574
BNDDES – Selic	58.779	50.281	181.221	181.266	23.352	287.786	782.685
CRA (“Certificado de Recebíveis do Agronegócio”)	1.687.560						1.687.560
NCE (“Nota de crédito à exportação”)			640.800	635.530			1.276.330
NCR (“Nota de Crédito Rural”)			137.500	136.352			273.852
Créditos de exportação (“Pré-pagamento de exportação”)		1.314.737					1.314.737
Debêntures			2.340.550	2.329.715		747.823	5.418.088
	1.837.223	1.409.949	3.395.116	3.386.988	118.800	1.568.520	11.716.596
	Consolidado						
	2023	2024	2025	2026	2027	2028 em diante	Total
Em moeda estrangeira							
BNDDES	11.952						11.952
<i>Bonds</i>			1.876.648	2.904.133	3.859.970	37.612.256	46.253.007
Créditos de exportação (“Pré-pagamento de exportação”)		2.103.437	6.113.748	5.388.749	4.310.757		17.916.691
	11.952	2.103.437	7.990.396	8.292.882	8.170.727	37.612.256	64.181.650
Em moeda nacional							
BNDDES – TJLP	67.880	47.624	97.483	84.422	6.995	7.673	312.077
BNDDES – TLP	18.866	18.866	17.618	23.245	91.995	532.912	703.502
BNDDES – Fixo	18.610	4.001					22.611
BNDDES – Selic	58.779	50.281	181.221	181.266	23.352	287.786	782.685
CRA (“Certificado de Recebíveis do Agronegócio”)	1,687,560						1,687,560
NCE (“Nota de crédito à exportação”)			640,800	635,530			1,276,330
NCR (“Nota de Crédito Rural”)			137,500	136,352			273,852
Créditos de exportação (“Pré-pagamento de exportação”)		1,314,737					1,314,737
Debêntures			2,340,550	2,329,715		747,823	5,418,088
	1.851.695	1.435.509	3.415.172	3.390.530	122.342	1.576.194	11.791.442
	1.863.647	3.538.946	11.405.568	11.683.412	8.293.069	39.188.450	75.973.092

18.4. Abertura por moeda

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Real	13.629.978	14.727.803
Dólar dos Estados Unidos da América	65.972.300	58.145.087
Cesta de moedas	26.351	26.992
	79.628.629	72.899.882

18.5. Custos de captação

O custo de captação é amortizado com base nas vigências dos contratos e taxa de juros efetiva.

Modalidade	Custo	Amortização	Consolidado	
			Saldo a amortizar	
			31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
<i>Bonds</i>	434.970	173.964	261.006	238.568
CRA e NCE	125.222	103.616	21.606	32.374
Créditos de exportação ("Pré-pagamento de exportação")	191.710	80.893	110.817	56.028
Debêntures	24.467	11.455	13.012	16.039
BNDES ("IOF") ⁽¹⁾	62.658	49.185	13.473	40.611
Outros	18.147	16.999	1.148	1.422
	857.174	436.112	421.062	385.042

1) Imposto sobre operações financeiras.

18.6. Operações relevantes contratadas no exercício

18.6.1. Pré-pagamento de exportação ("PPE")

Em 10 de fevereiro de 2021, a Companhia, por meio de sua controlada Suzano Pulp and Paper Europe S.A. ("Suzano Europe"), assinou contrato de pré-pagamento de exportação vinculado à sustentabilidade, no valor de US\$1.570.000 (equivalente a R\$8.481.768 na data da transação) com vencimento em 6 (seis) anos e pagamento de taxa de juros trimestral de *LIBOR* mais 1,15%, que pode estar sujeito a ajustes positivos ou negativos variando de -2bps/+2bps por ano, dependendo do progresso em alcançar determinados marcos para satisfazer as principais métricas de desempenho ("KPIs") relacionadas a retirada de água industrial e emissões de gases de efeito estufa, a ser confirmado por um verificador externo independente.

18.6.2. Emissão de *Sustainability-linked Notes 2032* ("Notes 2032")

Em 1 de julho de 2021, a Companhia, por meio de sua controlada Suzano Austria GmbH ("Suzano Austria"), emitiu Senior Notes valor total de US\$1.000.000 (equivalente a R\$5.005.500 na data da transação) com cupom (juros) de 3,125% a.a. (*yield to maturity* de 3,280% a.a.), a serem pagos semestralmente, nos dias 15 dos meses de janeiro e julho de cada ano, a partir de 15 de janeiro de 2022 e com vencimento em 15 de janeiro de 2032.

As Senior Notes possuem indicadores de performance ambientais (“*Key Performance Indicator - KPI*”) associados às metas de (i) redução de intensidade na captação de água industrial e (ii) alcançar 30% na representatividade de mulheres ocupando posição de liderança na Companhia até o final de 2025, evidenciando o comprometimento da Suzano com o uso cada vez mais eficiente dos recursos naturais em suas operações e com diversidade & inclusão, em convergência à implementação de suas Metas de Longo Prazo.

Nos termos da emissão da Senior Notes 2032, a partir de 16 de julho de 2027 até a data de vencimento, a taxa de juros a pagar aumentará em 12,5 pontos base a menos que a Companhia forneça a confirmação ao agente fiduciário, juntamente com uma confirmação emitida pelo especialista externo pelo menos 30 dias antes de 16 de julho de 2027, do cumprimento da meta de redução de captação da água industrial para um volume menor ou igual a 26,1m³ por tonelada produzida, calculado através da média dos valores realizados em 2025 e 2026. Em paralelo, a partir de 16 de julho de 2026 até a data de vencimento, a taxa de juros a pagar aumentará em 12,5 pontos base a não ser que a Companhia forneça a confirmação ao agente fiduciário, juntamente com uma confirmação emitida pelo especialista externo pelo menos 30 dias antes de 16 de julho de 2026, do cumprimento da meta de 30% ou mais de mulheres em cargos de liderança em 31 de dezembro de 2025. Além disso, de acordo com o *Sustainability-Linked Securities Framework*, a Companhia compromete-se a publicar anualmente no Relatório Anual de Sustentabilidade da Suzano, juntamente com um relatório de verificação emitido por especialista externo. Estas Senior Notes caracterizam-se como *Sustainability-linked Bonds* de acordo com os princípios promulgados pela *International Capital Markets Association*.

As Notes constituirão obrigações sênior e contarão com garantia integral da Companhia.

18.6.3. Emissão de *Sustainability-linked Notes* 2028 (“Notes 2028”)

Em 8 de setembro de 2021, a Companhia, por meio de sua controlada Suzano Austria GmbH (“Suzano Austria”), emitiu Senior Notes no valor total de US\$500.000 (equivalente a R\$2.609.500 na data da transação) cupom (juros) de 2,50% a.a. (*yield to maturity* de 2,70% a.a), a serem pagos semestralmente, nos dias 15 dos meses de março e setembro de cada ano, a partir de 15 de março de 2022 e com vencimento em 15 de setembro de 2028.

Estes Senior Notes possuem os mesmos indicadores de performance ambiental (KPI) assumidos pelos Senior Notes 2032 e são garantidas integralmente pela Companhia. Entretanto, em caso de descumprimento de qualquer um dos indicadores, o aumento de taxa de juros observado será de 25,0 pontos base por meta.

18.7. Operações relevantes liquidadas no exercício

18.7.1. Liquidação antecipada de financiamento junto ao BNDES

No dia 9 de fevereiro de 2021, a Companhia liquidou antecipadamente um contrato de financiamento junto ao BNDES, no valor principal de R\$1.454.025, com vencimento original em maio de 2026 e taxa de juros mensais indexadas a SELIC + 3% a.a. e TJLP + 2% e custo de transação no valor de R\$24.097 e pagamento de prêmio no valor de R\$32.933.

18.7.2. Pré-pagamento de exportação (“PPE”)

Em 8 de março de 2021, a Companhia, por meio de sua controlada Suzano Pulp and Paper Europe S.A., liquidou parcialmente o contrato de pré-pagamento de exportação no valor principal de US\$1.666.848 (equivalente a R\$9.558.205 na data da transação), com vencimento original em dezembro de 2023 e pagamentos trimestrais de juros de 1,15% a.a. mais *LIBOR* trimestral.

Em 27 de dezembro de 2021, a Companhia, por meio de suas controladas Suzano International Trade GmbH e Fibria Overseas Finance Ltd., concluiu a operação para alongar a dívida do contrato de pré-pagamento de exportação, no valor de US\$750.000 (equivalente a R\$2.910.975 na data da transação), assinado em 14 de junho de 2019. A operação permanece com as mesmas condições comerciais acordadas originalmente, ao custo de *LIBOR* mais 1,15% a.a.

18.7.3. Recompra total Senior Bonds 2024

Em 26 de julho de 2021, a Companhia, por meio da sua controlada Fibria Overseas Finance Ltd. (“Fibria Overseas”) exerceu seu direito de resgatar a totalidade do saldo do montante principal agregado das 5,25% Notes de sua emissão com vencimento em 2024 (“Notes 2024”), no valor total de US\$352.793 (equivalente a R\$1.829.690 na data da transação) do montante principal.

A Fibria Overseas resgatou as Notes 2024, com recursos obtidos com a emissão das Notes 2032, pelo preço de recompra equivalente ao maior entre (a) 100% do montante principal e (b) a soma dos valores presentes de cada pagamento programado e remanescente de principal e juros descontados semestralmente até data de recompra utilizando uma taxa de desconto equivalente à taxa do tesouro mais 0,40%, acrescido, apenas no caso do item (a), de juros acumulados e não pagos do montante principal das Notes 2024 até a data de recompra (“*Make-Whole Payment*”), somados em cada caso, qualquer juros acumulados e não pagos e montantes adicionais, caso existam, em tais títulos até a data de recompra, conforme calculado pelo Banco de Investimentos Independente.

Na execução da recompra total, foram efetuados pagamentos de prêmio no montante de US\$43.781 (equivalente a R\$227.063 na data da transação) aos *bondholders* dos Notes 2024 e reconhecidos no resultado financeiro e o pagamento de US\$3.807 de juros (equivalente na data da transação a R\$19.745).

As Notes 2024 deixaram de ser listadas na NYSE e a garantia relacionada outorgada pelo garantidor foi cancelada e qualquer obrigação decorrente foi extinguida.

18.7.4. Liquidação Antecipada do Contrato de PPE

Em 27 de julho de 2021, a Companhia, por meio da sua controlada Suzano Pulp and Paper Europe S.A., concluiu a liquidação antecipada do contrato de pré-pagamento de exportação (“*export pre-payment agreements*”), celebrado em 4 de dezembro de 2018, como parte da estrutura de *funding* para pagamento da parcela caixa referente à transação de combinação de negócios com a Fibria Celulose S.A., tendo a Companhia como garantidora da operação (“Contrato Pré Pagamento”). Nesta data, o saldo atualizado do Contrato de Pré-Pagamento era de US\$333.152 (equivalente a R\$1.721.364 na data da transação), ao custo de *LIBOR* +

1,15% a.a., com prazo médio de 24 meses e vencimento final em 4 de dezembro de 2023.

18.8. Garantias

Alguns contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas de garantia, nas quais são oferecidos os próprios equipamentos financiados ou outros ativos imobilizados são indicados pela Companhia, conforme divulgado na nota 15.1.

A Companhia não possui contratos com cláusulas restritivas financeiras (*covenants* financeiros) a serem cumpridos.

19. ARRENDAMENTO

19.1. Direito de uso

A movimentação é apresentada a seguir:

	Controladora					
	Terras e terrenos	Máquinas e equipamentos	Imóveis	Navios e embarcações	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.764.972	129.659	43.111	1.879.896		3.817.638
Adições/atualizações	856.758	9.902	74.744	90.710	66	1.032.180
Incorporação			1.389			1.389
Depreciações ⁽¹⁾	(263.613)	(14.451)	(39.730)	(117.584)	(35)	(435.413)
Baixas	(74.578)	(72.332)	(449)			(147.359)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.283.539	52.778	79.065	1.853.022	31	4.268.435
Adições/atualizações	872.895	20.203	48.754		10	941.862
Depreciações ⁽¹⁾	(303.412)	(19.188)	(49.950)	(119.139)	(41)	(491.730)
Baixas				(5.982)		(5.982)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.853.022	53.793	77.869	1.727.901		4.712.585

- 1) O montante de depreciação relativo às terras e terrenos foi reclassificado para a rubrica de ativos biológicos para composição do custo de formação.

	Consolidado					
	Terras e terrenos	Máquinas e equipamentos	Imóveis	Navios e embarcações	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.769.645	130.051	45.999	1.904.455	87	3.850.237
Adições/atualizações	858.085	45.624	90.616	95.768	2.675	1.092.768
Depreciações ⁽¹⁾	(265.091)	(18.078)	(43.903)	(122.904)	(313)	(450.289)
Baixas	(74.578)	(72.332)	(1.728)			(148.638)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.288.061	85.265	90.984	1.877.319	2.449	4.344.078
Adições/atualizações	885.272	20.646	52.140	1.861	4.600	964.519
Depreciações ⁽¹⁾	(304.922)	(19.447)	(54.714)	(125.190)	(4.319)	(508.592)
Baixas				(5.982)		(5.982)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.868.411	86.464	88.410	1.748.008	2.730	4.794.023

- 1) O montante de depreciação relativo às terras e terrenos foi reclassificado para a rubrica de ativos biológicos para composição do custo de formação.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não está comprometida com contrato de arrendamento ainda não iniciado.

19.2. Contas a pagar de arrendamento

O saldo de contas a pagar de arrendamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, mensurados a valor presente e descontados pelas respectivas taxas de descontos são apresentados a seguir:

Natureza dos contratos	Taxa média de desconto % a.a. ⁽¹⁾	Vencimento final ⁽²⁾	Controladora	Consolidado
			Valor presente do passivo	Valor presente do passivo
Terras e terrenos	11,89	Novembro/2049	2.956.976	2.971.738
Máquinas e equipamentos	11,05	Abril/2035	148.010	182.297
Imóveis	9,70	Dezembro/2031	68.302	79.669
Navios e embarcações	11,39	Fevereiro/2039	2.633.092	2.656.935
Veículos	10,04	Outubro/2023	3	2.555
			5.806.383	5.893.194

- 1) Para determinação das taxas de desconto, foram obtidas cotações junto a instituições financeiras para contratos com características e prazos médios semelhantes aos contratos de arrendamento.
- 2) Referem-se aos vencimentos originais dos contratos e, portanto, não consideram eventuais cláusulas de renovação.

A Companhia renovou a transação de subarrendamento de 2 (dois) navios, pelas mesmas condições anteriores, por um período de 10 (dez) meses e montante de US\$7.500 (equivalente a R\$40.253 na data da transação), efetuando apenas a substituição dos navios, dada a necessidade de manutenção operacional prevista. A transação está vigente desde 8 de fevereiro de 2021 e 11 de maio de 2021, para cada um dos navios e não haverá renovação.

A movimentação é apresentada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.950.968	3.984.070
Adições	1.032.180	1.092.768
Incorporação	1.462	
Baixas	(147.361)	(148.638)
Pagamentos	(804.985)	(824.245)
Apropriação de encargos financeiros ⁽¹⁾	479.369	486.286
Variação cambial	601.114	601.519
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.112.747	5.191.760
Adições	941.862	964.519
Baixas	(5.982)	(5.982)
Pagamentos	(990.880)	(1.012.137)
Apropriação de encargos financeiros ⁽¹⁾	554.388	560.619
Variação cambial	194.248	194.415
Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.806.383	5.893.194
Circulante	607.982	623.282
Não circulante	5.198.401	5.269.912

- 1) Em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$ 132.685 na controladora e no consolidado (R\$88.540 na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2020), foi reclassificado para a rubrica de ativos biológicos para a composição do custo de formação.

O cronograma de desembolsos futuros não descontados a valor presente, relativos ao passivo de arrendamento, está divulgado na nota 4.2.

19.2.1. Valores reconhecidos no resultado do exercício

A posição dos saldos é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Ativos de curto prazo	3.539	3.870	5.239	7.365
Ativos de baixo valor	2.402	5.879	3.413	12.182
	5.941	9.749	8.652	19.547

19.2.2. Fluxo projetado com inflação

Os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal são apresentados a seguir:

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Fluxo real		
Direito de uso	4.794.023	4.344.078
Passivo de arrendamento	10.676.580	9.552.075
Encargos financeiros	(4.783.386)	(4.360.315)
	5.893.194	5.191.760
Fluxo inflacionado		
Direito de uso	5.691.916	4.730.135
Passivo de arrendamento	11.903.938	10.547.234
Encargos financeiros	(5.609.333)	(4.924.973)
	6.294.605	5.622.261

19.2.3. Direito potencial de PIS/COFINS a recuperar

O quadro a seguir demonstra o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

	Consolidado			
	31 de dezembro de 2021		31 de dezembro de 2020	
	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente
Fluxos de caixa				
Contraprestação a pagar	10.676.580	5.893.194	9.552.075	5.191.760
PIS/COFINS potencial (9,25%) ⁽¹⁾	374.667	217.460	290.478	127.144

1) Incidente sobre os contratos estabelecidos com pessoas jurídicas.

20. PROVISÃO PARA PASSIVOS JUDICIAIS

A Companhia está envolvida em determinados assuntos legais decorrentes do curso normal de seus negócios, que incluem processos tributários, previdenciários, trabalhistas, cíveis, ambientais e imobiliários.

A Companhia classifica o risco de perda dos processos legais, com base na análise de seus assessores jurídicos, as quais refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas.

A Administração da Companhia acredita que, com base nos elementos existentes na data base destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a provisão para riscos tributários, previdenciários, cíveis, ambientais e trabalhistas, constituída de acordo com o CPC 25/IAS 37, é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir:

20.1. Saldos e movimentação da provisão por natureza dos processos com risco de perda provável, líquido dos depósitos judiciais

					Consolidado
					31 de
					dezembro
					de 2021
	Tributários e		Cíveis,	Passivos	
	previdenciários	Trabalhistas	ambientais e	contingentes	Total
			imobiliários	⁽¹⁾ ⁽²⁾	
Saldo no início do exercício	476.070	217.180	50.368	2.709.253	3.452.871
Pagamento	(21.155)	(37.368)	(49.519)		(108.042)
Reversão	(5.807)	(105.366)	(9.249)	(14.712)	(135.134)
Adição	17.718	88.777	79.245		185.740
Atualização monetária	10.270	15.702	11.747		37.719
Saldo de provisão	477.096	178.925	82.592	2.694.541	3.433.154
Depósitos judiciais	(135.590)	(45.302)	(19.650)		(200.542)
Saldo no final do exercício	341.506	133.623	62.942	2.694.541	3.232.612

1) Montantes oriundos de processos com probabilidade de perda possível e remoto de naturezas tributária no montante de R\$2.496.358 e cível no montante de R\$198.183, mensurados e registrados pelo valor justo estimado resultante da combinação de negócios com Fibria, em conformidade com o parágrafo 23 do CPC 15/IFRS 3.

2) Reversão decorrente de mudança de prognóstico e/ou encerramento de processos.

					Consolidado
					31 de dezembro de 2020
	Tributários e previdenciários	Trabalhistas	Cíveis, ambientais e imobiliários	Passivos contingentes ^{(1) (2)}	Total
Saldo no início do exercício	492.413	227.139	64.897	2.902.352	3.686.801
Pagamento	(23.162)	(43.783)	(14.618)		(81.563)
Reversão	(23.106)	(52.333)	(25.223)	(193.099)	(293.761)
Adição	20.560	64.053	17.337		101.950
Atualização monetária	9.365	22.104	7.975		39.444
Saldo de provisão	476.070	217.180	50.368	2.709.253	3.452.871
Depósitos judiciais	(135.641)	(57.780)	(3.495)		(196.916)
Saldo no final do exercício	340.429	159.400	46.873	2.709.253	3.255.955

1) Montantes oriundos de processos com probabilidade de perda possível e remoto de naturezas tributária no montante de R\$2.508.162 e cível no montante de R\$201.091, mensurados e registrados pelo valor justo estimado resultante da combinação de negócios com Fibria, em conformidade com o parágrafo 23 do CPC 15/IFRS 3.

2) Reversão decorrente de mudança de prognóstico e/ou encerramento de processos.

20.1.1. Tributários e previdenciários

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui 50 (cinquenta) (51 (cinquenta e um) em 31 de dezembro de 2020) processos administrativos e judiciais de natureza tributária e previdenciária, nos quais são discutidas matérias relativas diversos tributos, tais como Imposto de Renda para Pessoas Jurídicas (“IRPJ”), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”), Programas de Integração Social (“PIS”), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”), Contribuição Previdenciária, Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (“ICMS”), entre outros, cujos valores são provisionados quando a probabilidade de perda é considerada provável pela assessoria jurídica externa da Companhia e pela Administração.

20.1.2. Trabalhistas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui 987 (novecentos e oitenta e sete) (1.010 (hum mil e dez) em 31 de dezembro de 2020) processos trabalhistas.

Em geral, os processos trabalhistas provisionados estão relacionados, principalmente, a questões frequentemente contestadas por empregados de empresas agroindustriais, como certas verbas salariais e/ou rescisórias, além de ações propostas por empregados de empresas contratadas para prestação de serviços para a Companhia.

20.1.3. Cíveis, ambientais e imobiliários

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui 57 (cinquenta e sete) (58 (cinquenta e oito) em 31 de dezembro de 2020) processos cíveis, ambientais e imobiliários.

Os processos cíveis, ambientais e imobiliários provisionados estão relacionados, principalmente, a matérias de natureza indenizatória, inclusive decorrentes de obrigações contratuais, acidente de trânsito, ações possessórias, obrigações de restauração ambiental, dentre outras.

20.2. Processos com risco de perda possível

A Companhia possui contingências de natureza tributária, cível e trabalhista, cuja expectativa de perda, avaliada pela Administração e suportada pelos assessores jurídicos, está classificada como possível e, portanto, nenhuma provisão foi constituída:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Tributários e previdenciários ⁽¹⁾	7.135.628	6.752.105	7.539.938	7.145.147
Trabalhistas	179.714	218.802	211.767	263.971
Cíveis, ambientais e imobiliários ⁽¹⁾	3.164.065	2.540.093	3.691.778	3.068.884
	10.479.407	9.511.000	11.443.483	10.478.002

1) Valores líquidos do saldo de menos valia alocado aos processos com probabilidade de perda possível no montante de R\$2.515.486 na controladora e no consolidado (R\$2.677.970 na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2020), que foram registradas pelo valor justo resultante das combinações de negócios com Fibria, em conformidade com o parágrafo 23 do CPC 15/IFRS 3, conforme apresentado na nota 20.1.1 acima.

20.2.1. Tributários e previdenciários

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui 766 (setecentos e sessenta e seis) processos tributários e previdenciários no total de R\$7.539.938 (782 (setecentos e oitenta e dois) processos no total de R\$7.145.147 em 31 de dezembro de 2020).

Os demais processos tributários e previdenciários referem-se a diversos tributos, tais como Imposto de Renda para Pessoas Jurídicas ("IRPJ"), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), Programa de Integração Social ("PIS"), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), Contribuição Previdenciária, Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ("ICMS"), Imposto Sobre Serviço ("ISS"), Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), principalmente devido a divergências na interpretação das normas tributárias aplicáveis e informações fornecidas em obrigações acessórias.

A seguir, são divulgadas as contingências relevantes referentes às seguintes matérias:

- (i) Auto de infração - IRPJ/CSLL - permuta de ativos industriais e florestais: em dezembro de 2012, a Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil para cobrança de Imposto de Renda para Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") sob a suposta alegação de existência de ganho de capital não tributado, em fevereiro de 2007, data de fechamento da operação onde a Companhia efetuou uma permuta de ativos industriais e florestais com a International Paper.

Em 19 de janeiro de 2016, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (“CARF”) julgou improcedente, por voto de qualidade do Presidente do CARF, o recurso apresentado pela Companhia no processo administrativo. A Companhia foi intimada da decisão em 25 de maio de 2016, de forma que, tendo em vista a impossibilidade de novos recursos e o conseqüente encerramento do caso na esfera administrativa, decidiu prosseguir com a discussão perante o Poder Judiciário, que está devidamente garantida. A ação judicial ainda aguarda julgamento em primeira instância. Foi mantido o posicionamento de não constituir provisão para contingências, uma vez que em seu entendimento e de seus assessores jurídicos externos a probabilidade de perda da causa é possível. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o montante é de R\$2.351.673 (R\$2.296.032 em 31 de dezembro de 2020).

- (ii) Auto de infração - IRPJ/CSLL – glosa da depreciação, amortização e exaustão – período 2010: em dezembro de 2015, a Companhia foi autuada para cobrança de Imposto de Renda para Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) sob a suposta alegação de indedutibilidade das despesas de depreciação, amortização e exaustão utilizadas pela Companhia em sua apuração no ano-calendário de 2010. A Companhia apresentou Impugnação administrativa, julgada parcialmente procedente. Referida decisão foi objeto de recurso voluntário, apresentado pela Companhia em novembro de 2017. Em 16 de outubro de 2018, o julgamento foi convertido em diligência, por meio da Resolução nº 1402-000.723. Atualmente, aguarda-se a conclusão da diligência determinada pelo CARF. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o montante é de R\$728.567 (R\$712.531 em 31 de dezembro de 2020).
- (iii) IRPJ/CSLL - homologação parcial – período 1997: a Companhia deu entrada em processo de compensação de créditos oriundos de saldo negativo apurado no ano de 1997 com débitos devidos à Receita Federal do Brasil (“RFB”). Em março de 2009, a RFB homologou apenas R\$83.000, gerando uma diferença de R\$51.000. A Companhia aguarda ainda conclusão da análise dos créditos discutidos em esfera administrativa após decisão favorável do CARF em agosto de 2019, que deu provimento ao recurso voluntário interposto pela Companhia. Para outra parte do crédito, a Companhia ajuizou ação para discutir a exigibilidade do saldo devedor, a qual aguarda julgamento em segunda instância do seu Recurso de Apelação, interposto após sentença de julgamento improcedente a ação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o montante é de R\$106.811 (R\$104.873 em 31 de dezembro de 2020).
- (iv) Incentivos fiscais - Agência de Desenvolvimento do Nordeste (“ADENE”): em 2002, a Companhia pleiteou e teve reconhecido pela Secretaria da Receita Federal (SRF), sob a condição de realizar novos investimentos em suas unidades localizadas na área de abrangência da ADENE, o direito de usufruir do benefício da redução do IRPJ e adicionais, não restituíveis, apurados sobre o lucro da exploração, para as fábricas A e B (período de 2003 a 2013) e fábrica C (período de 2003 a 2012), todas da unidade Aracruz, depois de ter aprovado com a SUDENE os devidos laudos constitutivos.

Em 2004, a Companhia recebeu ofício do inventariante extrajudicial da extinta Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (“SUDENE”), informando que o direito à fruição do benefício anteriormente concedido foi julgado improcedente,

de forma que providenciaria a sua revogação. Em 2005, foi lavrado auto de infração exigindo supostos valores relativos ao incentivo fiscal até então usufruído. Após discussão administrativa, o auto de infração foi julgado parcialmente procedente no sentido de reconhecer o direito da Companhia de usufruir do incentivo fiscal devido até o ano de 2003.

A Administração da Companhia, assessorada por seus consultores jurídicos, acredita que a decisão de cancelamento dos referidos benefícios fiscais é equivocada e não deve prevalecer, seja com respeito aos benefícios já usufruídos, seja em relação aos benefícios não usufruídos até os respectivos prazos finais.

Atualmente a contingência é discutida na esfera judicial, onde se aguarda julgamento definitivo dos Embargos à Execução apresentados pela Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o montante é de R\$129.701 (R\$127.391 em 31 de dezembro de 2020).

- (v) PIS/COFINS – Bens e Serviços – 2009 a 2011: em dezembro de 2013, a Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil exigindo a cobrança de créditos de PIS e COFINS glosados por não estarem supostamente vinculadas às suas atividades operacionais. Em primeira instância, a impugnação apresentada pela Companhia foi julgada improcedente. Interposto o Recurso Voluntário, este foi provido parcialmente em abril de 2016. Desta decisão, a Fazenda Nacional interpôs Recurso Especial à Câmara Superior e a Companhia opôs Embargos de Declaração, os quais ainda aguardam julgamento. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o montante é de R\$169.784 (R\$166.355 em 31 de dezembro de 2020).
- (vi) Compensação – IRRF – período 2000: a Companhia deu entrada em processo de compensação de créditos oriundos de IRRF apurados no exercício findo em 31 de dezembro de 2000 com débitos devidos à Receita Federal do Brasil. Em abril de 2008, a Receita Federal do Brasil reconheceu parcialmente o crédito em favor da Companhia. Desta decisão, a Companhia interpôs Recurso Voluntário ao CARF, o qual aguarda julgamento. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o montante é de R\$111.437 (R\$109.903 em 31 de dezembro de 2020).
- (vii) Auto de infração – Créditos de IRPJ e CSLL: em 05 de outubro de 2020, a Companhia foi notificada acerca do Auto de Infração lavrado pela Receita Federal do Brasil (“RFB”) visando a cobrança de créditos de IRPJ e CSLL, decorrentes da reapuração dos lucros de sua controlada Suzano Trading Ltd nos anos de 2014, 2015 e 2016. Além da Companhia, também foram incluídos como corresponsáveis solidários pelas referidas apurações, os Diretores Estatutários da referida controlada nos anos autuados. A Companhia, com base nos assessores jurídicos contratados para apresentação da defesa, classifica o prognóstico como perda possível quanto à alegação referente à Companhia e possível com viés de remoto quanto à responsabilidade dos Diretores Estatutários indicados. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o montante é de R\$470.119 (R\$454.898 em 31 de dezembro de 2020).
- (viii) Auto de Infração – tributação em bases universais – ano 2015: em 3 de novembro de 2020, a Companhia foi notificada acerca do Auto de Infração lavrado pela Receita Federal do Brasil (“RFB”) sob a acusação de que teria deixado de recolher

IRPJ e CSLL, no ano-calendário 2015, em razão da falta de adição, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, de lucros auferidos pelas controladas no exterior. A Companhia, com base nos assessores jurídicos contratados para apresentação da defesa, classifica o prognóstico como perda possível. Atualmente, aguarda-se julgamento da defesa apresentada na esfera administrativa. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o montante é de R\$ 149.486 (R\$145.026 em 31 de dezembro de 2020).

20.2.2. Trabalhistas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui 1.462 (mil quatrocentos e sessenta e dois) processos de natureza trabalhista, no total de R\$211.767 (1.653 (mil seiscentos e cinquenta e três) processos no total de R\$263.971 em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia possui ainda diversos processos em que figuram como parte os sindicatos dos trabalhadores nos Estados da Bahia, Espírito Santo, Maranhão, São Paulo e Mato Grosso do Sul.

20.2.3. Cíveis, ambientais e imobiliário

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui 205 (duzentos e cinco) processos de natureza cível, ambiental e imobiliário, no total de R\$3.691.778 (324 (trezentos e vinte e quatro) processos no total de R\$3.068.884 em 31 de dezembro de 2020).

De maneira geral, os processos cíveis e ambientais nos quais a Companhia, inclusive suas controladas, figura como ré estão relacionados, principalmente, a discussão acerca da competência para licenciamento ambiental, reparação de danos ambientais, matérias de natureza indenizatória, inclusive decorrentes de discussões sobre obrigações contratuais, medidas cautelares, ações possessórias, ações de reparação de danos e revisionais, ações visando à recuperação de créditos (ações de cobrança, monitórias, execuções, habilitações de crédito em falência e recuperações judiciais), ações de interesse de movimentos sociais, tais como, trabalhadores sem-terra, comunidades quilombolas, indígenas e pescadores, e ações decorrentes de acidentes de trânsito. A Companhia possui apólice de seguro de responsabilidade civil geral que visa a amparar, dentro de limites contratados na apólice, eventuais condenações judiciais, a título de danos causados a terceiros (incluindo também empregados).

Dentre os processos de natureza cível, destacam-se 2 (duas) Ações Cíveis Públicas (“ACPs”) movidas pelo Ministério Público Federal (“MPF”) em que requer (i) liminarmente, que os caminhões da Companhia deixem de transportar madeira em rodovias federais acima de restrições legais de peso (ii) o aumento da multa por excesso de peso a ser aplicada à Suzano e (iii) indenização por danos materiais causados às rodovias federais, meio ambiente e ordem econômica e indenização por danos morais. Uma das ACPs foi julgada procedente e a Companhia apresentou apelação ao tribunal competente com pedido de efeito suspensivo dos efeitos da sentença, o qual ainda está pendente de apreciação. A outra ACP ainda não foi julgada em 1ª instância. Em 2021, ambas foram suspensas por decisão do STJ de avaliar os pontos de discussão na forma de recurso repetitivo. Ainda sem previsão para julgamento.

Ainda, a Companhia demandou um concorrente da região centro-oeste em razão da utilização indevida e desautorizada de uma variedade de eucalipto protegida por direitos de propriedade intelectual (cultivar) da controlada incorporada Fibria. A proibição de cultivo deste ativo

biológico pelo concorrente é protegida por decisão liminar ainda em vigor. Na pendência da sentença, o concorrente manejou ação de anulação do registro de cultivar, mas o tramite da primeira ação não foi prejudicado. Aguarda-se a sentença do caso.

Em novembro de 2020, um fornecedor de logística marítima iniciou um processo de arbitragem contra a Companhia após a rescisão antecipada do contrato. A contraparte pleiteia a execução de cláusula de opção de venda ou *put* (impondo a titularidade e aquisição de barcaças) supostamente prevista no contrato como penalidade pela rescisão antecipada, bem como o pagamento de supostas perdas e danos sofridos em decorrência da rescisão. A Suzano, por sua vez, alega que a opção de venda não é devida e, mesmo que fosse devida, a cláusula de opção de venda é abusiva na relação econômica do contrato. O caso ainda se encontra em fase de apresentação das manifestações formais de cada parte ao Tribunal Arbitral.

A Companhia ainda figura como ré em 2 (“duas”) ACPs, ajuizadas em 2015 pelo MPF Ministério Público Federal (“MPF”) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (“INCRA”) em face da controlada incorporada Fibria, do Estado do Espírito Santo e do BNDES, visando a nulidade de alguns títulos de propriedade outorgado pelo Estado à Companhia nos municípios de Conceição da Barra e São Mateus. As decisões, proferidas pelo juiz de 1ª instância da Justiça Federal, declaram a nulidade desses títulos e determinam o retorno desses imóveis à propriedade do Estado. As decisões proferidas não são definitivas e a Companhia apresentou recursos cabíveis para reversão dessa decisão em 2ª instância. Importante destacar que os imóveis cujos títulos são discutidos nas ACPs somam um total de aproximadamente 10,500 hectares, sendo que, desse total, na melhor informação da Suzano, apenas aproximadamente 4,000 hectares estão incluídos em procedimentos de demarcação iniciados no INCRA em favor de comunidades quilombolas da região. Nenhum desses procedimentos demarcatórios está finalizado. A Suzano é legítima possuidora dos imóveis em discussão e seguirá discutindo judicialmente a questão, para comprovar no judiciário a legalidade das aquisições realizadas no momento da aquisição.

Dentre os processos ambientais, destaca-se 1 (“uma”) ACPs ajuizadas pelo MPF na região nordeste do Brasil, desafiando a jurisdição do órgão ambiental do estado para conceder licenças ambientais. O MPF alega que os procedimentos de licenciamento ambiental relacionados à nossa planta industrial no estado do Maranhão devem ser realizados pela Agência Federal do Meio Ambiente (“IBAMA”). Os riscos envolvidos são atrasos em nosso cronograma de plantio e a suspensão das atividades da unidade industrial do Maranhão até a emissão de nova licença. Acreditamos que há boas chances de defesa neste caso, uma vez que o IBAMA não reconhece ter competência para executar o processo de licenciamento e não existe nenhum fundamento legal claro para sustentar tal jurisdição.

Além disso, estamos envolvidos em 1 (“uma”) ACP ajuizada pelo MPF no estado dos impactos negativos de nossa operação na Região do Baixo Parnaíba. O MPF alega que a ocupação destas áreas causou impactos socioambientais no leste maranhense. Atualmente, a ação se encontra em fase instrutória, com início dos procedimentos periciais. Acreditamos que há boas chances de defesa nesse caso, uma vez que o relatório usado para fundamentar os pedidos foi realizado de forma unilateral e serão questionados durante a instrução pericial.

Cabe destacar que 2 (“dois”) litígios que figuravam em demonstrações financeiras anteriores foram encerrados, os quais são: i) ACP relacionada aos impactos ambientais supostamente causados na cidade de Cubatão/SP, em que foi transacionado um acordo junto ao Ministério Público do Estado de São Paulo (“MPSP”), pendente de homologação pelo Tribunal de Justiça

de São Paulo e ii) ACP relacionada ao licenciamento de plantios de eucaliptos na região de Urbano Santos/MA, na qual se firmou um acordo homologado pelo juízo federal competente.

20.3. Ativos contingentes

20.3.1. Ativos decorrentes da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS

Em julgamento realizado em 13 de maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal (“STF”) apreciou os embargos de declaração opostos pela União, pacificando o entendimento acerca da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS nos autos do Recurso Extraordinário nº 574.706, definindo que:

- (i) os efeitos da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS deve se dar após 15 de março de 2017, ressalvadas as ações judiciais e requerimentos administrativos protocolados até 15 de março de 2017; e
- (ii) o ICMS a ser excluído da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS é o destacado nas notas fiscais.

Com a edição do Parecer nº 7.698/2021, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (“PGFN”), confirmando o entendimento do STF, estabeleceu que:

- (i) em relação às receitas auferidas a partir de 16 de março de 2017, o valor do ICMS destacado nas correspondentes notas fiscais de vendas não deveria integrar a base de cálculo da contribuição para o PIS e a COFINS, independentemente de a pessoa jurídica ter protocolado ou não ação judicial; e
- (ii) em relação às receitas auferidas até 15 de março de 2017, o valor do ICMS destacado nas correspondentes notas fiscais de vendas não deveria integrar a base de cálculo da contribuição para o PIS e a COFINS, exclusivamente no caso de a pessoa jurídica ter protocolado ação judicial até 15 de março de 2017.

A Companhia e suas controladas ajuizaram ao longo dos anos ações para reconhecer o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições ao PIS e à COFINS, abrangendo períodos desde março de 1992. As ações judiciais propostas pela Companhia e suas controladas estão em diferentes fases processuais, tendo algumas já transitadas em julgado e outras aguardando posição definitiva pelos Tribunais. Não obstante, o fato de as ações judiciais estarem em fases processuais distintas, a Companhia entende, suportada pelos seus assessores legais, que em razão do julgamento definitivo pelo STF acerca da matéria, os benefícios econômicos decorrentes das ações judiciais são praticamente certos e, portanto, não mais se trata de ativos contingentes, devendo os créditos serem contabilizados.

Dessa forma, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o total dos créditos tributários de PIS e COFINS a recuperar reconhecido pela Companhia, seguindo exatamente os termos decididos pelo STF quanto à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, é de R\$582.433, dos quais R\$128.115 registrados em setembro de 2019 e R\$454.318 até dezembro de 2021. O reconhecimento se baseia na melhor estimativa e nos documentos fiscais disponíveis atualmente, podendo esse valor estar sujeito a ajustes decorrentes da

obtenção de documentos fiscais para períodos mais antigos e/ou outros ajustes, na estimativa que eventualmente surjam na confirmação final dos valores efetivos do crédito.

20.3.2. Atualização de SELIC sobre indêbitos tributários

Em setembro de 2021, o STF entendeu, por maioria de votos, que a União não pode cobrar IRPJ e CSLL sobre valores referentes à taxa SELIC recebidos em razão de repetição de indébito tributário. Não obstante, o referido julgamento não tenha se encerrado de forma definitiva com o respectivo trânsito em julgado, a Companhia, junto aos seus assessores, entende que a princípio não há possibilidade de reversão de entendimento quanto ao mérito. Desta forma, a Companhia realizou o levantamento dos créditos referentes a IRPJ e CSLL a serem recuperados, e tendo em vista a imaterialidade dos valores até este momento, entende pela continuidade do levantamento junto aos assessores externos para a escrituração apropriada dos ativos oportunamente.

21. PLANOS DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia oferece a seus funcionários planos suplementares de aposentadoria de contribuição definida e planos de benefícios definidos, tais como assistência médica e seguro de vida, os quais são detalhados a seguir.

21.1. Planos de aposentadoria suplementar – Contribuição definida

A Companhia possui um plano de aposentadoria suplementar vigente, conforme detalhado a seguir.

21.1.1. Suzano Prev

Em 2005, a Companhia instituiu o plano de previdência Suzano Prev administrado pela BrasilPrev, entidade aberta de previdência complementar, que atende a empregados de empresas do Grupo Suzano, no modelo de contribuição definida.

Nos termos do contrato do plano de benefícios, para os colaboradores que possuem o salário acima das 10 URS's, além da contribuição de 0,5%, as contribuições da parte empresa acompanham as contribuições dos empregados e incidem sobre a parcela do salário que excede as 10 URS's, podendo variar de 1% a 6% do salário nominal. Este plano é denominado Contribuição Básica 1.

As contribuições da Companhia ao colaborador são de 0,5% do salário nominal que não exceder a 10 unidades de referência Suzano ("URS"), mesmo não havendo contrapartida de contribuição por parte do colaborador. Este plano é denominado Contribuição Básica 2.

A partir de agosto de 2020, para os colaboradores que possuem salário menor que as 10 URS's, poderão investir 0,5 ou 1,0% do salário nominal e a Companhia acompanhará as contribuições do colaborador. O colaborador poderá livremente optar por investir até 12% do salário na previdência Suzano Prev, sendo que o excedente da Contribuição Básica 1 ou 2 poderá ser investido na contribuição suplementar, onde não há contrapartida da Companhia e o colaborador deverá considerar as duas contribuições para limitar a 12% do salário.

O acesso ao saldo formado pelas contribuições da Companhia ocorre somente no desligamento e está diretamente relacionado ao tempo do vínculo empregatício.

As contribuições realizadas pela Companhia, para plano de previdência Suzano Prev administrado pela BrasilPrev, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 totalizaram R\$13.993 reconhecidos nas rubricas custo dos produtos vendidos, despesas com vendas e gerais e administrativas (R\$9.388 em 31 de dezembro de 2020, inclui saldo oriundo da Fundação Senador José Ermírio de Moraes – FUNSEJEM, cujo vínculo foi encerrado em julho de 2020).

21.2. Planos de benefícios definidos

A Companhia tem como política de recursos humanos oferecer assistência médica e seguro de vida, adicionalmente ao plano de aposentadoria complementar, sendo os valores apurados por meio de cálculo atuarial e reconhecidos no resultado, conforme detalhado a seguir.

21.2.1. Assistência médica

A Companhia garante cobertura de custos com programa de assistência médica para determinado grupo de ex-funcionários que se aposentaram até 1998 e até 2003 nas unidades de Suzano, escritório administrativo de São Paulo e Limeira e até 2007 na unidade Jacareí, bem como para seus cônjuges e dependentes até completar a maioridade.

Para outro determinado grupo de ex-funcionários que, excepcionalmente por critério e deliberação da Companhia, ou segundo critérios e direitos associados ao cumprimento da legislação pertinente, a Companhia assegura o programa de assistência médica.

Os principais riscos atuariais associados são: (i) redução da taxa de juros (ii) sobrevida superior ao previsto nas tábuas de mortalidade (iii) rotatividade superior à esperada e (iv) crescimento dos custos médicos acima do esperado.

21.2.2. Seguro de vida

A Companhia oferece o benefício do seguro de vida para determinado grupo de ex-funcionários que se aposentaram até 2005 nas unidades de Suzano e escritório administrativo de São Paulo e que não optaram pelo plano de aposentadoria complementar.

Os principais riscos atuariais relacionados são: (i) redução da taxa de juros e (ii) mortalidade superior à esperada.

21.2.3. Movimentação do passivo atuarial

As movimentações das obrigações atuariais preparadas com base em laudo atuarial estão apresentadas a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	724.643	736.179
Juros sobre passivo atuarial	51.230	53.092
Perda atuarial	37.188	33.843
Contribuição funcionários		(88)
Variação cambial		487
Benefícios pagos	(38.350)	(38.468)
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	774.711	785.045
Juros sobre passivo atuarial	54.216	55.849
Ganho atuarial	(117.353)	(119.642)
Variação cambial		37
Benefícios pagos	(46.022)	(46.131)
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	665.552	675.158

21.2.4. Hipóteses atuariais econômicas e biométricas

As principais hipóteses e dados biométricos utilizados na elaboração dos cálculos atuariais são apresentados a seguir:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Econômicas		
Taxa de desconto nominal – plano médico e seguro de vida	8,92% a.a.	7,16 % a.a.
Taxa de crescimento dos custos médicos	3,25% a.a.	3,25% a.a.
Inflação econômica	3,25% a.a.	3,25% a.a.
Fator de envelhecimento	0 a 24 anos: 1,50% a.a. 25 a 54 anos: 2,50% a.a. 55 a 79 anos: 4,50% a.a. Acima de 80 anos: 2,50% a.a.	0 a 24 anos: 1,50% a.a. 25 a 54 anos: 2,50% a.a. 55 a 79 anos: 4,50% a.a. Acima de 80 anos: 2,50% a.a.
Biométricas		
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB 57	IAPB 57
Rotatividade	1,00% a.a.	1,00% a.a.
Outras		
Idade de aposentadoria	65 anos 90% casados	65 anos 90% casados
Composição familiar	Homem 4 anos + velho	Homem 4 anos + velho
Permanência no plano	100%	100%

21.2.5. Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade quantitativas em relação às hipóteses significativas para os seguintes benefícios são demonstradas a seguir:

	Taxa de desconto	Taxa de crescimento dos custos médicos
+0,50%	R\$(702.456)	+1,00% R\$741.047
-0,50%	R\$631.746	-1,00% R\$(601.154)

21.2.6. Previsão de pagamentos e duração média das obrigações

Os pagamentos de benefícios esperados para os exercícios futuros (10 anos) a partir da obrigação dos benefícios concedidos, são demonstrados a seguir:

Pagamentos	Assistência médica e seguro de vida
2022	38.830
2023	41.550
2024	44.373
2025	47.191
2026	50.125
até 2027	294.479

22. PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

A Companhia tem 3 (três) planos de remuneração de longo prazo baseados em ações, sendo (i) Plano de ações fantasmas (“*Phantom Shares - PS*”) e (ii) Plano de apreciação do valor das ações (“*Share Appreciation Rights - SAR*”), ambos liquidados em moeda corrente e (iii) ações restritas, liquidado em ações.

A características e os critérios de mensuração de cada plano oferecido pela Companhia, estão divulgados a seguir.

22.1. Plano de remuneração de longo prazo (“PS e SAR”)

Determinados executivos e membros chave da Administração, possuem plano de remuneração de longo prazo atrelado ao preço da ação com liquidação em dinheiro.

No plano PS, o beneficiário não faz investimento e no plano SAR, o beneficiário deverá investir 5% (cinco) do valor total correspondente ao número de opções de ações fantasmas no momento da outorga e 20% (vinte) após 3 (três) anos para efetivar a aquisição da opção. Também outorgamos planos de remuneração de longo prazo para membros chaves da Companhia como forma de retenção.

O prazo de carência e de vencimento dos planos podem variar de 3 (três) até 5 (cinco) anos, a partir da data de outorga, de acordo com as características de cada plano.

O valor da ação é mensurado com base na média da cotação das ações dos últimos 90 pregões a partir do fechamento do último dia útil de pregão do mês anterior ao mês da outorga. Para o SAR, a mensuração também considera o *Total Shareholder Return* (“TSR”), utilizado para medir o desempenho de ações de diferentes empresas em certo intervalo de tempo, combinando o preço da ação para demonstrar o retorno proporcionado ao acionista. As parcelas destes planos são reajustadas com base na variação da cotação das ações SUZB3 na B3, entre a data de outorga e a data de pagamento. Nas datas em que não ocorra negociação das ações SUZB3, prevalecerá o valor da última negociação.

As opções de ações fantasmas somente serão pagas, caso o beneficiário mantenha o vínculo empregatício na data do pagamento. No caso de rescisão, seja por iniciativa da Companhia ou do beneficiário, antes de completar o prazo de carência, o beneficiário perde o direito ao recebimento de todos os valores, exceto, quando estabelecido de outra forma em contrato.

A movimentação está apresentada a seguir:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
	Quantidade de opções em aberto	
No início do exercício	5.772.356	5.996.437
Outorgadas	1.906.343	1.770.384
Exercidas ⁽¹⁾	(1.860.334)	(1.789.413)
Exercidas por desligamento ⁽¹⁾	(86.196)	(21.253)
Abandonadas / prescritas por desligamento	(316.415)	(183.799)
No final do exercício	<u>5.415.754</u>	<u>5.772.356</u>

- 1) O preço médio das ações exercidas e exercidas por desligamento, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$60,30 (sessenta reais e trinta centavos) (R\$43,14 (quarenta e três reais e quatorze centavos) em 31 de dezembro de 2020).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a posição consolidada dos planos de opções de ações fantasmas em aberto estão apresentadas a seguir:

Programa	Data da outorga	Data da carência	Valor justo na outorga ⁽¹⁾	31 de dezembro de 2021
				Quantidade de opções outorgadas em aberto
SAR 2017	03/04/2017	03/04/2022	R\$13,30	7.405
ILP 2017 – 60	03/04/2017	03/04/2022	R\$13,30	304.512
Diferimento 2017	01/03/2018	01/03/2022	R\$19,88	154.242
SAR 2018	02/04/2018	02/04/2023	R\$21,45	36.231
ILP 2019 – 36	01/03/2019	01/03/2024	R\$41,10	470.000
Diferimento 2018	01/03/2019	01/03/2022	R\$41,10	82.725
Diferimento 2018	01/03/2019	01/03/2023	R\$41,10	82.725
ILP 2019 – 36 H	25/03/2019	25/03/2024	R\$42,19	7.500
ILP 2019 – 48 H	25/03/2019	25/03/2024	R\$42,19	7.500
ILP 2019 – 36 Abril	01/04/2019	01/04/2024	R\$42,81	20.000
SAR 2019	01/04/2019	01/04/2024	R\$42,81	669.656
PLUS 2019	01/04/2019	01/04/2024	R\$42,81	15.572
ILP 2019 – 36 Outubro	01/10/2019	01/10/2022	R\$31,75	19.500
ILP 2019 – 48 Outubro	01/10/2019	01/10/2023	R\$31,75	11.700
ILP 2020 – 36 Abril	01/04/2020	01/04/2023	R\$38,50	82.666
ILP 2020 – 24 Abril	01/04/2020	01/04/2022	R\$38,50	21.250
SAR 2020	01/04/2020	01/04/2025	R\$38,50	666.828
ILP 2020 – 48 Condição A	01/05/2020	30/04/2024	R\$38,34	595.000
ILP 2020 – 48 Condição B	01/05/2020	30/04/2024	R\$38,34	127.500
ILP 2020 – 48 Condição C	01/05/2020	30/04/2024	R\$38,34	127.500
ILP – Retenção 2020 – 36 Outubro	01/10/2020	01/10/2023	R\$38,79	31.792
ILP Retenção 2020 – Premiação				
Bond e Oferta	01/10/2020	01/10/2023	R\$43,14	4.581
ILP Hiring/Retention Bônus 2020 – 36 Outubro	01/10/2020	01/10/2023	R\$43,14	6.954
Diferimento 2020	01/03/2021	01/03/2024	R\$57,88	292.428
Diferimento 2020	01/03/2021	01/03/2025	R\$57,88	292.428
ILP 2021 – 24	01/03/2021	01/03/2023	R\$56,10	6.000
ILP 2021 – 36	01/03/2021	01/03/2024	R\$56,10	6.000
ILP 2021 – 36 Abril	01/04/2021	01/04/2024	R\$64,12	260.000
ILP 2021 – 48 Abril	01/04/2021	01/04/2025	R\$64,12	210.000
ILP 2021 – 12 Maio	01/05/2021	01/05/2022	R\$67,91	750
ILP 2021 – 24 Maio	01/05/2021	01/05/2023	R\$67,91	625
ILP 2021 – 36 Maio	01/05/2021	01/05/2024	R\$67,91	1.125
SAR 2021	01/04/2021	01/04/2026	R\$64,12	758.660
ILP Retenção 2021 – Julho	01/07/2021	01/07/2024	R\$67,72	8.130
ILP Retenção 2021 – Agosto	01/08/2021	01/08/2024	R\$63,73	3.789
ILP - Retenção 2021 – 36 Outubro	01/10/2021	01/10/2024	R\$58,05	2.412
ILP 2021 – Abril 23/24	16/12/2021	03/04/2023	R\$54,81	10.034
ILP 2021 – Abril 23/24	16/12/2021	01/04/2024	R\$54,81	10.034
				5.415.754

1) Valores expressos em Reais.

22.2. Plano de ações restritas

A Companhia também oferece plano de ações restritas baseado no desempenho da Companhia (Programa Ações Restritas). Este plano associa a quantidade de ações restritas outorgadas ao desempenho da Companhia, que em 2021 foi em relação às metas de geração de caixa operacional e ESG. A quantidade de ações restritas é definida em termos financeiros, sendo posteriormente convertido em ações com base nos últimos 60 pregões antecedentes a 31 de dezembro de 2021 da SUZB3 na B3.

Após a medição das metas que ocorre 12 meses posteriores a celebração do contrato, as ações restritas serão outorgadas imediatamente (condicionadas ao atingimento das metas estabelecidas), pois não possuem período de carência (*vesting period*). No entanto, os beneficiários da outorga devem atender ao período de *lockup* de 36 (trinta e seis) meses, durante o qual não poderão comercializar as ações.

Caso os beneficiários deixem a Companhia, antes do término do exercício fiscal de referência para a medição das metas, perderão direito à outorga de ações restritas.

A posição do plano é apresentada a seguir:

<u>Programa</u>	<u>Data da celebração do contrato</u>	<u>Data da outorga</u>	<u>Preço na data de outorga</u>	<u>Ações outorgadas</u>	<u>Término do período de lockup</u>
2018	02/01/2018	02/01/2019	R\$39,10	130.435	02/01/2022
2020	02/01/2020	02/01/2021	R\$51,70	106.601	02/01/2024
2021	02/01/2021	02/01/2022	R\$53,81	90.005	02/01/2025

22.3. Premissas de mensuração

Os planos de opções de ações fantasmas, por serem liquidados em caixa, tem o seu valor justo mensurado ao término de cada período, com base no método Monte Carlo ("MMC"). O valor justo é multiplicado pelo TSR observado no período, o qual varia entre 75% e 125% e depende do desempenho da ação SUZB3 em relação às ações de empresas do mesmo setor no Brasil.

O plano de ações restritas considera as seguintes premissas:

- (i) a expectativa de volatilidade foi calculada para cada data de exercício, considerando o tempo remanescente para completar o período de aquisição e a volatilidade histórica dos retornos, utilizando o modelo GARCH de cálculo de volatilidade;
- (ii) a expectativa de vida média das ações fantasmas e opções de ação foi definida pelo prazo remanescente até a data limite de exercício;
- (iii) a expectativa de dividendos foi definida com base no lucro por ação histórico da Companhia; e
- (iv) a taxa de juros média ponderada livre de risco utilizada foi a curva pré de juros em Reais (expectativa do DI) observada no mercado aberto, que é a melhor base para comparação com a taxa de juros livre de risco do mercado brasileiro. A taxa usada para cada data de exercício altera de acordo com o período de aquisição.

Os valores correspondentes aos serviços recebidos e reconhecidos estão apresentados a seguir:

	Passivo e Patrimônio líquido		Consolidado Resultado e Patrimônio líquido	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Passivo não circulante				
Provisão com plano de ações fantasmas	166.998	195.135	(94.897)	(151.985)
Patrimônio líquido				
Opções de ações outorgadas	15.455	10.612	(4.843)	(4.633)
Total das despesas gerais e administrativas provenientes de transações com base em ações			(99.740)	(156.618)

23. CONTAS A PAGAR DE AQUISIÇÃO DE ATIVOS E CONTROLADAS

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Aquisição de terras e florestas		
Certificado de Recebíveis Imobiliários ("CRI") ⁽¹⁾		37.104
		<u>37.104</u>
Combinação de negócios		
Facepa ⁽²⁾	40.863	41.721
Vale Florestar Fundo de Investimento em Participações ("VFFIP") ⁽³⁾	365.089	423.403
	405.952	465.124
	405.952	<u>502.228</u>
Circulante	99.040	101.515
Não circulante	306.912	400.713

- 1) Refere-se a contas a pagar relacionadas às casas construídas em Imperatriz (Maranhão), atualizada pelo IPCA, cuja liquidação antecipada foi realizada no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.
- 2) Adquirido em março de 2018, pelo montante de R\$307.876, mediante pagamento de R\$267.876 e o saldo remanescente atualizado pelo IPCA, ajustado pelas possíveis perdas incorridas até a data de pagamento, com vencimentos em março de 2023 e março de 2028.
- 3) Em agosto de 2014, a Companhia adquiriu a Vale Florestar S.A., por meio da VFFIP, pelo montante de R\$528.941, mediante pagamento de R\$44.998 e saldo remanescente com vencimentos até agosto de 2029. As liquidações anuais, efetuadas no mês de agosto, estão sujeitas a juros e atualizadas pela variação da taxa de câmbio do Dólar dos Estados Unidos da América e parcialmente atualizada pelo IPCA.

24. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO - CONSOLIDADO

No curso normal de seus negócios, a Companhia celebra contratos de longo prazo na modalidade *take or pay* com fornecedores de produtos químicos, energia elétrica, transporte e gás natural. Os contratos preveem cláusulas de rescisão e suspensão de fornecimento por motivos de descumprimento de obrigações essenciais. Geralmente, é adquirido o mínimo acordado contratualmente e por essa razão não existem passivos registrados em adição ao montante que é reconhecido mensalmente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, esses compromissos de longo prazo totalizam R\$13.488.327 por ano (R\$12.429.229 por ano em 31 de dezembro de 2020).

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

25.1. Capital social

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Suzano é de R\$9.269.281 dividido em 1.361.263.584 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O capital social está líquido dos gastos com oferta pública no montante de R\$33.735. A composição do capital social é apresentada a seguir:

	Quantidade	Ordinárias (%)
Acionistas controladores		
Suzano Holding S.A.	367.612.329	27,01
Controladores	194.809.797	14,31
Administradores e pessoas vinculadas	33.800.534	2,48
Alden Fundo de Investimento em Ações	26.154.744	1,92
	622.377.404	45,72
Tesouraria	12.042.004	0,88
Outros acionistas	726.844.176	53,40
	1.361.263.584	100,00

Por deliberação do Conselho de Administração, o capital social poderá ser aumentado, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 780.119.712 ações ordinárias, todas exclusivamente escriturais.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as ações ordinárias SUZB3 encerraram o exercício cotadas a R\$60,11 (sessenta Reais e onze centavos) (R\$58,54 (cinquenta e oito Reais e cinquenta e quatro centavos) em 31 de dezembro de 2020).

25.2. Dividendos e cálculo de reservas

O estatuto social da Companhia estabelece que dividendo mínimo anual é o menor valor entre:

- (i) 25% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, ou
- (ii) 10% da geração de caixa operacional consolidado da Companhia no exercício.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, com base nos critérios estabelecidos pelo estatuto social, apurou-se dividendos mínimos obrigatórios em consonância ao item (i) acima, bem como, as reservas, conforme apresentado a seguir:

	31 de dezembro de 2021
Resultado do exercício	8.626.386
Absorção de prejuízos acumulados	(3.926.015)
Resultado do exercício após absorção de prejuízos acumulados	4.700.371
Constituição de reserva legal – 5%	235.019
Constituição de reserva de incentivos fiscais	812.909
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	3.652.443
Dividendos mínimos obrigatórios propostos – 25%	913.111
Realização parcial do custo atribuído, líquido de efeitos tributários	(140.515)
Reserva destinada à distribuição de dividendos	86.889
Resultado remanescente	2.792.958
Reserva para aumento de capital – 90%	2.513.663
Reserva estatutária especial – 10%	279.295

A Companhia, propõe a distribuição de dividendos superiores aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsto em seu Estatuto Social, os quais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 são R\$86.889, classificados como reserva destinada à distribuição de dividendos.

Conforme divulgado na nota 32.1, a Companhia aprovou em 7 de janeiro de 2022, o pagamento de dividendos intercalares no montante de R\$1.000.000, sendo pagos em 27 de janeiro de 2022, os quais serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não foram distribuídos dividendos, em decorrência do prejuízo apurado no exercício.

25.3. Reservas

25.3.1. Reservas de lucro

São constituídas pela apropriação de lucros da Companhia, após a destinação para pagamentos dos dividendos mínimos obrigatórios e após a destinação para as diversas reservas de lucros, conforme apresentado a seguir:

- (i) legal: constituída na base de 5% do lucro líquido do exercício nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76 e limitado a 20% do capital social, considerando que no exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder a 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício social para a reserva legal. A utilização desta reserva está restrita à compensação de prejuízos e ao aumento de capital social e visa assegurar a integridade do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o saldo dessa reserva é de R\$235.019 e em 31 de dezembro de 2020, não havia saldo devido a sua absorção integral.

-
- (ii) Para aumento de capital: constituída na base de até 90% do saldo remanescente do lucro líquido do exercício e limitado a 80% do capital social, nos termos do Estatuto Social da Companhia, após a destinação à reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios. A constituição desta reserva visa assegurar à Companhia adequadas condições operacionais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o saldo dessa reserva é de R\$2.513.663 e em 31 de dezembro de 2020, não havia saldo devido a sua absorção integral.
 - (iii) estatutária especial: constituída na base de 10% do saldo remanescente do lucro líquido do exercício e objetiva de garantir a continuidade da distribuição semestral de dividendos, até atingir o limite de 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o saldo dessa reserva é de R\$279.295 e em 31 de dezembro de 2020, não havia saldo nessa reserva devido a sua absorção integral.
 - (iv) incentivos fiscais: constituída nos termos do artigo 195-A da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07 e por proposta dos órgãos da administração, destinará a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, sendo excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório. Em determinação do artigo 30 da Lei nº 12.973/14 e do artigo 19 do Decreto nº 1.598/77, a Companhia, pelo lucro apurado no exercício, constituiu sua reserva de incentivos fiscais, incluindo os incentivos que (i) foram absorvidos com prejuízo (ii) teriam sido reconhecidos nos exercícios anteriores, caso tivesse apurado lucro e (iii) do exercício corrente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o saldo dessa reserva é de R\$812.909 e em 31 de dezembro de 2020, não havia saldo devido a sua absorção integral.

25.3.2. Reservas de capital

São constituídas por valores recebidos pela Companhia decorrentes de transações com acionistas e que não transitam pela demonstração de resultado, bem como podem ser utilizadas para absorção de prejuízos, quando estes ultrapassarem as reservas de lucros e resgate, reembolso e compra de ações.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não havia saldo nessa reserva devido a sua absorção integral em exercício anterior.

25.4. Ajuste de avaliação patrimonial

São alterações que ocorrem no patrimônio líquido oriundas de transações e outros eventos que não são originados com os acionistas e é apresentado líquido dos efeitos tributários, conforme a seguir:

	Conversão de debêntures 5ª emissão	Perdas atuariais	Efeito cambial e valor justo de ativos financeiros	Efeito cambial em investimento no exterior	Custo atribuído	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(45.746)	(194.118)	2.360	209.987	2.248.858	2.221.341
Perda atuarial		(22.037)				(22.037)
Ganho na conversão do ativo financeiro a valor justo			4.151			4.151
Perda na conversão de operações no exterior				(2.857)		(2.857)
Realização parcial do custo atribuído, líquido de efeitos tributários					(70.654)	(70.654)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(45.746)	(216.155)	6.511	207.130	2.178.204	2.129.944
Ganho atuarial		78.964				78.964
Ganho na conversão do ativo financeiro a valor justo			1.333			1.333
Ganho na conversão de operações no exterior				45.181		45.181
Realização parcial do custo atribuído, líquido de efeitos tributários					(140.515)	(140.515)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(45.746)	(137.191)	7.844	252.311	2.037.689	2.114.907

25.5. Ações em tesouraria

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui 12.042.004 ações ordinárias de sua própria emissão em tesouraria, com custo médio de R\$18,13 (dezoito reais e treze centavos) por ação, com valor histórico de R\$218.265 e de mercado correspondente à R\$723.845. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, não houve compra ou venda.

	Quantidade	Custo médio por ação	Valor histórico	Valor de mercado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	12.042.004	18,13	218.265	704.939
Saldo em 31 de dezembro de 2021	12.042.004	18,13	218.265	723.845

25.6. Destinação do resultado

	% limite sobre o capital social	Destinação do resultado		Saldo de reservas	
		31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Realização do custo atribuído, líquido de efeitos tributários		(140.515)	(70.654)		
Reserva de incentivos fiscais		812.909		812.909	
Reserva legal	20%	235.019	(317.144)	235.019	
Reserva para aumento de capital	80%	2.513.663		2.513.663	
Reserva estatutária especial		279.295		279.344	
Reserva de capital			(6.410.885)	15.455	10.612
Reversão de dividendos prescritos			130		
Reserva destinada à distribuição de dividendos		86.889		86.889	
Dividendos mínimos obrigatórios propostos		913.111			
		4.700.371	(6.798.553)	3.943.279	10.612

26. RESULTADO POR AÇÃO

26.1. Básico

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Resultado atribuível aos acionistas controladores	8.626.386	(10.724.828)
Quantidade média ponderada de ações em circulação no exercício – em milhares	1.361.264	1.361.264
Média ponderada das ações em tesouraria – em milhares	(12.042)	(12.042)
Média ponderada da quantidade de ações em circulação – em milhares	1.349.222	1.349.222
Resultado básico por ação ordinária - R\$	6,39360	(7,94890)

26.2. Diluído

O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste da média ponderada das ações ordinárias em circulação, presumindo-se a conversão de todas as ações ordinárias que causariam a diluição.

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Resultado atribuível aos acionistas controladores	8.626.386	(10.724.828)
Quantidade média ponderada de ações em circulação no exercício (exceto ações em tesouraria) – em milhares	1.349.222	1.349.222
Número médio de ações potenciais (opções de compra de ações) – em milhares	327	
Média ponderada da quantidade de ações (diluída) – em milhares	1.349.549	1.349.222
Resultado diluído por ação ordinária - R\$	6,39205	(7,94890)

Em 31 de dezembro de 2020, em razão do prejuízo apurado no exercício, a Companhia não considerou no cálculo o efeito diluidor.

27. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	Controladora	Consolidado
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos ⁽¹⁾	(749.178)	(784.191)
Juros sobre empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	(2.843.746)	(2.833.443)
Prêmio sobre liquidação antecipada	(32.933)	(260.289)
Amortização de custos de transação, ágio e deságio ⁽²⁾	(42.301)	(30.136)
Apropriação de encargos financeiros de arrendamento	(554.388)	(479.369)
Amortização de mais valia	(45.945)	(59.786)
Outras	(4.268.491)	(4.186.925)
Receitas financeiras		
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	165.765	99.497
Amortização de mais valia	9.110	95.238
Outras	50.829	78.082
	225.704	272.817
Instrumentos financeiros derivativos		
Receitas	5.582.352	7.283.864
Despesas	(7.178.767)	(16.705.164)
	(1.596.415)	(9.421.300)
Variações monetárias e cambiais, líquidas		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(206.671)	(505.402)
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	(5.140.790)	(14.305.420)
Arrendamento	(194.248)	(601.114)
Outros ativos e passivos ⁽³⁾	799.284	1.540.689
	(4.742.425)	(13.871.247)
Resultado financeiro, líquido	(10.381.627)	(27.206.655)

1) Não inclui R\$18.624 na controladora e no consolidado referente a custos de empréstimos capitalizados (não inclui R\$10.636 na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2020).

2) Inclui uma despesa de R\$3.993 no consolidado referente a custos de transação com empréstimos e financiamentos que foram reconhecidos diretamente no resultado (R\$976 na controladora e R\$13.782 no consolidado em 31 de dezembro de 2020).

3) Incluem efeitos das variações cambiais de clientes, fornecedores, caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e outros.

28. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora	Consolidado
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Receita bruta de vendas	29.542.883	25.411.180
Deduções		
Devoluções e cancelamentos	(68.652)	(58.873)
Descontos e abatimentos	(126.456)	(78.650)
	29.347.775	25.273.657
Impostos sobre vendas	(1.710.900)	(1.295.203)
Receita líquida	27.636.875	23.978.454

29. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO**29.1. Critérios de identificação dos segmentos operacionais**

O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva Estatutária avaliam o desempenho de seus segmentos de negócio através do EBITDA. A Companhia revisou a nota de segmento do ano anterior para apresentar o EBITDA como medida de desempenho.

Os segmentos operacionais definidos pela Administração são os seguintes:

- i) Celulose: compreende a produção e comercialização de celulose de eucalipto de fibra curta e *fluff* principalmente para abastecer o mercado externo, com qualquer excedente vendido no mercado interno.
- ii) Papel: compreende a produção e venda de papel para atender às demandas dos mercados interno e externo. As vendas do segmento de bens de consumo (*tissue*) estão classificadas nesse segmento devido a imaterialidade do segmento.

As informações referentes aos ativos e passivos totais por segmentos não são apresentadas, pois não compõem o conjunto de informações disponibilizadas aos Administradores da Companhia que, por sua vez, tomam decisões sobre investimentos e alocação de recursos considerando as informações dos ativos em bases consolidadas.

Adicionalmente, com relação às informações geográficas relacionadas a ativos não circulantes, não divulgamos tais informações, visto que todos os nossos ativos imobilizados, ativos biológicos e intangíveis estão localizados no Brasil.

29.2. Informações dos segmentos operacionais

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2021		
	Celulose	Papel	Total
Receita líquida	34.715.208	6.250.223	40.965.431
Mercado interno (Brasil)	2.338.810	4.380.585	6.719.395
Mercado externo	32.376.398	1.869.638	34.246.036
Ásia	15.952.786	43.961	15.996.747
Europa	10.477.292	318.666	10.795.958
América do Norte	5.694.273	424.909	6.119.182
América do Sul e Central	233.061	1.026.247	1.259.308
África	18.986	55.855	74.841
EBITDA	22.735.409	2.486.445	25.221.854
Depreciação, exaustão e amortização			(7.041.663)
Resultado operacional (EBIT) ⁽¹⁾			18.180.191
<i>Margem EBITDA (%)</i>	65,49%	39,78%	61,57%

1) Lucro Antes dos Juros e Impostos ("LAJIR"), equivalente ao termo em inglês EBIT (*Earnings Before Interest and Tax*).

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2020		
	Celulose	Papel	Total
Receita líquida	25.578.265	4.882.012	30.460.277
Mercado interno (Brasil)	1.609.449	3.358.186	4.967.635
Mercado externo	23.968.816	1.523.826	25.492.642
Ásia	12.921.081	196.266	13.117.347
Europa	6.409.879	262.924	6.672.803
América do Norte	4.340.956	263.328	4.604.284
América do Sul e Central	184.590	723.603	908.193
África	112.310	77.705	190.015
EBITDA	13.646.228	1.569.946	15.216.174
Depreciação, exaustão e amortização			(6.772.780)
Resultado operacional (EBIT) ⁽¹⁾			8.443.394
<i>Margem EBITDA (%)</i>	53,35%	32,16%	49,95%

1) Lucro Antes dos Juros e Impostos ("LAJIR"), equivalente ao termo em inglês EBIT (*Earnings Before Interest and Tax*).

Com relação às receitas do mercado externo do segmento operacional celulose, China e Estados Unidos da América são os principais países em relação à receita líquida, representando 44,41% e 14,67%, respectivamente, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (China e EUA representaram 47,97% e 16,54%, respectivamente, em 31 de dezembro de 2020).

Com relação às receitas do mercado externo do segmento operacional papel, Estados Unidos da América, Peru e Argentina, são os principais países, representando 24,30%, 10,03% e 13,03% do mercado externo, respectivamente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Argentina e Estados Unidos representaram 18,06% e 17,92% em 31 de dezembro de 2020).

Não há nenhum outro país estrangeiro individual que represente mais do que 10% da receita líquida no mercado externo para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

29.3. Receita líquida por produto

A abertura da receita líquida por produto é divulgada a seguir:

Produtos	Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Celulose de mercado ⁽¹⁾	34.715.208	25.578.265
Papel para impressão e escrita ⁽²⁾	5.107.960	3.891.002
Papel cartão	1.091.588	935.047
Outros	50.675	55.963
	40.965.431	30.460.277

1) A receita líquida da celulose *fluff* representa, aproximadamente, 0,7% do total da receita líquida consolidada e, portanto, foi incluída na receita líquida de celulose de mercado.

2) A receita líquida de *tissue* representa, aproximadamente, 2,2% do total da receita líquida consolidada e, portanto, foi incluída na receita líquida de papel de impressão e escrita.

29.4. Ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*)

Os ágios por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), oriundos de combinações de negócios foram alocados aos segmentos divulgáveis, correspondem às unidades geradoras de caixa (“UGC”) da Companhia, considerando os benefícios econômicos gerados por tais ativos intangíveis. A alocação por segmento divulgável do ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) está apresentada a seguir:

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Celulose	7.897.051	7.897.051
Bens de consumo	119.332	119.332
	8.016.383	8.016.383

30. RESULTADO POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Custo dos produtos vendidos ⁽¹⁾				
Gastos com pessoal	(1.120.507)	(924.449)	(1.174.460)	(997.080)
Custos com matérias-primas, materiais e serviços	(8.085.150)	(5.635.844)	(8.731.670)	(7.533.152)
Custos logísticos	(3.323.122)	(3.059.201)	(4.328.046)	(4.156.096)
Depreciação, exaustão e amortização	(5.565.172)	(5.449.913)	(5.988.248)	(5.773.088)
Gastos operacionais COVID-19 ⁽⁶⁾		(95.024)		(95.024)
Outros ⁽²⁾	(530.217)	(542.654)	(393.164)	(411.891)
	(18.624.168)	(15.707.085)	(20.615.588)	(18.966.331)
Despesas com vendas				
Gastos com pessoal	(150.794)	(122.744)	(219.590)	(205.636)
Serviços	(76.510)	(72.135)	(121.568)	(114.143)
Despesas com logística	(312.497)	(229.354)	(947.551)	(852.562)
Depreciação e amortização	(943.071)	(902.733)	(944.361)	(905.880)
Outros ⁽³⁾	(47.770)	(74.792)	(58.652)	(96.431)
	(1.530.642)	(1.401.758)	(2.291.722)	(2.174.652)
Despesas gerais e administrativas				
Gastos com pessoal	(820.109)	(720.237)	(984.513)	(862.308)
Serviços	(270.622)	(248.020)	(330.727)	(311.975)
Depreciação e amortização	(92.848)	(67.626)	(103.867)	(78.275)
Ações sociais COVID-19	(24.937)	(48.590)	(25.285)	(48.590)
Gastos operacionais COVID-19 ⁽⁶⁾		(25.067)		(41.076)
Outros ⁽⁴⁾	(105.044)	(89.490)	(133.517)	(100.968)
	(1.313.560)	(1.199.030)	(1.577.909)	(1.443.192)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas				
Aluguéis e arrendamentos	3.321	(12.744)	3.321	4.303
Resultado na venda de outros produtos, líquido	(1.722)	(638)	31.865	56.791
Resultado na alienação e baixa de ativos imobilizado, intangível e biológico, líquido ^{(2) (5)}	512.207	7.770	413.052	11.548
Resultado na atualização do valor justo do ativo biológico	689.937	463.546	763.091	466.484
Exaustão e amortização	(126.194)	(147.324)	(5.187)	(15.537)
Créditos tributários – ICMS na base do PIS/COFINS ⁽⁷⁾	441.880		441.880	
Outras receitas operacionais, líquidas	102	18.923	45	7.561
	1.519.531	329.533	1.648.067	531.150

1) Inclui R\$277.562 na controladora e no consolidado, relativo a gastos com parada de manutenção (R\$524.411 na controladora e no consolidado, relativo a gastos com capacidade ociosa e parada de manutenção em 31 de dezembro de 2020).

2) Inclui R\$440 na controladora e no consolidado, relativo a custo de formação do ativo biológico alocado diretamente ao resultado (R\$3.177 na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2020).

3) Inclui PECLD, seguros, materiais de uso e consumo, viagens, hospedagem, feiras e eventos.

4) Inclui despesas corporativas, seguros, materiais de uso e consumo, projetos sociais e doações, viagem e hospedagem.

5) Inclui, substancialmente, o ganho líquido na venda de imóveis rurais e florestas à Turvinho e a Bracell (nota 1.2.2.).

6) Inclui, principalmente, gastos nas unidades fabris para readequação dos refeitórios e locais de trabalho, ampliação da frequência de conservação, limpeza, higienização e manutenção das áreas comuns, disponibilização de transporte coletivo com maior espaço entre os passageiros, distribuição de máscaras e realização de testes rápidos nos colaboradores que atuam nas fábricas. A partir de 2021, tais gastos foram incorporados ao curso normal das operações da Companhia.

7) Refere-se ao reconhecimento de (i) R\$454.318, relativo ao crédito tributário, conforme nota 20.3 e (ii) R\$12.438 relativo à provisão de honorários advocatícios.

31. COBERTURA DE SEGUROS - CONSOLIDADO

A Companhia mantém cobertura de seguro para risco operacional com limite máximo para indenização de US\$1.000.000 equivalente a R\$5.580.500. Adicionalmente, mantém cobertura de seguro de responsabilidade civil geral no montante de US\$20.000, equivalente a R\$111.610 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

A Administração da Companhia considera esse valor suficiente para cobrir possíveis riscos de responsabilidades, sinistros com seus ativos e lucros cessantes.

A Suzano não tem seguro para suas florestas. Visando minimizar o risco de incêndio, são mantidos, pela brigada interna de incêndio, um sistema de torres de observações e uma frota de caminhões. A Companhia não apresenta histórico de perdas relevantes com incêndio de florestas.

A Companhia dispõe de apólice de seguro de transporte nacional com limite máximo para indenização de R\$208.000 e internacional no montante de US\$65.000, equivalente a R\$362.733, com vigência até novembro de 2022, com renovação prevista para um período de 18 meses.

Além das coberturas mencionadas anteriormente, são mantidas em vigor apólices de responsabilidade civil dos executivos e diretores em montantes considerados adequados pela Administração.

A avaliação da suficiência das coberturas de seguro não faz parte do escopo do exame das demonstrações financeiras por parte dos auditores independentes.

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

32.1. Dividendos intercalares

Em 7 de janeiro de 2022, conforme aviso de acionistas, foi aprovada a distribuição de dividendos pela Companhia no montante total de R\$1.000.000, à razão de R\$0,741168104 por ação da Companhia, considerando o número de ações “ex-tesouraria” na presente data, declarados “*ad referendum*” da Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, à conta de lucros acumulados apurados com base no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 e em observância ao lucro líquido apurado no balanço semestral datado de 30 de junho de 2021, mesmo após a absorção integral do saldo de prejuízos acumulados da Companhia mediante a compensação parcial do saldo de lucros acumulados conforme deliberado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de outubro de 2021. Os dividendos intercalares serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O pagamento dos dividendos intercalares foi efetuado em 27 de janeiro de 2022, em moeda corrente nacional. Não houve atualização monetária ou incidência de juros entre a data da declaração dos dividendos e a data do efetivo pagamento.

Os dividendos são isentos de imposto de renda, de acordo com a legislação em vigor.

32.2. Contratação de linha de crédito

Em 08 de fevereiro de 2022, a Companhia concluiu a contratação de uma linha de crédito rotativa (“*Revolver Credit Facility*”), aumentando o total disponível em linhas de crédito rotativo de US\$500.000 para US\$1.275.000. Do valor total contratado, US\$100.000 têm prazo de disponibilidade até fevereiro de 2024, sendo este valor remanescente da linha já vigente desde fevereiro de 2019, no valor original de US\$500.000 (nota 4.2). O montante adicional de US\$1.175.000 tem prazo de disponibilidade até fevereiro de 2027 e possui os mesmos custos financeiros da linha vigente até fevereiro de 2024.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Suzano S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Suzano S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Suzano S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Suzano S.A. e da Suzano S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

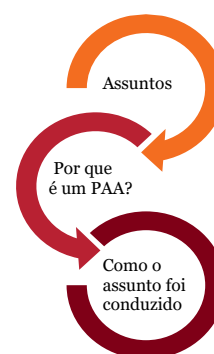
Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria foi planejada e executada considerando as operações e



transações da Companhia e suas controladas, ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Neste contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhadas àquelas do ano anterior.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Redução ao valor recuperável de intangíveis (Nota 3.2.20 e 16.1)

A Companhia possui registrado em seu ativo intangível, ágio fundamentado em expectativa de rentabilidade futura, oriundo da aquisição da Fibria Celulose S.A. ocorrida em janeiro de 2019, o qual foi alocado ao segmento de celulose.

O referido saldo tem sua recuperação baseada em projeções que incluem premissas e dados que envolvem julgamentos significativos da administração, incluindo a definição de unidade geradora de caixa, preço médio líquido de celulose e taxa de desconto, entre outras. Para efetuar o cálculo do valor recuperável, a administração calculou o valor em uso através da metodologia do fluxo de caixa descontado.

Consideramos essa área como de foco para nossa auditoria tendo em vista a relevância do saldo, bem como que variações na determinação das premissas adotadas pela administração podem impactar a recuperação dos saldos registrados e, por consequência, os resultados das operações e a posição patrimonial e financeira da Companhia.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e testes dos controles internos estabelecidos pela administração para mensurar o valor recuperável, da metodologia de avaliação, das premissas e dados utilizados no cálculo, assim como o critério adotado para a definição da unidade geradora de caixa.

Avaliamos o modelo do fluxo de caixa descontado, bem como sua coerência geral lógica e aritmética. Envolvemos nossos especialistas na área de avaliação de negócios para nos apoiar na análise e teste da taxa de desconto.

Em relação às principais premissas na perspectiva da auditoria, como o preço médio líquido de celulose e taxa de desconto, efetuamos comparações com publicações externas especializadas, bem como avaliamos, por meio de análises de sensibilidade, se variações individuais ou cumulativas aproximariam o valor recuperável do valor contábil. Para as demais premissas, levamos em consideração o comportamento histórico, respectivas tendências e outras evidências que corroboram os dados utilizados. Avaliamos, também, a competência, objetividade e capacidade de especialistas externos contratados pela administração envolvidos no cálculo do valor recuperável.

Com base nos trabalhos de auditoria acima resumidos, consideramos que as premissas e dados utilizados e a metodologia de avaliação do valor recuperável estão consistentes com as práticas de mercado. Assim como, as divulgações efetuadas sobre o tema estão adequadas em relação às evidências por nós obtidas.

Valor justo dos ativos biológicos (Notas 3.2.17 e 13)

Os ativos biológicos da Controladora e do Consolidado correspondem a florestas de eucalipto e são mensurados ao valor justo menos as despesas de venda, aplicando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado. Esse método faz uso de dados e premissas que envolvem julgamento significativo por

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e testes dos controles internos estabelecidos pela administração para mensurar o valor justo, bem como a metodologia de avaliação, premissas e dados utilizados no cálculo.

Porque é um PAA

parte da administração, incluindo taxa de incremento médio anual das florestas e principalmente o preço de venda da madeira em pé em diferentes regiões.

Este é um assunto de atenção da nossa auditoria, considerando especialmente os riscos inerentes à subjetividade de determinadas premissas que requerem o exercício de julgamento da administração e podem ter impacto relevante na determinação do valor justo e, por consequência, no resultado do exercício.

Recuperabilidade de tributos diferidos ativo (Nota 3.2.21 e 12)

Em 31 de dezembro de 2021, o balanço patrimonial individual e consolidado apresenta imposto de renda e contribuição social diferidos registrados no ativo não circulante, provenientes de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias. Estes tributos diferidos ativos são considerados recuperáveis com base em projeções de geração de lucros tributáveis futuros, que envolvem julgamentos significativos por parte da administração, notadamente em relação ao momento da realização do prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa da contribuição social e das diferenças temporárias e os impactos futuros estimados no cálculo e na tributação do imposto de renda e contribuição social.

O valor recuperável dos tributos diferidos ativos reconhecidos pode variar significativamente se forem aplicadas diferentes premissas e dados de projeções dos lucros tributáveis futuros, o que pode impactar o valor do tributo diferido ativo apresentado nas demonstrações financeiras. Além disso, a estimativa do momento da realização do prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa da contribuição

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Avaliamos o modelo do fluxo de caixa descontado, bem como sua coerência geral lógica e aritmética. Definimos as principais premissas na perspectiva da auditoria e efetuamos comparações com fontes externas, avaliamos a competência, objetividade e capacidade de especialistas externos contratados pela administração para apoio no cálculo do valor justo.

Em relação às premissas consideradas significativas no âmbito da auditoria, como o preço de venda da madeira em pé e a taxa de incremento médio anual das florestas, efetuamos comparações com publicações externas especializadas, bem como avaliamos o comportamento histórico, respectivas tendências e dados utilizados, além de avaliarmos se as informações divulgadas nas notas explicativas estavam consistentes com os requisitos da norma contábil e com as premissas utilizadas nos cálculos.

Com base no resultado dos procedimentos realizados, consideramos que o modelo de avaliação está consistente com as práticas de mercado e que as premissas e dados utilizados estão devidamente suportados.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e testes dos controles internos estabelecidos pela administração para mensurar o valor recuperável, bem como a metodologia de avaliação, premissas e dados utilizados no cálculo.

Avaliamos, com o apoio dos nossos especialistas na área de tributos, a razoabilidade das principais premissas utilizadas para suportar a projeção de lucros tributáveis futuros, que inclui o preço médio líquido da celulose e do papel, assim como o preço de transferência praticado com a subsidiária na Áustria. Efetuamos a comparação dos dados utilizados na projeção com dados históricos, do setor e de mercado, bem como realizamos análise de sensibilidade sobre a projeção elaborada pela administração.

Avaliamos se as projeções, incluindo a estimativa do momento de realização das diferenças temporárias, indicavam lucros tributáveis futuros suficientes para a realização dos tributos diferidos

Porque é um PAA

social e das diferenças temporárias e seus impactos na tributação futura da Companhia exige julgamentos significativos pela administração. Por esse motivo e pela magnitude dos valores apresentados, consideramos este assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

ativos, assim como a adequação das divulgações apresentadas nas notas explicativas.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que a metodologia, os julgamentos e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidas.

Provisão para passivos judiciais tributários (Nota 3.2.24 e 20)

A Companhia e suas controladas são parte passiva em processos judiciais decorrentes do curso normal de suas operações.

Especialmente no caso daqueles de natureza tributária, eles são relativos a divergências na interpretação das normas tributárias, autos de infração, entre outros. A administração, com o apoio de seus assessores jurídicos internos e externos, estima os possíveis desfechos para esses diversos assuntos, provisiona aqueles considerados como de perda provável e divulga aqueles considerados como de perda possível.

A determinação das chances de perda, assim como dos valores objetos das disputas, envolvem julgamento da administração, considerando aspectos subjetivos e evoluções jurisprudenciais, que podem mudar ao longo do processo e que não estão sob o controle da administração e, por essa razão, definimos esse tema como uma área de foco.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e testes dos controles internos estabelecidos pela administração para identificar e constituir provisões, monitorar o andamento dos processos judiciais tributários, bem como as respectivas divulgações em notas explicativas.

Em conjunto com os nossos especialistas da área tributária, entendemos o objeto dos principais processos em andamento, obtivemos a documentação suporte da avaliação da administração, incluindo a determinação de valores e opinião de especialistas externos contratados e avaliamos e discutimos a razoabilidade das conclusões da administração.

Solicitamos e obtivemos confirmação direta dos assessores jurídicos externos responsáveis pelos processos na esfera judicial.

Testamos, por amostragem, os cálculos dos valores utilizados para o provisionamento ou divulgação e avaliamos se as divulgações realizadas estão alinhadas com as normas contábeis relevantes e documentação suporte.

Observamos que as conclusões da administração e a documentação suporte, incluindo as posições dos assessores jurídicos internos e externos, estão consistentes entre si e com o nosso entendimento sobre os objetos das disputas, bem como com as divulgações incluídas nas notas explicativas.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos neste Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável

é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 9 de fevereiro de 2022

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

José Vital Pessoa Monteiro Filho
Contador CRC 1PE016700/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Prezados Senhores Acionistas,

Os membros do Conselho Fiscal da Suzano S.A. (“Companhia”), em reunião realizada em 9 de fevereiro de 2022, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o relatório da administração e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas respectivas notas explicativas, todos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., sem ressalvas, e, tendo encontrado tais documentos em conformidade com as prescrições legais aplicáveis, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral.

São Paulo, 9 de fevereiro de 2022.

Rubens Barletta
Membro

Luiz Augusto Marques Paes
Membro

Eraldo Soares Peçanha
Membro

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO (“CAE”)

Sobre o Comitê

O CAE da Suzano S.A. é um órgão estatutário de funcionamento permanente instituído em abril de 2019, dentro das melhores práticas de governança corporativa.

O CAE é composto por 4 (quatro) membros com mandato de 2 (dois) anos, sendo a última (re) eleição realizada em 12 de maio de 2021, ou seja, todos os membros possuem mandato válido até 12 maio de 2023. Todos os membros são independentes, sendo que 2 (dois) deles integram também o Conselho de Administração da Suzano S.A. Dentre os membros do CAE, a Sra. Ana Paula Pessoa, atua como coordenadora e o Sr. Carlos Biedermann, como especialista financeiro.

De acordo com o seu Regimento Interno, compete ao CAE zelar (i) pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis da Suzano S.A. (ii) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares (iii) pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos das empresas de auditoria independente e da auditoria interna e (iv) pela qualidade e efetividade do sistema de controles internos e da administração de riscos. As avaliações do CAE baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, dos gestores dos canais de denúncia e ouvidoria e em suas próprias análises decorrentes de observação direta.

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. é a empresa responsável pela auditoria das demonstrações contábeis conforme normas profissionais emanadas do Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e certos requisitos específicos da Comissão de Valores Monetários (“CVM”). Os auditores independentes são igualmente responsáveis pela revisão especial dos informes trimestrais (“ITRs”) arquivados junto à CVM. O relatório dos auditores independentes reflete o resultado de suas verificações e apresenta a sua opinião a respeito da fidedignidade das demonstrações contábeis do exercício em relação aos princípios de contabilidade oriundos do CFC em consonância com as normas emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (“IASB”), normas da CVM e preceitos da legislação societária brasileira. Com relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os referidos auditores independentes emitiram relatório em 9 de fevereiro de 2022, contendo opinião sem ressalvas.

Os trabalhos de auditoria interna são realizados por equipe própria. O CAE é responsável pela contratação e aprovação do plano de auditoria interna, que na sua execução é acompanhado e orientado pelo Diretor de Auditoria Interna, vinculado diretamente ao Conselho de Administração. No mais, o CAE desenvolve sua atuação de forma ampla e independente, observando, principalmente, a cobertura das áreas, processos e atividades que apresentam os riscos mais sensíveis à operação e impactos mais significativos na implementação da estratégia da Companhia.

Temas discutidos pelo CAE

O CAE reuniu-se 9 (nove) vezes no período de janeiro de 2021 a fevereiro de 2022. Dentre as atividades realizadas durante o exercício, cabe destacar os seguintes aspectos:

-
- (i) reuniões individuais com a Auditoria Interna e Auditoria Externa para acompanhamento dos principais assuntos relacionados aos trabalhos do ano vigente, mantendo a independência e reforçando a transparência do processo;
 - (ii) agendas individuais com o CEO e CFO para alinhamento e acompanhamento de assuntos estratégicos para o comitê;
 - (iii) aprovação e acompanhamento do Programa Anual de Trabalho da Auditoria Interna e de sua execução;
 - (iv) conhecimento dos pontos de atenção e das recomendações decorrentes dos trabalhos da Auditoria Interna, bem como fazer o acompanhamento das providências saneadoras adotadas pela Administração;
 - (v) monitoramento do sistema de controles internos quanto à sua efetividade e processos de melhoria, monitoramento de riscos de fraudes com base nas manifestações e reuniões com os Auditores Internos e com os Auditores Independentes, com a área de Controles Internos, *Compliance* e Ouvidoria;
 - (vi) análise do processo de certificação dos Controles Internos (Sarbanes-Oxley SOX) junto aos Administradores e aos Auditores Independentes;
 - (vii) análise, aprovação e acompanhamento do Programa Anual de Trabalho da Auditoria Independente e sua execução tempestiva;
 - (viii) acompanhamento do processo de elaboração e revisão das demonstrações financeiras da Suzano, do Relatório da Administração e dos Releases de Resultados, notadamente, mediante reuniões com os administradores e com os auditores independentes para discussão das ITRs e das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021;
 - (ix) acompanhamento do processo de renovação do contrato com a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. para os trabalhos de auditoria externa até 2026 e seu plano de rotação de seus sócios e gestores em acordo com a legislação vigente e garantindo que não haja perda de conhecimento;
 - (x) acompanhamento da metodologia adotada para gestão de riscos da companhia e dos resultados obtidos, de acordo com o trabalho apresentado e desenvolvido pela área especializada e por todos os gestores responsáveis pelos riscos sob sua gestão. *Deep dive* dos principais riscos monitorados pela companhia com acompanhamento do grau de risco e entrega dos planos de mitigação, com o objetivo de garantir a evidenciação e o monitoramento dos riscos relevantes para a Companhia;
 - (xi) monitoramento da evolução do programa de cybersegurança durante o exercício de 2021;
 - (xii) acompanhamento dos principais indicadores de enquadramento das políticas financeiras da companhia e dos indicadores de atingimento das principais metas ESG atreladas a contratos financeiros;

-
- (xiii) acompanhamento do canal de denúncias aberto a acionistas, colaboradores, emissores, fornecedores e ao público em geral, com responsabilidade da Ouvidoria no recebimento e apuração das denúncias ou suspeitas de violação ao Código de Ética, respeitando a confidencialidade e independência do processo e, ao mesmo tempo, garantindo os níveis apropriados de transparência;
 - (xiv) reuniões com os atuais auditores independentes da Companhia, a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. em diversos momentos, para discussão das ITRs submetidas à sua revisão e tomou conhecimento do relatório de auditoria, contendo a opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, dando-se por satisfeito com as informações e esclarecimentos prestados;
 - (xv) acompanhamento e monitoramento das ações tomadas pela Companhia com relação à pandemia da COVID-19; e
 - (xvi) atenção às transações com partes relacionadas, aos critérios adotados para avaliação do valor justo do ativo biológico e aos critérios adotados nas demais estimativas contábeis com objetivo de garantir a qualidade e transparência das informações.

Os temas acima foram submetidos à apreciação e ou aprovação de outros órgãos da administração inclusive do Conselho conforme estatuto e regimentos internos da Companhia.

Conclusão

Os membros do CAE da Companhia, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, bem como daquelas previstas no seu Regimento Interno do próprio Comitê, procederam ao exame e à análise das demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório de auditoria contendo opinião sem ressalvas dos auditores independentes, do relatório anual da Administração e da proposta de destinação do resultado, todos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e o exame de auditoria realizado pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., recomendam, por unanimidade, a aprovação, pelo Conselho de Administração da Companhia, dos documentos acima citados.

São Paulo, 9 de fevereiro de 2022.

Ana Paula Pessoa
Coordenadora

Carlos Biedermann
Especialista financeiro

Rodrigo Kede de Freitas Lima
Membro

Marcelo Moses de Oliveira Lyrio
Membro

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

O Comitê de Auditoria da Suzano S.A., no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, em atendimento ao disposto no inciso IX do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, examinou as demonstrações financeiras da controladora e consolidado referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Relatório da Administração, e o relatório emitido sem ressalvas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.

Não houve situações de divergências significativas entre a Administração da Companhia, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria em relação às Demonstrações Financeiras da Companhia.

Com base nos documentos examinados e nos esclarecimentos prestados, os membros do Comitê de Auditoria, abaixo assinados, opinam que as demonstrações financeiras se encontram em condições de serem aprovadas.

São Paulo, 09 de fevereiro de 2022.

Ana Paula Pessoa
Coordenadora

Carlos Biedermann
Especialista financeiro

Rodrigo Kede de Freitas Lima
Membro

Marcelo Moses de Oliveira Lyrio
Membro

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, a diretoria executiva da Suzano S.A., declara que:

- (i) revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021; e
- (ii) revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., relativamente às demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 9 de fevereiro de 2022.

Walter Schalka
Diretor Presidente

Marcelo Feriozzi Bacci
Diretor Executivo de Finanças e Relações com Investidores

Aires Galhardo
Diretor Executivo de Operação Celulose

Carlos Aníbal de Almeida Jr.
Diretor Executivo de Florestal, Logística e Suprimentos

Christian Orglmeister
Diretor Executivo de Novos Negócios, Estratégia, TI, Digital e Comunicação

Fernando de Lellis Garcia Bertolucci
Diretor Executivo de Pesquisa e Desenvolvimento

Leonardo Barreto de Araújo Grimaldi
Diretor Executivo de Comercial Celulose e Gente e Gestão

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DA DIRETORIA

Em um contexto de uma pandemia insistente, 2021 foi para a Suzano um ano de importantes conquistas e de desafios. Tivemos os melhores resultados de nossa história, fortalecemos ainda mais nossa saúde financeira, ao mesmo tempo em que fizemos grandes avanços em nossa estratégia. Em tal ambiente, nos posicionamos cada vez mais como uma Companhia que deseja influenciar e acelerar o processo de transformação global rumo a um imperativo modelo de capitalismo regenerativo e inclusivo. Demonstramos, mais uma vez, a materialização de nossa cultura organizacional calcada nos pilares fundamentais de sermos gente que inspira e transforma, de gerar e compartilhar valor e de que só é bom para nós se for bom para o mundo. Motivados por nosso propósito de renovar a vida a partir da árvore plantada, recurso natural que é a base de nosso negócio atual e futuro, mantivemos o foco na busca de soluções para os desafios de nossa sociedade por meio sobretudo da vocação que tanto valorizamos e que chamamos de inovabilidade – a potente combinação de inovação com sustentabilidade.

A pandemia este ano continuou exigindo de todos nós adaptações a uma nova realidade de vida, a novas práticas de saúde, segurança e operacionais. Atuamos para que continuássemos a operar com o mais baixo risco de contaminação para nossos colaboradores e suas famílias, sem afetar o atendimento aos nossos clientes e garantindo o abastecimento de nossos produtos, que são essenciais para a higiene, educação e bem-estar da sociedade. Fizemos isso sem deixar de apoiar também as nossas partes interessadas, principalmente aquelas que apresentam maior dependência em relação às nossas operações, tais como as comunidades prioritárias, para as quais ampliamos o apoio durante a pandemia.

O mercado de celulose, impactado por inéditas restrições logísticas nas cadeias globais, apresentou importante evolução em 2021, suportado pela recuperação econômica global e também beneficiado por mudanças estruturais em hábitos de consumo. Do lado da oferta, a disponibilidade de celulose no mercado se manteve restrita. Com base nesses fundamentos, o preço médio líquido de celulose apresentou expressivo aumento em 2021 (+33%) na comparação com o ano anterior. No mercado de papel e embalagens, observamos a significativa melhora do ambiente de negócios, com resultados recordes ao longo do ano, dada a plena recuperação de vendas de papéis de Imprimir & Escrever e a forte demanda por papelcartão e, também, bens de consumo.

Fechamos o ano de 2021 com o maior EBITDA Ajustado de nossa história ao atingir R\$ 23,5 bilhões, 57% acima do realizado em 2020, reflexo do bom desempenho operacional, de preços de celulose e papel mais altos no ano e da desvalorização cambial do real frente ao dólar, apesar da forte e persistente pressão de custos advinda principalmente do aumento de preço das commodities. Mantendo o foco na disciplina financeira, concluímos o ciclo de desalavancagem pós-fusão reduzindo nossa alavancagem, medida pela dívida líquida/EBITDA Ajustado dos últimos doze meses, que recuou de 4,3x ao final do ano passado para 2,4x em 2021, na medição em dólares. Também reduzimos nossa dívida líquida em US\$ 1,8 bilhão no ano ao atingir o patamar de US\$ 10,4 bilhões, o que nos coloca em uma posição de balanço forte para o novo ciclo de investimentos previsto para os próximos anos. Fruto do forte desempenho associado à disciplina financeira e à perspectiva do negócio, tornamos ainda mais sólido nosso Grau de Investimento nas principais agências de avaliação de risco de crédito, ao conquistar o rating BBB-/Baa3 com perspectiva estável pela Moody's, S&P e Fitch Ratings.

Na frente de finanças sustentáveis, dívidas atreladas à performance ESG da companhia, realizamos em 2021 a captação de US\$ 3,1 bilhões por meio de operações de *Sustainability-linked Bonds* e de *Sustainability-linked Loans*, com metas de emissão de carbono, consumo de água na indústria e diversidade de gênero.

Seguimos o ano avançando em nossas práticas ESG, ao realizamos pela primeira vez o nosso *ESG Call*, evento dedicado a ampliar nossa transparência e prestação de contas para todas as nossas partes interessadas, onde falamos sobre os principais avanços de nossas metas de longo prazo e também anunciamos a nova e ambiciosa meta de Biodiversidade, com o compromisso de promover a conexão de meio milhão de hectares de áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade no Cerrado, na Mata Atlântica e na Amazônia, até 2030.

Também atentos à agenda global, participamos da 26ª Conferências das Nações Unidas para o Clima em Glasgow no Reino Unido, onde a Companhia dedicou-se a contribuir para as discussões de diversas temáticas associadas à urgência climática. Entendemos que não há mais tempo a esperar quando o assunto é clima, e por isso anunciamos a antecipação da meta de sequestro de carbono de 40 milhões de toneladas para 2025, antes prevista para 2030. Além disso, aderimos à campanha *Business Ambition for 1.5°C* e ao *Science Based Target Initiative (SBTi)* nos comprometendo a estabelecer, em um prazo de até dois anos, uma meta de redução de emissões alinhada ao cenário de aquecimento global a até 1.5°C.

Demonstrando a nossa confiança no futuro, anunciamos em 2021 um significativo investimento para a expansão de nossos negócios: o Projeto Cerrado, que já nasce com importantes aspectos sustentáveis e que consiste na construção de uma nova planta de produção de celulose no município de Ribas do Rio Pardo, no estado do Mato Grosso do Sul, que terá capacidade nominal de 2.550.000 (dois milhões e quinhentas e cinquenta mil) toneladas de produção de celulose de eucalipto por ano, com estimativa para entrada em operação no segundo semestre de 2024. O Projeto Cerrado representa um importante avanço na estratégia de longo prazo da Companhia, contribuindo para a ampliação de sua competitividade estrutural, o atendimento à demanda crescente de celulose de fibra curta e a evolução da Companhia em sustentabilidade.

Com a força do nosso time, da nossa cultura, do nosso propósito, do nosso negócio e da interdependência com todas as nossas partes interessadas, superamos desafios e alcançamos expressivos e sólidos resultados este ano. Em 2022, seguiremos motivados a avançar em nossa estratégia, plantando nosso futuro.

A Diretoria.

VISÃO GERAL

A Suzano tem o compromisso de ser referência global no desenvolvimento de soluções sustentáveis e inovadoras a partir da árvore plantada, recurso natural que é a base de nosso negócio atual e futuro. Líder mundial na fabricação de celulose de mercado e uma das maiores fabricantes de papéis da América Latina, a Companhia exporta seus produtos para mais de 108 países, que são essenciais para a higiene, educação e bem-estar da sociedade. Com operações de onze fábricas, além da *joint operation* Veracel, possui capacidade instalada de 10,9 milhões de toneladas de celulose de mercado e 1,4 milhão de toneladas de papéis por ano. Em 2021 a Companhia iniciou uma nova fase de crescimento através do chamado Projeto Cerrado, que refere-se à construção de uma nova planta de celulose de mercado, prevista para entrar em operação no segundo semestre de 2024 com capacidade de produção anual de 2,55 milhões de toneladas.

A Companhia tem mais de 37 mil colaboradores diretos e indiretos e investe há mais de 90 anos em soluções inovadoras a partir do plantio de árvores.

INOVAÇÃO

Em 2021 caminhamos na direção de materializar o conceito de inovabilidade – fusão entre inovação e sustentabilidade – nos nossos projetos, resultados e parcerias. A Diretoria de Tecnologia e Inovação consolidou sua função de suporte técnico à excelência das operações atuais, além de contribuir fortemente para o crescimento e transformação da Suzano, em linha com as avenidas estratégicas da empresa.

Na área de Melhoramento Genético, consolidamos a utilização do sistema de recomendação clonal (*Tetrys*) para todas as Unidades, garantindo ganhos em produtividade e mitigando potenciais riscos ambientais. O Manejo Florestal teve como foco as inovações direcionadas ao aumento da produtividade florestal, com base em práticas sustentáveis e redução dos custos. Como destaque, avançamos na transformação digital com o sistema “C14”, que otimiza a produtividade da rebrota. Atuamos também na mensuração do impacto das mudanças climáticas e ações de mitigação.

Na área de proteção ao cultivo, obtivemos aprovação regulatória da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) para o nosso primeiro eucalipto tolerante a herbicidas e avançamos nos estudos regulatórios para nossa tecnologia de resistência a pragas. A FuturaGene também obteve uma licença de pesquisa para uma tecnologia de edição de genes, que será utilizada para desenvolver novas variedades de eucalipto mais produtivas, resistentes a doenças e pragas e que tenham as propriedades da madeira melhoradas. Na plataforma de aumento da produtividade, continuamos a expandir nossos plantios experimentais com clones derivados de nossa tecnologia previamente aprovado para uso comercial. Uma importante iniciativa na esfera de relações institucionais foi a publicação da Política de Árvores Geneticamente Modificadas (GM) da Suzano, disponível em nosso website.

Seguindo a nossa visão de sermos agentes transformadores na expansão em novos mercados para nossa biomassa, avançamos no projeto “*Fiber to Fiber*”, onde estamos desenvolvendo novos produtos dedicados a mercados específicos, com destaque para as aplicações em embalagens. Em 2021, disponibilizamos para testes no mercado, produtos com propriedades otimizadas para os mercados-alvo. Para atender nossas metas de longo prazo, avançamos na avaliação de tecnologias para valorização dos resíduos industriais, com testes em laboratórios próprios e parceiros.

Para a Unidade de Negócios de Papel e Embalagem, novos desenvolvimentos garantiram a alavancagem exponencial de vendas de produtos de inovação no ano de 2021, com consolidação de produtos para mercados, como, copos de papel, papelão e importantes avanços no mercado de embalagens flexíveis. Para a Unidade de Bens de Consumo o foco foi na ampliação do portfólio de produtos, destacando-se o lançamento do papel higiênico Mimmo Folha Tripla, papel toalha Scala Plus e lenços umedecidos Mimmo, produzidos com fibras naturais. No desenvolvimento de celulose fluff, o foco foi o desenvolvimento de tecnologias que nos permitem ampliar cada vez mais a aplicação do Eucafluff nos mais diversos produtos de higiene.

Com o objetivo de disponibilizar matérias-primas de base renovável para substituição de materiais de origem fóssil, avançamos nos projetos de biorrefinaria. Partimos a planta piloto de produção de nanocelulose na Finlândia para abastecer a *joint venture* com a Spinnova de produção de fios têxteis; bem como avançamos nas aplicações de bioóleo.

Para dar suporte à estratégia da Suzano de desenvolver soluções cada vez mais inovadoras e sustentáveis, ampliamos o Centro de Tecnologia de Limeira, composto por Laboratórios, Plantas-Piloto e equipamentos de última geração, para suportar o portfólio de projetos de P&D.

Em Propriedade Intelectual, avançamos na proteção de nossa inovação, com 9 depósitos de patentes, a elaboração da estratégia de proteção de um novo segredo industrial, além de 10 cultivares de eucaliptos submetidas à proteção ao Serviço Nacional de Proteção de Cultivares (SNPC). Na frente de fomento à inovação, onde buscamos o desenvolvimento de iniciativas em parceria com a academia em projetos com risco e investimentos compartilhados, foram estabelecidas 29 diferentes iniciativas, com aporte de cerca de R\$15 milhões em linhas de fomento à inovação.

UNIDADE DE NEGÓCIO CELULOSE

Apesar dos prolongados impactos negativos da pandemia na economia global, o mercado de celulose registrou forte recuperação em 2021, suportado pela recuperação econômica dos principais mercados e favorecido por mudanças estruturais nos hábitos de consumo, que levaram à significativa retomada na demanda por papéis de imprimir & escrever e papéis especiais, à boa demanda por papéis sanitários e a um aquecimento do comércio eletrônico, beneficiando o segmento de embalagens. . Neste contexto, a Suzano garantiu o atendimento aos seus clientes sem interrupção assim como a manutenção de baixos níveis de estoques, mesmo em um cenário de desafios nas cadeias logísticas globais ao longo do ano. Como resultado, a Suzano apresentou volumes de vendas de 10.586 mil toneladas, marginalmente inferior (-2%) na comparação com o ano anterior.

Do lado da oferta, a disponibilidade de celulose no mercado se manteve restrita durante o ano, tanto em função do alto volume de paradas programadas e não programadas ocorridas no ano, como também devido à postergação da entrada de volumes provenientes de novas capacidades, inicialmente previstos para o final de 2021.

A receita líquida de celulose totalizou R\$ 34.715 milhões em 2021, (+36% vs. 2020), em função da valorização do USD médio em relação ao BRL e do aumento de 33% no preço médio líquido de celulose em dólares. As vendas para o mercado externo corresponderam a 92% da receita total de celulose enquanto o mercado interno representou 8%. Quanto à distribuição por uso final, 64% das vendas de celulose foram destinadas para produção de papéis para fins sanitários, 16% para papéis de Imprimir & Escrever, 14% para papéis especiais e 6% para embalagens.

O preço líquido médio de venda de celulose foi de US\$ 608/ton em 2021 (+33% vs. 2020), enquanto em BRL, o preço líquido médio ficou em R\$ 3.279/ton (+37% vs. 2020). O custo caixa de produção sem paradas de 2021 ficou R\$ 690 por tonelada, 14% superior quando comparado ao custo caixa de 2020, em decorrência principalmente de um maior custo com insumos e madeira, sobretudo em função do aumento de preço de diversas commodities - com destaque para o *Brent*.

UNIDADE DE NEGÓCIO PAPEL E EMBALAGEM

Dados da Indústria Brasileira de Árvores (“IBÁ”) indicam que as vendas da indústria nacional de imprimir e escrever e papel cartão apresentaram crescimento de 21% na comparação dos onze primeiros meses de

2021 com o mesmo período do ano anterior, enquanto as importações reduziram 4% na mesma base comparativa.

As vendas de papel, incluindo unidade de bens de consumo, totalizaram 1.294 mil toneladas, superando em 10% o volume vendido em 2020. Esse aumento se deve à recuperação das vendas de papéis I&E no mercado doméstico, que vem mostrando um desempenho sólido com a recuperação da demanda acompanhando a melhora do mercado. Além disso, as linhas de papelcartão e *tissue* seguem com performance robusta.

Em 2021, a receita líquida obtida com as vendas de papel da Suzano totalizou R\$ 6.250 milhões, 28% superior ao ano anterior. A receita líquida do mercado interno apresentou aumento de 30% na comparação anual, enquanto a receita para o mercado externo evoluiu na mesma direção, tendo crescido 22% vs. 2020. Da receita total, 70% foram provenientes das vendas no mercado interno e 30% do mercado externo. No que se refere à composição da receita com venda de papel, os principais destinos em 2021 foram para o Brasil e América Latina (84%) seguido pela América do Norte (8%), tendo as demais regiões uma menor participação (8%). O preço líquido médio de papel em 2021 foi de R\$ 4.829/ton, 16% superior ao preço em 2020.

Para 2022, planejamos um desempenho operacional sólido nas linhas de papel e bens de consumo, bem como um aprimoramento das ações voltadas ao nosso portfólio de produtos de inovação com foco em sustentabilidade.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultados

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas da CVM e os CPCs, e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As informações operacionais e financeiras são apresentadas com base em números consolidados em Reais (R\$) da Suzano S.A.

Receita Líquida

A receita líquida da Companhia em 2021 foi de R\$ 40.965 milhões, 34% superior à receita líquida registrada em 2020, de R\$ 30.460 milhões, em função principalmente da valorização do USD médio em relação ao BRL (+4%) e pelo maior preço médio líquido de celulose em dólar (+33%) durante o ano, o volume de vendas, por sua vez, ficou praticamente estável quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Custo dos Produtos Vendidos ("CPV")

O custo dos produtos vendidos em 2021 totalizou R\$ 20.616 milhões, 9% superior ao registrado em 2020, de R\$ 18.966 milhões, em função sobretudo do aumento do custo caixa de produção (+14%) e elevação do *Brent* afetando o custo logístico.

Lucro Bruto

O aumento do lucro bruto de R\$ 11.494 milhões em 2020 para R\$ 20.350 milhões em 2021 é explicado pelo melhor resultado operacional acima exposto.

Despesas com Vendas e Administrativas

As despesas com vendas totalizaram R\$ 2.292 milhões em 2021, 5% superior ao valor registrado em 2020 de R\$ 2.175 milhões. Este aumento deveu-se, principalmente, à valorização do USD médio vs. o BRL de 4%. Na análise por tonelada, a elevação foi de 13% devido, principalmente, ao efeito câmbio sobre as despesas em moeda estrangeira e elevação dos gastos logísticos.

As despesas administrativas totalizaram R\$ 1.578 milhões em 2021, 9% superior ao montante registrado em 2020 de R\$ 1.443 milhões, explicada principalmente pela elevação em gastos com pessoal.

EBITDA Ajustado

O EBITDA Ajustado de 2021 totalizou R\$ 23.471 milhões, 57% superior ao valor de R\$ 14.949 milhões em 2020. Este aumento é explicado principalmente pela valorização do USD médio frente ao BRL (+4%) e pelo aumento do preço médio líquido da celulose em dólares (+33%).

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 9.347 milhões em 2021, comparado ao resultado negativo de R\$ 26.085 milhões em 2020. Esse desempenho reflete, principalmente, a redução do impacto dos efeitos cambiais sobre a dívida e posição de derivativos em 2021.

As variações cambiais e monetárias impactaram o resultado de 2021 negativamente em R\$ 3.801 milhões, comparadas ao impacto negativo de R\$ 12.531 milhões em 2020. O resultado de operações com derivativos (hedge de dívida e de fluxo de caixa) foi negativo em R\$ 1.597 milhões em 2021 vs. o resultado negativo de R\$ 9.423 milhões em 2020, em função principalmente do impacto da expressiva desvalorização cambial ocorrida no ano anterior.

Resultado Líquido

Com o forte resultado operacional, mesmo registrando um resultado financeiro negativo conforme exposto acima, a Companhia obteve lucro líquido de R\$ 8.636 milhões em 2021, em comparação ao prejuízo líquido de R\$ 10.715 milhões do ano anterior.

Endividamento

Em 31 de dezembro de 2021, o total da dívida bruta era de R\$ 79,6 bilhões, sendo 95% dos vencimentos concentrados no longo prazo e 5% no curto prazo. A dívida em moeda estrangeira representava, no final do ano, 83% da dívida total da Companhia. Já o percentual da dívida bruta em moeda estrangeira considerando o efeito do hedge de dívida ficou em 97%. O aumento da dívida bruta na comparação de 2021 com o ano anterior foi de 9%, ou R\$ 6,7 bilhões, em função da valorização do BRL versus o USD.

A Suzano realiza a contratação de dívida em moeda estrangeira como estratégia de *hedge* natural, uma vez que a geração de caixa operacional líquida é denominada, em sua maior parte, em moeda estrangeira (dólar) devido à sua condição predominantemente exportadora. Essa exposição estrutural permite que a Companhia concilie os pagamentos dos empréstimos e financiamentos em dólar com o fluxo de recebimento das vendas.

Em 31 de dezembro de 2021, o custo médio total da dívida era de 4,3% a.a. em dólar (dívida em BRL ajustada pela curva de *swap* de mercado), inferior ao custo médio de 4,5% em dólar observado no encerramento de 2020. O prazo médio da dívida consolidada no encerramento de 2021 era de 89 meses *versus* 86 meses no final de 2020.

A posição de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 21,3 bilhões, dos quais 74% aplicados em investimentos de renda fixa em moeda estrangeira e de curto prazo. O percentual remanescente de 26% estava aplicado em moeda nacional, em títulos públicos e outros de renda fixa, com remuneração em percentual do DI.

Em 31 de dezembro de 2021 a empresa possuía também uma linha de crédito rotativo (*Revolver Credit Facility*) no valor total de US\$ 0,5 bilhão (correspondente a R\$ 2,8 bilhões), com prazo de disponibilidade até fevereiro de 2024. Desta forma, a posição de caixa e equivalentes de R\$ 21,3 bilhões somada à linha de crédito rotativo totalizava ao final de 2021 uma posição de liquidez imediata no valor de R\$ 24,1 bilhões. Em 08 de fevereiro de 2022, a Companhia concluiu a contratação de uma nova linha de crédito rotativa (*Revolver Credit Facility*), aumentando o total disponível em linhas de crédito rotativo de US\$ 500 milhões para US\$ 1.275 milhões. Do valor total contratado, US\$ 100 milhões têm prazo de disponibilidade até fevereiro de 2024, sendo este valor remanescente da linha já vigente desde fevereiro de 2019, no valor original de US\$ 500 milhões. O montante adicional de US\$ 1.175 milhões têm prazo de disponibilidade até fevereiro de 2027 e possui os mesmos custos financeiros da linha vigente até fevereiro de 2024. A disponibilidade destes recursos contribui para fortalecer ainda mais as condições de liquidez da empresa e pode ser utilizado em momentos de incerteza.

Em 31 de dezembro de 2021, a dívida líquida era de R\$ 58,3 bilhões (US\$ 10,4 bilhões) *versus* R\$ 63,7 bilhões (US\$ 12,3 bilhões) observados em 30 de dezembro de 2020. A dívida líquida apresentou queda de

8% e 15% na medição em reais e em dólar, respectivamente, em função sobretudo da forte geração de caixa no período.

O índice de alavancagem financeira medido pela relação dívida líquida/EBITDA Ajustado em Reais ficou em 2,5x em 31 de dezembro de 2021 (4,3x em 2020). Esse mesmo indicador, apurado em USD (medida estabelecida na política financeira da Suzano), ficou em 2,4x em 31 de dezembro de 2021 (4,3x em 2020).

GERAÇÃO DE CAIXA OPERACIONAL

A geração de caixa operacional da Suzano (EBITDA Ajustado menos Capex de Manutenção) foi de R\$ 18.819 milhões em 2021, aumento de 63% quando comparada ao ano de 2020 (R\$ 11.543 milhões).

(R\$ milhões)	2021	2020
EBITDA Ajustado ¹	23.471	14.949
Capex de Manutenção ²	(4.652)	(3.406)
Geração de Caixa Operacional	18.819	11.543

¹ Desconsidera itens não recorrentes e efeitos do PPA.

² Em regime caixa.

DIVIDENDOS

O Estatuto Social da Suzano estabelece como dividendo mínimo obrigatório o equivalente ao menor valor entre 25% do lucro líquido após constituição de reservas legais do exercício ou 10% da Geração de Caixa Operacional (GCO) do respectivo ano fiscal, sendo CGO o resultado do Ebitda Ajustado deduzido do capex de manutenção. Em razão da Companhia ter apurado lucro líquido no ano de 2021 no valor de R\$ 8.626 milhões, o montante de R\$ 913,1 milhões corresponde ao dividendo mínimo obrigatório. Adicionalmente, R\$ 86,9 milhões são atribuídos a reserva de lucros existentes, distribuídos “ad referendum” pelo Conselho de Administração na data de 07/01/2022, totalizando o montante total de R\$ 1.000.000.00,00 (um bilhão de reais), à razão de R\$ 0,741168104 por ação da Companhia, considerando o número de ações “ex-tesouraria” ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

RATING

Em 2021 a Suzano tornou ainda mais sólido seu rating Grau de Investimento, em escala global, passando a ter a referida atribuição pelas três principais agências de avaliação de risco de crédito (S&P Global Ratings, Fitch Ratings e Moody’s Investors Service).

Em março de 2021, as agências S&P e Fitch revisaram a perspectiva dos ratings atribuídos à Suzano (BBB-) de Negativa para Estável, como reflexo da melhora do ambiente de preços e da disciplina financeira da companhia, passando a incorporar a expectativa de aceleração da desalavancagem financeira e endividamento da Companhia. No mesmo mês e motivada pelos mesmos fatores, a Moody’s elevou seu rating em escala global para ‘Baa3’ (anteriormente ‘Ba1’), da Suzano. Atualmente, a Companhia possui rating BBB-/Baa3 com perspectiva Estável perante as agências S&P, Fitch e Moody’s.

INVESTIMENTOS DE CAPITAL

Os investimentos de capital totalizaram R\$ 6.342 milhões em 2021, sendo R\$ 4.652 milhões com manutenção florestal e industrial. Os investimentos em Terras e Florestas foram de R\$ 444 milhões, destinados principalmente ao aumento de competitividade florestal estrutural; bem como para viabilizar opcionalidade de crescimento orgânico da Companhia. Os investimentos em Expansão e Modernização foram de R\$ 219 milhões, principalmente em projetos para ganho de competitividade de nossas unidades industriais. No

investimento em Terminais Portuários, os gastos foram de R\$ 279 milhões e corresponderam sobretudo a obras portuárias no Porto de Itaqui no Maranhão. Para o Projeto Cerrado os desembolsos foram de R\$ 739 milhões.

MERCADO DE CAPITAIS

As ações da Suzano integram o Novo Mercado, mais alto nível de governança corporativa da B3 – Brasil, Bolsa e Balcão, e também são negociadas na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) – ADR Nível II sob os códigos SUZB3 e SUZ, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia era representado por 1.361.263.584 ações ordinárias (SUZB3 e SUZ), sendo 12.042.004 ações ordinárias mantidas em tesouraria. As ações da Suzano fecharam o ano cotadas a R\$ 60,11/ação (SUZB3) e US\$ 10,80/ação (SUZ).

SUSTENTABILIDADE

Para garantir a contínua evolução de suas práticas ESG, a Companhia possui um Comitê de Sustentabilidade, que assessora o Conselho de Administração. As recomendações deste Comitê continuaram a ser em 2021 essenciais para a evolução dos compromissos e posicionamentos institucionais, metas de longo prazo e na frente de finanças sustentáveis.

O ano de 2021 também foi marcado pela contratação da nova diretora executiva de sustentabilidade, Sra. Cristina Gil White, que passou a atuar na Companhia a partir de outubro, em substituição à Maria Luiza de Oliveira Pinto e Paiva.

A Suzano, acompanhando o importante crescimento da relevância da temática ESG em 2021 que foi marcado por avanços regulatórios, aumento da demanda por transparência e padronização, avançou em diversas frentes e na continuidade de projetos já em andamento. A divulgação de seu Relatório Anual 2020 e Central de Indicadores, divulgados em maio de 2021, foram construídos seguindo os temas materiais da empresa, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, GRI, as recomendações da *Task Force on Climate-Related Financial Disclosure* (TCFD), e, como evolução, em aderência aos padrões de divulgação do *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB) e às recomendações do *World Economic Forum* (WEF).

Reconhecendo a importância de ampliar publicamente o engajamento com suas partes interessadas sobre seu desempenho em temas ESG, em junho a Suzano realizou seu primeiro ESG Call, evento dedicado a aprofundar a prestação de contas sobre o avanço de suas metas de longo prazo – chamadas de Compromissos para Renovar a Vida; bem como para anunciar um novo compromisso sobre Biodiversidade. O evento contou com a participação externa de Pavan Sukhdev – economista ambiental que é referência global em economias verdes.

Ciente de que o desempenho da Suzano nos principais índices e ratings ESG podem influenciar a percepção e as decisões de algumas de suas partes interessadas, sobretudo de investidores, a Companhia conquistou em 2021 avanços importantes, tendo como principal destaque a nota “A-” nos três questionários do CDP (Clima, Florestas e Água). Adicionalmente, a Suzano manteve sua participação no Índice de Sustentabilidade Empresarial 2021 (ISE) e no Índice de Carbono Eficiente da B3 (ICO₂ B3). Para 2022, a Suzano continuará a atuar em seus planos de ação internos visando evoluir cada vez mais nos principais índices internacionais, como Dow Jones Sustainability Index (DJSI), Sustainalytics e MSCI.

Compromissos para Renovar a Vida

No que se refere à gestão da governança dos Compromissos para Renovar a Vida (metas de longo prazo), fortalecemos a atuação dos grupos de trabalhos internos e consolidamos no âmbito da Diretoria Executiva um Fórum Estratégico responsável pelo acompanhamento dos compromissos; bem como índices e ratings ESG.

Dois grandes destaques no ano de 2021 nesta frente foram:

A antecipação em 5 anos do atingimento da meta de remoção de 40 milhões de toneladas de carbono, de 2030 para 2025, dada a urgência climática.

O lançamento de uma ambiciosa meta de longo prazo para a conservação da biodiversidade na qual a Companhia se compromete, até 2030, a conectar meio milhão de hectares de áreas prioritárias para a preservação nos biomas Cerrado, Mata Atlântica e Amazônia – o que equivale a quatro vezes a cidade do Rio de Janeiro.

Social

Continuamos em 2021 a viver o cenário da pandemia de COVID-19 que seguiu nos levando a discussões importantes de como a Companhia vê o seu papel na sociedade. Adicionalmente, questões sociais como desigualdade econômica, diversidade e inclusão nunca foram tão discutidas internamente, que por sua vez revelaram-se essenciais para o avanço nos temas. Na agenda de diversidade e inclusão, vale destacar o letramento racial da diretoria, o compromisso de garantir ao menos 50% de pessoas negras e/ou mulheres nas etapas finais de entrevistas e garantia de inclusão de todas as deficiências, além de diversos treinamentos e conteúdos sobre o tema e o engajamento junto à cadeia de fornecedores.

A Suzano também seguiu materializando seu direcionador de cultura “Só é bom para nós se for bom para o mundo”, e continuou priorizando sempre a saúde de seus colaboradores, seguindo protocolos rígidos e adição de novas práticas de saúde e segurança, com apoio psicológico e médico, adotando para todos os colaboradores possíveis o trabalho em esquema de *home office* bem e para colaboradores cuja presença era indispensável nas operações, todas as ações possíveis e necessárias para reduzir todos os riscos de contaminação. Seguimos apoiando as comunidades prioritárias e a todos as partes interessadas impactadas pela pandemia, sempre com foco na sustentabilidade, saúde e segurança de todos

A Suzano vem avançando nos últimos anos na promoção da transformação social, por meio do desenvolvimento de frentes estruturais, como a geração de renda e a melhoria da qualidade da educação atualmente em 8 estados brasileiros onde temos operações florestais e industriais. Em 2021, concentramos esforços no desenvolvimento de novas metodologias – como o conceito e desenvolvimento de Territórios Resilientes, além de dar continuidade aos programas e projetos que já vinham sendo trabalhados nas comunidades, como o Programa de Desenvolvimento Rural Territorial (PDRT) e o Colmeias.

Como parte dos projetos associados à meta de longo prazo de educação, a Suzano vem contribuindo para melhorar a qualidade do ensino público no Brasil por meio do Programa Suzano de Educação (PSE). Em 2021, a iniciativa foi ampliada, passando de 25 para 34 municípios atendidos em apenas um ano.

No âmbito do Projeto Cerrado, a Suzano prevê diversas iniciativas sociais na região, visando a geração de renda, empregos e a melhoria da infraestrutura local. Como destaque temos cursos de formação oferecidos para as comunidades, visando a capacitação para atuação nas próprias unidades da Suzano e inserção no mercado local.

Mudanças Climáticas

Em linha com a urgência climática e a materialidade das mudanças climáticas ao modelo de negócio da Suzano, a empresa procura integrar este tema transversalmente e continuar avançando através da potencialização da remoção de carbono em seus plantios comerciais e florestas nativas, reduções de nossas emissões por meio de novas tecnologias e modernização de processos, além da mitigação dos riscos e mapeamento das oportunidades econômicas.

O modelo de negócios da Companhia resulta em um volume maior de captura de carbono comparado às emissões, alcançando emissões líquidas de carbono negativas. Em 2020¹, por exemplo, tivemos uma

remoção de mais de 18 milhões de toneladas de CO₂ equivalente e emissões de 3,7 milhões de toneladas de CO₂ equivalente (escopos 1, 2 e 3), atingindo emissões líquidas negativas de 15,2 milhões de toneladas.

Em setembro de 2021, a Suzano aderiu à campanha *Business Ambition for 1.5°C* e ao *Science Based Target Initiative* (SBTi). Ao aderir a tais iniciativas, a Suzano se comprometeu a estabelecer, em um prazo de até dois anos, uma meta de redução de emissões que limita o aquecimento global a até 1.5°C. A Companhia também estabeleceu com a SBTi o compromisso de contribuir ativamente na evolução das metodologias aplicáveis ao setor de papel e celulose.

É oportuno mencionar que de acordo com metodologias como o *Transition Pathway Initiative* (TPI) e *Trucost ESG Analysis* sobre o Acordo de Paris, a Suzano já se encontra em um cenário abaixo de 2°C, e apresenta um dos menores indicadores de intensidade de emissões (escopos 1 e 2) por tonelada de produto do setor. Ainda assim, através da adesão acima citada está comprometida em aumentar ainda mais sua ambição e a velocidade da sua jornada de descarbonização. Nesse sentido, a Companhia também já aderiu à iniciativa *Climate Action 100+* e passou a incorporar a iniciativa *Assessing low-Carbon Transition* (ACT) para o setor de papel e celulose.

Em 2021, a Suzano estruturou o processo relacionado a créditos de carbono, com a análise de elegibilidade de áreas potenciais, adequação às diferentes metodologias e aos processos para implantação e monitoramento. A Companhia identificou um potencial de 22 milhões de toneladas de carbono a ser monetizado, conforme divulgado ao mercado.

Em novembro, a Companhia esteve presente na COP26, em Glasgow, dedicando-se a contribuir ativamente com o debate e as negociações climáticas.

Soluções baseadas em natureza

As Soluções Baseadas na Natureza são parte indissociável da construção de um futuro mais sustentável e a Suzano visa sempre incorporar essas soluções dentro do seu modelo de negócios que gera valor para todas as partes interessadas. As mudanças climáticas e a perda da biodiversidade são emergências globais que exigem esforços imediatos e efetivos por parte das instituições públicas e privadas e por isso a empresa vem participando ativamente de iniciativas como o TNFD, Business for Nature e 1t.org.

Cadeia de Suprimentos

Em 2021, como parte do seu Programa Compras Sustentáveis, a Companhia criou duas frentes com seus fornecedores: (1) Mudanças Climáticas na Cadeia de Valor, no qual convidou 100 fornecedores estratégicos para estabelecer e mensurar metas relacionadas às mudanças climáticas a fim de trilhar uma jornada de descarbonização da cadeia, e (2) Compras Inclusivas, programa que contou com mais de 500 fornecedores, e que busca engajar a nossa cadeia na adoção de práticas de diversidade e inclusão, promovendo o aumento de representantes de grupos historicamente minorizados entre os colaboradores terceirizados da empresa. A Suzano também divulgou o Código de Conduta do Fornecedor, formalizando diretrizes específicas para temas como integridade nas relações comerciais e trabalhistas, proteção ambiental, direitos humanos e diversidade.

Finanças Sustentáveis

O ano de 2021 foi de continuidade nos avanços na integração da estratégia de sustentabilidade com a gestão de dívidas da Companhia, com a realização de três novas operações atreladas a metas de sustentabilidade que resultaram em um menor custo de capital para empresa.

Em fevereiro de 2021, a Suzano assinou um contrato de pré-pagamento de exportação no formato de *Sustainability-Linked Loan* (SLL) no montante de US\$ 1,57 bilhão ao custo de Libor + 1,15% ao ano com vencimento final em 2027. Tal operação possui indicadores de performance ambientais associados à metas de redução de intensidade de emissões de gases de efeito estufa e redução da intensidade de água captada nas operações industriais.

Em junho, a Suzano realizou uma nova operação no formato de *Sustainability-Linked Bonds* (SLB), no valor de US\$ 1 bilhão, com *yield* de 3,280% ao ano e cupom de 3,125% ao ano, com vencimento em 2032. Esta operação está atrelada ao compromisso assumido pela empresa de ampliar a diversidade de gênero em cargos de liderança da organização, tornando-se a primeira empresa da América Latina a atrelar uma emissão de dívida à uma meta de Diversidade e Inclusão. Além de tal compromisso, a Suzano se comprometeu a reduzir a intensidade de água captada nas operações industriais.

Já em setembro, a Suzano emitiu também com sucesso um novo SLB de US\$ 500 milhões atrelado aos mesmos indicadores da operação de junho de 2021. Os títulos emitidos tiveram, segundo informações de mercado, a menor taxa histórica até então para uma emissão de empresa brasileira no prazo de 7 anos, com *yield* de 2,7% ao ano e cupom de 2,5% ao ano.

Desde 2020 foram realizadas 4 operações de dívida, sendo três SLBs e um SLL, representando uma captação superior a US\$ 4,25 bilhões. Com estas operações, além de emissões anteriores de *green bonds*, a Suzano já possui 39% de sua dívida atrelada a compromissos ESG. No final de 2019, essa participação era de apenas 3%.

¹ Os dados de 2021 serão divulgados no 2T22.

GOVERNANÇA

A Companhia é parte desde 2017 do segmento especial de listagem Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e desde 2018 suas ações são também negociadas por meio de *American Depositary Receipts* (ADRs) Nível II na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE). Diante desse amplo ambiente regulatório em que a Companhia está inserida, a Suzano é comprometida com as melhores práticas de governança corporativa, como por exemplo do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC, da Comissão de Valores Mobiliários, da Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos e da própria B3 e NYSE.

A Companhia apresenta uma estrutura de governança consistente e efetiva que atua de maneira clara, transparente e fundamentada para amparar o processo decisório e para tratamento equânime e de proteção de seus acionistas, da Companhia e do mercado em geral.

Em sua missão, o Conselho de Administração mantém uma ampla visão, contando com a valiosa participação e apoio de outros órgãos da estrutura da Companhia, a saber, a Assembleia Geral de Acionistas, a Diretoria Executiva, o Comitê de Auditoria Estatutário, o Conselho Fiscal, a Auditoria externa e interna e, ainda, comitês não estatutários de assessoramento, sendo estes os Comitês de Sustentabilidade, Gestão e Finanças, Estratégia e Inovação, Pessoas, Remuneração e Elegibilidade. Além do apoio dos diversos órgãos de administração, fiscalização e assessoramento, o Conselho de Administração dispõe de ferramentas diversas que o auxiliam em suas atividades de governança, com destaque para o Código de Conduta da Companhia e as diversas políticas adotadas pela Companhia, todas em linha com o Estatuto Social, que procuram sintetizar os princípios adotados em termos de governança corporativa ao mesmo tempo em que promovem a disseminação desses princípios e práticas nas mais diversas frentes de governança. São exemplos dessas políticas, a Política de Governança Corporativa, a Política de Partes Relacionadas, a Política de Gestão Integrada de Riscos, a Política Anticorrupção, a Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante, a Política de Negociação de Valores Mobiliários a Política de Endividamento e a Política de Gestão de Derivativos.

Por meio desse modelo de gestão e controle com a participação de todos os órgãos e a utilização dos mecanismos e ferramentas acima citados, assim como do *disclosure* e garantia de transparência de informações por meio do Formulário de Referência, Formulário 20-F, Informe de Governança e diversos materiais divulgados no website de Relações com Investidores, a Companhia busca preservar a observância dos princípios fundamentais de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa perante seus *stakeholders* e, simultaneamente, promover o aperfeiçoamento contínuo de sua governança corporativa.

No ano de 2021, a jornada de evolução contínua da Companhia teve como destaques o aprimoramento de sua Política de Governança Corporativa no âmbito do Conselho de Administração, que passou a incorporar: (i) a responsabilidade formal do órgão sobre temas ESG e gestão de riscos; (ii) requerimento de atendimento mínimo às reuniões; e (iii) avaliação regular de desempenho.

Como um importante avanço também de governança, vale mencionar que todas as metas de longo prazo assumidas pela Companhia foram parte integrante da remuneração variável individual de pelo menos um diretor executivo, tendo sido as metas de Diversidade e Inclusão incluídas como meta coletiva para toda a liderança.

AUDITORIA E CONTROLES INTERNOS

O processo de Gestão de Controles Internos da Suzano é estruturado e abrange a Administração, incluindo os Comitês e Comissões que assessoram o Conselho de Administração e a Diretoria, as Gerências e todos os colaboradores da Companhia, com o propósito de permitir a condução mais segura, adequada e eficiente dos negócios, em linha com as regulamentações estabelecidas.

Baseados na revisão anual, ou quando requerida, os fluxos de processos são continuamente validados e os testes de aderência regularmente aplicados para aferir a efetividade dos controles internos chaves existentes versus os riscos a que a Suzano está exposta. A Companhia sistemicamente aplica a metodologia do *Control Self Assessment* (CSA), uma solução integrada que auxilia a documentar, periodicamente, o desempenho dos controles relacionados às demonstrações financeiras e à gestão, focando nas obrigações chaves ao negócio, contribuindo com o monitoramento permanente ao estrito respeito às leis, normas e regulamentos, políticas e procedimentos, assim como na implementação dos planos de contingência, garantindo a devida segregação de função e evitando o conflitos de interesses.

Anualmente, a Companhia revisa os seus processos e controles, atualizando 100% da matriz de riscos e controles associados à exposição de eventuais fragilidades na recertificação SOx, nos processos chaves de Gestão e de Compliance. Em 2021, foram reestruturados os treinamentos presenciais e o *e-learning*, reforçando o comportamento esperado à luz da Cultura de Controles Internos, com foco nas leis Sarbanes-Oxley (SOx), LSA e nas regras específicas às FPIs, considerando os temas de Anticorrupção e de Prevenção à Perdas e Fraude.

Também em 2021, foi aperfeiçoada a rotina checagem prévia pela equipe de Gestão de Controles Internos aos testes de efetividade (TOE) realizado pela auditoria interna, o que reforçou a maturidade, a consistência na execução dos controles e a mitigação dos riscos associados. Com o objetivo dar mais agilidade e a assertividade no andamento das ações relacionadas ao ambiente de controles, foi desenvolvida internamente uma solução para monitorar e reportar à Alta Administração o status dos principais temas que possam ter algum impacto na recertificação SOx da Companhia, solução esta que trouxe uma visão consolidada, favorecendo a gestão dos prazos e priorização das ações pertinentes junto aos responsáveis das áreas de negócios para que os riscos sejam mitigados no tempo e na qualidade requerida.

Desta forma e corroborando com a conformidade do ambiente, os controles internos são revisados e testados pela área de Gestão de Controles Internos, avaliados pela Auditoria Interna Suzano e avaliados pela Auditoria Externa independente, com resultados reportados periodicamente à Diretoria Executiva, ao Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria Estatutário e ao Conselho Fiscal, através de agenda mínima anual estabelecida com estes órgãos de governança.

No caso de violação às regras internas e às exigências externas, são aplicadas orientações disciplinares e/ou medidas corretivas de acordo com política específica estabelecida e por área independente. Se necessário, estas violações são submetidas ao Comitê de Gestão de Conduta, órgão de assessoramento à Administração.

Em atendimento à Seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley, a eficácia dos controles internos relacionados às informações financeiras é baseada nos critérios estabelecidos no *Internal Control - Integrated Framework*, definido pelo *The Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO). As

avaliações são realizadas internamente pela Companhia e suportadas por auditor independente, PwC *PricewaterhouseCoopers*, o qual avaliou os controles chaves, e estes encontram-se adequados e não foram identificadas deficiências significativas e/ou materiais ou observações que comprometam a certificação da Companhia. Tais resultados são apresentados sistematicamente aos órgãos de governança estabelecidos na Companhia.

PESSOAS

Jornada em Evolução

Seguimos na jornada de melhorar a experiência do colaborador com o projeto iniciado em 2019, chamado HRX (*Human Resources eXperience*). Nele a Suzano incentivou a troca de ideias para a criação conjunta de uma jornada única do colaborador na organização. Ao longo de 2021, aprimoramos o modelo, com o foco na retenção do colaborador oferecendo novas trilhas de desenvolvimento para operação, além de aceleração de carreira nas diferentes áreas da empresa.

Foi no ano de 2021 que também lançamos o projeto Gente Presente, que cuida. Iniciativa que traz um olhar de proximidade do time de Gente e Gestão na operação em um momento tão desafiador para o mundo e para nossos colaboradores em função da pandemia da Covid-19. O Gente Presente, vem focando no atendimento de excelência pela área de Gente & Gestão, de forma eficiente, solucionando e cuidando das demandas do colaborador de uma maneira humanizada e acolhedora, junto aos temas de saúde e segurança.

Na mesma linha que o projeto acima, seguimos na evolução dos processos da operação da área de Gente e Gestão com o Evoluir. Uma iniciativa que foca na desburocratização e simplificação dos processos de gente, com a troca da folha Suzano, que em breve rodará 100% em *cloud*, com automatizações importantes que trarão maior eficiência e controle.

Em resumo, seguimos na nossa transformação digital e incorporando em nosso dia-a-dia os princípios de: agilidade, experiência centrada no colaborador, orientação por dados, desburocratização, desenvolvimento e habilidades para o futuro.

Futuro do Trabalho

O ano de 2021 seguiu sendo desafiador, nos forçando a trazer uma nova perspectiva de como será a relação do trabalho pós-pandemia. Fizemos movimentos importantes para reconhecer nossos talentos que continuaram operando em nossas fábricas no momento de pandemia e para o corporativo trouxemos novos conceitos de flexibilidade com modelos híbridos de trabalho.

Para reforçar esse novo momento, lançamos o projeto Novo Melhor, porque entendemos que o novo pode sim ser melhor. Nessa iniciativa priorizamos 5 pilares: Bem-Estar e Equilíbrio, Comunicação e Transparência, Digital e Gestão do Tempo, Nova liderança e Cultura (focando em autonomia) e Futuro do Trabalho. Esse foi um trabalho conjunto com os líderes, em que discutimos como cada iniciativa poderia impactar esse novo modelo de trabalho.

Visão de Desenvolvimento e Retenção

Tivemos lançamentos de programas importantes com o grande desafio de desenvolver mão de obra para nossas operações atuais e futuras (como o projeto Cerrado). Lançamos 2 grandes programas em parceria com o sistema 5 S chamado Capacitar (com foco na industrial) e o Cultivar (com foco na Florestal), objetivando a formação de base e aceleração do desenvolvimento dos níveis operacionais, tanto para aumento de senioridade como para sucessão.

Na liderança, fizemos um grande lançamento da aceleração de treinamento e formação da 1ª liderança, para suportar o crescimento da empresa. Revisitamos o programa ELOS (Exercer a Liderança com o Olhar Suzano) em que trazemos uma formação de *Life Long Learning*, não apenas com capacitação acadêmica e projetos práticos, mas também experiência de troca entre pares e referências de mercado sobre temas técnicos e de novos atributos para o líder do futuro, garantindo nossa linha de sucessão com pool de talentos suficiente para suportar o crescimento da Companhia.

O Valor da Diversidade

Diversidade segue sendo um valor importante da organização. A Suzano acredita que um ambiente de trabalho que preza pela diversidade, onde as pessoas se sentem realmente acolhidas, com respeito e ética, está muito mais apto a desenvolver a potencialidade de seus colaboradores e, assim, da própria empresa em sua totalidade. É na pluralidade de nosso time que temos mais condições de compreender as diferentes demandas do mercado e da sociedade.

Esta é uma crença que vem se enraizando com mais vigor na Companhia desde a criação do [Plural](#), um movimento orgânico e voluntário iniciado em 2016, institucionalizado em 2019, que avançou ainda mais em 2021. O movimento busca encorajar o público interno a criar e participar das discussões sobre diversidade e inclusão, identificar problemas, buscar soluções e apoiar a alta liderança a manter no radar da Companhia questões importantes sobre os temas.

Neste ano focamos tanto na atração de públicos mais diversos quanto na retenção e aceleração desses grupos minoritários dentro da organização. Evoluímos nas pesquisa de ambiente inclusivo e lançamos programas como ELOS D+ focado na aceleração das carreiras de mulheres e negros na organização, o AfroDev focando em jovens negros para a área de Tecnologia (futuros programadores), o Somar+ focado em formação de pessoas com deficiências e o Programa da 1ª Formação que são jovens em que são o primeiro da família a terem graduação.

Ainda que a Suzano venha avançando em sua jornada de diversidade e inclusão nos últimos anos, a Companhia está consciente de que ainda há um caminho longo a percorrer até atingir um patamar satisfatório no que se refere à igualdade de raça, gênero e de oportunidades em seu ambiente de trabalho e alcançar seu objetivo de garantir um ambiente 100% inclusivo e livre de discriminação. Para 2022 seguiremos mais fortes, seguiremos juntos.

Novo recorde de EBITDA trimestral contribui para maior EBITDA da história em 2021 Alavancagem cai para 2,4x, menor patamar pós-fusão

São Paulo, 9 de fevereiro de 2022. Suzano S.A. (B3: SUZB3 | NYSE: SUZ), uma das maiores produtoras de celulose e integradas de papel do mundo, anuncia hoje os resultados consolidados do 4º trimestre de 2021 (4T21).

DESTAQUES

- Vendas de celulose de 2.722 mil ton (+2% vs. 4T20).
- Vendas de papel de 371 mil ton (+5% vs. 4T20).
- EBITDA Ajustado¹ e Geração de caixa operacional²: R\$ 6,4 bilhões e R\$ 4,8 bilhões, respectivamente.
- EBITDA Ajustado¹/ton de celulose em R\$ 2.114/ton (+59% vs. 4T20).
- EBITDA Ajustado¹/ton³ de papel em R\$ 1.619/ton (+32% vs. 4T20).
- Preço médio líquido de celulose – mercado externo: US\$ 630/ton (+38% vs. 4T20).
- Preço médio líquido de papel³ de R\$ 5.109/ton (+24% vs. 4T20).
- Custo caixa de celulose sem paradas de R\$ 747/ton (+20% vs. 4T20).
- Queda da alavancagem para 2,4x em USD e 2,5x em BRL.

Dados Financeiros Consolidados (R\$ milhões)	4T21	3T21	Δ Q-o-Q	4T20	Δ Y-o-Y	2021	2020	Δ Y-o-Y
Receita Líquida	11.470	10.762	7%	8.013	43%	40.965	30.460	34%
EBITDA Ajustado ¹	6.355	6.310	1%	3.965	60%	23.471	14.949	57%
Margem EBITDA Ajustado ¹	55%	59%	-3 p.p.	49%	6 p.p.	57%	49%	8 p.p.
Resultado Financeiro Líquido	(2.657)	(7.765)	-66%	6.238	-	(9.347)	(26.086)	-64%
Resultado Líquido	2.313	(959)	-	5.914	-61%	8.636	(10.715)	-
Geração de Caixa Operacional ²	4.809	5.204	-8%	2.981	61%	18.819	11.543	63%
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado ¹ (x) (R\$)	2,5 x	2,8 x	-0,3 x	4,3 x	-1,8 x	2,5 x	4,3 x	-1,8 x
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado ¹ (x) (US\$)	2,4 x	2,7 x	-0,3 x	4,2 x	-1,8 x	2,4 x	4,2 x	-1,8 x

Dados Operacionais (mil ton)	4T21	3T21	Δ Q-o-Q	4T20	Δ Y-o-Y	2021	2020	Δ Y-o-Y
Vendas	3.093	3.010	3%	3.017	3%	11.880	12.000	-1%
Celulose	2.722	2.673	2%	2.663	2%	10.586	10.823	-2%
Papel ³	371	336	10%	354	5%	1.294	1.177	10%

¹Desconsidera itens não recorrentes. | ²Considera o EBITDA Ajustado menos o capex de manutenção (regime caixa) | ³Considera os resultados da Unidade de Bens de Consumo.

As informações trimestrais consolidadas foram preparadas de acordo com as normas da CVM e os CPCs, e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As informações operacionais e financeiras são apresentadas com base em números consolidados em Reais (R\$). Os somatórios podem divergir devido a arredondamentos. Os dados não financeiros, tais como volume, quantidade, preço médio, cotação média, em Reais e em Dólares, não foram objeto de exame dos auditores independentes.

SUMÁRIO EXECUTIVO

O ano de 2021 apresentou os melhores resultados de nossa história, marcado por importantes avanços em nossa estratégia. Em um contexto de restrições logísticas nas cadeias globais e baixa disponibilidade de celulose no mercado, a significativa recuperação do preço da celulose e o forte volume de vendas foram característicos ao longo do ano, o que suportou um crescimento de 59% no EBITDA deste segmento em 2021, apesar da pressão sobre o custo caixa de produção, em grande parte afetado pela alta global dos preços das commodities. No segmento do papel, o EBITDA foi recorde, impulsionado pelo desempenho operacional e significativa melhora do ambiente de negócios, à despeito da elevação dos custos.

No que se refere à gestão financeira, ao longo de 2021 a Companhia reduziu sua dívida líquida em USD em 15% e concluiu o ciclo de desalavancagem pós-fusão, encerrando o ano com alavancagem de 2,4x em dólar, medida pela dívida líquida/EBITDA Ajustado dos últimos doze meses. A expressiva queda do endividamento associada ao aumento da posição de liquidez, fortalecem ainda mais o sólido balanço da Suzano para o novo ciclo de investimento referente ao Projeto Cerrado, aprovado pelo Conselho de Administração em outubro. A nova planta terá capacidade nominal de 2,55 milhões de toneladas, com estimativa para entrada em operação no segundo semestre de 2024.

Em relação à agenda ESG, importantes avanços continuaram a ocorrer no quarto trimestre do ano, como por exemplo o anúncio pela Companhia de antecipação da meta de sequestro de carbono de 40 milhões de toneladas para 2025, antes prevista para 2030. Ainda neste tema, a Suzano participou ativamente na 26ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas em Glasgow, dedicando-se a contribuir em discussões de diversas temáticas associadas à urgência climática. Vale destacar também o desempenho obtido no CDP (*Carbon Disclosure Project*), no qual a Suzano avançou para nota "A-" nas 3 avaliações (Água, Floresta e Clima). Além disso, a Suzano foi novamente selecionada para o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3, que hoje reúne 34 companhias.

DESEMPENHO DO NEGÓCIO DE CELULOSE

VOLUME DE VENDAS E RECEITA DE CELULOSE

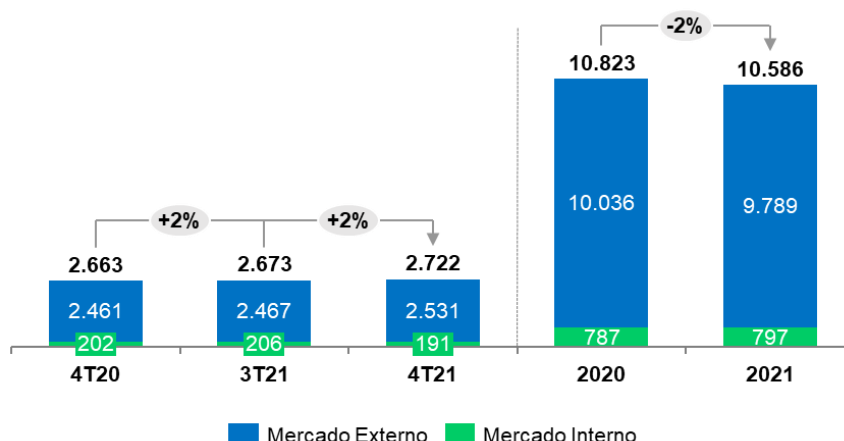
O último trimestre do ano apresentou uma forte demanda de celulose globalmente. Na Europa e na América do Norte, a demanda de celulose foi suportada por um cenário de sólida performance nos segmentos de papel. O consumo de papéis sanitários seguiu a retomada observada no 3T21. Além disso, o segmento de Imprimir e Escrever permaneceu aquecido suportado pela menor oferta, à medida em que a continuidade da crise logística global restringiu o abastecimento via importação acompanhado de um aquecimento econômico pelo lado da demanda. Na China, após as restrições de energia que impactaram a indústria em setembro e outubro, observou-se uma retomada dos patamares de produção de papel que, associada à restocagem de produto acabado que habitualmente antecede o Ano Novo chinês e neste ano as Olimpíadas de Inverno de Pequim, refletiu numa recuperação de preços iniciada ao final de novembro.

Do lado da oferta, a entrada de volume de produção via novos projetos de celulose, embora aquém do esperado, conjugado ao arrefecimento da economia chinesa, impactou negativamente o ambiente de preços durante a primeira metade do trimestre. Entretanto, um cenário de paradas não programadas associado a uma cadeia logística ainda mais desafiadora contribuíram para uma recuperação de preços a partir do fim de novembro. Na Europa e na América do Norte, o balanço entre oferta e demanda manteve-se estável durante todo o trimestre. Neste contexto, os índices PIX/FOEX da celulose de fibra curta registraram queda de 13% no mercado chinês e estabilidade em patamares de alta histórica na Europa quando comparados ao trimestre anterior.

Adicionalmente, a manutenção da diferença entre os preços da celulose de fibra longa e curta em patamares elevados seguiu incentivando um movimento importante de substituição entre fibras. De acordo com o PIX/FOEX, a diferença entre os preços das fibras longa e curta ao fim do trimestre foi de US\$ 120/t na Europa e US\$ 179/t na China.

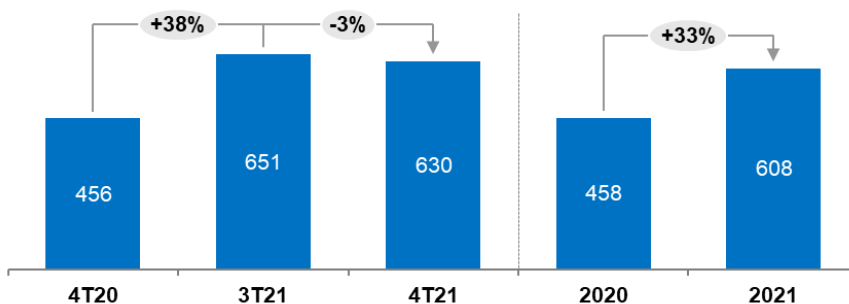
Neste contexto, as vendas de celulose da Suzano totalizaram 2.722 mil toneladas, apresentando uma alta de 2% em relação ao 3T21 e 4T20.

Volume de Vendas de Celulose (mil ton)



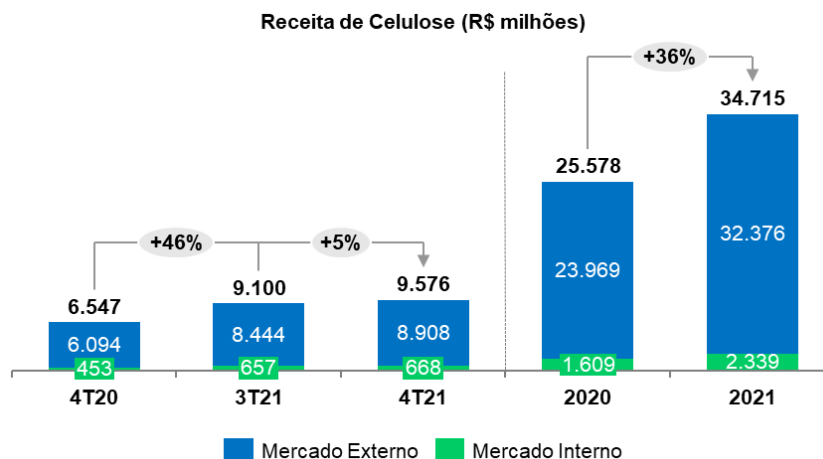
O preço líquido médio em USD da celulose comercializada pela Suzano foi de US\$ 630/t, representando uma queda de 3% frente ao 3T21, enquanto a redução do índice PIX/FOEX na China foi de 13% no mesmo período. Em relação ao 4T20, o aumento de 38% ocorreu em função da elevação do preço da celulose no mercado internacional. O preço médio líquido no mercado externo ficou em US\$ 630/t (frente a US\$ 654/t no 3T21 e US\$ 459/t no 4T20).

Preço Médio Líquido (USD/t)

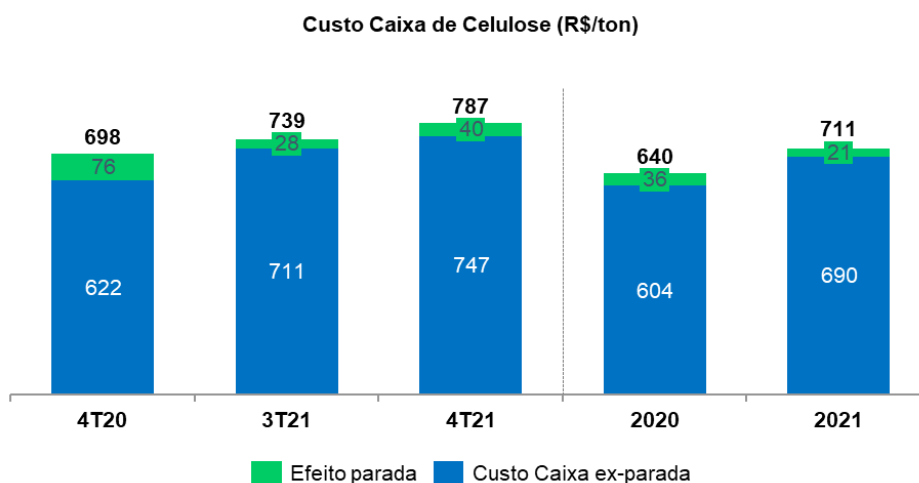
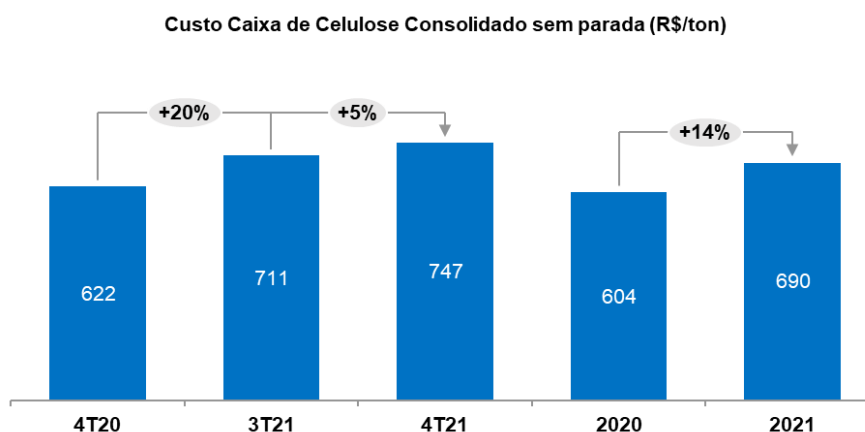


O preço líquido médio em Reais foi de R\$ 3.517/ton no 4T21, um aumento de 3% em relação ao 3T21, em função da valorização de 7% do USD médio em relação ao BRL. Na comparação com o mesmo período do ano anterior, a elevação foi de 43%, acompanhando a performance do preço no mercado internacional.

A **receita líquida de celulose** teve um aumento de 5% em relação ao 3T21, em função da valorização do USD médio frente ao BRL (7%) e do maior volume vendido (+2%), parcialmente compensado pelo menor preço líquido em USD (-3%). Em relação ao 4T20, a receita foi 46% superior devido ao melhor preço em USD (+38%), crescimento de 2% no volume vendido e valorização do USD médio frente ao BRL de 3%.



CUSTO CAIXA DE CELULOSE



O **custo caixa sem paradas** do 4T21 ficou em R\$ 747/t, 5% superior vs. o 3T21 em decorrência: i) maior custo com insumos, sobretudo em função do maior preço dos químicos (com destaque para a soda cáustica dada alta nos preços internacionais e dióxido com o aumento de encargos de energia), impacto do *Brent* sobre energéticos (principalmente gás natural), e ii) da elevação do custo com madeira, em função do maior custo com transporte, em grande parte devido à elevação do preço do diesel. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo melhor resultado de utilidades. A Suzano beneficiou-se de sua estratégia no

mercado de energia em um contexto de crise hídrica com impacto maior no custo caixa na comparação com o trimestre anterior.

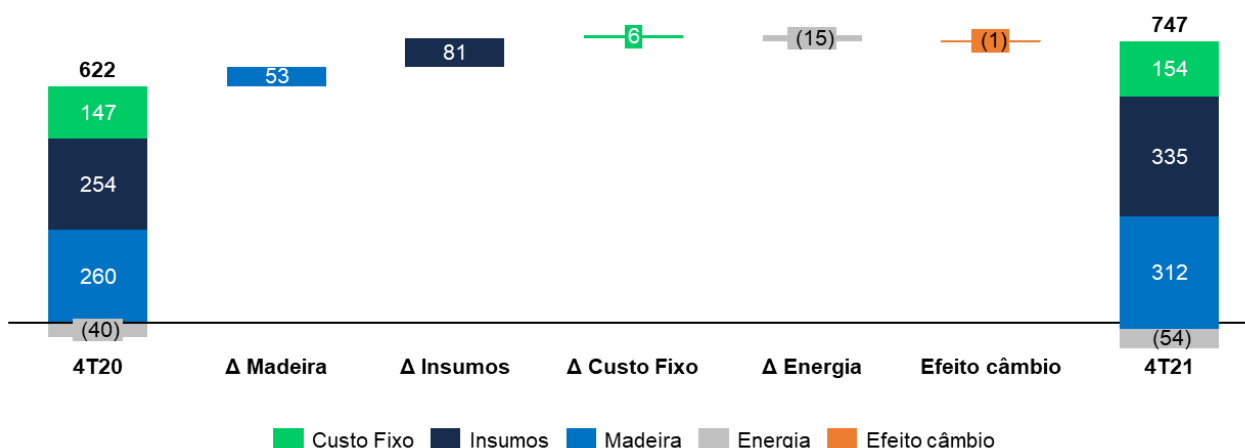
Custo Caixa de Celulose consolidado sem parada (R\$/ton)¹



¹Exclui o efeito de paradas gerais para manutenção e paradas administrativas.

O custo caixa sem paradas do 4T21 foi 20% superior em relação ao 4T20, em função de: i) elevação do custo com insumos, em função de maiores preços de energéticos (maiores preços de gás natural e óleo devido à alta do *Brent*), maiores preços de químicos (sobretudo soda cáustica em função do aumento dos preços internacionais e do dióxido de cloro, por sua vez, como resultado do aumento do custo com energia) e maior dispêndio com embalagens decorrente do aumento de preço do aço; ii) maior custo com madeira, devido à elevação do preço do diesel, impactando colheita e transporte; e iii) aumento do custo fixo, em razão do reconhecimento do impacto da pandemia de COVID-19 (antes lançado diretamente no CPV). Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo melhor resultado de utilidades, conforme mencionado anteriormente.

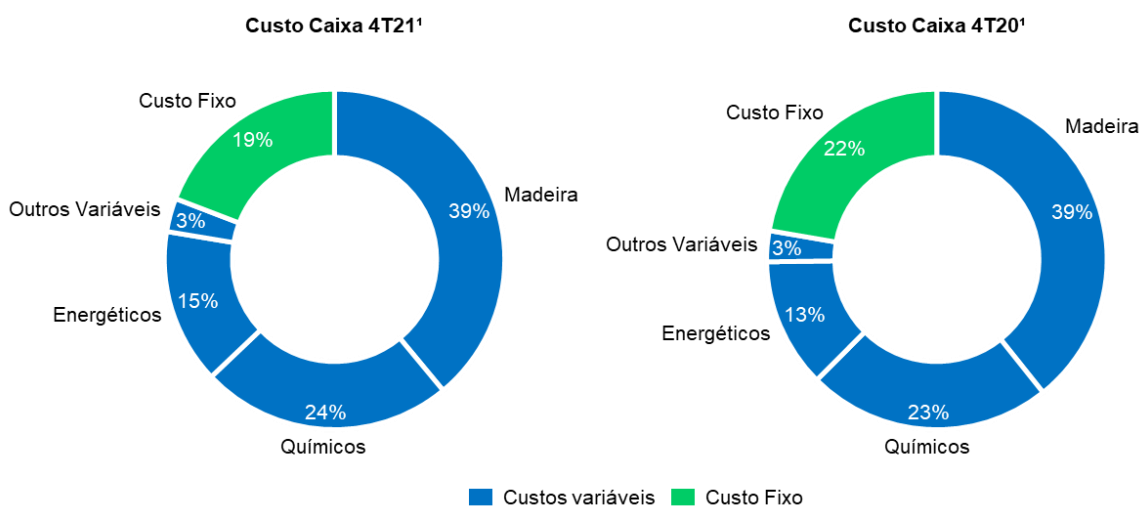
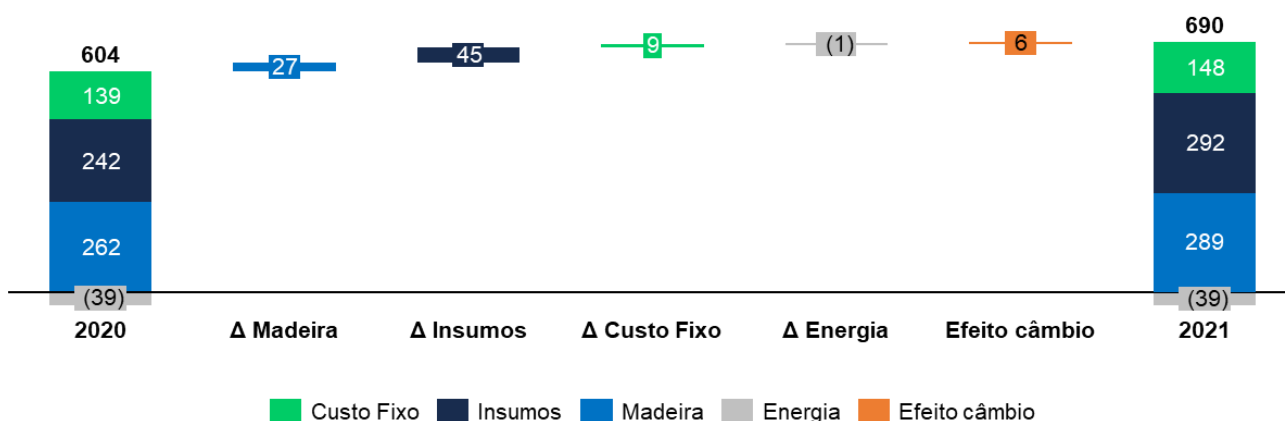
Custo Caixa de Celulose consolidado sem parada (R\$/ton)¹



¹Exclui o efeito de paradas gerais para manutenção e paradas administrativas.

O custo caixa sem paradas de 2021 foi 14% superior quando comparado ao custo caixa de 2020 em função do maior custo com insumos químicos e energéticos, madeira e custo fixo.

Custo Caixa de Celulose consolidado sem parada (R\$/ton)¹



¹Considera o custo caixa sem paradas. Não considera venda de energia.

EBITDA DO SEGMENTO CELULOSE

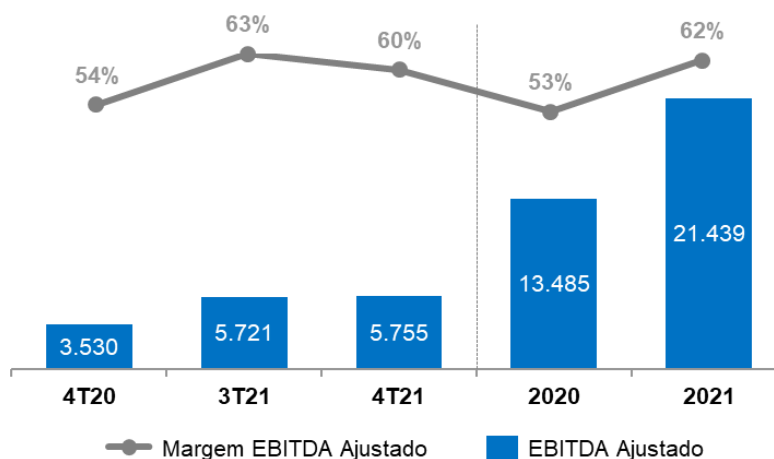
Segmento Celulose	4T21	3T21	Δ Q-o-Q	4T20	Δ Y-o-Y	2021	2020	Δ Y-o-Y
EBITDA Ajustado (R\$ milhões) ¹	5.755	5.721	1%	3.530	63%	21.439	13.485	59%
Volume Vendido (mil ton)	2.722	2.673	2%	2.663	2%	10.586	10.785	-2%
EBITDA Ajustado¹ Celulose (R\$/ton)	2.114	2.140	-1%	1.326	59%	2.025	1.250	62%

¹Desconsidera itens não recorrentes.

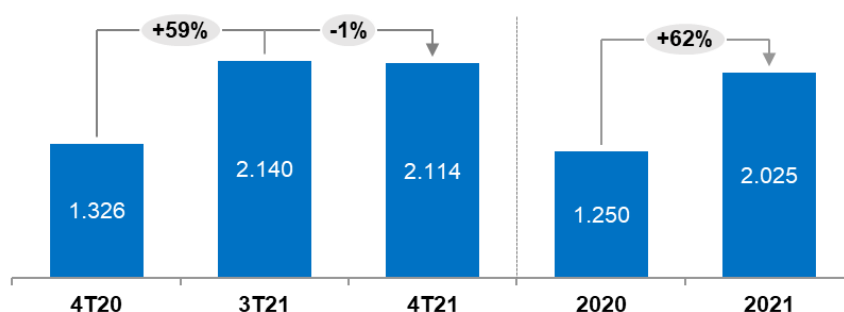
O **EBITDA Ajustado da celulose** ficou estável vs. o 3T21. Os efeitos positivos da valorização do USD médio frente ao BRL de 7% e do maior volume de vendas (+2%) foram compensados pelo i) menor preço médio líquido em USD (-3%); ii) maior CPV base caixa (maior custo de produção, principalmente pelo aumento do preço das commodities atreladas aos insumos, das paradas programadas para manutenção, maior volume e custos logísticos, por sua vez em função do câmbio e do aumento do *Brent*); e iii) maior SG&A, explicado pela elevação das despesas de vendas (em função do aumento do *Brent* e de tarifas logísticas no exterior dado cenário desfavorável, efeito câmbio e maior volume de vendas) e por maiores despesas administrativas, por sua vez, em função da elevação dos gastos com pessoal (remuneração variável) e serviços de terceiros. A queda do EBITDA ajustado por tonelada de 1% é explicada pelo menor preço médio líquido, aumento do CPV base caixa e maior SG&A, parcialmente compensados pelo efeito do câmbio.

Na comparação com o 4T20, a elevação de 63% do EBITDA Ajustado da celulose é principalmente resultado do aumento de 38% no preço médio líquido em USD, maior volume de vendas (+2%) e valorização do USD médio vs. o BRL (+3%), parcialmente compensado sobretudo pelo maior CPV base caixa (maior custo de produção e elevação dos custos logísticos, estes últimos associados ao aumento do preço das commodities - *Brent* e maior volume de vendas). Na análise do EBITDA Ajustado por tonelada, o indicador foi 59% superior, em função do fator preço, parcialmente compensados pela elevação do CPV base caixa e pelo efeito cambial.

EBITDA Ajustado¹ (R\$ milhões) e Margem EBITDA Ajustado (%) de Celulose



EBITDA Ajustado Celulose por tonelada (R\$/t)



¹Desconsidera itens não recorrentes.

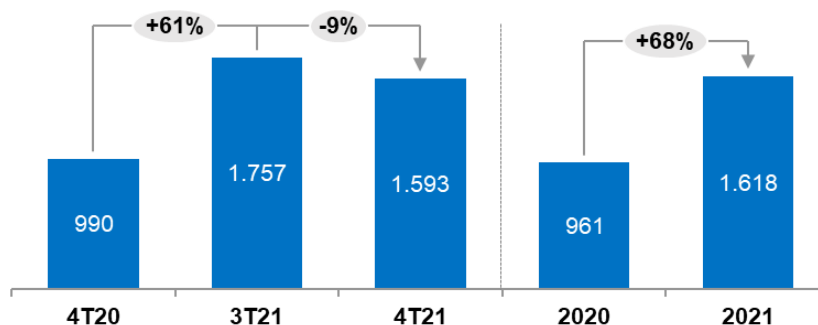
GERAÇÃO DE CAIXA OPERACIONAL DO SEGMENTO CELULOSE

Segmento de Celulose (R\$ milhões)	4T21	3T21	Δ Q-o-Q	4T20	Δ Y-o-Y	2021	2020	Δ Y-o-Y
EBITDA Ajustado ¹	5.755	5.721	1%	3.530	63%	21.439	13.485	59%
Capex Manutenção ²	(1.417)	(1.025)	38%	(894)	59%	(4.315)	(3.124)	38%
Geração de Caixa Operacional	4.338	4.696	-8%	2.636	65%	17.124	10.361	65%

¹Desconsidera itens não recorrentes.

²Regime caixa.

Geração de Caixa Operacional de Celulose por tonelada (R\$/ton)



A **geração de caixa operacional de celulose por tonelada** do segmento de celulose foi 9% inferior ao 3T21, devido ao maior capex de manutenção. Em relação ao 4T20, a elevação de 61% é explicada pelo aumento do EBITDA ajustado por tonelada.

DESEMPENHO DO NEGÓCIO DE PAPEL

Os dados e as análises a seguir incorporam os resultados conjuntos dos negócios de bens de consumo e papel.

VOLUME DE VENDAS E RECEITA DE PAPEL¹

O cenário de 2021 demonstrou que a recuperação da demanda ocorreu em paralelo à evolução da vacinação que levou ao retorno às escolas, escritórios, além de outras atividades presenciais. Adicionalmente, devido aos gargalos logísticos enfrentados ao longo do ano que causaram restrições na oferta de papéis, houve pressão sobre os custos logísticos, bem como aumentos consideráveis de energia elétrica e insumos. O conjunto desses fatores impulsionaram aumentos de preços de papéis nos mercados internacionais e doméstico.

De acordo com os dados publicados pelo IBÁ, (Indústria Brasileira de Árvores), a demanda de imprimir e escrever no Brasil apresentou um crescimento de 6% em relação ao 4T20. Em 2021, em relação ano anterior, houve um aumento de 19% na demanda brasileira de papéis de imprimir e escrever.

Estima-se que no 4T21, cerca de 7% da demanda total do segmento de imprimir e escrever destinou-se às vendas para a indústria de embalagem de papelão. Porém, em 2022, com a regularização da oferta de aparas no mercado, há incertezas sobre a continuidade desta demanda para a linha de imprimir e escrever.

Presume-se que as vendas domésticas da indústria de imprimir e escrever no Brasil sem tal aplicação tenham crescido 8% em 2021 frente a 2020. No 4T21 estima-se uma estabilidade, frente ao 4T20.

A demanda de papelcartão no Brasil cresceu 10% em 2021 em relação ao ano anterior, enquanto na comparação entre o 4T21 e o 4T20, houve redução de 6%, em razão da comparação com período de demanda bastante aquecida em 2020.

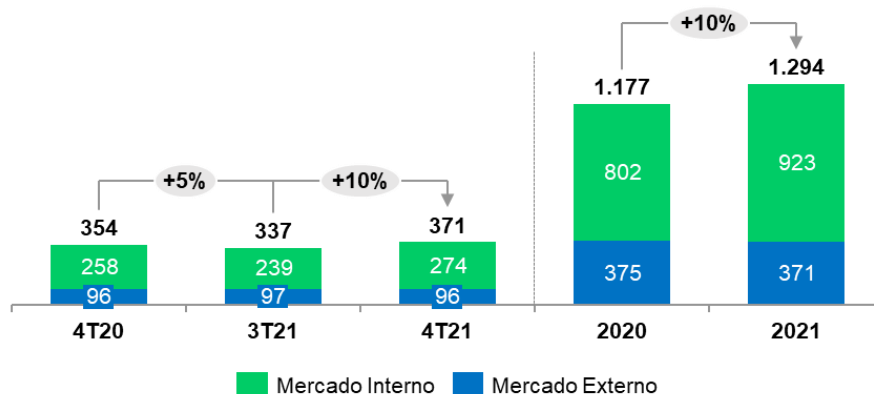
Consolidando ambos os segmentos de mercado (mercado de papel acessível à Suzano), observou-se um crescimento de 16% em 2021 em relação a 2020 e 2% na comparação entre o 4T21 e o mesmo período do ano anterior.

As **vendas de papel** da Suzano (imprimir e escrever, papel cartão e *tissue*) no mercado interno totalizaram 274 mil toneladas no 4T21, um aumento de 15% em comparação ao 3T21 e de 6% contra 4T20.

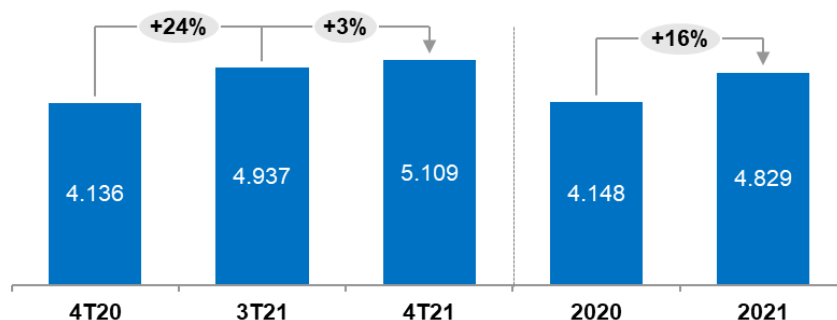
As vendas de papel nos mercados internacionais, totalizaram 96 mil toneladas, uma redução de 1% em relação ao 3T21 e ficando no mesmo patamar do 4T20, representando 26% do volume total de vendas no 4T21.

Diante da retomada gradual da economia e dos efeitos de sazonalidade favorável do período no mercado doméstico, as vendas totais de papel da Suzano no 4T21 cresceram 10% frente ao 3T21. No comparativo com o mesmo período do ano anterior houve um crescimento de 5%.

Volume de Vendas de Papel (mil ton)¹



Preço médio líquido de Papel (R\$ milhões)¹

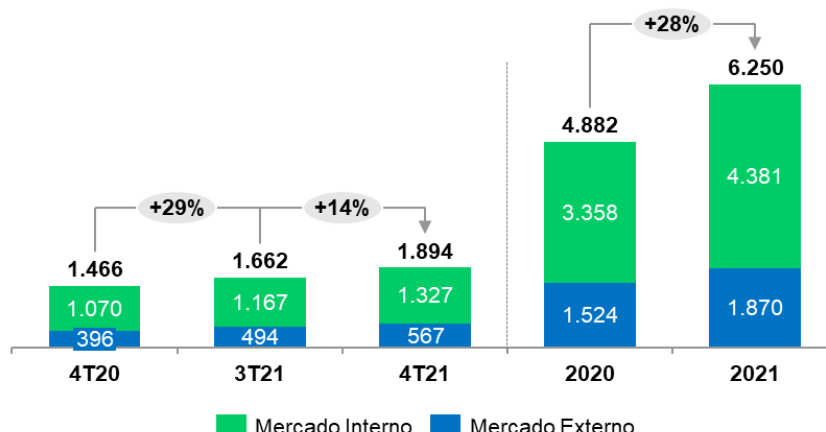


¹Inclui a unidade de bens de consumo.

O **preço médio líquido** apresentou um aumento de 3% em relação ao trimestre anterior, marcado por aumentos no mercado internacional, apesar da sazonalidade do segmento de I&E, em função do maior mix destinado ao atendimento de pedidos do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Em relação ao 4T20, a elevação de 24% ocorreu em função de aumentos de preço nos mercados domésticos e internacional em todos os segmentos.

A **receita líquida de papel** foi de R\$ 1.894 milhões no 4T21, um aumento de 14% em relação ao 3T21 em decorrência do aumento de preços e maior volume de vendas. Em relação ao 4T20, o aumento foi de 29% devido à implementação do aumento de preço em ambos mercados, doméstico e internacional.

Receita de Papel (R\$ milhões)¹



¹Inclui a unidade de bens de consumo.

EBITDA DO SEGMENTO PAPEL

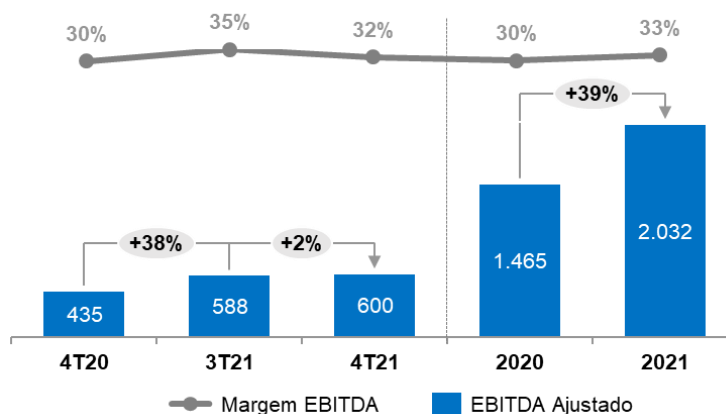
Segmento Papel	4T21	3T21	Δ Q-o-Q	4T20	Δ Y-o-Y	2021	2020	Δ Y-o-Y
EBITDA Ajustado (R\$ milhões) ¹	600	588	2%	435	38%	2.032	1.465	39%
Volume Vendido (mil ton)	371	336	10%	354	5%	1.294	1.177	10%
EBITDA Ajustado¹ Papel (R\$/ton)	1.619	1.748	-7%	1.227	32%	1.570	1.244	26%

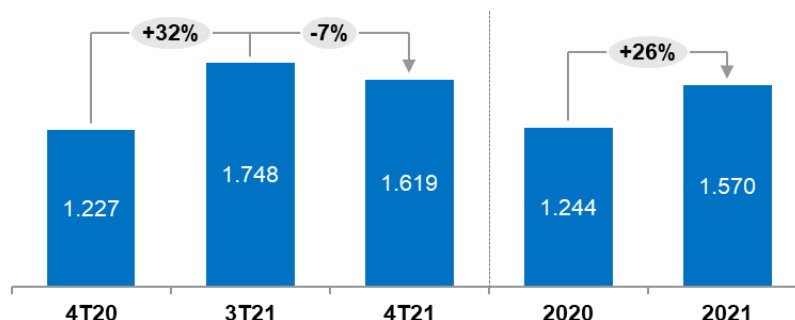
¹Desconsidera itens não recorrentes.

O **EBITDA Ajustado do papel** teve crescimento de 2% na comparação com o 3T21, principalmente em decorrência do maior volume de vendas e do aumento de preços no mercado internacional. Em relação ao 4T20, a elevação foi de 38%, sobretudo em função do aumento de preços em todas as linhas de produto.

Na análise do **EBITDA ajustado por tonelada** houve uma queda de 7%, principalmente devido a maiores custos logísticos e industriais, incluindo a parada geral na fábrica de Suzano. Esse efeito foi parcialmente compensado pelo aumento de preços no mercado externo no 4T21.

EBITDA Ajustado (R\$ milhões) e Margem EBITDA Ajustado (%) de Papel

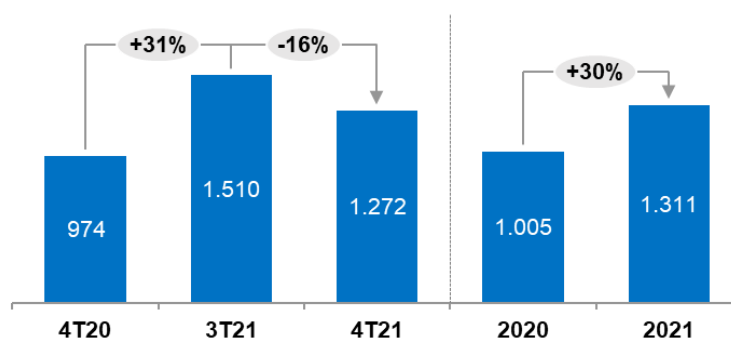


EBITDA Ajustado Papel (R\$/t)

GERAÇÃO DE CAIXA OPERACIONAL DO SEGMENTO PAPEL

Ger. Operacional - Papel (R\$ milhões)	4T21	3T21	Δ Q-o-Q	4T20	Δ Y-o-Y	2021	2020	Δ Y-o-Y
EBITDA Ajustado ¹	600	588	2%	435	38%	2.032	1.465	39%
Capex Manutenção ²	(129)	(80)	61%	(90)	43%	(336)	(282)	19%
Geração de Caixa Operacional	471	508	-7%	345	37%	1.696	1.183	43%

¹Desconsidera itens não recorrentes.

²Em regime caixa.

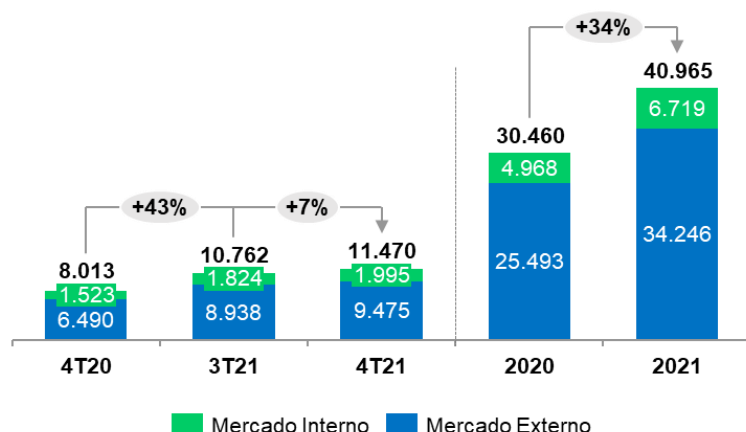
Geração de Caixa Operacional de Papel por tonelada (R\$/ton)


A **geração de caixa operacional por tonelada do papel** foi de R\$ 1.272/t no 4T21, uma redução de 16% em comparação ao 3T21 em decorrência do maior CAPEX no período. Em relação ao 4T20, o indicador ficou 31% maior, em função da elevação do EBITDA.

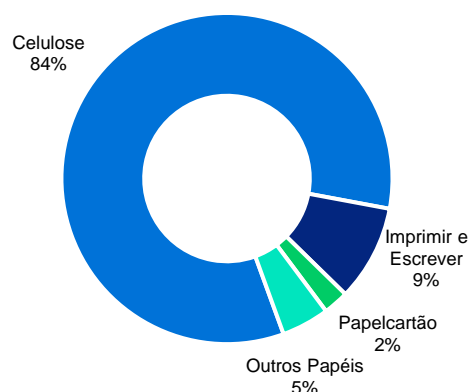
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO
RECEITA LÍQUIDA

A **receita líquida** da Suzano no 4T21 foi de R\$ 11.470 milhões, sendo 83% gerada no mercado externo (vs. o 83% no 3T21 e 81% no 4T20). Em relação ao 3T21, o aumento de 7% da receita líquida ocorreu em função da valorização de 7% do USD médio vs. o BRL e maior volume total de vendas (+3%), parcialmente compensado pelo menor preço médio líquido da celulose. A elevação de 43% da receita líquida consolidada em relação ao 4T20 é explicada pelo maior preço médio líquido da celulose em dólar e do papel, valorização do USD médio vs. o BRL (+3%) e aumento no volume vendido (+3%).

Receita Líquida (R\$ milhões)



Composição da Receita Líquida (4T21)



¹Não inclui a receita de serviços de Portocel.

CALENDÁRIO DE PARADAS PROGRAMADAS PARA MANUTENÇÃO

Fábrica – Capacidade celulose	2020				2021				2022			
	1T20	2T20	3T20	4T20	1T21	2T21	3T21	4T21	1T22	2T22	3T22	4T22
Aracruz - Linha A (ES) – 590 kt									Sem parada			
Aracruz - Linha B (ES) – 830 kt												
Aracruz - Linha C (ES) – 920 kt												
Imperatriz (MA) ² – 1.650 kt					Sem parada							
Jacareí (SP) – 1.100 kt					Sem parada							
Limeira (SP) ² – 690 kt												
Mucuri - Linha 1 (BA) ² – 600 kt					Sem parada							
Mucuri - Linha 2 (BA) – 1.130 kt									Sem parada			
Suzano (SP) ² – 520 kt									Sem parada			
Três Lagoas - Linha 1 (MS) – 1.300 kt					Sem parada							
Três Lagoas - Linha 2 (MS) – 1.950 kt					Sem parada							
Veracel (BA) ¹ – 560 kt									Sem parada			

¹Veracel é uma *joint operation* entre Suzano (50%) e Stora Enso (50%) e sua capacidade total anual é de 1.120 mil t.

²Inclui as capacidades integradas e fluff.

CUSTO DO PRODUTO VENDIDO

CPV (R\$ milhões)	4T21	3T21	Δ Q-o-Q	4T20	Δ Y-o-Y	2021	2020	Δ Y-o-Y
CPV	5.693	5.300	7%	4.884	17%	20.616	18.966	9%
(-) Depreciação, exaustão e amortização	1.568	1.482	6%	1.531	2%	5.988	5.773	4%
CPV base caixa	4.125	3.818	8%	3.353	23%	14.628	13.193	11%
Volume de vendas	3.093	3.010	3%	3.017	3%	11.880	12.000	-1%
CPV base caixa/t (R\$/ton)	1.333	1.269	5%	1.111	20%	1.231	1.099	12%

O **CPV base caixa** no 4T21 totalizou R\$ 4.125 milhões ou R\$ 1.333/ton. Na comparação com o 3T21, o CPV caixa teve aumento de 8%, em função principalmente do: i) maior custo de produção, conforme detalhado anteriormente, incluindo maior impacto das paradas programadas para manutenção; ii) aumento do volume vendido (+3%); iii) valorização do USD médio frente ao BRL; e iv) maior custo logístico relacionado em boa

parte ao aumento do *Brent*. Na análise por tonelada, o aumento de 5% decorre da elevação do custo de produção, impacto das paradas, efeito do câmbio e custo logístico.

Na comparação com o 4T20, o CPV base caixa teve elevação de 23% em função sobretudo do maior custo caixa de produção, elevação do *Brent* afetando os custos logísticos e maior volume vendido (+3%). Na análise por tonelada, o indicador foi 20% maior que no mesmo período do ano anterior devido aos mesmos fatores explicados anteriormente.

DESPESAS DE VENDAS

Despesas de Vendas (R\$ milhões)	4T21	3T21	Δ Q-o-Q	4T20	Δ Y-o-Y	2021	2020	Δ Y-o-Y
Despesas de vendas	635	578	10%	590	8%	2.292	2.175	5%
(-) Depreciação, exaustão e amortização	237	237	0%	205	16%	944	906	4%
Despesas de vendas base caixa	398	341	17%	385	3%	1.348	1.269	6%
Volume de vendas	3.093	3.010	3%	3.017	3%	11.880	12.000	-1%
Despesas de vendas base caixa/t (R\$/ton)	129	113	14%	128	1%	114	106	8%

As **despesas com vendas base caixa** apresentaram aumento de 17% em relação ao 3T21, em função principalmente do aumento nas despesas logísticas *inland* (aumento do *Brent* e de tarifas logísticas no exterior dado cenário desfavorável), da valorização do USD médio vs. o BRL (+7%) e do aumento do volume de vendas (+3%). Na análise por tonelada, as despesas de vendas base caixa tiveram elevação de 14% devido principalmente ao aumento nas despesas logísticas e efeito câmbio, conforme mencionado acima.

Quando comparado ao 4T20, o aumento de 3% nas despesas de vendas base caixa é explicado principalmente pelo aumento das despesas logísticas *inland* (aumento do *Brent* e de tarifas logísticas no exterior dado cenário logístico desfavorável), maior volume vendido (+3%) e valorização do USD médio vs. o BRL (+3%). As despesas com vendas base caixa por tonelada tiveram uma elevação de 1%, em função dos efeitos logísticos mencionados e do efeito do câmbio.

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Despesas Gerais e Administrativas (R\$ milhões)	4T21	3T21	Δ Q-o-Q	4T20	Δ Y-o-Y	2021	2020	Δ Y-o-Y
Despesas gerais e administrativas	523	320	64%	480	9%	1.578	1.443	9%
(-) Depreciação, exaustão e amortização	27	25	5%	24	10%	104	78	33%
Despesas gerais e administrativas base caixa	496	294	69%	456	9%	1.474	1.365	8%
Volume de vendas	3.093	3.010	3%	3.017	3%	11.880	12.000	-1%
Despesas gerais e administrativas base caixa/t (R\$/ton)	160	98	64%	151	6%	124	114	9%

Na comparação com o 3T21, a elevação de 69% das **despesas gerais e administrativas base caixa** é explicada principalmente por maiores gastos com pessoal (remuneração variável) e serviços de terceiros. A mesma análise explica o acréscimo de 64% na comparação por tonelada.

Na comparação com o 4T20, as despesas gerais e administrativas caixa foram 9% superiores em função principalmente de maiores gastos associados ao COVID-19 e a gastos com pessoal (apesar do menor gasto com remuneração variável). Na análise por tonelada, o aumento de 6% é justificado pelos mesmos fatores.

A rubrica “**outras receitas (despesas) operacionais**” totalizou receita de R\$ 203 milhões no 4T21, em comparação com uma receita de R\$ 19 milhões no 3T21 e receita de R\$ 323 milhões no 4T20. A variação em relação ao 3T21 é explicada sobretudo pela atualização do valor justo do ativo biológico (que ocorre no segundo e quarto trimestre de cada ano). Na comparação com o 4T20, a queda é explicada principalmente pela variação no resultado com venda de ativos e pelo menor impacto referente à atualização do valor justo do ativo biológico, parcialmente compensada pelo reconhecimento de créditos tributários relacionados ao reconhecimento do direito à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições ao PIS e COFINS.

EBITDA AJUSTADO

Consolidado	4T21	3T21	Δ Q-o-Q	4T20	Δ Y-o-Y	2021	2020	Δ Y-o-Y
EBITDA Ajustado (R\$ milhões) ¹	6.355	6.310	1%	3.965	60%	23.471	14.949	57%
Margem EBITDA Ajustado ¹ (%)	55%	59%	-3 p.p.	49%	6 p.p.	57%	49%	8 p.p.
Volume Vendido (mil ton)	3.093	3.010	3%	3.017	3%	11.880	11.962	-1%
EBITDA Ajustado¹ Consolidado (R\$/ton)	2.055	2.097	-2%	1.314	56%	1.976	1.250	5%

¹Desconsidera itens não recorrentes.

O aumento de 1% do **EBITDA Ajustado** do 4T21 em relação ao 3T21 é explicado pela valorização do USD médio frente ao BRL de 7% e do maior volume de vendas. Esses fatores foram parcialmente compensados pela elevação do CPV base caixa por tonelada, queda no preço médio líquido da celulose em dólar e maior SG&A, conforme discutido anteriormente. O EBITDA Ajustado por tonelada foi 2% menor devido ao fator custo, menor preço de celulose e maior SG&A.

Já em relação ao 4T20, o aumento de 60% no EBITDA Ajustado deveu-se sobretudo ao maior preço médio líquido da celulose em dólar (+38%), valorização do USD médio vs. o BRL (+3%) e maior volume vendido, parcialmente compensados sobretudo pelo aumento do CPV base caixa por tonelada. O EBITDA ajustado por tonelada subiu 56% devido principalmente ao fator preço, parcialmente compensados pelo maior CPV base caixa por tonelada como explicado anteriormente.

RESULTADO FINANCEIRO

Resultado Financeiro (R\$ milhões)	4T21	3T21	Δ Q-o-Q	4T20	Δ Y-o-Y	2021	2020	Δ Y-o-Y
Despesas Financeiras	(1.085)	(1.213)	-10%	(974)	11%	(4.221)	(4.459)	-5%
Juros sobre empréstimos e financiamentos em moeda local	(241)	(180)	34%	(169)	43%	(699)	(774)	-10%
Juros sobre empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	(673)	(619)	9%	(594)	13%	(2.508)	(2.904)	-14%
Juros capitalizados ¹	14	4	238%	1	-	19	11	75%
Outras despesas financeiras	(184)	(418)	-56%	(212)	-13%	(1.033)	(792)	30%
Receitas Financeiras	148	54	171%	66	124%	273	327	-17%
Juros sobre aplicações financeiras	112	44	153%	19	495%	206	147	40%
Outras receitas financeiras	36	10	251%	47	-24%	67	181	-63%
Varição Cambial e Monetária	(1.412)	(4.078)	-65%	4.464	-	(3.801)	(12.531)	-70%
Varição cambial dívida	(1.722)	(5.191)	-67%	4.850	-	(4.847)	(13.365)	-64%
Outras variações cambiais e monetárias	310	1.113	-72%	(387)	-	1.046	835	25%
Resultado de operações com derivativos²	(307)	(2.529)	-88%	2.683	-	(1.597)	(9.423)	-83%
Hedge de Fluxo de Caixa	(111)	(1.077)	-90%	1.331	-	(717)	(3.169)	-77%
Hedge do Projeto Cerrado	27	-	100%	-	100%	27	-	100%
Hedge de dívida	(38)	(1.303)	-97%	1.430	-	(511)	(6.270)	-92%
Outros ³	(185)	(149)	24%	(78)	138%	(396)	17	-
Resultado Financeiro Líquido	(2.657)	(7.765)	-66%	6.238	-	(9.347)	(26.086)	-64%

¹Capitalização de juros referente a obras em andamento.

²Varição da marcação a mercado (4T21:-R\$ 6.452 milhões | 3T21:-R\$ 6.411 milhões), somada aos ajustes pagos e recebidos (4T21: -R\$ 266 milhões).

³Considera hedge de commodities e derivativo embutido.

As **despesas financeiras** registradas no quarto trimestre foram 10% inferiores ao 3T21 devido, principalmente, à redução em outras despesas financeiras, por sua vez em função do prêmio de R\$ 227 milhões sobre a recompra total das *Senior Notes* 2024 ocorrida no 3T21. Esta redução foi parcialmente compensada pela elevação dos juros sobre empréstimos em moeda local e estrangeira, em decorrência do aumento do CDI no trimestre (de 6,15% para 9,15%) e da emissão de US\$ 500 milhões em *Senior Notes*

2028 ocorrida no mês de setembro. Em relação ao 4T20, a elevação de 11% pode ser explicada pelo efeito do aumento dos indexadores CDI e IPCA sobre juros de empréstimo em moeda local (CDI de 1,9% no 4T20 para 7,6% no 4T21 e IPCA de 0,8% no quarto trimestre de 2020 para 1,1% em 2021). O aumento da linha de juros em moeda estrangeira refere-se principalmente às emissões das *Senior Notes* 2028 (US\$ 500 milhões) e *Senior Notes* 2032 (US\$ 1 bilhão).

As **receitas financeiras** apresentaram um aumento de 171% e 124% em relação ao 3T21 e 4T20, respectivamente, devido à elevação na posição de caixa da Companhia como também ao aumento das taxas do CDI.

As **variações cambiais e monetárias** impactaram negativamente o resultado financeiro da Companhia em R\$ 1.722 milhões em função da desvalorização de 3% do BRL frente ao USD de fechamento atreladas à parcela de dívida em moeda estrangeira. Importante ressaltar que o impacto contábil da variação cambial na dívida em moeda estrangeira tem efeito caixa somente nos respectivos vencimentos.

O **resultado de operações com derivativos** foi negativo em R\$ 307 milhões no 4T21, em função principalmente da desvalorização cambial sobre as operações de *hedge* de dívida, apesar do impacto positivo causado pela variação nas curvas Pré, Cupom e Libor dessas operações e outros derivativos (derivativo embutido e commodities). A marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2021 foi negativa em R\$ 6.452 milhões, vis a vis a marcação negativa de R\$ 6.411 milhões em 30 de setembro de 2021, perfazendo a variação negativa de R\$ 41 milhões. Importante destacar que o impacto da desvalorização do BRL sobre a carteira de derivativos só terá efeito caixa nos respectivos vencimentos. O efeito líquido no caixa referente ao vencimento de operações com derivativos no quarto trimestre foi negativo em R\$ 266 milhões (sendo R\$ 159 milhões referentes a *hedge* de dívida e R\$ 107 milhões a *hedge* operacional e de commodities).

Em decorrência dos fatores listados, e considerando todas as linhas de despesas e receitas financeiras, o **resultado financeiro líquido** foi negativo em R\$ 2.657 milhões no 4T21, que se compara ao resultado negativo de R\$ 7.765 milhões no 3T21 e resultado positivo de R\$ 6.238 milhões no 4T20.

OPERAÇÕES COM DERIVATIVOS

A Suzano tem operações com derivativos exclusivamente com a finalidade de proteção (*hedge*). A tabela a seguir reflete a posição dos instrumentos derivativos em 31 de dezembro de 2021:

Hedge ¹	Notional (US\$ milhões)		Valor justo (R\$ milhões)	
	Dez/21	Set/21	Dez/21	Set/21
Dívida	6.489	6.493	(6.286)	(6.407)
Fluxo de caixa	3.999	3.733	(222)	(106)
Cerrado ²	525	0	27	-
Outros ³	590	602	28	102
Total	11.604	10.827	(6.452)	(6.411)

¹Vide nota 4 do ITR do 4º trimestre de 2021 para maiores detalhes e análises de sensibilidade do valor justo.

²Programa de hedge referente ao CAPEX em reais do Projeto Cerrado.

³Considera hedge de commodities e derivativo embutido.

A política de exposição cambial da Companhia tem como objetivo minimizar a volatilidade da geração de caixa da Suzano e garantir maior flexibilidade na gestão do fluxo de caixa. Atualmente, a política estipula que o excedente de dólares pode ser parcialmente "hedgado" (mínimo de 40% e até 75% da exposição cambial para os próximos 18 meses) por meio de instrumentos *plain vanilla*, como *Zero Cost Collar* (ZCC) e *Non-Deliverable Forward* (NDF).

Considerando a exposição cambial relacionada ao investimento de capital no Projeto Cerrado, dado que cerca de 67% do CAPEX está atrelado à moeda local, o Conselho de Administração aprovou, em 28 de outubro de 2021, um programa de contratação de operações de *hedge* adicionais específicas para proteção de tal exposição. O programa aprovado está previsto na Política de Gestão de Derivativos disponível no website de Relações com Investidores, possui montante máximo (*notional*) de até 1 bilhão de dólares e prazo das operações de até 36 meses. Com o objetivo de proporcionar transparência sobre o programa de *hedge* do

Projeto Cerrado, a partir do 4T21 a Companhia passa a divulgar de forma destacada as respectivas operações contratadas.

As operações de ZCC estabelecem limites inferiores e superiores da taxa de câmbio com objetivo de minimizar impactos negativos em casos em que ocorra uma elevada apreciação do BRL. Dessa forma, quando a taxa de câmbio ficar entre os limites estabelecidos, a Companhia não paga e nem recebe ajustes financeiros. Tal característica permite que se capture um maior benefício nas receitas de exportação em um eventual cenário de valorização do dólar frente ao Real, dentro do intervalo contratado. Para cenários extremos de valorização do Real, a Companhia está protegida pelos limites inferiores, considerados adequados para a operação. Ao mesmo tempo, esse instrumento de proteção limita, temporária e parcialmente, os potenciais ganhos em cenários extremos de desvalorização do Real, em que as taxas de câmbio superam os limites superiores contratados.

Em 31 de dezembro de 2021, o valor em aberto das operações (*notional*) para venda futura de dólares através de ZCC relacionadas à Fluxo de Caixa (incluindo àquelas relacionadas ao Projeto Cerrado) era de US\$ 4.494 milhões, contratadas pelo intervalo médio de R\$ 5,56 a R\$ 6,61, e vencimentos distribuídos entre janeiro de 2022 e agosto de 2024. Nesta mesma data, o valor em aberto das operações (*notional*) para venda futura de dólares por meio de NDF era de US\$ 30 milhões, com vencimentos em fevereiro de 2022 e taxa média contratada de R\$ 5,42. O resultado com operações de *hedge* de Fluxo de Caixa e do Projeto Cerrado no 4T21 foi negativo em R\$ 84 milhões. Já a marcação a mercado (“MtM” ou “valor justo”) das operações de ZCC registrou montante negativo em R\$ 188 milhões enquanto para as operações de NDF a marcação a mercado foi negativa em R\$ 7 milhões.

A tabela abaixo apresenta uma análise de sensibilidade em relação ao impacto caixa que a Companhia poderá ter em suas carteiras de *hedge* de Fluxo de Caixa (ZCC e NDF) caso a taxa de câmbio permaneça a mesma da cotação de fechamento do 4T21 (R\$/US\$ = 5,58) nos próximos trimestres; bem como qual deve ser o impacto no caixa para variações de R\$ 0,10 acima do patamar de strike da call definidas a cada trimestre. Faz-se necessário ressaltar que os valores apresentados na tabela refletem estimativas da Companhia considerando as curvas de fechamento no período e que podem sofrer oscilações dependendo das condições de mercado.

Prazo (até)	Strike Range	Notional (US\$ milhões)	Realizado	Ajuste caixa (R\$ milhões)	
				Com câmbio de fechamento 4T21 (5,58)	Sensibilidade a R\$ 0,10 / US\$ de variação (+/-) ¹
Zero Cost Collars – Fluxo de Caixa					
4T21	-	-	5	-	-
1T22	5,37 - 6,10	731	-	10	(73)
2T22	5,33 - 6,06	971	-	3	(97)
3T22	5,34 - 6,07	528	-	3	(53)
4T22	5,40 - 6,36	448	-	11	(45)
1T23	5,63 - 7,12	672	-	68	(67)
2T23	5,93 - 7,24	620	-	218	(62)
Total	5,49 - 6,47	3.969	5	313	(397)
NDF – Fluxo de Caixa					
4T21	-	-	-	-	-
1T22	5,42	30	-	(5)	(3)
Total	5,42	30	-	(5)	(3)
Zero Cost Collars – Projeto Cerrado					
4T21	-	-	-	-	-
2T23	5,93 - 7,39	97	-	33	(10)
3T23	6,00 - 7,60	205	-	87	(21)
4T23	6,12 - 7,74	144	-	78	(14)
1T24	6,30 - 7,91	36	-	26	(4)
2T24	6,37 - 8,05	34	-	27	(3)
3T24	6,35 - 8,34	9	-	7	(1)
Total	6,07 - 7,66	525	-	258	(53)

¹Nota: sensibilidade do ajuste para patamares de câmbio acima do *strike*.

Com o objetivo de minimizar os efeitos das variações cambiais e taxas de juros sobre o valor da dívida e do fluxo de caixa também são celebrados contratos de *swaps* de moedas e juros. Contratos de *swap* são celebrados considerando diferentes taxas de juros e índices de correção como forma de mitigar o descasamento entre os diferentes ativos e passivos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía em aberto (*notional*) US\$ 6.489 milhões em contratos de *swap* distribuídos conforme a tabela abaixo. O resultado com operações de *hedge* de dívida no 4T21 foi negativo em R\$ 38 milhões, principalmente devido à desvalorização do BRL frente ao dólar no período. A marcação a mercado (valor justo) dessas operações foi negativa em R\$ 6.286 milhões.

Hedge de Dívida	Prazo (até)	Moeda	Notional (US\$ milhões)		Valor justo (R\$ milhões)	
			Dez/21	Set/21	Dez/21	Set/21
Swap (PRÉ x USD)	2024	USD	350	350	(761)	(734)
Swap (CDI x USD)	2026	USD	2.267	2.267	(5.231)	(5.106)
Swap (IPCA x USD)	2023	USD	121	121	(149)	(142)
Swap (LIBOR x USD)	2027	USD	3.600	3.600	(396)	(681)
Swap (IPCA x CDI)	2023	BRL	151 ¹	155	250	256
Total			6.489	6.493	(6.286)	(6.407)

¹Convertido pela taxa de fechamento do trimestre (5,58).

A tabela abaixo apresenta uma análise de sensibilidade¹ em relação ao impacto caixa que a Companhia poderá ter em sua carteira de *hedge* de dívida (*swaps*) caso a taxa de câmbio permaneça a mesma da cotação de fechamento do 4T21 (R\$/US\$ = 5,58) nos próximos trimestres; bem como qual deve ser a variação do impacto caixa para variações de R\$ 0,10 sobre a mesma taxa de câmbio de referência (4T21). Importante ressaltar que os valores apresentados na tabela refletem estimativas da Companhia considerando as curvas de fechamento do período e podem sofrer oscilações dependendo das condições de mercado.

Prazo (até)	Notional (US\$ milhões)	Ajuste caixa (R\$ Milhões)		
		Realizado	R\$ / US\$ = 5,58 (4T21)	Sensibilidade a R\$ 0,10 / US\$ de variação (+/-) ¹
4T21	-	(159)	-	-
2022	737	-	(786)	(59)
2023	2.169	-	357	(48)
2024	1.443	-	(370)	(45)
2025	1.268	-	(1.347)	(90)
>2026	873	-	(1.421)	(85)
Total	6.489	(159)	(3.567)	(327)

¹Análise de sensibilidade assume variação apenas na taxa de câmbio (R\$/US\$), considerando demais variáveis constantes.

As demais transações com derivativos da Companhia referem-se a derivativo embutido em função de parceria florestal e *hedge* de commodities, conforme tabela abaixo.

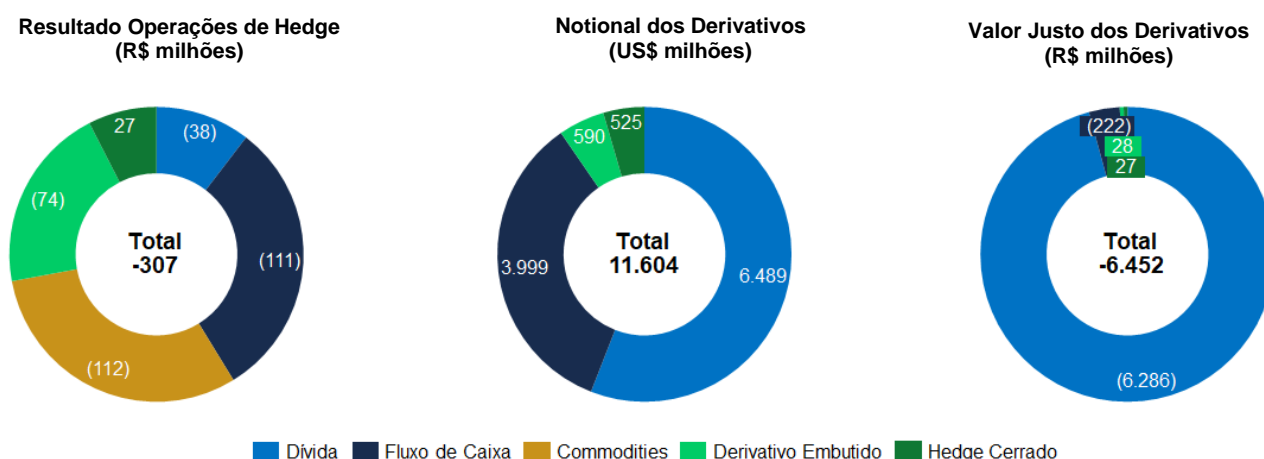
Outros hedges	Prazo (até)	Indexador	Notional (US\$ milhões)		Valor justo (R\$ milhões)		Ajuste caixa (R\$ milhões)	
			Dez/21	Set/21	Dez/21	Set/21	Dez/21	Set/21
Derivativo embutido	2035	Dólar Fixo Dólar US-CPI	590	602	28	102	-	-
Commodities	2021	Brent/VLSFO/Outros	-	-	-	-	(112)	4
Total			590	602	28	102	(112)	4

Os contratos de parceria florestal e de fornecimento de madeira em pé assinados em 31 de dezembro de 2013 tem o seu preço denominado em dólar norte-americano por m3 de madeira em pé, reajustado de acordo com a inflação americana medido pelo *CPI (Consumer Price Index)*, o qual não é considerado como relacionado à inflação no ambiente econômico onde as áreas estão localizadas, caracterizando-se, portanto,

um derivativo embutido. Tal instrumento apresentado na tabela acima é um contrato de swap de venda das variações do *US-CPI* no prazo dos contratos abaixo mencionados - vide nota 4 das Demonstrações Financeiras 4T21 para maiores detalhes e análise de sensibilidade do valor justo frente a possível variação acentuada do *US-CPI*. Em 31 de dezembro de 2021, o valor em aberto (*notional*) referente à operação era de US\$ 590 milhões. O resultado deste swap no 4T21 foi negativo em R\$ 74 milhões. A marcação a mercado (valor justo) de tais operações foi positiva em R\$ 28 milhões ao final do trimestre.

A Companhia também está exposta ao preço de algumas commodities e, portanto, avalia continuamente a contratação de instrumentos financeiros derivativos para mitigar tais riscos.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía operações de *hedge* de commodities em aberto. O resultado destas operações no 4T21 foi negativo em R\$ 112 milhões.



RESULTADO LÍQUIDO

No 4T21, a Companhia registrou lucro de R\$ 2.313 milhões, contra prejuízo de R\$ 959 milhões no 3T21 e lucro de R\$ 5.914 milhões no 4T20. A variação em relação ao 3T21 é explicada majoritariamente pela variação positiva no resultado financeiro, por sua vez decorrente do menor impacto negativo da variação cambial sobre a dívida e da marcação a mercado das operações com derivativos. Em relação ao 4T20, a variação negativa de R\$ 3.601 milhões no resultado líquido reflete principalmente a variação negativa no resultado financeiro, parcialmente compensada pelo melhor resultado operacional.

Em razão da Companhia ter apurado lucro líquido no ano de 2021 no valor de R\$ 8.626 milhões, o montante de R\$ 913 milhões corresponde ao dividendo mínimo obrigatório. Adicionalmente, R\$ 87 milhões são atribuídos a reserva de lucros existentes, distribuídos “ad referendum” pelo Conselho de Administração na data de 07 de janeiro de 2022, totalizando o montante total de R\$ 1 bilhão, à razão de R\$ 0,741168104 por ação da Companhia, considerando o número de ações “ex-tesouraria” ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

ENDIVIDAMENTO

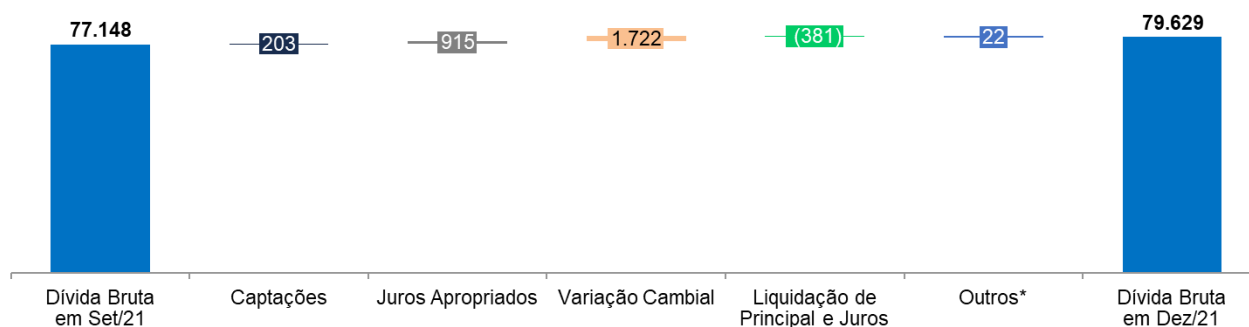
Endividamento (R\$ milhões)	4T21	3T21	Δ Q-o-Q	4T20	Δ Y-o-Y
Moeda Nacional	13.641	13.364	2%	14.740	-7%
Curto Prazo	1.849	1.831	1%	541	242%
Longo Prazo	11.791	11.534	2%	14.199	-17%
Moeda Estrangeira	65.988	63.783	3%	58.160	13%
Curto Prazo	1.806	455	297%	1.503	20%
Longo Prazo	64.182	63.328	1%	56.657	13%
Dívida Bruta Total	79.629	77.148	3%	72.900	9%
(-) Caixa	21.349	18.930	13%	9.232	131%
Dívida Líquida	58.280	58.218	0%	63.668	-8%
<i>Dívida Líquida/EBITDA Ajustado¹(x) - R\$</i>	2,5x	2,8x	-0,3x	4,3x	-1,8x
<i>Dívida Líquida/EBITDA Ajustado¹(x) - US\$</i>	2,4x	2,7x	-0,3x	4,2x	-1,8x

¹Desconsidera itens não recorrentes.

Em 31 de dezembro de 2021, o total da dívida bruta era de R\$ 79,6 bilhões, sendo 95% dos vencimentos concentrados no longo prazo e 5% no curto prazo. A dívida em moeda estrangeira representava, no final do trimestre, 83% da dívida total da Companhia. Já o percentual da dívida bruta em moeda estrangeira considerando o efeito do *hedge* de dívida ficou em 97%. O aumento da dívida bruta em comparação ao 3T21 foi de 3%, ou R\$ 2,5 bilhões, em função sobretudo da desvalorização do BRL frente ao USD.

A Suzano realiza a contratação dívida em moeda estrangeira como estratégia de *hedge* natural, uma vez que a geração de caixa operacional líquida é denominada, em sua maior parte, em moeda estrangeira (dólar) devido à sua condição predominantemente exportadora. Essa exposição estrutural permite que a Companhia concilie os pagamentos dos empréstimos e financiamentos em dólar com o fluxo de recebimento das vendas.

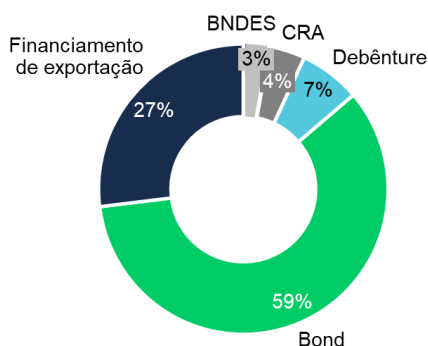
Evolução da dívida bruta (R\$ milhões)



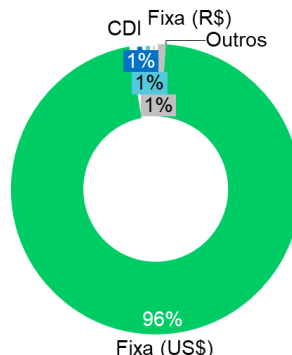
*Correspondem principalmente a custos de transação (emissão, captação, etc.).

Em 31 de dezembro de 2021, o custo médio total da dívida em dólar era de 4,3% a.a. (dívida em BRL ajustada pela curva de swap de mercado), mesmo custo médio observado em 30 de setembro de 2021. O prazo médio da dívida consolidada no encerramento do trimestre foi de 89 meses versus 90 meses no final de setembro de 2021.

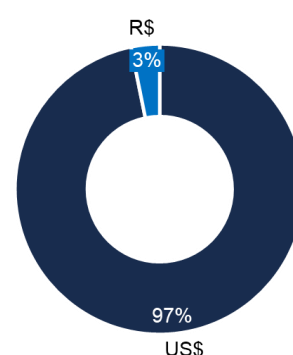
Exposição por Instrumento



Exposição por Indicador²



Exposição por Moeda¹



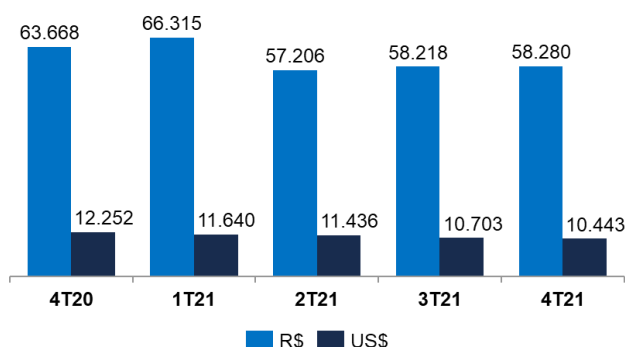
¹Considera a parcela da dívida com swap para moeda estrangeira. A dívida original era 83% em USD e 17% em BRL.

²Considera a parcela da dívida com swap para moeda estrangeira. A exposição na dívida original era: Fixa (US\$) – 60%, Libor – 23%, CDI – 11%, Outros (Fixa R\$, IPCA, TJLP, outros) – 5%.

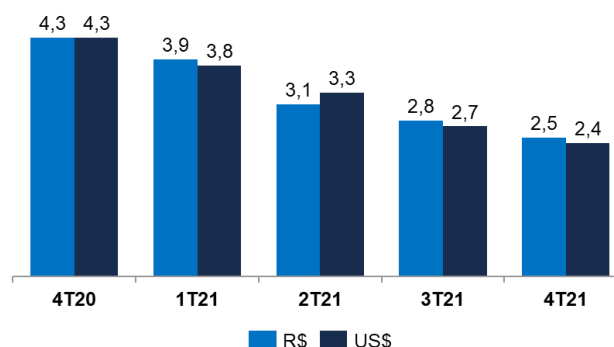
A **posição de caixa e equivalentes de caixa** em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 21,3 bilhões, dos quais 74% aplicados em investimentos de renda fixa em moeda estrangeira e de curto prazo. O percentual remanescente de 26% estava aplicado em moeda nacional, em títulos públicos e outros de renda fixa, com remuneração em percentual do DI.

Ao final de 2021, a empresa possuía também uma linha de crédito rotativo (*stand by credit facilities*) no valor total de R\$ 2,8 bilhões, (US\$ 0,5 bilhão em moeda estrangeira), com prazo de disponibilidade até fevereiro de 2024. A disponibilidade deste recurso contribui para fortalecer as condições de liquidez da empresa e pode ser utilizado em momentos de incerteza. Desta forma, a posição de caixa e equivalentes de R\$ 21,3 bilhões somada à linha de crédito rotativo totalizava em 31 de dezembro de 2021 uma posição de liquidez imediata no valor de R\$ 24,1 bilhões.

Dívida Líquida (em R\$ e US\$ milhões)



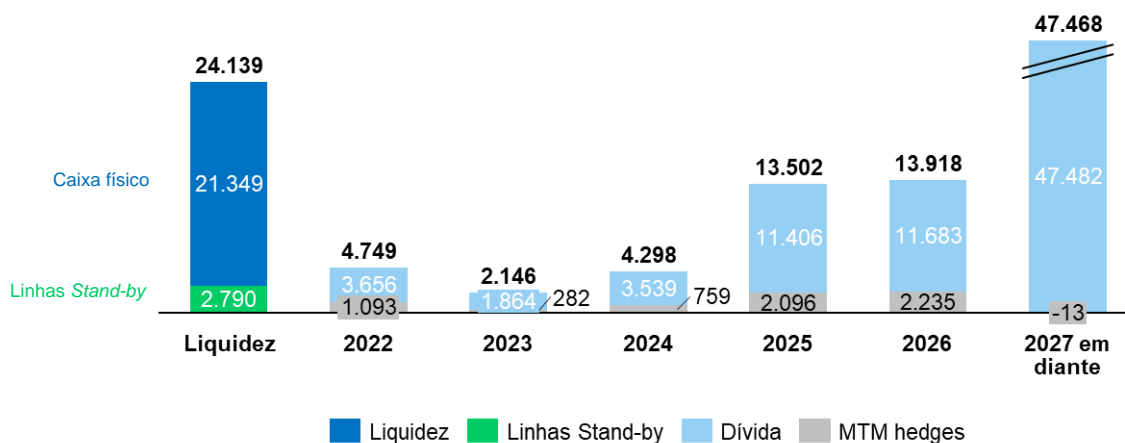
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado em R\$ e US\$ (x)



Em 31 de dezembro de 2021, a **dívida líquida** era de R\$ 58,3 bilhões (US\$ 10,4 bilhões) versus R\$ 58,2 bilhões (US\$ 10,7 bilhões) observados em 30 de setembro de 2021. A dívida líquida em reais não apresentou variação relevante entre os terceiro e quarto trimestres; já a dívida líquida em dólar apresentou queda em função da variação cambial e da geração de caixa do período.

O índice de alavancagem financeira medido pela relação **dívida líquida/EBITDA Ajustado** em Reais ficou em 2,5x em 31 de dezembro de 2021 (2,8x no 3T21). Esse mesmo indicador, apurado em USD (medida estabelecida na política financeira da Suzano), ficou em 2,4x em 31 de dezembro de 2021 (2,7x no 3T21).

Cronograma de Amortização (R\$ milhões)



A distribuição das linhas de *trade finance* e *non trade finance* da dívida bruta total em 31 de dezembro de 2021, ficaram conforme abaixo:

	2022	2023	2024	2025	2026	2027 em diante	Total
Trade Finance ¹	26%	0%	97%	59%	52%	9%	27%
Non Trade Finance ²	74%	100%	3%	41%	48%	91%	73%

¹ NCE, PPE

² Bonds, BNDES, CRA, Debêntures, entre outros.

INVESTIMENTOS DE CAPITAL

No 4T21, os investimentos de capital (em regime caixa) totalizaram R\$ 2.220 milhões, 45% e 89% superior ao 3T21 e 4T20, respectivamente, sobretudo em função de maiores gastos com manutenção (principalmente com maiores investimentos em manutenção florestal e maior concentração de projetos industriais em função das paradas gerais previstas para o início de 2022), maior investimento relacionado ao Projeto Cerrado e maiores gastos com projetos de modernização.

O Capex 2021 ficou em linha com o *guidance* divulgado anteriormente pela Companhia. Para 2022, a Administração aprovou um Orçamento de Capital de R\$ 13,6 bilhões, sendo R\$ 5,0 bilhões destinados à manutenção industrial e florestal e R\$ 7,3 bilhões de investimentos no Projeto Cerrado, dentre outros.

Investimentos (R\$ milhões)	4T21	3T21	Δ Q-o-Q	4T20	Δ Y-o-Y	2021	2020	Δ Y-o-Y	Guidance 2022
Manutenção	1.546	1.105	40%	984	57%	4.652	3.406	37%	5.036
Manutenção Industrial	333	154	117%	271	23%	778	608	28%	1.265
Manutenção Florestal	1.164	919	27%	686	70%	3.777	2.716	39%	3.753
Outros	49	32	51%	28	76%	97	83	17%	18
Expansão e Modernização	114	49	132%	80	43%	219	242	-10%	489
Terras e Florestas	133	77	72%	70	91%	444	365	21%	604
Terminais Portuários	68	107	-36%	17	302%	279	120	132%	119
Outros	11	0	-	-	-	11	-	-	92
Projeto Cerrado ¹	348	196	78%	22	-	739	91	712%	7.276
Total	2.220	1.535	45%	1.173	89%	6.342	4.225	50%	13.616

¹ Alguns dispêndios de capital foram reclassificados para melhor refletir aqueles gastos que se tornaram parte do Projeto Cerrado.

PROJETO CERRADO

O cronograma do Projeto Cerrado segue conforme o previsto, fechando o ano de 2021 com a execução “dentro da cerca” (que corresponde aos investimentos industriais e de infraestrutura) atingindo avanço físico de 3%, percentual que coincide com o respectivo desembolso financeiro. Destaca-se, no 4T21 a contratação da planta química, a conclusão da negociação com a empresa Rumo conforme previsto para escoamento da produção via Malha Norte, o avanço da terraplenagem atingindo 80% de execução, dentre outros.

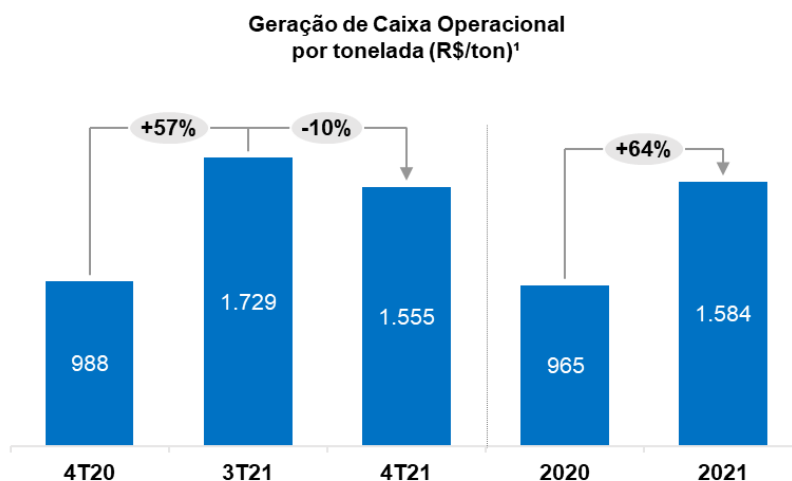
GERAÇÃO DE CAIXA OPERACIONAL

Geração de caixa operacional (R\$ milhões)	4T21	3T21	Δ Q-o-Q	4T20	Δ Y-o-Y	2021	2020	Δ Y-o-Y
EBITDA Ajustado ¹	6.355	6.310	1%	3.965	60%	23.471	14.949	57%
Capex Manutenção ²	(1.546)	(1.105)	40%	(984)	57%	(4.652)	(3.406)	37%
Geração de Caixa Operacional	4.809	5.204	-8%	2.981	61%	18.819	11.543	63%
Geração de Caixa Operacional (R\$/ton)	1.555	1.729	-10%	988	57%	1.584	965	64%

¹Desconsidera itens não recorrentes.

²Em regime caixa.

A geração de caixa operacional, medida pelo EBITDA ajustado menos o capex de manutenção (em regime caixa), foi de R\$ 4,8 bilhões no 4T21. A queda da geração de caixa operacional por tonelada vs. o 3T21 está relacionada ao aumento do capex de manutenção por tonelada e menor EBITDA ajustado por tonelada. Em relação ao 4T20, a elevação de 57% está relacionada ao aumento do EBITDA ajustado conforme relatado anteriormente, parcialmente compensada pelo maior capex de manutenção por tonelada.



FLUXO DE CAIXA LIVRE

Fluxo de Caixa Livre (R\$ milhões)	4T21	3T21	Δ Q-o-Q	4T20	Δ Y-o-Y	2021	2020	Δ Y-o-Y
EBITDA Ajustado	6.355	6.310	1%	3.965	60%	23.471	14.949	57%
(-) Capex Total ¹	(2.219)	(1.724)	29%	(1.710)	30%	(6.243)	(4.898)	27%
(-) Contratos de arrendamentos – IFRS 16	(314)	(222)	41%	(247)	27%	(1.012)	(824)	23%
(+/-) Δ Capital de Giro	(1.383)	98	-	717	-	(2.376)	2.264	-
(-) Juros Líquidos ²	(275)	(1.365)	-80%	(321)	-14%	(3.116)	(3.436)	-9%
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	(24)	(11)	110%	(58)	-59%	(106)	(188)	-44%
(-) Pagamento de Dividendos	(7)	0	-	0	-	(10)	0	-
(-) Ajustes Derivativos	(266)	(221)	20%	(1.318)	-80%	(1.921)	(4.466)	-57%
Fluxo de Caixa Livre	1.867	2.864	-35%	1.027	82%	8.687	3.401	155%
(+) Capex ex-manutenção	690	499	38%	259	166%	1.530	784	95%
(+) Pagamento de Dividendos	7	0	-	0	-	10	0	-
Fluxo de Caixa Livre Ajustado³	2.564	3.363	-24%	1.286	99%	10.227	4.185	144%

¹Em regime competência.

²Considera juros pagos sobre dívida, juros recebidos sobre aplicações financeiras e prêmios pagos resultantes de operações de *liability management*.

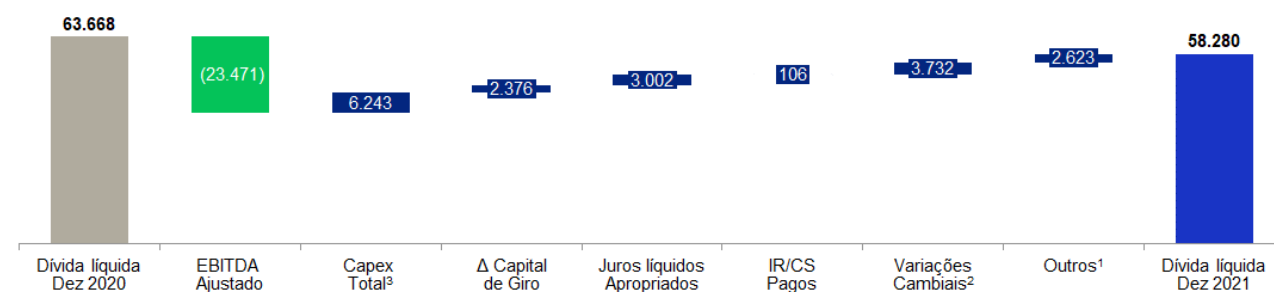
³Fluxo de caixa livre antes do pagamento de dividendos e de capex ex-manutenção (regime competência).

O fluxo de caixa livre ajustado já considerando o ajuste dos derivativos foi de R\$ 2.564 milhões no 4T21, em comparação a R\$ 3.363 milhões no 3T21 e a R\$ 1.286 milhões no 4T20. Em comparação ao período anterior, o indicador teve queda de 24%, dada a variação negativa do capital de giro e elevação do capex. Esses efeitos foram parcialmente compensados pela menor concentração de pagamento de juros líquidos. Sobre o capital de giro, vale destacar que a variação negativa, sobretudo em contas a receber (queda no volume de operações de desconto de recebíveis e aumento no volume vendido), foi parcialmente compensada principalmente pela rubrica de fornecedores.

Em relação ao 4T20, o aumento de 92% ocorreu em função da elevação de 60% do EBITDA Ajustado e menor desembolso resultante do ajuste de derivativos, parcialmente compensados pela variação negativa do capital de giro (também em função do contas a receber, também explicado pelo delta em operações de desconto de recebíveis).

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA LÍQUIDA

A movimentação da dívida líquida entre dezembro de 2020 e dezembro de 2021 ocorreu conforme abaixo (em R\$ milhões):



¹Considera valores relativos a ajuste de derivativos, contratos de arrendamentos, pagamento de dividendos, custos decorrentes de *liability management*, entre outros itens.

²Líquidas das variações cambiais sobre caixa e aplicações financeiras.

³Em regime competência.

COVID-19

Com o advento da pandemia da COVID-19, popularmente conhecido como o novo coronavírus, a Suzano adotou e vem mantendo as medidas preventivas e mitigatórias, em cumprimento com as regras e políticas estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais visando minimizar, tanto quanto possível, eventuais impactos decorrentes da pandemia, sobre a segurança das pessoas, da sociedade e os seus negócios.

As ações da Companhia estão pautadas em três pilares: (1) Pessoas; (2) Sociedade; (3) Continuidade de Negócios.

- (1) **Pessoas:** com o objetivo de proporcionar segurança aos seus colaboradores e terceiros que atuam nas suas operações, a Suzano adotou uma série de medidas que visam minimizar a exposição da sua equipe e/ou a mitigação dos riscos de exposição.
- (2) **Sociedade:** um dos três direcionadores de cultura da Suzano é “Só é bom pra nós, se for bom para o mundo”. Nesse sentido, desde o início da pandemia até o momento, a Companhia adotou uma série de medidas de proteção à sociedade, dentre as quais se incluem:
 - Doação de papel higiênico, guardanapos e fraldas descartáveis produzidos pela Companhia para regiões necessitadas.
 - Compra de 159 respiradores e 1 milhão de máscaras hospitalares para doação aos Governos Federal e Estaduais.
 - Participação na ação conjunta com Positivo Tecnologia, Klabin, Flextronics e Embraer, de apoio à empresa brasileira Magnamed, na produção de respiradores que foram entregues ao Governo Federal. O desembolso efetuado pela Suzano nessa ação foi de R\$ 9,6 milhões em 2020.
 - Construção de um hospital de campanha em Teixeira de Freitas (BA) em conjunto com a Veracel, o qual já foi entregue ao governo estadual e inaugurado em julho/2020.
 - Estabelecimento de parceria com a Fatec de Capão Bonito para produção de álcool em gel.
 - Empréstimo de empilhadeiras para movimentação das doações recebidas pela Cruz Vermelha.
 - Manutenção de todos os empregos diretos.
 - Manutenção, por 90 dias (até o final de junho de 2020), do pagamento de 100% do custo da folha de pagamento dos trabalhadores de prestadores de serviços que tiveram suas atividades suspensas em decorrência da pandemia, visando a consequente preservação de empregos.
 - Criação do programa de apoio a fornecedores de pequeno porte, programa social de apoio a pequenos agricultores para vender seus produtos por meio do sistema de entrega domiciliar em 38 comunidades apoiadas pelo Programa de Desenvolvimento Rural e Territorial da Suzano (“PDRT”) em 5 Estados e programa social com o objetivo de confeccionar 125 mil máscaras nas comunidades para doação em 5 Estados.
 - Lançamento do programa de suporte a sua carteira de clientes de papel de pequeno e médio porte intitulado “Tamo Junto” com o objetivo de garantir que essas empresas tenham capacidade financeira e de gestão na retomada das atividades.
 - Apoio ao Governo do Estado do Maranhão na instalação do hospital de campanha de Imperatriz, com a destinação de R\$ 3 milhões.

- Disponibilização de 280 mil m³ de oxigênio para o Estado do Amazonas.
- Construção de um novo centro de tratamento de combate à COVID-19 na cidade de São Paulo em parceria com a Gerdau, o BTG Pactual, Península Participações e uma união de esforços com o Hospital Israelita Albert Einstein e a Prefeitura da capital paulista.
- Doação de concentradores de oxigênio adquiridos em ação que envolveu a Suzano, Bradesco, BRF, B3, Embraer, Gerdau, Grupo Ultra, Itaú Unibanco, Magazine Luiza, Marfrig, Natura & Co e Unipar e que foram entregues ao Ministério da Saúde, a quem caberá a responsabilidade realizar a logística para a distribuição dos concentradores.
- Doação de 86 mil m³ de oxigênio para Imperatriz no Estado do Maranhão e 1,3 mil m³ para Aracruz no Estado do Espírito Santo.
- Esforços conjuntos para acelerar programa de vacinação à população brasileira por meio da participação no grupo "Unidos pela Vacina", com a doação de câmaras frias e caixas térmicas, para municípios da Bahia e Espírito Santo.
- Doação cestas básicas e kits de equipamentos de proteção individual (máscaras, álcool, aventais, toucas e luvas) para municípios.

Os desembolsos efetuados para realização das ações sociais implementadas pela Suzano, somaram, em 2021, o valor total de R\$ 25 milhões (vide nota 30 – Resultado por Natureza das Demonstrações Financeiras).

- (3) Continuidade dos negócios: até o presente momento a Companhia continua com as suas operações normalizadas e um comitê de gerenciamento de crise foi implementado e continua em funcionamento.

O setor de papel e celulose foi reconhecido pela Organização Mundial da Saúde (“OMS”), bem como por diversos países, como produtor de bens essenciais à sociedade. Portanto, para cumprir a responsabilidade decorrente da essencialidade do negócio, a Suzano tomou medidas para garantir, na maior extensão possível, a normalidade operacional e o pleno atendimento a seus clientes, aumentando o nível de estoques de madeira e matérias-primas nas fábricas e avançando seus estoques de produto acabado, aproximando-os de seus clientes para mitigar eventuais riscos de ruptura na cadeia logística de suprimento das fábricas e de venda de seus produtos.

A conjuntura atual decorrente da COVID-19 também implica em um maior risco de crédito, sobretudo de seus clientes do negócio de papel. Assim, a Companhia também vem monitorando a evolução desse risco e implementando medidas para mitigá-lo, sendo que até o momento, não houve impacto financeiro significativo.

Conforme anteriormente divulgado durante o ano de 2020, a Companhia efetuou a parada de produção temporária de 30 dias, a partir de 27 de abril de 2020 e 01 de maio de 2020, respectivamente, nas linhas de produção de papel das fábricas de Mucuri e Rio Verde, no entanto, as atividades das fábricas foram retomadas ao nível normal no início do mês de julho de 2020 e vêm sendo mantidas até o momento.

Por fim, é oportuno informar que, em decorrência do atual cenário, a Companhia tem feito e mantido um vasto esforço de comunicação para aumentar ainda mais a interação com suas principais partes interessadas, com o objetivo de garantir a adequada transparência e fluxo de informações com a mesma de forma tempestiva à dinâmica da conjuntura social e econômica. Todas as principais comunicações efetuadas pela Companhia para atualização de suas medidas e atividades no contexto da COVID-19 estão disponíveis no website de Relações com Investidores da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia criou uma página, onde divulga todas as suas ações relacionadas ao COVID-19, denominada <https://www.suzanocontraocoronavirus.com.br>.

ESG

O último trimestre do ano de 2021, assim como os anteriores, foi um período de avanços importantes na agenda estratégica da Suzano relacionada a temas ESG.

Entendendo que ter medidas efetivas no curto prazo são imprescindíveis para a contribuição da companhia em combate à urgência climática, a Suzano anunciou em outubro a decisão de antecipar o seu Compromisso para Renovar a Vida de remover 40 milhões de toneladas de CO₂e da atmosfera até 2030 para o ano de 2025. A antecipação da meta em cinco anos é suportada pela ampliação de cobertura vegetal, por meio de plantios comerciais e de áreas destinadas à conservação, em locais antes degradados e antropizados sobretudo nas áreas do Cerrado.

Ainda na questão climática, em novembro, a Companhia esteve presente na COP26, em Glasgow, dedicando-se a contribuir ativamente em diversas discussões associadas à urgência climática.

O trimestre também foi marcado pelo lançamento do Programa Compras Inclusivas com o envolvimento de mais de 500 fornecedores. O programa busca engajar a cadeia de fornecimento da empresa na adoção de práticas de diversidade e inclusão, com o objetivo de promover o aumento de representantes de grupos historicamente minorizados. Este programa está alinhado ao compromisso de longo prazo da Companhia referente à Diversidade e Inclusão.

O 4Q21 também registrou reconhecimentos importantes, com destaques para a Suzano no ranking da *SustainAbility Leadership Survey* e no relatório "O Estado dos Direitos da Criança e dos Negócios 2021" promovido pelo *Global Child Forum*. Vale também ressaltar o avanço da Companhia nos 3 questionários do CDP, ao evoluir suas notas nos 3 questionários (Água, Floresta e Clima) de "B" para "A-". Por fim, a Companhia foi novamente selecionada para o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3.

DESEMBOLSO TOTAL OPERACIONAL – CELULOSE

Conforme divulgada por meio de Fato Relevante em 24/03/2021, a previsão de desembolso total operacional previsto para 2024 é de aproximadamente R\$ 1.400/t e a evolução do indicador segue conforme planejado, considerando as premissas cambiais e monetárias utilizadas.

EVENTOS SUBSEQUENTES

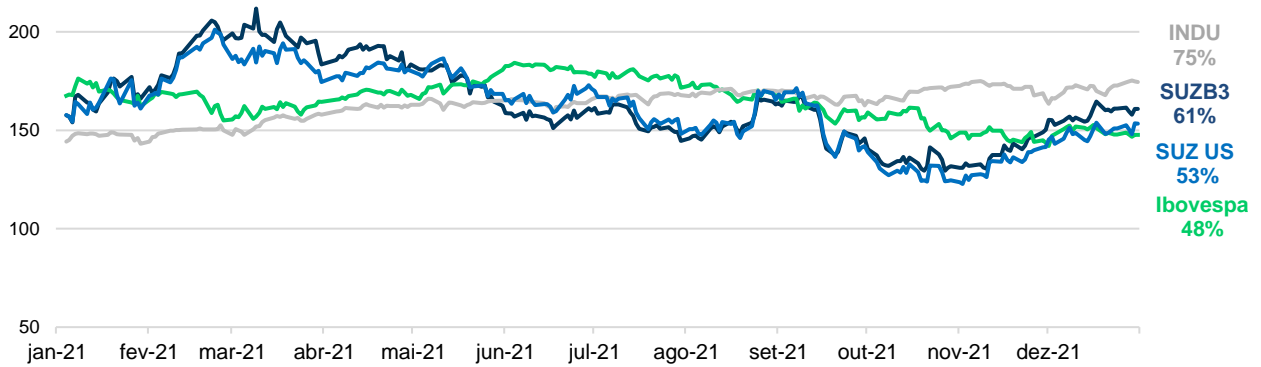
Em 08 de fevereiro de 2022, a Companhia concluiu a contratação de uma nova linha de crédito rotativa (*stand-by credit facility*), aumentando o total disponível em linhas de crédito rotativo de US\$ 500 milhões para US\$ 1.275 milhões. Do valor total contratado, US\$ 100 milhões têm prazo de disponibilidade até fevereiro de 2024, sendo este valor remanescente da linha já vigente desde fevereiro de 2019, no valor original de US\$ 500 milhões. O montante adicional de US\$ 1.175 milhões tem prazo de disponibilidade até fevereiro de 2027 e possui os mesmos custos financeiros da linha vigente até fevereiro de 2024.

O Estatuto Social da Suzano estabelece como dividendo mínimo obrigatório o equivalente ao menor valor entre 25% do lucro líquido após constituição de reservas legais do exercício ou 10% da Geração de Caixa Operacional (GCO) do respectivo ano fiscal, sendo CGO o resultado do EBITDA Ajustado deduzido do capex de manutenção. Em razão da Companhia ter apurado lucro líquido no ano de 2021 no valor de R\$ 8.626 milhões, o montante de R\$ 913 milhões corresponde ao dividendo mínimo obrigatório. Adicionalmente, R\$ 87 milhões são atribuídos a reserva de lucros existentes, distribuídos "*ad referendum*" pelo Conselho de Administração na data de 07 de janeiro de 2022, totalizando o montante total de R\$ 1 bilhão, à razão de R\$ 0,741168104 por ação da Companhia, considerando o número de ações "ex-tesouraria" ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

MERCADO DE CAPITAIS

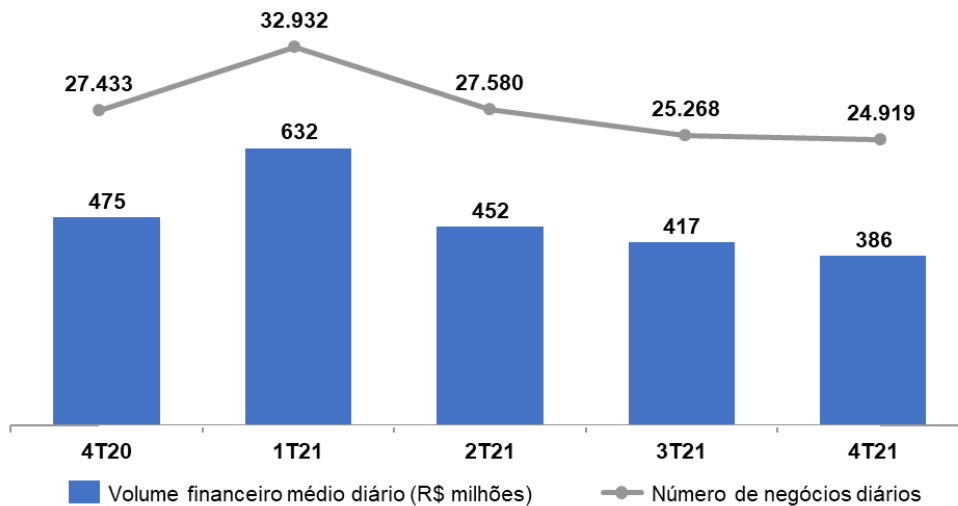
Em 31 de dezembro de 2021, as ações da Suzano estavam cotadas em R\$ 60,11/ação (SUZB3) e US\$ 10,80/ação (SUZ). Os papéis da Companhia integram o Novo Mercado, mais alto nível de governança corporativa da B3 – Brasil. Bolsa e Balcão, e são negociados na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) – Nível II.

Desempenho da Ação



Fonte: Bloomberg.

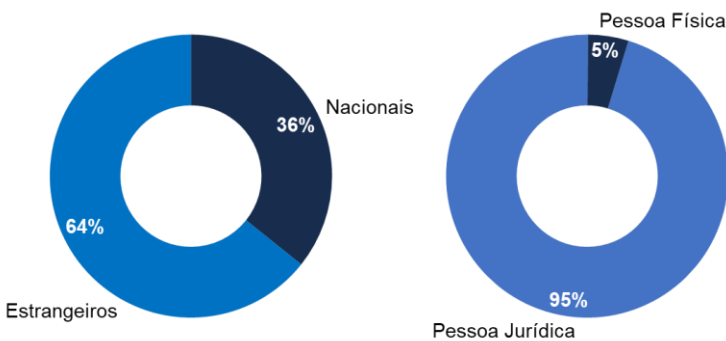
Evolução da Liquidez - SUZB3



Fonte: Bloomberg.

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia era representado por 1.361.263.584 ações ordinárias, sendo 12.042.004 ações ordinárias mantidas em Tesouraria. O valor de mercado da Suzano, em 31 de dezembro de 2021, era de R\$ 81,8 bilhões. O *free float* no 4T21 ficou em 53% do total das ações.

Distribuição do *Free Float* em 31/12/2021 (B3 + NYSE)



Composição Acionária em 31/12/2021



RENDA FIXA

	Unidade	Dez/21	Set/21	Dez/20	Δ Q-o-Q	Δ Y-o-Y
Fibria 2025 - Preço	USD/k	105,23	107,02	107,46	-1,7%	-2,1%
Fibria 2025 - Yield	%	2,21	1,79	2,06	23,6%	7,2%
Suzano 2026 - Preço	USD/k	114,31	116,49	117,63	-1,9%	-2,8%
Suzano 2026 - Yield	%	2,40	2,10	2,33	13,9%	2,8%
Fibria 2027 - Preço	USD/k	112,26	114,49	114,48	-1,9%	-1,9%
Fibria 2027 - Yield	%	2,87	2,55	2,87	12,4%	0,0%
Suzano 2028 - Preço	USD/k	96,81	97,84	-	-1,1%	-
Suzano 2028 - Yield	%	3,03	2,84	-	6,5%	-
Suzano 2029 - Preço	USD/k	116,01	118,12	120,44	-1,8%	-3,7%
Suzano 2029 - Yield	%	3,42	3,19	3,10	7,1%	10,1%
Suzano 2030 - Preço	USD/k	110,07	111,69	113,78	-1,4%	-3,3%
Suzano 2030 - Yield	%	3,55	3,37	3,23	5,3%	9,9%
Suzano 2031 - Preço	USD/k	102,00	103,28	106,68	-1,2%	-4,4%
Suzano 2031 - Yield	%	3,49	3,34	2,98	4,6%	17,3%
Suzano 2032 - Preço	USD/k	97,14	96,96	-	0,2%	-
Suzano 2032 - Yield	%	3,46	3,48	-	-0,4%	-
Suzano 2047 - Preço	USD/k	127,06	131,75	134,32	-3,6%	-5,4%
Suzano 2047 - Yield	%	5,08	4,82	4,71	5,4%	8,0%
Treasury 10 anos	%	1,51	1,49	0,91	1,6%	65,4%

Nota: Senior Notes emitidos com valor de face de 100 USD/k

RATING

Agência	Escala Local	Escala Global	Perspectiva
Fitch Ratings	AAA	BBB-	Estável
Standard & Poor's	br.AAA	BBB-	Estável
Moody's	Aaa.br	Baa3	Estável

PRÓXIMOS EVENTOS

Teleconferência de Resultados (4T21)

Data: 10 de fevereiro de 2022 (quinta-feira)

Português (tradução simultânea)

10h00 (horário de Brasília)

08h00 (horário de Nova Iorque)

13h00 (horário de Londres)

Tel.: +55 (11) 4090-1621

Inglês

10:00 a.m. (horário de Brasília)

08:00 a.m. (horário de Nova York)

1:00 p.m. (horário de Londres)

Tel.: +1 844 204 8942

Favor ligar até 10 minutos antes do início da teleconferência.

A teleconferência será realizada em inglês e acompanhada por uma apresentação de slides e transmitida simultaneamente via webcast. Os links de acesso estarão disponíveis no website de Relações com Investidores da Companhia. (www.suzano.com.br/ri).

Se não for possível a sua participação, o link para o webcast estará disponível para futura consulta no site de Relações com Investidores da Suzano S.A.

Suzano Day

Data: 30 de março de 2022 (quarta-feira)

CONTATO DE RI

Marcelo Bacci
Camila Nogueira
Larissa Barbosa
Luísa Puccini
Mariana Dutra
Roberto Costa

Tel.: +55 (11) 3503-9330

ri@suzano.com.br

www.suzano.com.br/ri

ANEXOS

ANEXO 1 – Dados Operacionais

Abertura da Receita (R\$ mil)	4T21	3T21	Δ Q-o-Q	4T20	Δ Y-o-Y	2021	2020	Δ Y-o-Y
Mercado Externo	9.474.662	8.937.959	6%	6.489.970	46%	34.246.037	25.492.642	34%
Celulose	8.907.877	8.443.713	5%	6.093.525	46%	32.376.399	23.968.816	35%
Papel	566.785	494.246	15%	396.445	43%	1.869.638	1.523.826	23%
Mercado Interno	1.995.309	1.823.896	9%	1.523.006	31%	6.719.394	4.967.635	35%
Celulose	668.082	656.579	2%	453.450	47%	2.338.809	1.609.449	45%
Papel	1.327.227	1.167.317	14%	1.069.556	24%	4.380.585	3.358.186	30%
Receita Líquida Total	11.469.971	10.761.855	7%	8.012.976	43%	40.965.431	30.460.277	34%
Celulose	9.575.959	9.100.292	5%	6.546.975	46%	34.715.208	25.578.265	36%
Papel	1.894.012	1.661.563	14%	1.466.001	29%	6.250.223	4.882.012	28%

Volume de Vendas (em ton)	4T21	3T21	Δ Q-o-Q	4T20	Δ Y-o-Y	2021	2020	Δ Y-o-Y
Mercado Externo	2.627.747	2.564.315	2%	2.556.991	3%	10.160.467	10.411.557	-2%
Celulose	2.531.366	2.467.203	3%	2.460.736	3%	9.789.129	10.036.495	-2%
Papel	96.381	97.112	-1%	96.255	0%	371.338	375.062	-1%
Papelcartão	8.350	7.984	5%	10.078	-17%	34.935	62.816	-44%
Imprimir e Escrever	87.319	87.177	0%	83.130	5%	328.436	303.568	8%
Outros papéis ¹	712	1.951	-64%	3.047	-77%	7.967	8.678	-8%
Mercado Interno	465.396	445.227	5%	460.135	1%	1.719.617	1.588.440	8%
Celulose	191.054	205.813	-7%	201.908	-5%	796.708	786.621	1%
Papel	274.342	239.414	15%	258.227	6%	922.909	801.819	15%
Papelcartão	39.917	42.516	-6%	44.916	-11%	163.621	138.937	18%
Imprimir e Escrever	199.978	164.647	21%	182.526	10%	637.761	538.861	18%
Outros papéis ¹	34.447	32.251	7%	30.785	12%	121.527	124.021	-2%
Volume Total	3.093.143	3.009.542	3%	3.017.126	3%	11.880.084	11.999.997	-1%
Celulose	2.722.420	2.673.016	2%	2.662.644	2%	10.585.837	10.823.116	-2%
Papel	370.723	336.526	10%	354.482	5%	1.294.247	1.176.881	10%
Papelcartão	48.267	50.500	-4%	54.994	-12%	198.556	201.753	-2%
Imprimir e Escrever	287.297	251.824	14%	265.656	8%	966.197	842.429	15%
Outros papéis ¹	35.159	34.202	3%	33.832	4%	129.494	132.699	-2%

Preço líquido médio (R\$/ton)	4T21	3T21	Δ Q-o-Q	4T20	Δ Y-o-Y	2021	2020	Δ Y-o-Y
Mercado Externo	3.606	3.486	3%	2.538	42%	3.371	2.448	38%
Celulose	3.519	3.422	3%	2.476	42%	3.307	2.388	38%
Papel	5.881	5.089	16%	4.119	43%	5.035	4.063	24%
Mercado Interno	4.287	4.097	5%	3.310	30%	3.907	3.127	25%
Celulose	3.497	3.190	10%	2.246	56%	2.936	2.046	43%
Papel	4.838	4.876	-1%	4.142	17%	4.746	4.188	13%
Total	3.708	3.576	4%	2.656	40%	3.448	2.538	36%
Celulose	3.517	3.405	3%	2.459	43%	3.279	2.363	39%
Papel	5.109	4.937	3%	4.136	24%	4.829	4.148	16%

Preço líquido médio (US\$/ton)	4T21	3T21	Δ Q-o-Q	4T20	Δ Y-o-Y	2021	2020	Δ Y-o-Y
Mercado Externo	646	667	-3%	470	37%	625	474	32%
Celulose	630	654	-4%	459	37%	613	463	32%
Papel	1.053	973	8%	763	38%	933	787	18%
Mercado Interno	768	784	-2%	613	25%	724	606	19%
Celulose	626	610	3%	416	50%	544	397	37%
Papel	867	933	-7%	767	13%	880	812	8%
Total	664	684	-3%	492	35%	639	492	30%
Celulose	630	651	-3%	455	38%	608	458	33%
Papel	915	944	-3%	766	19%	895	804	11%

¹ Papéis de outros fabricantes comercializados pela Suzano e papel *tissue*.

Taxa R\$/US\$	4T21	3T21	Δ Q-o-Q	4T20	Δ Y-o-Y	2021	2020	Δ Y-o-Y
Fechamento	5,58	5,44	-1%	5,20	7%	5,58	5,20	7%
Média	5,58	5,23	4%	5,40	3%	5,40	5,16	5%

ANEXO 2 – Demonstração de Resultado Consolidado e Amortização da Mais Valia

Demonstração de Resultado (R\$ mil)	4T21	3T21	Δ Q-o-Q	4T20	Δ Y-o-Y	2021	2020	Δ Y-o-Y
Receita Líquida de Vendas	11.469.971	10.761.855	7%	8.012.976	43%	40.965.431	30.460.277	34%
Custo dos Produtos Vendidos	(5.692.988)	(5.299.911)	7%	(4.883.644)	17%	(20.615.588)	(18.966.331)	9%
Lucro Bruto	5.776.983	5.461.944	6%	3.129.332	85%	20.349.843	11.493.946	77%
<i>Margem Bruta</i>	<i>50,4%</i>	<i>50,7%</i>	<i>0 p.p.</i>	<i>39,1%</i>	<i>11 p.p.</i>	<i>49,7%</i>	<i>37,7%</i>	<i>12 p.p.</i>
Receitas (Despesas) Operacionais	(1.022.752)	(849.402)	20%	(718.307)	42%	(2.169.652)	(3.050.552)	-29%
Despesas com vendas	(634.921)	(578.101)	10%	(590.024)	8%	(2.291.722)	(2.174.652)	5%
Despesas gerais e administrativas	(522.761)	(319.590)	64%	(479.906)	9%	(1.577.909)	(1.443.192)	9%
Outras receitas operacionais. líquidas	202.841	18.830	977%	322.883	-37%	1.648.067	531.150	210%
Equivalência Patrimonial	(67.911)	29.459	-331%	28.740	-336%	51.912	36.142	44%
Lucro operacional antes do resultado financeiro (EBIT)	4.754.231	4.612.542	3%	2.411.025	97%	18.180.191	8.443.394	115%
Depreciação, Exaustão e Amortização	1.832.940	1.745.487	5%	1.761.660	4%	7.041.663	6.772.780	4%
EBITDA	6.587.171	6.358.029	4%	4.172.685	58%	25.221.854	15.216.174	66%
<i>Margem EBITDA</i>	<i>57,4%</i>	<i>59,1%</i>	<i>-2 p.p.</i>	<i>52,1%</i>	<i>5 p.p.</i>	<i>61,6%</i>	<i>49,9%</i>	<i>12 p.p.</i>
EBITDA Ajustado¹	6.355.317	6.309.558	1%	3.964.926	60%	23.470.923	14.949.489	57%
<i>Margem EBITDA Ajustada¹</i>	<i>55,4%</i>	<i>58,6%</i>	<i>-3 p.p.</i>	<i>49,5%</i>	<i>6 p.p.</i>	<i>57,3%</i>	<i>49,1%</i>	<i>8 p.p.</i>
Resultado Financeiro	(2.657.320)	(7.765.377)	-66%	6.238.407	-143%	(9.347.234)	(26.085.523)	-64%
Receitas Financeiras	147.622	54.444	171%	65.889	124%	272.556	327.475	-17%
Despesas Financeiras	(1.085.450)	(1.212.759)	-10%	(974.494)	11%	(4.221.301)	(4.459.425)	-5%
Variação Cambial	(1.412.237)	(4.077.782)	-65%	4.463.515	-132%	(3.800.827)	(12.530.891)	-70%
Resultado de operações com derivativos	(307.255)	(2.529.280)	-88%	2.683.497	-111%	(1.597.662)	(9.422.682)	-83%
Lucro antes do IRPJ e CSLL	2.096.911	(3.152.835)	-167%	8.649.432	-76%	8.832.957	(17.642.129)	-150%
Imposto de Renda e Contribuição Social	216.556	2.193.460	-90%	(2.735.081)	-108%	(197.425)	6.927.194	-103%
Resultado Líquido do Exercício	2.313.467	(959.375)	-341%	5.914.351	-61%	8.635.532	(10.714.935)	-181%
<i>Margem Líquida</i>	<i>20,2%</i>	<i>-8,9%</i>	<i>29 p.p.</i>	<i>73,8%</i>	<i>-54 p.p.</i>	<i>21,1%</i>	<i>-35,2%</i>	<i>56 p.p.</i>

¹ Desconsidera itens não recorrentes e efeitos do PPA.

Amortização de mais valia - PPA (R\$ mil)	4T21	3T21	Δ Q-o-Q	4T20	Δ Y-o-Y
CPV	(144.122)	(149.176)	-3%	(2.668)	-
Despesas com Vendas	(207.925)	(207.763)	0%	(206.310)	1%
Despesas gerais e administrativas	(2.732)	(1.844)	48%	(1.191)	129%
Outras receitas (despesas) operacionais	(50.207)	(18.886)	166%	(5.380)	833%
Resultado financeiro	(4.722)	14.397	-	20.756	-123%

ANEXO 3 – Balanço Patrimonial Consolidado

Ativo (R\$ mil)	31/12/2021	30/09/2021	31/12/2020
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	13.590.776	13.461.967	6.835.057
Aplicações Financeiras	7.508.275	5.228.075	2.212.079
Contas a Receber de clientes	6.531.465	4.577.069	2.915.206
Estoques	4.637.485	4.652.459	4.009.335
Tributos a Recuperar	360.725	427.987	406.850
Instrumentos Financeiros Derivativos	470.261	515.204	484.043
Adiantamento a fornecedores	59.564	39.327	43.162
Dividendos a receber	6.604	-	7.633
Outros ativos	937.786	783.943	731.291
Ativo não circulante mantido para venda	-	-	313.338
Ativo Circulante	34.102.941	29.686.031	17.957.994
Não Circulante			
Aplicações financeiras	250.054	240.329	184.778
Tributos a recuperar	1.269.164	1.219.207	834.575
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.729.929	8.505.573	8.677.002
Instrumentos financeiros derivativos	971.879	753.791	857.377
Adiantamento a fornecedores	1.282.763	1.220.625	1.015.115
Depósitos judiciais	300.715	322.879	257.789
Outros ativos	296.844	237.742	235.341
Ativos Biológicos	12.248.732	11.807.705	11.161.210
Investimentos	524.066	518.977	359.071
Imobilizado	38.169.703	38.027.466	39.156.890
Direito de uso sobre contratos de arrendamento	4.794.023	4.593.241	4.344.078
Intangível	16.034.339	16.249.726	16.759.528
Ativo Não Circulante	84.872.211	83.697.261	83.842.754
Total do Ativo	118.975.152	113.383.292	101.800.748
Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ mil)	31/12/2021	30/09/2021	31/12/2020
Circulante			
Fornecedores	3.288.897	2.966.600	2.361.098
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	3.655.537	2.286.040	2.043.386
Contas a pagar de operações de arrendamento	623.282	623.136	620.177
Instrumentos financeiros derivativos	1.563.459	1.619.081	1.991.118
Tributos a recolher	339.553	346.285	170.482
Salários e encargos sociais	590.529	549.949	492.728
Contas a pagar de aquisição de ativos e controlada	99.040	91.828	101.515
Dividendos a pagar	919.073	11.173	6.232
Adiantamento de clientes	103.656	92.567	25.171
Outros passivos	368.198	359.754	360.916
Passivo Circulante	11.551.224	8.946.413	8.172.823
Não Circulante			
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	75.973.092	74.861.856	70.856.496
Contas a pagar de operações de arrendamento	5.269.912	5.030.297	4.571.583
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.331.069	6.061.046	6.126.282
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	306.912	301.893	400.713
Provisão para contingências	3.232.612	3.273.411	3.255.955
Passivos atuariais	675.158	795.090	785.045
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	570
Plano de remuneração baseado em ações	166.998	206.961	195.135
Adiantamento de clientes	149.540	165.439	-
Outros passivos	143.505	122.040	98.768
Passivo Não Circulante	92.248.798	90.818.033	86.290.547
Patrimônio Líquido			
Capital Social	9.235.546	9.235.546	9.235.546
Reservas de Capital	15.455	14.244	10.612
Ações em tesouraria	(218.265)	(218.265)	(218.265)
Reservas de Lucros	3.927.824	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	2.114.907	1.988.711	2.129.944
Resultados acumulados	-	2.498.255	(3.926.015)
Patrimônio Líquido	15.075.467	13.518.491	7.231.822
Participações de acionistas não controladores	99.663	100.355	105.556
Total Patrimônio Líquido	15.175.130	13.618.846	7.231.822
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	118.975.152	113.383.292	101.800.748

ANEXO 4 – Demonstração de Fluxo de Caixa Consolidado

Fluxo de Caixa (R\$ mil)	4T21	4T20	2021	2020
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais				
Resultado líquido do período	2.313.467	5.914.351	8.635.532	(10.714.935)
Depreciação, exaustão e amortização	1.797.814	1.693.458	6.879.132	6.565.441
Depreciação do direito de uso	52.356	59.967	203.670	186.768
Subarrendamento de navios	(12.508)	(12.520)	(44.706)	(35.841)
Apropriação de encargos financeiros de arrendamento	110.084	113.516	427.934	397.746
Resultado na alienação e baixa de ativos imobilizado e biológico, líquido	79.772	(9.868)	(412.612)	(8.372)
Resultado de equivalência patrimonial	67.911	(28.740)	(51.912)	(36.142)
Variações cambiais e monetárias, líquidas	1.412.237	(4.463.515)	3.800.827	12.530.891
Despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, líq	914.766	763.490	3.207.278	3.286.254
Despesas com prêmio sobre liquidação antecipada	-	-	260.289	391.390
Custos de empréstimos capitalizados	(13.564)	(745)	(18.624)	(10.636)
Rendimentos sobre aplicações financeiras	(102.912)	(12.261)	(178.320)	(94.868)
Amortização do custo de transação, ágio e deságio	16.969	29.225	107.239	101.741
Perdas com derivativos, líquidos	307.255	(2.683.497)	1.597.662	9.422.682
Atualização do valor justo dos ativos biológicos	(198.558)	(292.751)	(763.091)	(466.484)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(265.148)	2.658.454	(94.690)	(7.109.120)
Juros sobre passivo atuarial	13.963	13.286	55.849	53.092
Provisão de passivos judiciais, líquido	7.685	14.046	65.318	1.288
Provisão (reversão) para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, líquida	(6.322)	812	(637)	6.022
Provisão para perda estimada nos estoques, líquida	41.019	94.393	73.574	65.675
Reversão) para perda de créditos do ICMS, líquida	(130.605)	11.082	(99.183)	(82.293)
Créditos tributários	(72.915)	-	(441.880)	-
Outras	6.527	9.538	26.449	35.451
Decréscimo (acrécimo) em ativos	(1.835.066)	374.383	(3.916.667)	2.250.235
Contas a receber de clientes	(1.873.041)	(131.789)	(3.393.787)	884.451
Estoques	1.980	91.186	(654.757)	651.203
Tributos a recuperar	224.013	397.545	186.013	659.930
Outros ativos	(188.018)	17.441	(54.136)	54.651
Acrécimo (decrécimo) em passivos	451.972	342.744	1.540.994	13.424
Fornecedores	446.195	339.174	1.363.478	140.480
Tributos a recolher	15.616	(88.437)	271.700	47.212
Salários e encargos a pagar	40.580	13.985	97.792	92.278
Outros passivos	(50.419)	78.022	(191.976)	(266.546)
Caixa gerado das operações	4.956.199	4.588.848	20.859.425	16.749.409
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(319.897)	(361.788)	(2.953.573)	(3.244.949)
Pagamento de prêmio sobre liquidação antecipada	-	1	(260.289)	(378.381)
Juros recebidos sobre aplicações financeiras	44.771	40.702	98.110	186.853
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(24.024)	(58.200)	(106.180)	(188.296)
Caixa gerado das atividades operacionais	4.657.049	4.209.563	17.637.493	13.124.636
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos				
Adições de imobilizado	(966.366)	(633.946)	(2.150.584)	(1.503.255)
Adições de intangível	(69.733)	(881)	(285.278)	(2.307)
Adições de ativos biológicos	(1.182.650)	(1.075.672)	(3.807.608)	(3.392.298)
Recebimentos por venda de ativo imobilizado	105.460	94.690	1.411.251	183.504
Aumento de capital	-	-	(51.816)	-
Aplicações financeiras, líquidas	(2.202.358)	85.948	(5.216.921)	3.841.493
Adiantamento para aquisição (recebimento) de madeira de operações com fomento	(64.338)	47.815	(257.672)	135.693
Dividendos recebidos	-	-	6.453	753
Aquisição de participação não controladores	-	-	(6.516)	-
Caixa (aplicado) nas / gerado das atividades de investimentos	(4.379.985)	(1.482.046)	(10.358.691)	(736.417)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos				
Empréstimos, financiamentos e debêntures captados	203.282	4.178.624	16.991.962	14.761.796
Pagamento de operações com derivativos	(265.997)	(1.318.184)	(1.921.253)	(4.465.640)
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	(61.495)	(5.340.666)	(15.469.423)	(19.092.810)
Pagamento de contratos de arrendamentos	(314.435)	(247.118)	(1.012.137)	(824.245)
Pagamento de dividendos	(7.361)	-	(9.683)	-
Pagamento de aquisição de ativos e controladas	(2.622)	(13.058)	(153.357)	(164.240)
Caixa (aplicado) nas / gerado das atividades de financiamentos	(448.628)	(2.740.402)	(1.573.891)	(9.785.139)
Efeito da Variação Cambial em Caixa e Equivalentes de Caixa	300.373	(399.242)	1.050.808	982.850
Acrécimo (decrécimo) líquido no caixa e equivalentes de caixa	128.809	(412.127)	6.755.719	3.585.930
No início do exercício	13.461.967	7.247.184	6.835.057	3.249.127
No final do exercício	13.590.776	6.835.057	13.590.776	6.835.057
Acrécimo (decrécimo) líquido no caixa e equivalentes de caixa	128.809	(412.127)	6.755.719	3.585.930

ANEXO 5 – EBITDA

(R\$ mil. exceto quando indicado)	4T21	4T20	2021	2020
Resultado Líquido	2.313.467	5.914.351	8.635.532	(10.714.935)
Resultado financeiro. líquido	2.657.320	(6.238.407)	9.347.234	26.085.523
Imposto de renda e contribuição social	(216.556)	2.735.081	197.425	(6.927.194)
EBIT	4.754.231	2.411.025	18.180.191	8.443.394
Depreciação, amortização e exaustão	1.832.940	1.761.660	7.041.663	6.772.780
EBITDA¹	6.587.171	4.172.685	25.221.854	15.216.174
<i>Margem EBITDA</i>	<i>57,4%</i>	<i>52,1%</i>	<i>61,6%</i>	<i>50,0%</i>
Acões sociais e gastos operacionais COVID-19	1.376	54.884	25.285	190.698
Atualização Valor Justo - Ativo Biológico	(198.558)	(292.751)	(763.091)	(466.484)
Baixa de ágio da Ibema	-	-	125	-
Baixa de Ágio na Aquisição de Ativos	-	45.435	-	45.435
Baixa de intangível	57.901	-	57.901	-
Créditos tributários - exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS	(72.915)	-	(441.880)	-
Despesas da transação com Fibria	-	59	-	992
Desmobilização de máquinas e equipamentos - FACEPA	-	-	-	199
Efeito PPA (Baixa de Ativos)	-	5.290	-	26.378
Encerramento do Projeto Mucuri	-	(1.005)	-	29.679
Equivalência Patrimonial	67.911	(28.740)	(51.912)	(36.142)
Gastos com obrigações acessórias e distratos de contratos	-	(1.008)	-	1.071
Perda efetiva do Programa de adiantamento de contrato de fomento	-	-	2.702	-
Provisão - Contingência Cível	32.763	-	32.763	-
Provisão - Imposto sobre a transmissão de bens imóveis para regularização de terras adquiridas anterior a 2015	-	-	-	10.529
Provisão - Complemento de provisão de ICMS	-	4.363	-	2.808
Provisão - Perda de crédito ICMS	(130.605)	5.714	(98.683)	(70.756)
Reversão - Provisão de fomento (Projeto Losango)	-	-	(9.138)	-
Resultado na venda e baixa de ativo imobilizado e ativo biológico	10.273	-	(505.003)	(1.092)
EBITDA Ajustado	6.355.317	3.964.926	23.470.923	14.949.489
<i>Margem EBITDA ajustado</i>	<i>55,4%</i>	<i>49,5%</i>	<i>57,3%</i>	<i>49,1%</i>

¹ EBITDA da Companhia calculado conforme a Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012.

ANEXO 6 – Demonstração de Resultado Segmentado

Demonstração de Resultado Segmentado (R\$ mil)	4T21				4T20			
	Celulose	Papel	Não Segmentado	Total Consolidado	Celulose	Papel	Não Segmentado	Total Consolidado
Receita Líquida	9.575.959	1.894.012	-	11.469.971	6.546.975	1.466.001	-	8.012.976
Custo dos Produtos Vendidos	(4.527.352)	(1.165.636)	-	(5.692.988)	(3.915.873)	(967.771)	-	(4.883.644)
Lucro Bruto	5.048.607	728.376	-	5.776.983	2.631.102	498.230	-	3.129.332
<i>Margem Bruta</i>	<i>52,7%</i>	<i>38,5%</i>	-	<i>50,4%</i>	<i>40,2%</i>	<i>34,0%</i>	-	<i>39,1%</i>
Receitas (Despesas) Operacionais	(777.257)	(245.495)	-	(1.022.752)	(594.303)	(124.004)	-	(718.307)
Despesas com vendas	(480.120)	(154.801)	-	(634.921)	(467.110)	(122.914)	-	(590.024)
Despesas gerais e administrativas	(368.906)	(153.855)	-	(522.761)	(336.076)	(143.830)	-	(479.906)
Outras receitas (despesas) operacionais	152.270	50.571	-	202.841	230.705	92.178	-	322.883
Equivalência Patrimonial	(80.501)	12.590	-	(67.911)	(21.822)	50.562	-	28.740
Lucro operacional antes do resultado financeiro (EBIT)	4.271.350	482.881	-	4.754.231	2.036.799	374.226	-	2.411.025
Depreciação, Exaustão e Amortização	1.665.820	167.120	-	1.832.940	1.596.972	164.688	-	1.761.660
EBITDA	5.937.170	650.001	-	6.587.171	3.633.771	538.914	-	4.172.685
<i>Margem EBITDA</i>	<i>62,0%</i>	<i>34,3%</i>	-	<i>57,4%</i>	<i>55,5%</i>	<i>36,8%</i>	-	<i>52,1%</i>
EBITDA Ajustado¹	5.755.019	600.298	-	6.355.317	3.529.835	435.091	-	3.964.926
<i>Margem EBITDA Ajustada¹</i>	<i>60,1%</i>	<i>31,7%</i>	-	<i>55,4%</i>	<i>53,9%</i>	<i>29,7%</i>	-	<i>49,5%</i>
Resultado Financeiro. líquido	-	-	(2.657.320)	(2.657.320)	-	-	6.238.407	6.238.407
Lucro antes do IRPJ e CSLL	4.271.350	482.881	(2.657.320)	2.096.911	2.036.799	374.226	6.238.407	8.649.432
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	216.556	216.556	-	-	(2.735.081)	(2.735.081)
Lucro Líquido do Exercício	4.271.350	482.881	(2.440.764)	2.313.467	2.036.799	374.226	3.503.326	5.914.351
<i>Margem Líquida</i>	<i>44,6%</i>	<i>25,5%</i>	<i>0,0%</i>	<i>20,2%</i>	<i>31,1%</i>	<i>25,5%</i>	<i>0,0%</i>	<i>73,8%</i>

¹ Desconsidera itens não recorrentes e efeitos do PPA.

Demonstração de Resultado Segmentado (R\$ mil)	2021				2020			
	Celulose	Papel	Não Segmentado	Total Consolidado	Celulose	Papel	Não Segmentado	Total Consolidado
Receita Líquida	34.715.208	6.250.223	-	40.965.431	25.578.265	4.882.012	-	30.460.277
Custo dos Produtos Vendidos	(16.727.390)	(3.888.198)	-	(20.615.588)	(15.754.930)	(3.211.401)	-	(18.966.331)
Lucro Bruto	17.987.818	2.362.025	-	20.349.843	9.823.335	1.670.611	-	11.493.946
<i>Margem Bruta</i>	<i>51,8%</i>	<i>37,8%</i>	-	<i>49,7%</i>	<i>38,4%</i>	<i>34,2%</i>	-	<i>37,7%</i>
Receitas (Despesas) Operacionais	(1.690.241)	(479.411)	-	(2.169.652)	(2.409.483)	(641.069)	-	(3.050.552)
Despesas com vendas	(1.782.840)	(508.882)	-	(2.291.722)	(1.770.036)	(404.616)	-	(2.174.652)
Despesas gerais e administrativas	(1.129.597)	(448.312)	-	(1.577.909)	(1.016.093)	(427.099)	-	(1.443.192)
Outras receitas (despesas) operacionais	1.223.024	425.043	-	1.648.067	390.178	140.972	-	531.150
Equivalência Patrimonial	(828)	52.740	-	51.912	(13.532)	49.674	-	36.142
Lucro operacional antes do resultado financeiro (EBIT)	16.297.577	1.882.614	-	18.180.191	7.413.852	1.029.542	-	8.443.394
Depreciação, Exaustão e Amortização	6.437.832	603.831	-	7.041.663	6.232.376	540.404	-	6.772.780
EBITDA	22.735.409	2.486.445	-	25.221.854	13.646.230	1.569.944	-	15.216.174
<i>Margem EBITDA</i>	<i>65,5%</i>	<i>39,8%</i>	-	<i>61,6%</i>	<i>53,4%</i>	<i>32,2%</i>	-	<i>50,0%</i>
EBITDA Ajustado¹	21.438.604	2.032.319	-	23.470.923	13.484.920	1.464.569	-	14.949.489
<i>Margem EBITDA Ajustada¹</i>	<i>61,8%</i>	<i>32,5%</i>	-	<i>57,3%</i>	<i>52,7%</i>	<i>30,0%</i>	-	<i>49,1%</i>
Resultado Financeiro. líquido	-	-	(9.347.234)	(9.347.234)	-	-	(26.085.523)	(26.085.523)
Lucro antes do IRPJ e CSLL	16.297.577	1.882.614	(9.347.234)	8.832.957	7.413.852	1.029.542	(26.085.523)	(17.642.129)
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	(197.425)	(197.425)	-	-	6.927.194	6.927.194
Lucro Líquido do Exercício	16.297.577	1.882.614	(9.544.659)	8.635.532	7.413.852	1.029.542	(19.158.329)	(10.714.935)
<i>Margem Líquida</i>	<i>46,9%</i>	<i>30,1%</i>	<i>0,0%</i>	<i>21,1%</i>	<i>29,0%</i>	<i>21,1%</i>	<i>0,0%</i>	<i>-35,2%</i>

¹ Desconsidera itens não recorrentes e efeitos do PPA.